ISSN: 2238-1631
v. 11, nº 21 | Ago -Dez 2021
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campus de Três Lagoas

REVISTA ELETRÔNICA TRILHAS DA HISTÓRIA

Dossiê: História Social do Paraguai

Lavanderas durante la Guerra del Chaco, en el Chaco paraguayo - Fotografia de Adolf Friedrich

AGO. - DEZ. 2021 V. 11, N. 21

REVISTA ELETRÔNICA TRILHAS DA HISTÓRIA

Revista do Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas

EDITORAÇÃO:

APOIO:

INDEXAÇÃO:

REVISTA ELETRÔNICA TRILHAS DA HISTÓRIA
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Curso de Licenciatura em História
Volume 11, Número 21, Agosto a Dezembro de 2021
ISSN: 2238-1651
www.trilhasdahistoria.ufms.br

EDITORES RESPONSÁVEIS

Prof. Dr. Luiz Carlos Bento - UFMS, Brasil
Prof. Dr. Rafael Athaides - UFMS, Brasil
Prof.ª Dr.ª Cintia Lima Crescêncio - UFMS, Brasil

EDITORES ASSISTENTES

José Walter Cracco Junior - Unesp, Brasil
Douglas Chaves dos Reis - UFMS, Brasil
João Paulo Pereira dos Santos - UFMS, Brasil
Gabriela Natália Corrêa - UFMS, Brasil
Gabriela Alves Costa Fernandes Ferreira - UFMS, Brasil

PROJETO GRÁFICO

Prof. Dr. Rafael Athaides - UFMS, Brasil
Gabriela Alves Costa Fernandes Ferreira - UFMS, Brasil

FOTO DE CAPA

Lavanderas durante la Guerra del Chaco, en el Chaco paraguayo. Fotografia de Adolf Friedrich. Colección Fotografías de la Guerra del Chaco, Archivo Nacional de Asunción - Secretaría Nacional de Cultura.

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Aureo Busseto - Unesp/Assis, Brasil
Prof.ª Dr.ª Cintia Lima Crescêncio - UFMS, Brasil
Prof.ª Dr.ª Carmen Norambuena Carrasco - Universidade del Chile, Chile
Prof. Dr. Erlando da Silva Reses - UnB/Faculdade de Educação, Brasil
Prof. Dr. Eudes Fernandes Leite - UFGD, Brasil
Prof. Dr. Jaime de Almeida - UnB, Brasil
Prof. Dr. Leandro Hecko - UFMS, Brasil
Prof.ª Dr.ª Maria Celma Borges - UFMS, Brasil
Prof.ª Dr.ª Márcia Maria Menendes Motta - UFF, Brasil
Prof.ª Dr.ª Mariana Estevez de Oliveira - UFMS, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Rivan Menezes Dos Santos - Collonges sous Salève França, França
Prof. Dr. Alejandro Schneider, Universidad de Buenos Aires - Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Prof. Dr. Ângelo Priori - UEM, Brasil
Prof.ª Dr.ª Alzira Salete Menegat - UFGD, Brasil
Prof. Dr. Antônio Dari Ramos - UFGD, Brasil
Prof. Dr Carlos Barros Gonçalves - UFGD, Brasil
Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão - Unicamp, UFU, Brasil
Prof.ª Dr.ª Celia Regina da Silveira - UEL, Brasil
Prof. Dr. Edvaldo Correa Sotana - UFMT, Brasil
Prof. Dr. Fernando Perli - UFGD, Brasil

Prof. Dr. Fortunato Pastore - UFMS, Brasil
Prof.ª Dr.ª Fulvia Zega - Universidade Ca' Foscari di Venezia, Itália
Prof.ª Dr.ª Doutora Isabel Drumond Braga - Universidade de Lisboa, Portugal
Prof. Dr José Antonio Mateo - Consejo nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina
Prof.ª Dr.ª Laura Gabriela Caruso - IDAES/UNSAM-CONICET, Argentina
Prof.ª Dr.ª Lúcia Helena Oliveira Silva - Unesp/Assis, Brasil
Prof.ª Dr.ª Lucimar Rosa Dias - UFPR, Brasil
Prof. Dr. Luiz Antônio Castro Santos - UERJ, Brasil
Prof.ª Dr.ª Mara Burkart - Universidad Nacional de San Martín/Universidad de Buenos Aires/Consejo Nacional de Investigaciones Científicos y Técnicos, Argentina
Prof.ª Dr.ª Marisa de Fatima Lomba de Farias - UFGD, Brasil
Prof.ª Dr.ª Nauk Maria de Jessus - UFGD, Brasil
Prof. Dr. Paulo Fernando de Souza Campos - Unasp, Unisa, Brasil
Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz - UFGD, Brasil
Prof. Dr. Rafael Athaides - UFMS, Brasil
Prof. Dr. Rivan Menezes Dos Santos - Collonges sous Salève França, França
Prof.ª Dr.ª Rosemeire Aparecida de Almeida - UFMS, Brasil
Prof. Dr. Sergio Augusto Queiroz Norte e Silva - Unesp/Assis, Brasil
Prof. Dr. Sidnei José Munhoz - UEM, Brasil
Prof.ª Dr.ª Tania Regina de Luca - Unesp, Brasil
Prof. Dr. Vitor Wagner Neto de Oliveira - UFMS, Brasil
Prof.ª Dr.ª Yara Nogueira Monteiro - USP, Brasil
Prof.ª Dr.ª Zueleide Casagrande de Paula - UEL, Brasil

FOCO E ESCOPO

A Revista Eletrônica Trilhas da História foi pensada e elaborada com o objetivo de promover o debate acadêmico, tendo o propósito de enriquecer as pesquisas em andamento no curso de História da UFMS, campus de Três Lagoas, bem como agregar produções de outros lugares, instituições e sujeitos. Com esse objetivo, esperamos alcançar, além de professores da universidade e da rede pública e privada de ensino, alunos graduandos de nosso curso e de outras universidades, tendo por intuito incentivar novas pesquisas e a busca por conhecimentos produzidos pela História e áreas afins. Se a proposta é interdisciplinar, disciplinas como a Filosofia, Geografia, Ciências Sociais, Antropologia, Arqueologia, entre outras, encontrarão espaço para veicular as suas produções, desde que concernentes aos temas sugeridos pela Revista. A Revista se constitui de Dossiês; Artigos livres; Ensaios de Graduação; Resenhas e Fontes.

HISTÓRICO DO PERIÓDICO

Trilhas são frestas costumeiramente abertas em lugares ditos ermos, quando buscamos construir novos caminhos ou mesmo encurtar aqueles já existentes. Elas se desenham pelo percurso de muitos passos e na tentativa de romper com as vias oficiais que se instauram, como, por exemplo, os traçados de trilhos arquitetados para transportar transeuntes, escoar a produção, levar o "progresso", modificando e impactando a vida pelos centros e rincões do Brasil, ao trazer o peso do desenvolvimento e da oficialidade. Mas não podemos nos esquecer que os trilhos também nasceram das trilhas. As trilhas

buscam apontar para as brechas que podemos abrir em meio aos traçados da história. Nossos campos, entretanto, não são ermos, pois já foram semeados e cultivados por inúmeras pessoas e experiências, por professores e alunos que percorreram os caminhos do Curso no Campus de Três Lagoas. Nesse percurso foram deixando marcas na tessitura do que se construiu ao longo de 50 anos. A proposta da Revista Eletrônica Trilhas da História não é, então, a "invenção" da roda, nem mesmo de um novo "caminho". É o resultado e o reconhecimento de que os traçados já existem e que é preciso ampliá-los, sem perder de vista as veredas sulcadas a muito custo, para que as trilhas possam hoje ser abertas. Este trabalho implica olhar para os sujeitos e as paisagens de outrora, tal como do presente, partindo da premissa de que se não reconhecermos isto e desconhecermos nossa história, natimortas as trilhas já seriam. O título Trilhas da História, escolhido coletivamente pelos discentes e docentes do curso, busca sugerir os meandros das novas abordagens e novos sujeitos. É com este intuito que a Revista nasce, desejando ser mais uma ferramenta de divulgação da produção de saberes históricos e de áreas afins, os quais possam contribuir para a escrita de uma história comprometida com o meio em que está inserida. A Revista Trilhas da História nasce democrática e esperamos que permaneça dessa maneira. Desejamos que tenha longevidade como mais um instrumento de questionamento e de denúncia da reprodução da história e da condição de "ventríloquos" – ou mesmo da separação frágil do ensino e da pesquisa –, propondo, em suas publicações, uma relação dialógica entre o ser professor e o ser pesquisador.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ.....8-15

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO PARAGUAI.....16

TAPUÁ. UNA APROXIMACIÓN A SU HISTORIA SOCIAL
TAPUA. AN APPROXIMATION TO ITS SOCIAL HISTORY
Aldo Torres Lesme.....17-48

NI SUMISAS NI SOMETIDAS. LA MUJER PARAGUAYA DESDE LAS FUENTES (1840-1860)
NEITHER SUBMISSIVE NOR SUBDUED. THE PARAGUAYAN WOMAN FROM THE SOURCES (1840-1860)
Viviana Paglialunga.....49-64

LOS COLORES DEL PARDO EN EL PARAGUAY A PARTIR DE DATOS DE FILIACIÓN DE FUGADOS Y DESERTORES ENTRE 1862 Y 1865
THE COLORS OF THE PARDO IN PARAGUAY FROM DATA FILIATON OF ESCAPEES AND DESERTERS BETWEEN 1862 AND 1865
Jorge García Riart.....65-86

IMÁGENES DE CIVILIZACIÓN Y BARBARIE EN CARICATURAS PUBLICADAS DURANTE LA GUERRA CONTRA LA TRIPLE ALIANZA (1864-1870)
IMAGES OF CIVILIZATION AND BARBARISM IN CARTOONS PUBLISHED DURING THE WAR AGAINST THE TRIPLE ALLIANCE (1864-1870)
Claudio Fuentes Armadans e Florencia Falabella.....87-102

DESENTERRANDO MEMÓRIAS: A DITADURA PARAGUAIA EM "MATAR A UN MUERTO"
UNEARTHING MEMORIES: THE PARAGUAYAN DICTATORSHIP IN "MATAR A UN MUERTO"
Tereza Maria Spyer Dulci e Manuella Sampaio da Silva.....103-120

LA RECIENTE MIGRACIÓN INDÍGENA A LA REGIÓN METROPOLITANA DE ASUNCIÓN
THE RECENT INDIGENOUS MIGRATION TO THE ASUNCIÓN METROPOLITAN REGION
Marcelo Bogado.....121-143

APRESENTAÇÃO ARTIGOS LIVRES.....144-146

ARTIGOS LIVRES.....147

USINA SENADOR FILINTO MULLER: HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES DA "USINA VELHA"
SENATOR FILINTO MULLER POWER PLANT: HISTORY AND REPRESENTATIONS OF "OLD MILL"
Camila de Brito Quadros e Thiago da Silva Mello.....148-171

SUMÁRIO

A OCUPAÇÃO E OS ESPAÇOS DE DIMENSÕES DE SOCIABILIDADE DO INTERIOR PAULISTA NA LÓGICA DA "VIA PRUSSIANO-COLONIAL" DE FORMAÇÃO CAPITALISTA
OCCUPATION AND SPACES OF SOCIABILITY DIMENSIONS IN THE PAULIST INTERIOR IN THE LOGIC OF THE "PRUSSIAN-COLONIAL ROUTE" TO CAPITALIST FORMATION
Cledivaldo Aparecido Donzelli.....172-186

ESCOLARIZAÇÃO EM CAXIAS DO SUL, RS (1890-1930): VESTÍGIOS DOS GRUPOS ESCOLARES NO MEIO RURAL
SCHOOLING IN CAXIAS DO SUL, RS (1890-1930): VESTIGES OF SCHOOL GROUPS IN THE RURAL ENVIRONMENT
José Edimar de Souza.....187-207

ENSAIO DE GRADUAÇÃO.....208

O *MALLEUS MALEFICARUM* E A QUESTÃO DA BRUXARIA: A MULHER NOS TEMPOS DA INQUISIÇÃO
THE MALLEUS MALEFICARUM AND THE QUESTION OF WITCHCRAFT: THE WOMAN IN TIMES OF THE INQUISITION
Juliana Avila Pereira.....209-227

RESENHA.....228

SQUINELO, Ana Paula (org.). Livro Didático e Paradidático de História em tempos de crise e enfrentamento: sujeitos, imagens e leituras.
Leandro Hecko.....229-232

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ
HISTÓRIA SOCIAL DO PARAGUAI

GARCÍA RIART, Jorge; PERIS, Carlos; ARRÚA, Vicente y OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de (organizadores)[1]

La finalidad del Centro de Investigaciones de Historia Social del Paraguay (CIHSP), con sede en Asunción, es producir y difundir otro tipo de historia, alejada de los temas recurrentes en la historiografía paraguaya tales como los grandes héroes (historia biográfica) y las guerras (historia bélica).

Conteste con este objetivo, convocamos a historiadores/as e investigadores/as de la Región a participar del dossier de la *Revista Eletrônica Trilhas da Historia* con trabajos originales sobre Historia Social del Paraguay abarcando los periodos colonial e independiente.

La historia social, tal como la entendemos, plantea la visión diferente, de una historia desde abajo, que reconstruya la participación de actores que han sido sistemáticamente entendidos como sujetos pasivos y sin conciencia, cuando no directamente borrados.

La labor de una buena parte de historiadores paraguayos ha hecho poco para escapar de la lógica de una historia de las élites. La academia está dominada por esta interpretación, salvo excepciones de relieve producidas de la mano de investigadores extranjeros radicados en el país y connacionales entre los cuales se funda la historia social del Paraguay.

Por ejemplo, en 1911, para celebrar el primer centenario de independencia del Paraguay, se propuso la elaboración del *Álbum Gráfico del Paraguay* mediante la participación de los siguientes intelectuales: Enrique Solano López, Cecilio Báez, Blas Garay, Manuel Domínguez, Fulgencio Moreno, Félix Daumas, Ignacio A. Pane y Juan O'Leary. El propósito fue mostrar una biografía nacional, es decir, "una visión orgánica de la nación paraguaya", por sobre todo que los paraguayos/as eran una nación mestiza, de raza blanca sui generis (BREZZO, 2009). Solano López, en el artículo "Reseña Geográfica" incluyó extractos de artículos de Moisés Bertoni (1857-1929) que luego se convirtieron en ediciones propias como *La civilización guaraní*, primer tomo en 1922, libro en el cual planteó una historiografía sobre los pueblos indígenas independiente de autores coloniales. En el Capítulo I, el sabio explicó:

> En esta obra, como en todas las obras fecundas, un progreso será factor de mayores progresos, porque creará esa «atracción de los tiempos pasados», y la «seducción misteriosa de una antigüedad», cuya cultura será tan digna de estudio por sus raras

1 Miembros activos del Centro de Investigaciones de Historia Social del Paraguay. E-mail: chisocpy@gmail.com

particularidades, como de aprecio por su valor sintético. (BERTONI, 1922, p.10).

En la década de 1940, Carlos Pastore (1907-1996) publicó una relación de acontecimientos históricos que señaló el origen del latifundio en el Paraguay y se convirtió en un texto de referencia para comprender la historia de la tierra en nuestro país, desde la Colonia hasta el siglo XX y, con ello, contribuyó a comprender la lucha del campesino/a paraguayo/a. En una edición muy posterior, en la primera línea de la introducción de *La Lucha por la tierra,* mencionó la necesidad de publicar una historia social del Paraguay, que por entonces no se logró:

> No eran tiempos propicios para la publicación de trabajos sobre temas estrictamente sociales cuando resolvimos editar "La lucha por la tierra en el Paraguay". La curiosidad de la opinión pública paraguaya se concentraba entonces en la historia política y militar del país, circunstancia que limitó el trabajo al planteamiento general del tema. (PASTORE, 2008, p. 20)

Si Pastore convirtió la tierra en objeto de estudio, Francisco Gaona (1901-1980) hizo lo propio con el movimiento social y obrero al mismo tiempo que criticó duramente a los cronistas o "meros compiladores" que se dedican a cortar y pegar retazos de la historia. Estás son sus palabras:

> Nuestros historiadores jamás concibieron que la historia y los hechos históricos estuvieron estrechamente relacionados con la política nacional en las distintas etapas de nuestra evolución (…) Nuestros historiadores, muchos de los cuales son de los llamados de "tijeras y engrudos", temerosos de complicarse en el aterrizaje sobre estos problemas, de suyo complejo, inventan en un caso, o tratan de justificar, en otros, tesis negadas por la realidad y la experiencia de otros pueblos. (GAONA, 1967, p. 20)

Años después, las investigaciones de la eslovaca Branislava Susnik (1920-1996) sobre los archivos nacionales se tradujeron en prolíficos productos editoriales que narraron la historia documental del indígena en el Paraguay durante la Colonia. Con humildad, la autora escribió en la introducción del *Indio Colonial del Paraguay* lo siguiente:

> Solo pretendo con este trabajo presentar algunos hechos más importantes para una mejor comprensión de la vida del indígena en la época colonial, tal cual puede deslindarse de los documentos conservados. Espero haberlo conseguido. (SUSNIK, 1965, p. 8)

Más tarde, Josefina Pla (1903-1999) –de origen canario y nacionalizada paraguaya- irrumpió en la narrativa local con *Hermano Negro* (1972) y puso en resalto que en el Archivo Nacional del Paraguay abundan los detalles curiosos acerca de la esclavitud en el país*:*

> Lastimosamente, esos documentos se encuentran, como los referentes a otros aspectos

> históricos, fantásticamente dispersos y no resulta fácil reunirlos en cuerpo coherente, sin contar con que esa abundancia supone ni muchos menos exhaustividad. (PLÁ, 2011, pp.13-14).

Esta frase parece que animó la búsqueda de más datos sobre los negros y sobre la esclavitud en el Paraguay (que hasta entonces era negada) como un movimiento revolucionario contra el establishment. La pluma se multiplicó en muchos trabajos que acusan a la fecha buena lectura e interés en jóvenes generaciones.

Hace 50 años, Bartomeu Meliá (1932-1919) en la presentación del libro *Historia de los pobres del Paraguay* de Margarita Durán (1944), escribió unas líneas con las cuales coincidimos en gran parte para elaborar este Dossier:

> "Los libros de historia están llenos de nombres grandes de grandes dominadores, que en vez de estar con el pueblo, estaban sobre el pueblo. Y el pueblo era muchas veces el servidor de sus propios opresores. Con su trabajo el pueblo alimentaba al perezoso, con su sufrimiento mantenía la alegría del egoísta, con su sangre derramada en el campo de batalla muchas veces fortalecía el poder y los intereses de quienes habían hecho de la patria su estancia. Y la patria no es la estancia de nadie, no debe serlo. La patria es de todos". (MELIÁ, *apud* DURÁN, 1972, p. 5)

Así como cabe una rescritura de la historia de los paraguayos/as desde abajo, hay una época reciente salpicada de una narrativa autoritaria e idolátrica. La Dictadura de Stroessner no es bien contada ni en la escuela ni en los libros que acompañan la educación. Como dice Ignacio Telesca:

> El campo historiográfico durante la dictadura es aún un tema pendiente de investigación al igual que el uso de un historiador oficial por parte del régimen stronista. Los manuales escolares y textos de secundaria han formado a generaciones paraguayas, y lo siguen haciendo hasta hoy día por falta de actualización en esta área de estudio en la comprensión de la raza paraguaya, fruto del noble español y del guerrero guaraní. (TELESCA, 2020)

En resumen, los autores más influyentes que sientan las bases de la historia social del Paraguay son nacidos, generalmente, en los primeros años del siglo XX y se concentra la edición de sus trabajos en la segunda mitad de 1900, coincidente con la era de los gobiernos autoritarios de corte militar. Las obras de Bertoni y Pastore, según la cronología, son precedentes de la producción crítica que irrumpió -poco comprendida por cierto para su tiempo- en la historiografía paraguaya entre 1965 y 1972. En la Tabla 1, presentamos una relación de aquellos antecedentes ineludibles para estudiar la historia social de Paraguay.

Tabla 1. Relación de autores comprometidos con la historia social del Paraguay

	Título	Autor/a	Actores sociales	Edición
1	*La civilización guaraní.*	Moisés Bertoni	Guaraníes	1922
2	*La lucha por la tierra en el Paraguay: proceso histórico y legislativo.*	Carlos Pastore	Campesinos	1949 (1972)
3	*El indio colonial del Paraguay. El Guaraní Colonial.*	Branislava Susnik	Indígenas	1965
4	*Introducción a la historia gremial y social del Paraguay.*	Federico Gaona	Obreros, sindicalistas	1967
5	*. La esclavitud en el Paraguay.*	Josefina Pla	Negros	1972
6	*Historia de los pobres del Paraguay*	Margarita Durán	Pobres	1972

Elaboración propia

La organización de los artículos aprobados para integrar el Dossier se corresponde con un orden cronológico. Se incluye en primer lugar el trabajo de Aldo Torres Lesme sobre la historia de Tapúa, un poblado formado en las afueras del Fuerte de Asunción donde existieron mezclas de culturas europeas y aborígenes, cuyos conflictos, economía, comunicación y religión parecen indicar que fue la ciudad más antigua del Paraguay colonial y la de mayor relevancia por sobre la llamada “Madre de Ciudades”, hoy Capital del Paraguay, si bien “eclipsada” como indica el autor.

El Dossier sobre Historia Social del Paraguay prosigue con dos trabajos más que rescatan actores sociales de mediados del siglo XIX poca veces reconocidos y muchas veces sometidos a las élites como fueron los pardos y las mujeres, abarcando los periodos de gobierno de Carlos Antonio López (1844-1862) y Francisco Solano López (1862-1870).

La opacidad del protagonismo de ciertos hombres y mujeres frente a las proezas de héroes, generalmente militares, ha sido una constante de la historiografía local. Como un modo de realzar el papel de la mujer en la historia la voz guaraní *kuña guapa* (mujer hacendosa, valerosa, trabajadora) antes de producir ese propósito impide visualizar otras historias de vida. Esto es lo que el elocuente título del trabajo de Viviana Paglialunga, con el apoyo de documentos que datan entre 1847 y 1860, quiere indicar: “ni sumisas ni sometidas”.

Por su lado, Jorge García Riart plantea una métrica peculiar (colorimetría) para identificar los significados de los tonos de color atribuidos a diferentes soldados y reos pertenecientes a una casta social que en principio se originó por la mezcla del negro con el blanco y viceversa, aunque también tiene rasgos de que se configuró a partir de la unión de negros con indígenas y viceversa. Se trata de los pardos que existieron en el país a pesar de los intentos intelectuales de negarlo. Su trabajo sienta las bases para revertir la tesis

tradicional del blanqueamiento de la piel del criollo o mestizo paraguayo utilizando datos de filiación escritos por autoridades públicas entre 1862 y 1865.

Dentro de la misma época, no exenta de tensiones ideológicas y conflictos sociales, Claudio José Fuentes y Florencia Falabella analizan un grupo de caricaturas periodísticas producidas en el contexto de la Guerra Contra la Triple Alianza (1864-1870) que representan la tensión entre los valores de civilización y de barbarie. La metodología que introducen los autores se plantea también como una aproximación al necesario estudio de los discursos y las mentalidades políticas y sociales de la época.

Hacemos el tránsito hacia el siglo XX para desenterrar no documentos que comprueben las atrocidades de la Dictadura de Alfredo Stroessner (1854-1989), sino la producción audiovisual paraguaya que ha cobrado fuerza en los últimos tiempos, en especial un filme que ha merecido estudios académicos para conocer los estragos del autoritarismo en el Paraguay. Sobre la base de entrevistas, artículos periodísticos y, fundamentalmente, teniendo como guión la película “Matar un muerto”, Tereza María Spyer Dulci y Manuella Sampaio da Silva argumentan que persiste un contexto neostronista en el Paraguay actual salpicado por la permanencia de políticos intrínsecamente ligados a la tiranía pasada.

Precisamente, entre otros legados históricos que arrastra el Paraguay contemporáneo, cabe subrayar la situación de marginación del indígena que como consecuencia de un modelo económico agroexportador vigente debe dejar su identidad original para convertirse en un indígena de ciudad. Marcelo Bogado describe las teorías que explican la migración de indígenas al Área Metropolitana de Asunción al tiempo de apostatar contra la idea histórica que 6 pueblos indígenas, los cuales incluye en su escrito, no pueden vivir en el área urbana.

Hemos compilado seis ensayos originales, provenientes de centros de investigación y universitarios de Paraguay y Brasil, escritos por ocho autores, que coinciden fundamentalmente en poner en relieve a actores sociales así como imaginarios tradicionalmente no contados por la historiografía oficial.

Aldo Torres explica las tensiones entre indígenas, españoles y afrodescendientes en un territorio colonial, Viviana Paglialunga reniega de la condición de sumisas y sometidas de las mujeres decimonónicas así como Jorge García Riart supone el papel del negro en el oscurecimiento de la tez del mestizo paraguayo. También se exponen las historias de las organizaciones contestarías al régimen dictatorial de Alfredo Stroessner.

No todas las fuentes colocadas en este compendio de historia social son escritas o primarias como se acostumbra en los estudios de historia. Contrariamente, también, tenemos métodos de etnografía social que se resuelven a través de nuevas fuentes.

Así, Claudio Fuentes y Florencia Falabella nos proponen “leer” las caricaturas

incluidas en periódicos del siglo XIX y Ma. Tereza Spier Dulci y Manuella Sampaio da Silva nos invitan a recuperar la filmografía paraguaya para entender nuestros propios procesos históricos.

En la Tabla 2, entregamos la relación de artículos incluidos en el Dossier y su relación con los actores sociales (no tradicionales) y los periodos de estudio. Por cierto, el margen temporal del dossier nace en los años 1600 y se proyecta hasta nuestros días: son cinco siglos de historia.

Finalmente, queremos mencionar que la publicación del Dossier de Historia Social del Paraguay dentro de *Trilhas da Historia* coincide con el bicentenario de fallecimiento de Félix de Azara (1746-1821), cuyas crónicas sobre el Paraguay y la Región son también referencias obligadas para iniciar un estudio profundo sobre la historia natural, la etnografía y la geografía, entre otras disciplinas.

Agradecemos al cuerpo académico, docentes y discentes, del curso de Historia de la Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, al cual está adscripta *Trilhas da Historia*, por hacer posible la edición de este Dossier sobre Historia Social del Paraguay.

Tabla 2. Relación de artículos que integran el Dossier

	Titulo	Autor/a	Actores sociales	Período
1	TAPUÁ. UNA APROXIMACIÓN A SU HISTORIA SOCIAL	Aldo Torres Lesme	Indígenas, afrodescendientes	s.XVI-s.XX
2	NI SUMISAS NI SOMETIDAS. LA MUJER PARAGUAYA DESDE LAS FUENTES (1840-1860)	Viviana Paglialunga	Mujeres	1840-1860
3	LOS COLORES DEL PARDO EN EL PARAGUAY A PARTIR DE DATOS DE FILIACIÓN DE FUGADOS Y DESERTORES ENTRE 1862 Y 1865	Jorge García Riart	Soldados y reos pardos	1862-1865
4	IMÁGENES DE CIVILIZACIÓN Y BARBARIE EN CARICATURAS PUBLICADAS DURANTE LA GUERRA CONTRA LA TRIPLE ALIANZA (1864-1870)	Claudio José Fuentes y Florencia Falabella	(Imaginarios sociales y políticos)	1864-1870
5	DESENTERRANDO MEMÓRIAS: A DITADURA PARAGUAIA EM “MATAR A UN MUERTO”	Ma. Tereza Spier Dulci y Manuella Sampaio da Silva	Organizaciones contestatarias a la Dictadura	1954-1989
6	LA RECIENTE MIGRACIÓN INDÍGENA A LA REGIÓN METROPOLITANA DE ASUNCIÓN	Marcelo Bogado	Indígenas	1940-2019

Elaboración propia

REFERENCIAS

BERTONI, Moisés (1922). Civilización guaraní. *Parte I: etnología, origen, extensión y cultura de la raza karaí-guaraní y protohistoria de los guaraníes*. Puerto Bertoni. 1922.

BREZZO, Liliana M. ¿Aislamiento e independencia? Algunos pasos recientes de la historiografía en Paraguay. *Diálogos* - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá Brasil, vol. 13, n. 3, 2009, pp. 533-552.

DURÁN, Margarita. *Historia de los pobres del Paraguay*. "Colección Oñondivepa" 2, Asunción. 1972.

GAONA, Francisco. *Introducción a la historia gremial y social del Paraguay.* Tomo I. Asunción, Buenos Aires: Arandú. 1967.

PASTORE, Carlos. *La lucha por la tierra en el Paraguay.* Asunción: Intercontinental. 2008.

PLÁ, Josefina. *La esclavitud en el Paragua***y**. Asunción. Intercontinental. 2011.

SUSNIK, Branislava. El indio colonial del Paraguay. *El Guaraní Colonial*. Museo Etnográfico "Andrés Barbero". Asunción. 1965.

TELESCA, Ignacio. El mestizaje en Paraguay como categoría analítica en la obra de Branislava Susnik. *Suplemento Antropológico,* vol. LV, n. 1, junio 2020, pp. 77-106.

ARTIGOS
DOSSIÊ

TAPUÁ. UNA APROXIMACIÓN A SU HISTORIA SOCIAL

TAPUA. AN APPROXIMATION TO ITS SOCIAL HISTORY

TORRES, Aldo Lesme[1]
http://orcid.org/0000-0001-7386-5804

RESUMEN: Esta investigación se basa en documentos primarios y bibliografía especializada para presentar una primera aproximación a la compleja y variada historia de la antigua región de Tapuá, ubicada en el Paraguay, contigua a la capital del país. Esta área geográfica ha sido una zona de frontera histórica, de tránsito y mezcla y conflicto de culturas europeas y aborígenes. Su historia, no obstante, ha sido eclipsada por el protagonismo de la ciudad de Asunción y algún mito fundacional. El escrito incluye aspectos de la historia social de Tapuá: las personas que lo poblaron, sus conflictos y dramas, la economía, el comercio, la comunicación, la religión, en suma, las vivencias propias de una sociedad humana compleja en su desarrollo y conformación.

PALABRAS CLAVE: Tapuá; Zona Fronteriza; Guaraníes; Payaguá; Indígenas Chaqueños; Españoles; Mestizos.

ABSTRACT: This paper is based on primary sources and specialized bibliography in order to present a first attempt at the complex and wide-ranging history of the ancient region of Tapua, located in Paraguay, next to the capital city of the country. This geographic area has been one of historical frontier, of transit and mix and conflict of cultures both European and Aboriginal. Its history, notwithstanding, has been eclipsed by the leading role of Asuncion and a foundational myth.This research includes aspects of the social history of Tapua: the people who inhabited it, their conflicts and hardships, their economy, their commerce, their communication, their religion, all in all, the experience which comes with any complex human society in its developing and configuration.

KEYWORDS: Tapua; Borderlands; Guaranies, Payagua; Chaco Aborigines; Spaniards; Mestizos.

1 Aldo Torres Lesme. Lic. en Historia, Lic. en Lengua Inglesa y Especialista en Didáctica de la Educación Superior por la Facultad de Filosofía de la Universidad Nacional de Asunción. Maestrando en Flacso-Py. Fundador del Centro de Investigaciones de Historia Social del Paraguay (CIHSP). E-mail: aldo.saeta@gmail.com

1. **INTRODUCCIÓN**

La historia cuenta que la ciudad más antigua del Paraguay es Asunción, su capital, fundada por españoles en el año 1537. Y es que, tradicionalmente, la historia solo se consideraba desde la introducción de la escritura, técnica que los conquistadores trajeron consigo, al igual que la del archivo. Lo demás era considerado como pre-historia.

Cuando los españoles llegaron a la región que denominarían fuerte Nuestra de la Asunción, lo hicieron a una tierra ocupada por aborígenes guaraníes asentados en la misma. El topónimo dado por ellos a su área vital era Tapuá.

Estos aborígenes, desde luego tenían su historia en el lugar: allí vivían, danzaban, cultivaban, por ella peleaban y desde ella mantenían relaciones de distinto tenor con culturas diferentes como la de los indígenas chaqueños más allá del río Paraguay, y una que -con una pequeña licencia, podría llamarse intermedia, la de los payaguá.

El elemento español era el factor nuevo. Ellos dieron un nombre castellano y católico a parte de Tapuá. Este término quedó en el último lugar del largo nombre de la ciudad de Limpio. De la historia de Limpio se colige que no se sabe la fecha exacta de su fundación española, aunque se sabe que era parte del antiguo Tapuá.

Entre Limpio y Asunción, se encuentra la ciudad de Mariano Roque Alonso, que inició como colonia en el año 1926 y tras sucesivas elevaciones de categoría en 1945 y 1977, respectivamente, se convirtió en ciudad. Exactamente 440 años más tarde que la capital del país.

Lo que motivó la presente investigación, principalmente, ha sido indagar qué más se puede saber acerca de la región de Tapuá, porque ciertamente no se inició su historia con la llegada de los españoles ni terminó con ella. Tampoco, evidentemente, fue la del encuentro idílico hispano-guaraní. La conquista que, de cierta manera, eventualmente, casi borró el nombre de Tapuá y su historia es la que permite saber que existió Tapuá, más allá de Asunción, y qué pasaba en ella.

La propuesta, entonces, es delinear a grandes rasgos aspectos sociales, económicos y políticos que han perfilado la historia de Tapuá en los siglos XVI, XVII, XVIII y XIX. Con esto se pretende no solo mantener y revitalizar un topónimo guaraní, si bien ya transformado por su uso en el tiempo, sino también recuperar parte de la historia desde donde se construyó la historia propiamente.

El presente trabajo es una investigación cualitativa, con un diseño etnográfico-crítico, a partir de fuentes primarias, consistentes en documentos del Archivo Nacional de Asunción y el Archivo General de Indias, así como una bibliografía histórica especializada seleccionada.

El marco temporal abarca documentos y estudios hechos entre los siglos XVI y XIX. Se incluye tablas de elaboración propia, a partir de datos de fuentes primarias.

2. ETIMOLOGÍA Y UBICACIÓN GEOGRÁFICA

Según González Torres (1994, p. 173), el topónimo Tapuá devendría de "*Itapu'ä*, piedra levantada, que emerge". El mismo autor indica que:

> Los indios Carios conocían con el nombre de Tapuá el área comprendida por el río Salado al Norte, Loma Pytá al Sur[1], Ñu Guasú al Este y el río Paraguay al Oeste, tierras del cacique Moquirace… En esa área existía el puerto de Tapuamirín, sobre el río Paraguay. Fray Luis de Bolaños erigió la reducción franciscana de San José de los Campos Limpios hacia el año 1600 en esa región.

Por otra parte, en el censo del año 1846, se describe la siguiente ubicación para la parroquia de Limpio: "distante [de Asunción] cinco leguas[2] al Naciente, cuya dicha feligresía tiene al Norte una legua, al Sud tiene una legua, al Poniente dos leguas poco más o menos, al Este, dos leguas poco más o menos, siendo su circunferencia seis leguas poco más o menos" (ANA-SNE vol. 3299, f. 107).

Esta ubicación, en su perímetro Sur, coincide casi con exactitud con los límites actuales de esta ciudad con la de Mariano Roque Alonso.

3. TAPUÁ, LUGAR PRIMIGENIO DE LA CONQUISTA

En el libro *Naufragios*, de Alvar Núñez Cabeza de Vaca, se incluye la relación que hiciera Pero Hernández acerca de su estadía en Asunción en el siglo XVI. En efecto, dice Hernández (1906, p. 321) que Irala "veníase a tierra de los carios…a un puerto que se dice de Tapuá, donde tenía una hija de un principal de allí y estaba allí quince a veinte días, y los que con el andaban le llamaban el puerto de la jodienda".

Esta es probablemente una de las primeras referencias que se tiene acerca del puerto de Tapuá, que, a seguir la versión de Hernández, era un lugar en el que los primeros conquistadores se entretenían con la compañía de mujeres nativas. En cuanto a sus orígenes como población mestiza, Kleinpenning (2011, p. 182) anota que:

> De Limpio (Tapuá) se sabe que su origen se remonta a finales del siglo diecisiete, cuando el gobernador Rege Corvalán y el cabildo de Asunción tuvieron la idea de concentrar a la población dispersa en el campo de los alrededores de la capital en dos nuevas villas, una al norte de la capital en el valle de Tapuá y otra al sur, en la planicie de Guarnipitán,

1 ¿Por qué se excluiría ya a la Asunción de 1537?
2 Aproximadamente 25 kilómetros.

> y que luego de mucho retraso, se fundó Limpio en el año 1785.

Esta es una versión diferente acerca de la fundación de Limpio. Ya no es alrededor del año 1600 y por parte de Franciscanos, sino que por una decisión de gobierno y a fines del siglo XVIII. Acerca de los Franciscanos se tiene datos de que habrían montado un obraje de textiles en la región, del que no se tuvo más noticia con el tiempo[3].

4. FRONTERA Y CONFLICTO

Cairo Carou (2001, p. 33) repasa la tradicional distinción entre límite fronterizo y región de frontera, equivalentes a los términos del inglés *boundary* y *frontier*, respectivamente, para aclararlos. Un límite fronterizo, explica, es una línea exacta en el mapa, que sirve para marcar la distinción entre dos entidades políticas, mientras que una región de frontera es un área de transición entre lo conocido y lo desconocido.

Además, existe un tercer término, que es el de zonas fronterizas o *borderlands*, que denotan un espacio de transición, "en la que las comunidades políticas se interpenetran mutuamente, y en las que sus habitantes, de uno y otro lado, comparten vivencias, tienen frecuentes contactos e incluso forjan lazos familiares" (Cairo Carou, 2001, p. 33).

Las fronteras, además, son una especie de líneas de fuerza, límites defensivos de la comunidad en su relación con otras comunidades, y tienen, por tanto y entre otras, una función simbólica y de identidad, que distingue a los de aquí en contraposición a los de afuera, y a nosotros de ellos.

En lo relativo al área de este estudio, el río Paraguay constituía la frontera natural de la conquista contra los indios llamados infieles, o bárbaros. A lo largo del río, costa arriba y costa abajo del centro del poder, es decir, de Asunción, se construyeron defensas militares para resguardar el territorio. Aguirre (2003, pp. 386-7) refiere que:

> Por lo que respecta a la frontera ya Patiño de Haro nos dijo se componía de 30 leguas con 12 presidios; pero para que se tenga alguna más individualidad, diremos que el gobernador Andino…el 12 de febrero de 1667 dijo: que en la fortificación consistía el remedio y la conservación de la provincia y que con lo pedido se podría ayudar a la fábrica de los fuertes de Guirai Yai, La Frontera y Tobati y perfeccionar el de Tapues.

A mediados del siglo XVII se construyeron dos presidios en la región de Guyrai[4]

3 Ver Kleinpenning (2001, p. 610).

4 Acerca de Guyrai, refiere Aguirre: "Esta es la costa septentrional de la ciudad hacia Tapuá que hoy no se conoce ninguna parte con tal nombre. Consta que la isla de Guirai, hoy de San Miguel, por estar próxima al presidio de este nombre, se llamó de las Yeguas y que en efecto se

(Ybiray). Es probable que estos hayan sido los de San Miguel y San Sebastián, que luego dejan de aparecer en los documentos. Los presidios, refiere Aguirre, se levantaban y sostenían a costa de los vecinos y para las construcciones generalmente se utilizaba mano de obra indígena.

Durante toda la colonia, sobre todo hasta la primera mitad del siglo XVIII, se registró conflictos en la región de Tapúa entre los españoles, mestizos y guaraníes contra los indios chaqueños. En el año 1660, el gobernador Alonso Sarmiento de Figueroa, planificó el fortalecimiento de las defensas de la ciudad de Asunción en su frontera norte, específicamente en el valle de Tapuá.

El gobernador creía necesario resguardar la región con un fortín militar, con cuya protección pudiera poblarse y cultivarse las tierras, para tener seguridad alimentaria. Se realizó, preliminarmente, una consulta acerca de la situación de social en el área.

El maestre de campo Cristóbal de Balbuena (60) confirmó el pillaje de los guaycurú, y refirió que se había producido un enfrentamiento con los mismos, en el que se hirió a un indio y se requisó de ellos nueve chusos y cinco cuchillos. “Los demás naturales infieles huyeron y se arrojaron al río y nadando pasaron a la otra banda del que es tierra no conquistada y donde tienen su asistencia y caseríos…” (ANA SH vol. 24 n1 f. 3 vto.).

Balbuena explicó que los indios guaycurú habían entrado más de legua y media tierra adentro, en chácaras de españoles. Afirmaba que las tierras de Tapuá-guasú eran las más fértiles y “había cantidad de viñas que se han dejado perder por la poca seguridad que en ella había de dicho enemigo [guaicurú]…” (ANA SH vol. 24 n1, f. 4).

Otros declarantes fueron Juan Esteban de Zárate (61), capitán y cabo del puesto de Tapuá-guasú, Bartolomé de Salazar, Blas de Enciso, vecinos de la ciudad y soldados en el puesto de Tapuá-guasú, y Francisco de Espínola (78), vecino feudatario de Asunción, quien decía que la provincia corría el riesgo de que le pase lo que le estaba pasando a Chile, por las constantes invasiones de los guaycurú. Todos consideraban necesario construir el fuerte.

Luego de esta información sumaria, Sarmiento de Figueroa explicó, en abril de 1660, que, al poco tiempo de iniciar su gobierno, en 1659, se había visto naturales guaicurú en cantidad de aproximadamente cien hombres de armas, “sin la chusma que trajeron”[5] y “pidieron rescatar cera y otros géneros de sus tierras, que por costumbre antigua comercian con los españoles de esta ciudad” (ANA SH vol. 24 n1 f 10).

encerraban en ellas los caballos para la guardia y defensa de la ciudad. Todo así, lo menos hasta los tiempos del general don Antonio de Añasco” (p. 387).

5 Chusma: mujeres y niños.

El gobernador refirió que aceptó darles pasaje y hubo una conferencia. A los guaicurú "…a cuyos caciques y principales, por intermedio de intérpretes de ambas partes, se les habló en la lengua guaraní de los indios cristianos de esta provincia…" (ANA SH vol. 24 n1 f 10), se les prometió buen tratamiento si ellos conservaban su palabra. No obstante, según los españoles, robaron caballos en las chácaras de Tapuá-guasú, fueron perseguidos, y escaparon a la otra banda del río Paraguay, a nado y entre las balas.

Sarmiento de Figueroa recordó en su escrito una matanza hecha en la chacra del capitán Martín Suarez de Toledo (1520-1584), padre de Hernandarias. La construcción del fuerte, que se decidió sobre la base de estos datos, se detalla mas adelante de esta investigación.

Siguiendo con el relato de los conflictos entre las diferentes sociedades, se lee que, hacia 1674, "… dieron los enemigos en los pagos de las salinas y Tapuá-guasú de día claro, cosa que se dudaba haber sucedido otra vez en la provincia. Se perdieron 168 personas de ambos sexos; muerto un sacerdote, 27 españoles y algunos indios y los demás cautivos. Robaron 300 caballos y mulas y viniendo después al potrero de la ciudad se llevaron otros 800 caballos" (Aguirre. 2003, pp. 392-3).

Más adelante en tiempo, en el año 1735, siempre según Aguirre (2003, p. 453), se apunta que los payaguá habrían hecho prisioneras a muchas personas, que fueron rescatadas por el gobernador Echauri en el castillo de San Ildefonso:

> por plata, herramientas y otros géneros…acabado el rescate, en el mismo lugar a presencia del gobernador y su acompañamiento hicieron algunas muertes y nuevos cautivos. Hecho el rescate propusieron al gobernador tratar las paces, pidieron bajase a la rivera, pero no quiso y mandó sus comisarios. La paz fue que estando éstos abajo, empezaron los payaguá a macanazos; defendieron de emboscada la vereda de la bajada y no los forzaron y por debajo de la barranca se fueron llevando los cautivos, que después rescató el mismo gobernador en Arecutacuá.

Posteriormente, estando bajo paz los payaguá, "…avanzaron en Tapuá a la casa del sargento mayor don Pedro Otazú; mataron 14 personas, cautivaron 23 y dejaron solas 6 mal heridas. Entre éstas doña Francisca Caballero, mujer del referido Otazú, quien libró porque estaba refaccionando el castillo de San Ildefonso" (Aguirre, 2003, p. 460).

Otro documento que aporta luz acerca de los avatares suscitados en la región de Tapuá a comienzos del siglo XVIII es un extenso legajo que obra en el Archivo Nacional de Asunción y corresponde a un compendio de las relaciones entre españoles, guaraní, payaguá y guaicurú.

La primera relación en el legajo es una investigación hecha en 1705 por el gobernador Joseph de Avalos y Mendoza, en la que se tomó declaración a un indio tupí que al parecer se encontraba entre los payaguá y cayó prisionero. Este indio expresó que los payaguá se mantenían de los robos en chácaras, muchas veces en contubernio con los indios guaicurú. Asimismo, indicó que los payaguá aborrecían a los guaraní.

Por otra parte, refirió que habían planeado el robo de herramientas de un astillero cerca del Castillo de San Ildefonso, en donde se estaba construyendo una embarcación. Según sus declaraciones, las armas de los payaguá eran los arcos y flechas, las macanas y sus propios palos para bogar sus canoas.

Luego, en el mismo volumen, se tiene la constancia de no haber podido tomarse declaración a un payaguá, también capturado "por no haber otro intérprete ladino que pueda explicar lo que pudiera decir, y no entender el idioma guaraní" (ANA SCyJ vol. 1459 n1, f. 5 vto.). El guaraní era la *lingua franca* en el Paraguay. Casi siempre.

Ya en tiempos del gobernador García Ros, se refirió quejas acerca del rompimiento de paz por parte de los payaguá, que habían matado a dos indios guaraní y a dos españoles pescadores en sendos sucesos. Se ordenó, a raíz de esto, no pasar a la otra banda del río y que tanto españoles, como indios y mulatos no se atrevan a ir al Chaco. Además, "que las mujeres que bajan a los puertos a coger camarones, desde la publicación de este bando, no lo hagan sin noticia de mi maestre de campo general o sargento mayor" (ANA SCyJ vol. 1459 n1, f. 6 vto.).

En el año 1707, durante los gobiernos de García Ros y Manuel de Robles, se había intentado hacer la paz con los payaguá. Robles les había permitido tomar puerto en el Castillo de San Ildefonso, donde comerciaban con españoles, con mantas, piezas de indias y muchachos (esclavos indígenas) que traían luego de guerras con otras naciones bárbaras, y llevaban comida, ropas, tabaco y otros frutos de los españoles, aunque no se permitía que compraran herramientas.

En aquel tiempo, se realizó una conferencia con tres aborígenes payaguá en Asunción, por medio de los intérpretes Lázaro, un indio ladino en idioma payaguá, y otro llamado Fernando, tupí, que había sido prisionero de ellos, y era ahora sacristán de la iglesia de la Encarnación. Seguidamente, se realizó otra conferencia. La intención era lograr la paz y la conversión a la fe católica de los payaguá, que además deseaban venir con sus familias a la región oriental y asentarse.

Se les recordó que en ocasiones anteriores habían hecho mucho daño en tierras de españoles y guaraní, como fue el caso del asesinato del sargento mayor, Miguel de Barrios

y su hijo, que vivían cerca del Castillo de San Ildefonso. Además, la muerte del Capitán Ignacio Ruiz Díaz, y otro español, mientras pescaban, y la de dos indios del pueblo de Yaguarón que habían pasado a la otra banda, frente a Asunción, a cortar paja.

El gobernador pidió parecer al Cabildo, que creyó conveniente darles un sitio cerca del presidio de San Antonio, considerando que los payaguá eran gente de río, y se mantenían con mariscos[6], y que si se reducían y se convertían a la fe católica podían ser imitados por los demás de su nación y luego servir como vigías contra los guaycurú y otros enemigos.

A fines de 1707, el gobernador recibió aviso desde el fuerte de San Ildefonso, cuyo castellano era a la sazón Juan Ramos de Aponte, que habían llegado a ese puerto veinte indios payaguá con seis indias, para conferenciar acerca de las propuestas de avenirse a la paz. El intérprete del gobernador era el tupí Paranandú, que había sido prisionero de los payaguá. Los payaguá dijeron aceptar la paz y que sus familias estaban en una isla frente al castillo a corta distancia.

De Robles ofreció darles maíz, tabaco y yerba, así como abalorios, cuentas y zarcillos para las indias. Los payaguá se alojaron cerca de Asunción, al otro lado del río[7]. Cuatro de ellos fueron a reconocer la zona cerca del presidio de San Antonio, pero en el interín, los alojados huyeron a sus tierras. Un joven payaguá, de aproximadamente 16 años, escapó y volvió hasta el castillo de San Ildefonso, “por el amor que había cobrado a los españoles” (ANA SCyJ vol. 1459 n1 fs. 22 y vto.).

Este joven indígena explicó que los payaguá huyeron por el influjo de un indio hechicero de su nación, llamado Francisco. Los cuatro indios que fueron a reconocer San Antonio decidieron también volver a sus tierras. El joven igualmente huyó al poco tiempo.

Luego se tiene las actuaciones del gobernador de los Reyes Balmaceda, en el año 1717, diez años después de los sucesos arriba expresados. Entre los caciques indígenas payaguá mencionados en la serie de declaraciones en los folios del volumen se encuentran Carigue Yacaíra y Cava[8].

Consta en el documento la declaración de Pedro Pablo de Roxas Aranda, quien entendía que al parecer habría un intento de unión entre los payaguá de río arriba y los de río abajo, para atacar Asunción. Asimismo, expresó que en varias ocasiones encontró partidas de payaguá recorriendo de noche, a modo de reconocimiento de la ciudad y que se prevalecían del permiso de que gozaban para estar en la ciudad.

6 Hasta hoy en el jopará (mezcla del guaraní y el español), se llama “maricar” la acción de cazar comida o pescar.
7 En el Chaco’i o Mbiguá.
8 Carigue era líder de los de río arriba, mientras Yacaíra, de los de río abajo.

Posteriormente, consta la relación del castellano del presidio de San Ildefonso, Sebastián Ortiz y Zárate (54). Este vecino explicó que no tenía sosiego ni de día ni de noche por la acción de los payaguá, tanto en la costa como en el valle de su cargo poblado de españoles.

Expresó, por otra parte, que los payaguá, inicialmente, no debían pasar con sus canoas a Asunción sin parar en San Ildefonso, pero luego obviaron esto y comenzaron a pasar muchas canoas con doce, catorce y dieciséis indios en cada bote, todos gandules armados y almagrados[9], y por tierra en cuadrillas de veinte y treinta individuos. Refirió el castellano que había una capilla cerca del castillo y que aparte de payaguá habría indios Lenguas.[10]

Francisco de Aranda (36), vecino de Asunción, hijo de Joseph de Rojas Aranda, con chácara en Tapuá, refirió igualmente las osadías de los payaguá, quienes andaban en crecido número, armados, recorriendo el valle y exigiendo con altivez comida y otras cosas, sin respetar órdenes del castellano de San Ildefonso. A raíz de esto, según apuntó, el anterior gobernador había dado orden de que los payaguá anduvieran solo en grupos de hasta cuatro personas, sin armas.

Aranda había acompañado al castellano Sebastián Ortiz, con un importante número de soldados y un indio payaguá ladino en lengua castellana y guaraní, llamado Francisco, hasta las tolderías de los payaguá, para entregar la orden arriba expresada. El declarante rememoró que el intérprete habló en payaguá con los de su etnia, pero que ellos no habían entendido nada por ser un idioma que no hablaban.

Acto seguido, expresó que unos días después, un grupo de dieciocho indios payaguá, llegó hasta la chácara de su padre, el maestre de Campo Joseph de Roxas Aranda, que estaba contigua al castillo y la rivera del río Paraguay. Según sus comentarios, los payaguá forzaron la entrada y llegaron incluso a la casa, donde estaba su padre enfermo, quien se levantó de su cama, escopeta en mano. Los indios se retiraron cuando llegó el castellano con cuatro soldados más.

El Cabildo, a su turno, respondió que los indios payaguá habían sido antiguos enemigos de la provincia, desde su fundación y conquista, y que incluso había una bula pontificia que los condenaba por el pecado nefando[11]. Por ello, recomendaban que debía exigírseles rendir sus armas, asegurar a sus familias y enviarlos a Buenos Aires, o a alguna

9 Ataviados y pintados para hacer guerra.
10 Los Tobas, tal vez.
11 Sodomía.

reducción de los jesuitas.

En febrero de 1717 se consultó con los responsables de los presidios aledaños a Asunción, quienes, casi en su totalidad, reconocieron la necesidad de desarmar a los payaguá. El único que no firmó fue Julián Guerrero, del fuerte de San Sebastián, que dijo que los payaguá no le habían hecho daño.

El gobernador realizó un recuento histórico. Recordó un asalto en el año 1613 a pueblos indígenas "domésticos que servían a las dos ciudades"[12], por parte de los infieles, quienes mataron a numerosas personas e incluso incendiaron una iglesia y sus cruces. Asimismo, se incluyó una cédula real de 1618, en la que se autorizaba hacer la guerra a los enemigos que impedían la comunicación entre las dos ciudades. Todo esto, considerando que el oidor Francisco de Alfaro había prohibido hacerles guerra ofensiva (1613).

Con esto a la vista, el 18 de febrero de 1717, de los Reyes Balmaceda da la orden de desarmar a los payaguá, y que, con su chusma, en un solo cuerpo, marchen a la doctrina más remota a cargo de los religiosos de la Compañía de Jesús, en la jurisdicción de Paraguay o Buenos Aires, "con todo cuidado y amor, sin hacerles daño". Y es que los españoles siempre cuidaron las formas, sobre todo.

Según declararon los encargados de la misión, tanto los payaguá de río abajo como los de río arriba resistieron la orden y durante los enfrentamientos hubo muertos y heridos. En la refriega cerca del Castillo de San Ildefonso murieron, aproximadamente, veinticuatro payaguá y un español.

En este caso, los indios estaban legua y media distante del castillo, en una isla[13]. Soldados del castillo habían ido por tierra hasta ahí. Los españoles eran veintitrés hombres, y según el castellano Ortiz de Zárate, los indios contaban treinta y un guerreros. El castellano les habló en guaraní, "porque conoció a uno de ellos que estaba bien instruido en el dicho idioma" (ANA SCyJ vol. 1459 n1, f. 117), y que se llamaba Francisco Medina.

Luego de la intervención en las tolderías payaguá, a los prisioneros se los remitió a Santa María de Fe, Santiago, Santa Rosa y San Ignacio. La cantidad fue de: "6 indios grandes, 37 indias grandes, 9 varones pequeños, 13 hembras pequeñas" (ANA SCyJ vol. 1459 n1, f.141). Según refiere Aguirre (2003, p. 424), los payaguá destinados se convirtieron a la fe cristiana.

12 Asunción y Concepción. Este pasaje da cuenta de la existencia de un poblado importante en Concepción ya a comienzos del siglo XVII. Sin embargo, se tiene como dato histórico de la fundación de esta ciudad el año de 1773.

13 Quizá la isla de San Francisco, pues el documento menciona que la isla está entre dos brazos del Río Paraguay.

En cuanto al indio payaguá Francisco -que sabía español y guaraní, y por ello precisamente, ordenó se lo remitiera a la provincia de abajo, lejos de Asunción, "para que no tenga ocasión de volver a ésta" (ANA SCyJ vol. 1459 n1, f. 134). En efecto, por conocer buena parte de Asunción y sus alrededores, lo destinaron a Chile (ciudad de Penco), vía Sta. Fe. – Mendoza. (ANA SCyJ vol. 1459 n1, f. 145).

El escribano Juan Ortíz de Vergara es quien actúa en todos los autos de 1717. En varias declaraciones se intenta dejar constancia de la característica payaguá de la traición. Esta noción persiste hasta la fecha con aforismos como "trato payaguá", es decir, un trato que no se piensa cumplir[14].

De los Reyes Balmaceda explicó posteriormente que los payaguá habían sido aceptados en un contexto de hacer la paz, para reducirse y aprender la fe cristiana, además de servir como vigías contra los guaicurú-mbayás en el río Paraguay. Esto, como se verá luego, fue una función en la que efectivamente sirvieron.

Como es sabido en la historiografía paraguaya, Antequera fue designado juez pesquisidor para investigar acusaciones contra de los Reyes Balmaceda, una de las cuales era hacer la guerra injustamente contra los payaguá. Esto ocurría en el año 1722. Al tiempo de esta pesquisa, ya estaban muertos Paranandú, Antonio Bareiro y varios otros.

Antequera investigó a los declarantes en el legajo. Solo Lorenza Romero, quien "entiende la lengua castellana pero no sabe explayarse en ella" (ANA SCyJ vol. 1459 n1, f. 158), por lo cual requirió intérpretes, se ratificó en su declaración primera. El resto alegó que las declaraciones se las habían hecho firmar ya hechas y *ex post* y que en verdad no sabían de las maldades atribuidas a los payaguá.

Desde luego, Antequera continuó con sus investigaciones, las cuales eventualmente llevaron a la Revolución de los Comuneros, pero esta es otra historia. El legajo, aun cuando contendría exageraciones para justificar las acciones contra los payaguá, brinda interesantes detalles acerca de la compleja interacción entre españoles, mestizos, guaraní, payaguá y guaicurú en Asunción y sus alrededores sobre todo a inicios del siglo XVIII.

5. **FRONTERA Y SISTEMA DEFENSIVO: EL CASTILLO DE SAN ILDEFONSO**

5.1 **CONSTRUCCIÓN, PLANO**

Según Mann (2006, p. 15) "solo existen tres bases alternativas al orden: la fuerza, el

14 Juan Francisco de Aguirre, español, critica esta noción con gran sapiencia y argumenta las propias vilezas entre sus connacionales.

intercambio y la costumbre, ninguna puede durar en el tiempo. El Estado sí puede durar". En ese sentido, Mann (2006, pp. 16-17) entiende que el Estado cumple las siguientes funciones: mantenimiento del orden interior, defensa/agresión militar, mantenimiento de infraestructura de comunicación y redistribución económica.

Hacia la segunda mitad del siglo XVII, las autoridades de Asunción habían ordenado a las milicias realizar rondas a caballo, sobre todo a lo largo del río, en el área de influencia de Asunción. Las recorridas debían hacerse inclusive durante la noche.

En efecto, desde el gobierno consideraban imperativa la necesidad de fortalecer la defensa de la provincia, "para la conservación de esta república…" (ANA SH vol. 24 n1 f 12 vto.). Esto, a su vez, posibilitaría poblar y cultivar las tierras de Tapuá, que estaban prácticamente abandonadas.

En virtud de esta decisión se había llevado adelante la construcción del fuerte en Tapuá, acerca del cual se informaba que se reconoció el terreno:

> …por vista de ojos y tanteado toda la ribera y reconocido un puesto eminente que comprehende la mayor estrechura (roto) parte cómoda de sus pasajes, mando hacer un castillo tapiado con sus reductos fuertes al mejor modo de la tierra…su obra a la mitad, para el cual están señalados y alistados ochenta soldados de presidio a cargo de cuatro cabos nombrados y un castellano que asiste en dicha fortaleza que muestra el provecho en los efectos de que este enemigo se aleja tanto a los hurtos acostumbrados que le han sentido a ocho y nueve leguas de esta ciudad en los campos y estancias del río Piribebuy… (ANA SH vol. 24 n1 f. 10 y vto.).

Por tanto, mandó el gobernador se poblasen las chácaras y estancias de los pagos de Tapuá-guasú y Tapuáminí que quedaron vacíos y desamparados, en dos meses luego de la publicación del Auto. Si no lo hicieran, las declararía sin dueño, dándolas a las personas más beneméritas y a propósito para que las pueblen, "porque así conviene al servicio de su majestad, bien y utilidad de la República" (ANA SH vol. 24 n1, f. 11).

La orden se publicó con voz de pregonero y a toque de caja, la plaza pública de la ciudad, en día festivo. Lo hizo Francisco López, mulato. Era mayo de 1660. El Cabildo de Asunción, en julio de 1660, comunicó que ya estaba concluida la fortaleza sobre el río, dos leguas poco más o menos de esta ciudad, en las tierras de Tapuá-guasú y Tapuáminí. (ANA SH vol. 24 n1, f. 12).

El poblamiento por parte de los propietarios, no obstante, no se cumplió en el término establecido, y considerando que era necesario se ocupen de casas, sementeras y ganados para la conservación de la república y dichos pueblos de indios, el cabildo solicitó se declarasen las tierras vacías y se dieran a personas que las pueblen, y que si los indios

lo buscasen se les ha de hacer guerra defensiva que por cédula real de su majestad se les manda hacer a sangre y fuego (ANA SH vol. 24 n1, f. 12 y vto.).

El gobernador extendió el plazo por ocho días más. El castellano[15] nombrado era, a la sazón, Pedro de Belaustiqui. Por voz de un indio ladino en lengua española llamado Sebastián de la parroquia de San Blas fue publicado el auto en altas e inteligibles voces, en fecha 21 julio de 1660.

En agosto de 1660, el gobernador ordenó que el escribano "vaya al pago de Tapuá que dista tres leguas de esta ciudad, rivera de este río Paraguay y vea el dicho castillo y verifique la forma de él y en el estado que al presente está y mando que para más bien se dé a entender su planta se dibujen algunos mapas de él y se ponga uno en estos autos…" (ANA SH vol. 24 n1, f. 15).

El escribano Alonso Fernández escribió que había cumplido la orden y que incluso agregaba dos planos de la construcción que había visto. Uno de los planos fue enviado al virrey y otro a España. El que llegó a Europa se conserva en el Archivo General de Indias.

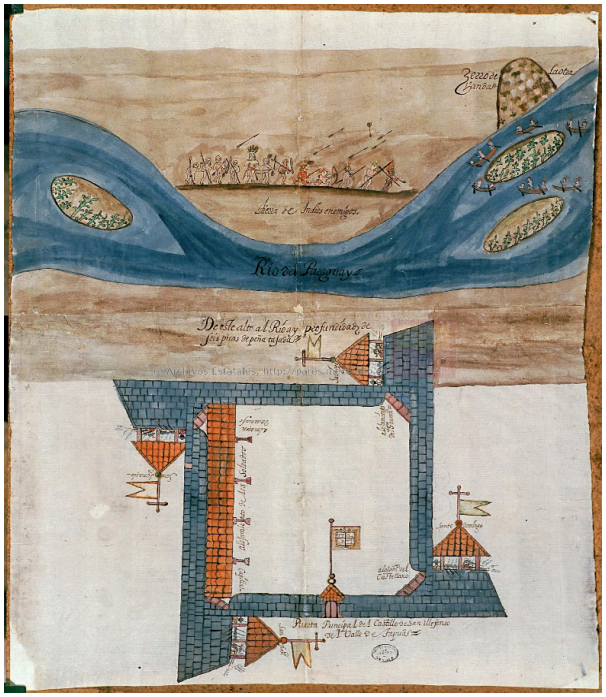


Imagen: Plano del Castillo de San Ildefonso, año 1660. Fuente: Archivo General de Indias.[16]

El escribano explicó que fue hasta el castillo y que lo vio con cuidado:

> de la forma y la planta que está dibujado en el mapa en ellos puestos, acabado, con

15 Castellano: encargado del Castillo.
16 Disponible en línea en: http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/17057

> puerta principal y un postigo con llaves fuertes, y reconocí por otras que he visto en el reino de Cataluña y costa de Levante donde he militado que es fortaleza para poderse defender con poca gente de número de indios y de otro cualquier enemigo que milite con armas de fuego por las razones siguientes: la primera, porque el puesto donde está edificado es preeminente y más levantado que la tierra dos leguas a él convecinas y no tiene otro que le supedite ni sea …para poderlo combatir aunque sea con artillería. La otra porque la muralla es de tierra …y piedra tosca y de vara y media de ancho (roto) y está fundado…encima de una barranca a pique con el agua que tiene de profundidad al parecer más de seis picas de piedra…en cuyo paraje se recoge dicho río en un cuerpo y está tan angosto que con un tiro de arcabuz alcanza una bala a la otra banda de él, y así mismo por el lado del postigo se abrió una senda secreta para bajar por agua al dicho río los soldados que en él hicieren guardia encubiertamente de forma que el enemigo payaguá, que es una de las naciones de indios infieles que navegan y viven en el agua y no habitan en tierra firme, lo pasaran con sus canoas en que navegan ordinariamente… del dicho castillo para esta ciudad sin el riesgo de las vidas que con gran facilidad perdieran y mediante dicho castillo se les ha quitado el paso, los habitadores de muchas chacras que estaban despobladas en dicho valle y su contorno con la seguridad de este enemigo se han alentado a poblarlas como con esfuerzo las están poblando … (ANA SH vol. 24 n1, fs. 16 y vto).

Además, mencionó que se había hecho una capilla en que se celebren los días festivos, de precepto, misas y alojamiento para más de cien hombres y vivienda para el cabo castellano que de él fuere y almacén para algunas armas y otro alojamiento para que el gobernador o persona que fuere en su nombre a visitarlo le sirva para su recogimiento “que están debajo de los terraplenes chapitelados que parecen en dicho mapa” (ANA SH vol. 24 n1, f. 17). Corría el mes de agosto del año 1660.

Con la fortaleza concluida y los plazos expirados para los propietarios originales, el Gobernador declaró vacantes las tierras y las ofreció a quienes las pudieran poblar. Se pregonó por voz de Miguel, indio y al toque de cajas de guerra.

Las tierras se vendieron por 50 Pesos en moneda de la tierra, por cada fanega, más el pago de media Anata. Quienes adquirieron propiedades en Tapuá, en las que se describe parajes como Tapuá-guasú y Tapua-miní, Guyraí, fueron: Sebastián de León y Zárate, el Reverendo Gabriel de Peralta, Dean de la Catedral de Asunción, y Comisario del Santo Oficio de la Inquisición y Cruzada en el Obispado de Paraguay, Diego Rodríguez, Juan Patiño, Pedro de Belaustiqui, castellano de San Ildefonso y Francisco de Roxas Aranda, en 1662, entonces castellano del fuerte de San Ildefonso.

5.2 INCENDIO Y RECONSTRUCCIÓN

En febrero de 1677, el gobernador Phelipe Rexe de Corvalán ordenó la realización de un sumario debido a un incendio que había destruido buena parte del castillo. El fiscal del

caso fue el alcalde ordinario Francisco Ortiz de Zárate. La investigación reveló interesantes datos.

Ortiz de Zárate detalla que encontró "…que había pasado fuego por él [el castillo], según sus cenizas que quedaron de madera y palmas que se quemaron, quedando como quedaron las paredes y algunas palmas sobre la puerta principal…" (ANA SCyJ vol. 1429 n3 f. 16). Observó también que el lugar estaba lleno de avispas.

Uno de los declarantes, el Cap. Pedro Espínola de Santacruz, quien tomó su guardia en el pueblo de indios de Arecayá quince días antes, relevando al Cap. Juan Díaz, refirió que el castellano Francisco de Albornoz había enviado a unos indios a limpiar el pajonal y las avispas que tenía el alojamiento de soldados del castillo, "y los indios anduvieron limpiando y quemando las avispas y que acaso quedara algún fuego en las palmas…" (ANA SCyJ 1429 n3 f. 16 vto.).

Agregó que la región estaba exhausta luego del socorro que prestaron para defender a Villa Rica contra la invasión de portugueses mamelucos de San Pablo, de donde volvieron los hombres con los caballos y su salud destrozados, razón por la que se les había concedido tres meses de descanso. El castillo, por tanto, había quedado abandonado, sin guardia, y con la madera de la estructura podrida. Igualmente, declaró que la peste de viruela había golpeado fuerte a los pobladores. Su análisis fue que el incendio ocurrió solo por un descuido de los indios que fueron a limpiar el lugar.

Otros declarantes fueron el Cap. Pedro de Orué, y el Cap. Juan de Arrúa. El legajo hace constar que:

> …este testigo tiene su chácara y casa muy cercana al río, y por eso está puesto en su misma chácara por centinela y espía contra los enemigos y con orden de que corra de abajo del dicho castillo desde un remanso[17] del río de esta parte debajo de la corriente hasta el itape [camino] de Tapuá mirí y que el sábado que contaron veinte días del mes de febrero próximo pasado, a mediodía, reconoció algún fuego en el dicho castillo y que sería el campo de aquella costa que lo pudiesen quemar los soldados que asisten en el pueblo de Arecayá, que tienen orden de hacer correría por ella y acostumbran quemar el campo por tenerlo desembarazado [por lo que] para la ocasión no fue a reconocerlo (ANA SCyJ vol 1429 n3 f. 18 vto.).

En el documento se lee que el capitán de guardia estaba en una correría hacia Tapuá-guasú al momento del incendio, y que el castillo llevaba ya un año aproximadamente sin soldados permanentes. El testigo reportó, además, que "si antes de la ruina era de algún

17 Es la primera mención encontrada en un documento de la palabra remanso referida al lugar del castillo, que hoy se llama Remanso Castillo. En este mismo lugar se inauguró en el año 1978 el Puente Remanso, el primero en unir las regiones Oriental y Occidental en el Paraguay.

provecho [el castillo] era porque los vecinos y soldados lo mantenían a su costa" (ANA SCyJ vol. 1429 n3 f. 19 vto.).

Seguidamente, prestó declaración el indio Pedro de Areyú (25), poblador de Arecayá, para cuyo efecto sirvió como intérprete Francisco de Roxas Aranda. El aborigen explicó que fue con otros dos indios, nombrados Matheo y Pedro "y que es verdad que con mechones de paja fueron quemando algunas avispas como pudieron y limpiaron dentro del castillo la basura que tenía…" (ANA SCyJ vol. 1429 n3 f. 20 vto.). Pedro aclaró que ningún español los había acompañado.

El gobernador solicitó, vía mandamiento, en noviembre de 1677, al corregidor del pueblo de indios de San Ignacio Misiones, que "sin dilación alguna despache cuarenta indios…para reedificar y restaurar el castillo de San Ildefonso, y para otros menesteres en que se han de ocupar convenientes al bien y utilidad de esta provincia" (ANA SH vol. 2 n 36). La orden seguramente se cumplió, pero el legajo queda en ella.

5.3 PROCESO POR ABANDONO DEL PRESIDIO

Veinte años después, en 1697, se inició un proceso al castellano del fuerte de San Ildefonso en Tapuá, Pedro de Orué y Zárate, debido al abandono que hizo de su puesto. El promotor fiscal fue Juan Joseph Bela. Los hechos, según consta en el legajo del sumario, ubicado en ANA SCyJ vol. 1595 n2, pasaron como sigue.

En Asunción se había escuchado unos tiros de arcabuz durante la noche, entre las 22:00 hs. y las 23:00 hs., más allá del presidio de San Miguel, por lo cual salió una partida de reconocimiento a caballo, marchando por la costa del río, hacia el norte. Los jefes y soldados de la patrulla llegaron hasta el castillo de San Ildefonso, pero no fueron sentidos, por lo que tuvieron que golpear repetidas veces la puerta principal.

Dentro del fuerte no hallaron sino ocho soldados y un cabo, quienes seguramente estaban dormidos. El castellano no estaba en su puesto, y los soldados del presidio informaron que éste se hallaba en su chácara. Dijeron, por otra parte, que ellos no hacían rondas de patrullaje.

El gobernador se enfureció por la negligencia en la custodia del castillo. Los Maestres de Campo Juan de Abalos Mendoza y Joseph de Roxas Aranda declararon que efectivamente los soldados del castillo, en número de nueve individuos apenas, no se percataron cuando llegaron hasta el fuerte, y solo cuando golpearon la puerta principal fueron recibidos.

El castellano, Pedro de Orué, de 60 años de edad, quien ya se hallaba preso en la cárcel pública por su falta, con un par de grillos puestos, declaró que no tenía oficio y que se

sustentaba de su trabajo, que era casado y natural del país. Asimismo, recordó que había servido al rey y a la provincia desde los 14 años, que no había chácaras en el contorno del castillo y que la frontera no había sufrido daños con él como castellano.

Agregó que "desde la despoblación del pueblo de indios de Arecayá, que estaba en el valle de Tapuá, y de los demás vecinos del lugar, le consta…no se ha usado [acostumbrado] ni observado las rondas por estar el valle desierto. Igualmente, refirió que las chácaras cerca del castillo eran recientes, que los soldados eran vecinos pobres y que su propia chácara estaba a un cuarto de legua del fuerte (aproximadamente 2 km.).

De todas maneras, el fiscal había insistido que hubo negligencia del castellano Orué, pues se puso en riesgo las tierras del valle y las demás aledañas. La sentencia propuesta fue la pérdida de la encomienda de indios de que gozaba Orué en el pueblo de Altos. El gobernador ratificó la condena. Orué solicitó apelación y le fue concedido el recurso, pero al parecer la encomienda se declaró vacante.

5.4 **PRESIDIO Y PUERTO**

Como presidio, el fuerte de San Ildefonso siguió funcionando durante los siglos XVIII y XIX. Continuó siendo, en efecto, parte del sistema defensivo denominado de Costa Arriba [del río Paraguay] y estaba entre Asunción y el presidio de San Joseph del Peñón. Además, funcionaba como puerto.

En cuanto a la composición de la fuerza que resguardaba el fuerte se tiene los siguientes datos. En primer lugar, una reseña general de armas practicada por orden del gobernador Felipe de Echauri, en el año 1736, da cuenta de que el presidio contaba con dos castellanos, llamados Francisco de Cáceres y Antonio de Torres, más catorce hombres.

Además, había cuatro compañías formadas. Cada compañía era comandada por un capitán. El total de soldados en las compañías ascendía a 63 hombres (ANA SNE vol. 82.2). Varios de estos hombres contaban con armas de fuego y caballos, y otros presentaron lanzas y adargas.

En segundo lugar, otra reseña general de armas practicada esta vez por el gobernador Carlos Morphy, en 1766, detalla la composición de la plaza de San Ildefonso del Castillo, con sus jefes, capitanes, tenientes y soldados. Había cuatro compañías formadas, con un total de 76 hombres (ANA SH vol 134 n37 92-161). Casi todos contaban con armas de fuego.

En tercer lugar, a fines del siglo XVIII, se tiene registros del Regimiento de Dragones de Tapuá, según consta en ANA SH vol. 155 n 5, del año 1790. El documento detalla el:

> …estado que manifiesta los Oficiales, sargentos, trompetas, cabos, granaderos,

> soldados, armamento y caballos de este Regimiento que de continuo hace el servicio a sus expensas en los fuertes y campaña de la expresada provincia, como así mismo los partidos de que se compone, puestos que guarnece y distancia que comprende la demarcación.
> Partidos: Guayaivyty, Ibangui, Itaugua mini, Tapitangua, Mbayue, Tapuá Guazú, Salado, Itaangua, Marambure, Tapuá mini, Arayu parte del norte, Itaugua Guazu (ANA SH vol. 155 n 5).

El comandante era el Tte. Cnel. José de Espínola y Peña. El segundo al mando era José del Cazal.

Su área de cobertura incluía:

> …los fuertes de Castillo, Peñón y Arecutacuá y los destacamentos de la Reducción de Melodía y Remolinos, se extiende la demarcación de este Cuerpo 20 leguas sobre la costa de este río que hace frente al Chaco. Faltan a este Regimiento 45 carabinas y 60 sables…porque, aunque algunos de estos individuos tienen armas de fuego propias, son trabucos cortos y la mayor parte de ellos una pistola, cuyo motivo es causa de que no se logren muchas acciones con los enemigos por el corto alcance del armamento, siendo este inútil para la instrucción y enseñanza que debe tener este cuerpo, pues en el día carece de toda pericia militar, y por esta razón están en blanco las casillas del armamento. 15 soldados por compañía de este Regimiento usan lanza por ser útil arma para atacar a los enemigos cuando llega el caso de encontrarlos en sus tolderías o desfiladero, y por esto se nombra en todas las expediciones una compañía de lanzas ligeras, según estilo del país. El número de caballos que se pone a cada compañía, corresponde al de tres por cada individuo, sin contar los oficiales. No va puesto sargento mayor miliciano en consideración a que este empleo solo debe recaer en persona perita en el arte y profesión militar, para el manejo, cuidado e instrucción de este cuerpo (ANA SH vol. 155 n5).

El personal, en total se componía de: Plana Mayor, tenientes, subtenientes, con 21 Sargentos, 12 Trompetas, 48 Cabos, 48 Granaderos, 600 soldados y 2196 caballos.

Ya en el siglo XIX, parte de los enemigos habían pasado a ser aliados. Así, en 1805, el gobernador interino, Pedro Gracia había dado órdenes para que indios payaguá hicieran rondas en canoas a lo largo del río Paraguay, sobre todo costa abajo, para interceptar a los guaycurú que hacían robos en la banda Este del río.

Uno de estos indios era el "caciquelo de la nación payaguá, José Ignacio Pasos (o Pasof), de la toldería del Castillo, que va mandando las dos canoas, y en cada una de ellas tres indios de su nación, que hacen el corso desde los yesos hasta la desembocadura del río Tebicuary" (ANA SH vol. 196 n9 44-48 f. 4). Otros payaguá tenían otras rutas de cobertura. El gobierno les proveía carne para su alimentación y una paga por el servicio.

El 13 de marzo de 1819, el Dr. Francia emitió un decreto en el que disponía la reestructuración del sistema defensivo del río Paraguay. El decreto expresa cuanto sigue:

> Los alistamientos que se denominan regimientos de milicia de costa arriba y costa abajo…jamás fueron disciplinados, ni aun uniformados. Nunca han tenido ni se les ha dado instrucción alguna de ordenanza, ni aun la precisa enseñanza en el manejo de las armas, de suerte que no han podido hacer ni han hecho otro género de servicio que el mismo que hacen los demás urbanos, sin distinguirse de ellos para el efecto en más que en el solo solo nombre de filiados. De este modo, tampoco han podido llenar el objeto de su institución, que fue el resguardo general de las fronteras, mucho menos en el día, en que los empadronados con este título casi enteramente se han consumido, acabado, o desaparecido, no subsistiendo más que…los oficiales y algunos pocos de los demás subalternos, habiendo sido preciso por ese motivo que también los urbanos se empleases en cubrir los presidios de costa arriba y costa abajo (ANA SH vol. 229 n11 f. 7).

El Dr. Francia ordenó que el servicio se hiciera con toda disciplina y que se conservaran las armas, municiones, canoas de ronda y lecheras de los presidios. Roque Antonio Moreno, recientemente nombrado juez comisionado y jefe de urbanos de Luque, remitió al Consulado un inventario de los bienes de la guardia del Castillo.

Así describe Moreno la disposición del terreno y edificaciones:

> …el puesto de guardia compuesto de dos lances de tierra con una media agua pegada al mojinete del Sud, y otro lancesito que sirve de cocina, todo cubierto de tejas, la pared del mojinete del Norte, todo de piedra, y las demás de pared francesa, con cuatro aposentos, cuatro puertas y dos ventanas de tableros…todo enladrillado hasta el corredor, excepto el cuarto de media agua que sirve de calabozo, y le cerca una muralla de piedra de siete cuartas de alto desde el piso, con caballete de ladrillos, con un portón de bastidor de madera, con rejas lisas y un chapitel cubierto de tejas, que cubre el portón, y dentro de la misma muralla una atalaya de cuatro pilares de madera de seis y media varas de alto, con chapitel entejado, una escalera, un entablado y un banco largo de asiento para la imaginaria, todo en buen estado, y dicha guardia se halla dentro de un potrero grande de palmas y palo a pique (ANA SH vol. 258 n1 fs. 1 y vto.).

Había, además, un busto de Nuestra Señora de la Concepción y otro de San Ildefonso, colocados en nicho sobre una mesa grande de cedro, en cuyos cajones se guardaban también las municiones. En cuanto a armamento, había "dos fusiles con piedras, cinco lanzas y diez chuzos con astas" (ANA SH vol. 258 n1 f. 1 vto.), así como tres onzas de pólvora.

Moreno dio cuenta igualmente de elementos que el anterior juez comisionado, Juan Manuel Gutiérrez, tenía en su residencia, y que incluía dos libras quince onzas de pólvora, dos piedras de chispas, cartuchos, chuzos, lanzas, barras de grillos, cepo, etc.

En 1846, el jefe de urbanos de Luque, Roque Antonio moreno, informó al gobierno de Carlos Antonio López que:

> con el motivo de haberse despoblado la guardia de la rinconada del Chaco [he creído mi deber] reforzar la del Castillo con veinticuatro hombres de guarnición, que semanalmente turnan, con orden de que diurnamente corran la costa del río en canoa, como anteriormente se hacía en las grandes bajas del río, hasta el punto de acercarse al nuevo piquete del Peñón, y que ante cualquier movimiento que llegue a ocurrir en la otra banda den pronto aviso, para con este vecindario acudir al auxilio, que para el caso está prevenido (ANA SH vo. 388 n4, f. 258).

Dos años después, en diciembre de 1848, el mismo Moreno reportó que "El 17 del mes que expira, en cumplimiento del Supremo Decreto de 27 de noviembre próximo pasado, la hice embarcar en el puerto de la guardia del Castillo a al parda Nicolasa González, después de haberla hecho castigar con cien azotes bien dados, a la Villa del Salvador, de pobladora, en el buque a cargo de Antonio Techeyra" (ANA SH vol. 388 n4, f. 263).

Parte del Paraguay, hacia el año 1685. Fuente: Kleinpenning, 2011.

6. **LIMPIA CONCEPCIÓN DE ARECAYÁ**

6.1 **FUNDACIÓN**

Apunta González Torres (1994, p. 90), que durante el gobierno de Alonso Sarmiento de Figueroa:

> El 28 de octubre de 1660 estalló en Arekajá la gran sublevación de indios guaraníes comandados por el cacique (Rodrigo) Jaguariguay, Corregidor entonces del pueblo. Ante la reacción del gobierno español, la sublevación fue dominada, se tomaron fuertes represalias y se destruyó la población. Los que sobrevivieron fueron distribuidos como yanaconas y se los ubicó cerca de Asunción y del actual pueblo de Limpio.

A su vez, Velázquez (1965, p. 55) recoge la feroz represión de los españoles contra los naturales y escribe que:

> …el 7 de diciembre, el capitán don Gabriel de Cuéllar y Mosquera sacó de la cárcel a seis de los condenados y los condujo acollarados y maniatados a la plaza de la ciudad, donde les fue garrote hasta que las ánimas salieron de sus cuerpos y fueron ahorcados de los pescuezos, y le fue quitada la cabeza al dicho Cristóbal de Terecañy y puesta en

la picominita de la plaza.

El gobernador ordenó, además, la ejecución de otras cuatro sentencias, entre ellas, tal como cita González Torres, la de Rodrigo Yaguariguay, según Velázquez, sin que hubiese suficientes pruebas de su participación en la sublevación. La cabeza de este indígena también quedó expuesta en la picota de la ciudad, para escarmiento de los demás.

El 12 de noviembre de 1661, el maestre de campo, Fernando Zorrilla Delvalle, lugarteniente del gobernador Alonso Sarmiento de Sotomayor y Figueroa, ordenó que el 20 de dicho mes, domingo, se celebrase "el feliz suceso de Arecayá" honrando a la virgen de la concepción. Se estableció que el sábado a la noche haya luminarias, y que la gente a caballo saliera a acompañar "al gobernador y demás justicias" en su entrada a la ciudad, y que se colocara luminarias en las puertas, so pena de multas pecuniarias (ANA SH vol. 24 n2.4).

En efecto, el gobernador había contenido una rebelión de indígenas guaraní en Arecayá, al norte del país. Los pobladores de esta región habían sido trasladados hasta Tapuá después de esto. El pueblo se nombró Limpia Concepción de Arecayá.

¿Podría ser este nombre el origen del nombre de la ciudad de Limpio?

6.2 ENCOMIENDAS DE INDIOS

En mayo de 1673, el gobernador Phelipe Rexe de Corvalán realizó una visita rutinaria al pueblo de indios de Arecayá, para revisar el estado de las encomiendas. Según consta en el legajo de la visita, el pueblo se encontraba "distante tres leguas de la ciudad de la Assumpcion, Provincia del Paraguay…" (ANA SH vol. 29 n6 62-90, f. 65 vto.). Por intérprete se nombró al Cap. Juan de Fleytas.

El corregidor del pueblo era Diego de Mbayrui, primo segundo del cacique principal, de 50 años de edad, viudo y sin hijos. Posteriormente, se pasó revista de los indios, según las encomiendas a las que pertenecían. En total había doce encomiendas en el pueblo de indios de Arecayá, en el año 1673, cada una con un o una titular y sus caciques, con 572 aborígenes guaraní sujetos al régimen.

En cada encomienda había situaciones diversas, por ejemplo, indígenas que encontraban en la ciudad de Corrientes, otros que estaban con diferentes vecinos en Asunción, algunos que se habían fugado a los montes, unos casados con esclavas afrodescendientes o mulatas libres, o con indígenas de encomiendas diferentes

Un caso interesante es el de Gregorio, quien al parecer se hallaba en Corrientes y

había dejado a su mujer, Ana, con un hijo llamado Salvador, "que pareció por su aspecto ser hijo de español y la dicha su madre así lo declaró con juramento que hizo conforme a derecho. El gobernador mandó que Salvador goce de toda libertad y lo separó de encomienda y vista traje español, conforme su majestad manda" (f. 71). Un mestizo, lo que se dice, de ley.

Los naturales expresaron que no tenían demandas que proponer, salvo que "en el sitio donde al presente están poblados están con muchas incomodidades y gran desasosiego y riesgo de sus vidas y de las de sus familias porque con la continua invasión de los indios infieles fronterizos no podían tener sementaras…" (f. 87 y vto.). Ellos habían sufrido, además, robos de bueyes y caballos. Cuatro años atrás, alegaban, habían tenido mil cabezas de ganado vacuno, que se perdieron y consumieron por no contar con comodidades de tierras.

El gobernador les instó a evitar pecados públicos y escandalosos (f. 88) y respetar al cura de su iglesia y la doctrina cristiana. Se nombró tres indios cantores, que quedaban libres de tasa y tributo. Lorenzo Ñamandú fue nombrado sacristán. Antonio Yaguaruguay y Antonio Taupamu, de once a doce años de edad, fueron nombrados pajes, y a Juliana como cocinera (f. 88 vto.).

Al cura, además, se le entregaba un indio mitayo por cada encomienda, y como había doce, cada uno le serviría por un mes, recibiendo el pago por su trabajo "con tal que el indio mitayo no se excuse de pagar tributo a su encomendero" (f. 89).

Se explicó a los indios que luego de pagar:

> …tributo a sus encomenderos, lo demás del año son libres para concertarse con quien quisiesen, y si el cura les ocupase en cualquier ministerio les ha de pagar conforme otros cualesquiera particulares. Y, asimismo, que no pueden ser compelidas las indias por ninguna persona a ningún trabajo, y que, si ellas de su voluntad quisieren hilar, que es el trabajo en que se suelen ocupar, se les ha de pagar su trabajo… (f. 89).

6.3 DESPOBLAMIENTO Y REUBICACIÓN

Debido a las quejas de los indios de Arecayá en Tapuá, el gobernador Rexe Corvalán había sugerido a España trasladarlos hasta el pueblo de Altos. En efecto, el 26 de octubre de 1675, la reina gobernadora, María Teresa, emitió una cédula real al respecto, en la que indicaba que:

> Y los de Arecayá, que se os mandó se volviese a juntar y sacar las familias de poder de las familias a quienes se habían encomendado, y que estaba situado y en depósito a dos leguas de esa ciudad, os habían pedido se querían mudar de aquel paraje por la disminución que habían tenido y riesgo de los enemigos que estaban muy cerca del río, juzgasteis les sería de grande alivio así a ellos como a los españoles se agregasen al pueblo de San Lorenzo de los Altos, que siendo noventa familias las que tenían que habían restado de cerca de trescientas que se depositaron en el sitio que tenía el pueblo

de Arecayá (ANA SNE vol. 177, f. 49 vto.).

Por tanto, el gobernador ordenó que "El Cap. Matías Sánchez…irá al pueblo de Arecayá y llamará al Corregidor y Cabildo del dicho pueblo y les mandará marchar con sus familias y las de todos los indios y sus bagajes al pueblo de los Altos, donde es voluntad de su majestad estén avecindados…" (ANA SNE vol. 177, f. 63). Esto ocurría el 4 de noviembre de 1677.

Debido a la unión de los indios de Arecayá con los de los Altos, el pueblo pasó a denominarse San Lorenzo de los Altos de la Limpia Concepción de Nuestra Señora la siempre Virgen Santa María de Arecayá. De todas maneras, un barrio de la ciudad de Mariano Roque Alonso conserva el nombre del antiguo asiento.

7. **ECONOMÍA, SOCIEDAD, JURISDICCIÓN Y COMUNICACIONES, SIGLOS XVIII Y XIX**

Kleinpenning (2011, p. 635) recoge que:

> …el primer camino que los españoles empezaron a utilizar intensivamente después de asentarse en Asunción fue el camino real de Tapuá (más tarde Limpio). Este camino conectaba el centro de Asunción con el valle de Tapuá, donde vivían los carios, que proveían a los españoles de alimentos y muchos otros artículos necesarios.

En el siglo XVIII, en 1784 y 1786, Blas de Ocampos, comisionado de gobierno, informaba desde el partido de Tapuá, que iniciaba su inspección periódica desde el Peñón y en lo que tocaba a su jurisdicción. En su visita encontró los siguientes sembradíos, por parte de vecinos:

Año 1784		**Año 1786**	
Plantación	**Liños**	**Plantaciones**	**Liños**
Tabaco	8.315	Tabaco	14.815
Caña de azúcar	39.737	Caña de Azúcar	35.004
Maíz	63.891	Maíz	55.191
Mandioca	36.331	Mandioca (rama)	4.436
Porotos	23.897	Porotos	19.802
Algodón	6.143	Algodón	6.840
Batata	3.137	Batata	5.228
Arroz	100	Arroz	-
Zapallo	335	Zapallo	1.956
Cebolla	50	Cebolla	-

Tabla: elaboración propia, comparativo. Fuente: ANA SNE vol. 439, f. 77.

Sin embargo, no todo era trabajo, pues Blas de Ocampos también consignó los nombres de los haraganes públicos del partido en ambos años. El comisionado, además, anotó que la "…mayor parte de los liños de maíz no ha producido por los contratiempos, y el partido de Limpio y Mbayué por la plaga de jabalíes" (ANA SNE vol. 439).

En cuanto a la demografía se tiene lo siguiente:

Año	Población	Observación
1782	6.307	En el año 1782, del total de la población formaban parte 367 indígenas, 18 europeos y 961 negros
1785	5.933	
1793	1.769	
1799	1.725	

Tabla: elaboración propia, a partir de Kleinpenning (2011, pp. 712, 716, 77 y 720).

En el propio año de 1784, se suscitó un pleito judicial entre el Cap. de Caballería Josef Coene y Martín de Landaida. El denunciante fue Coene, quien reclamó a la justicia resarcimiento por el daño que sufrieron sus bueyes en la chácara de Landaida en Tapuá, de parte de los domésticos del último.

Durante las averiguaciones, seguidas por Blas de Ocampos, se encontró que efectivamente ocho de los bueyes de Coene tenían heridas con hacha, y cinco de ellos estaban ya inservibles. El hijo de Landaida, Juan Martín, reconoció que él ordenó a sus domésticos herir a los animales que habían ingresado a su chácara, pues perjudicaban sus sembradíos.

Ocampos mandó inspeccionar las plantaciones y encontraron caña de azúcar, posiblemente ya dañada de antes, y mandioca, que tenía signos de estar pisoteada. En cuanto al cercado, se halló que él mismo carecía de toda consistencia.

Con el expediente a la vista, Coene argumentó que "…aun cuando sus cercas fueran de total consistencia [hay] justicias que repongan a los hombres los agravios que se les infieren [y] no debió don Martín, sin hacerse reo, tomar por su mano la satisfacción, porque si a esto se diera lugar, no habría orden en las repúblicas…" (ANA SNE vol. 211 n2, f. 11). No se tiene la resolución de la justicia a la vista.

Ya en el siglo XIX, en el año 1827, ante los repetidos reclamos de parte de vecinos referidos a los daños que sufrían sus cultivos por el ganado vacuno en Asunción y sus alrededores, el alcalde ordinario, Fernando Antonio Meza, de acuerdo con instrucciones del Dictador Perpetuo, Dr. Francia, dispuso que:

> …desde hoy en adelante no hayan ni pueda haber cualesquiera de los vecinos o residentes en dichos partidos inmediatos, a saber, en el de Tuyucuá, el de Ybiray, Campo Grande, Tapuá, Limpio, Luque, Capiatá, San Lorenzo del Campo Grande, el de la Frontera y Lambaré, más de seis u ocho lecheras, y eso en tiempo de leche, y dos o tres yuntas de bueyes a lo sumo, según las posibilidades de cada uno, a fin de que de esta suerte puedan cuidar y sujetarlos en términos que no perjudiquen, ni puedan llegar a ser corsarios…(ANA SH vol. 239 n 8 f. 1).

La reglamentación disponía multas para los infractores. Estaban exceptuados quienes tuvieran suficientes campos y potreros para sujetar a sus vacas. La orden incluía que los vecinos debían cercar sus sembradíos para evitar riñas con los propietarios de vacas ajenas que pudieran dañarlos.

De la cita anterior se colige que Limpio y Tapuá eran considerados partidos diferentes, lo cual iría en línea con la afirmación de González Torres de la correspondencia del puerto de Tapuá con Remanso Castillo, hoy Mariano Roque Alonso. Por lo demás, dicha ciudad sigue siendo hasta hoy tierra donde algunos vecinos tienen vacas sueltas recorriendo las calles.

En cuanto a la dotación de personal para los presidios, el Dictador Francia dispuso, en 1819, que:

> …los presidios o vigías de una y otra costa se cubrirán en adelante por los urbanos…los de costa arriba en la forma siguiente: a saber, el primer presidio, llamado del Castillo, por la Comandancia de Luque; el segundo, nombrado del Peñón, por la Comandancia del Limpio o Tapúa … (ANA SH vol. 229 n 11, fs. 8 y vto.).

El 14 de diciembre de 1840, la junta provisoria de gobierno, autorizó a los vecinos de Curuguaty que pudieran utilizar los puertos de Arecutacuá, Peñón y el Castillo (Remanso), para el traslado de su ganado con fines de venta (ANA SH vol. 245 n 10).

En marzo de 1843, el Consulado emitió un decreto en el que prohibía que se gravara, salvo casos extraordinarios, con servicios ajenos a su institución al personal afectado al servicio de postas (correo). Este servicio estaba destinado a asuntos oficiales y del gobierno únicamente.

La orden fue remitida por correo, y para la carrera de costa arriba (río Paraguay arriba) salió de Asunción a las 06:30 hs., se recibió en la primera posta, la de Ybiray, luego la de Recoleta, posteriormente en Tapuá, donde la firmó el maestro de postas Francisco de Sales González, a las 14:00 hs. De allí, la orden circuló al Peñón, luego a Limpio, Salado y así sucesivamente hasta el último punto (ANA SH vol. 259 n 12 - 2).

Al leer con atención el recorrido de la posta se entiende, por un lado, que la región de Tapuá iniciaría en lo que hoy conforman los barrios Zeballos-Cué y Loma Pytá, de Asunción y siguiendo con la ciudad de Mariano Roque Alonso; y, por otro, que existía un camino que iba desde Tapuá pasando por Surubi-y directamente hasta el Peñón (hoy Piquete – Cué[18]), a orillas del Río Paraguay, desde donde volvía hasta la ciudad de Limpio.

En octubre de 1845, Carlos Antonio López suprimió el cargo de Comisionado General en el partido de Limpio. El último en ocupar este cargo fue Josef Gregorio Torres, quien se retiraba de ese cargo, como el de jefe de Urbanos (ANA SH vol. 275 n3).

Según el censo de 1846, tal como lo recoge Kegler (1976), vivían en Limpio (Tapuá) un total de 4.971 personas, vale decir, llegó a alcanzar nuevamente un nivel aproximado a la población de 1785.

8. **SURUBI'Y**

8.1 **OBRAJE EN SURUBI'Y, SIGLO XIX**

González Torres (1994, p. 169), refiere que en Surubi-y[19]:

> había uno de los primeros campos de pastoreo de la colonia, Tapuaperi. [El] ganado vacuno se instaló en una de las primeras vaquerías del Paraguay, en el lugar llamado Surubi'y, en Tapuá, valle cercano a Asunción. En el siglo pasado era aún importante estancia estatal con obraje y carpintería.

En el lugar denominado Surubi-y existía un obraje de materiales del Estado. El establecimiento, para el año 1845, estaba compuesto de "un galpón construido al margen del río, que se compone de 10 lances y una culata, toda ella de madera rolliza aseada, tijeras de palma y techo pajizo en buen estado" (ANA SH vol. 275 n3 f. 6 vto.).

Asimismo, tenía "2 lances de casa con culata hecha en la misma madera con sus correspondientes puertas y ventanas ladrillados por dentro y los corredores de pared francesa. Un pisadero tableado debajo de un cupial pajizo con un corral que sirve para introducir en él los animales". Había treinta y un cueros y cincuenta liños de mandioca

18 El nombre de Piquete – Cué (localidad de la ciudad de Limpio), se asocia popularmente con la industria ganadera, por cuanto en ese puerto se bajaba el ganado desde el Chaco y el norte del país, ganado que quedaba en piquetes. Esta localidad también tuvo durante parte del siglo XX un importante frigorífico, símbolo del lugar. Sin embargo, es más probable que el nombre se deba a que allí había un piquete militar para custodiar la costa del río, ya desde el siglo XVIII al menos. La construcción del puente Remanso en Mariano Roque Alonso y no en Piquete Cué, relegó a este último en importancia.

19 Debe tenerse en cuenta que en las inmediaciones de la actual Villeta existe otra región denominada Surubi-y, donde había una estancia del Estado en la época del Dr. Francia los López.

sembrada (ANA SH vol. 275 n3 f. 6 vto.).

Por otra parte, contaba con el servicio de cuatro esclavos y disponía de algunas herramientas básicas y utensilios. La descripción de terreno menciona una montaña[20] en los lugares denominados Obraje y Aveiro. En los sembrados del "terreno de Surubi-y pertenecientes al Colegio de San Carlos" se cultivaba caña, algodón y mandioca (ANA SH vol. 275 n3, f. 17).

En el año 1847, se elaboró un listado de nuevos arrendatarios de las tierras del Estado en la isla del obraje, que pagaban 4 Pesos por cuerda de extensión (ANA SH vol. 389 (I) n1 fs. 28 y vto.).

Un documento de 1842, refiere que el maíz morocho y el blanco, para gasto del personal del obraje, se había acabado (ANA SNE vol. 1341, f. 134). Otro documento fechado en 1844, da cuenta de la provisión, entre 1842 y 1843, de "dinero y efectos que se han entregado al maestro de materiales del obraje de Surubi-y en Tapuá, llamado Ambrosio Torres" (ANA SH vol. 267 n10 49-51 f. 1). Cabe anotar que cada peso equivalía a ocho reales.

En efecto, se le entregó al citado Torres dos pesos fuertes (julio 1842), una camisa, calzoncillos, lienzo, corte de poncho, pañuelos; ocho pesos fuertes (setiembre), más tela; siete pesos de plata corriente (febrero 1843); seis pesos fuertes (marzo); diez pesos fuertes (julio), más tela; seis pesos fuertes (octubre), más tela, pañuelos y una plancha para ropa, totalizando noventa pesos y tres y medio reales, entre dinero y bienes.

El presidente Carlos Antonio López ordenó el pago de los salarios de Torres y un aumento. López anota que:

> …el moreno Ambrosio Torres principió a trabajar en la fábrica de materiales de losa de Surubi-y el 16 de mayo de 1842, ganando veinte reales mensuales, y en atención a que por el informe de su conducta laboriosa se ha puesto el obraje a su cargo, en calidad de maestro, manteniéndose allí con su familia… (ANA SH vol. 267 n 10 49-51).

Seguidamente, dispuso que se le abonará 4 pesos mensuales a partir de su ingreso al obraje por veintitrés meses hasta la fecha, totalizando noventa y dos pesos, y que de allí en adelante percibiría 5 pesos mensuales. Con esto, el maestro del obraje percibió el saldo a su favor, consistente en un peso y cuatro y medio reales, o, lo que es lo mismo, doce y medio reales.

Un documento detalla la percepción de 14 panes de jabones y 14 mazos de tabaco para el obraje en el año 1842. El maestro, Ambrosio Torres, expresó que no hacía falta

20 Monte de árboles o arbustos (RAE).

los jabones, porque el Comisionado de Limpio le proveía de esto, fabricándolo a partir de chicharrones de sebo de reses carneadas para el consumo del obraje (ANA SNE vol. 1341, f .108).

Por otra parte, Josef Gregorio Torres, juez comisionado del partido de Limpio, acusó recibo de los 155 Pesos provistos para el pago de conductores de materiales desde Surubi-y hasta el puerto del Castillo, en el año 1842 (ANA SNE vol. 1341, f. 99)

En el año 1854, el capataz de la casa del obraje de Surubi'y era Pedro José Cabañas, casado con Saturnina Agüero, ambos esclavos del Estado. En un informe se da cuenta que ambos deseaban libertar a sus dos nietos, que eran libertos de la república, del poder de Luis Argaña. No se tiene el seguimiento del caso por el momento.

En el mismo, año, Lucas Ojeda, Jefe de Urbanos del partido de Limpio, acusa recibo de seis esclavos remitidos desde Quiindy por orden del presidente Carlos Antonio López, para la chácara de Surubi-y. Los nombres de los esclavos eran: Faustino Suárez, Agustín Franco, Vicente Fernández, Sebastián Chamorro, Juan Simón Samaniego, Gavino Acosta, casado éste, con su mujer, María Clara Campiño, y una hija [liberta de la república], llamada Feliciana (ANA SH vol. 389 (I) n1, f. 60).

Igualmente, en 1854, un esclavo de Surubi-y, llamado Agustín Rodríguez, denunció ante la autoridad local haber sido agredido físicamente por el encargado del lugar. En efecto, Rodríguez refirió que junto con el postillón José Luis, pasó silbando frente al encargado, "el Polaco", y que éste, sin más, le dio un golpe con una varilla de madera en el rostro, otro en la mano y un tercero en el muslo.

Cuando el esclavo le reprochó el castigo y amenazó con denunciarlo, el polaco le respondió "vaya a la mierda con su denuncia" (ANA SH vol. 389 (I) n1, f. 61). Rodríguez fue a denunciar al encargado acompañado con otro esclavo, llamado Juan Simón Samaniego, quien, además, informó que pasaban miserias en la capuera, por la pobre comida, y que los caballos y bueyes estaban todos maltratados.

En el careo por la denuncia, el polaco expresó que el esclavo Rodríguez había estado bailando y riendo, y que por eso le había advertido previamente que terminara esas desvergüenzas. Agregó que uno de los palos con que golpeó al esclavo se rompió, quedando un pedazo en manos de éste, quien lo encaró diciéndole en guaraní que tenía suerte de no estar armado en ese momento, al tiempo de proferirle insultos.

El polaco negó el descuido de los animales y en la comida de los esclavos. Sin embargo, los criados se ratificaron en sus declaraciones. El jefe de urbanos hizo un reconocimiento del estado de los animales y los sembradíos, y encontró a los primeros

realmente maltratados, casi inútiles, y las plantaciones descuidadas.

El denominado "polaco", era Luis Myskowski, quien fallecería quince años después en la batalla de Curupayty, durante la Guerra contra la Triple Alianza. Surubi-y aún conserva el nombre en la actualidad y después de la conflagración susodicha fue parte del complejo de estancias de la Liebig's en el Paraguay, posteriormente vendida a particulares y hoy, barrio cerrado de alto perfil.

8.2 ESCUELAS EN SURUBI'Y Y ARECAYÁ, SIGLO XIX

En el obraje de materiales Surubi-y (año 1845) existía una escuela compuesta de "tres lances de casa de madera regular, techo pajizo, pared francesa, con un salón para la enseñanza de los niños, con sus correspondientes bancos para asientos y escribir y un cuarto para habitación del maestro, con tres puertas de espigas, dos de ellas en tableros y tres ventanas de tabla lisa" (ANA SH vol. 275 n3, f. 7 vto.).

Igualmente, un cupial pequeño, con techo de paja, que servía como cocina. El maestro de primeras letras se llamaba Juan Ascencio Pabón, quien estaba a cargo de 52 niños escueleros. De éstos, siete eran escribientes de regla falsa, que recibían, entre otras, lecciones de doctrina cristiana y tabla de contar; catorce escribientes de regla de 30, con las mismas lecciones; tres escribientes de la tabla de la regla de 20; doce catoneros, de los cuales tres escriben por tabla de la regla de 20; y dieciséis cartilleros:

> Todos ellos adelantados regularmente, según sus grados, a excepción de los cartilleros, que son principiantes. Se necesita para los muy insolventes un libro, alguna poca de brea para los que escriben por tabla, catorce catecismos, papel para trece escribientes, y algún socorro para vestuario de doce niños (ANA SH vol. 275 n3 f. 16 vto).

Dos años después, en 1847, el maestro seguía siendo Pabón, pero ya asistían a la escuela ochenta y cinco estudiantes. En el año 1847, José Luis Insfrán se desempeñaba como maestro de primeras letras en la escuela de Arecayá. A su cargo tenía setenta niños, entre catoneros, cartilleros y escribientes. El informe da cuenta que "en esta escuela están los niños adelantados en pasar doctrina y tabla, y regulares en leer y escribir" (ANA SH vol. 389 (I) n1, f. 26 vto.).

9. ZEBALLOS CUÉ, CHACARA, SIGLO XIX.

Juan Valeriano Zeballos, español, que había sido miembro del Cabildo de Asunción antes y después del periodo colonial paraguayo, e incluso miembro del efímero triunvirato instalado en el los albores del proceso de independencia paraguayo, poseía una chacara

en Tapuá, cuyos límites eran al Este “los ejidos de la ciudad, y al poniente, el río Paraguay” (ANA SCyJ vol. 1336 n2).

Zeballos murió en 1834 y sus bienes pasaron al Estado paraguayo, a la sazón dirigido por el Dictador Perpetuo, Dr. Francia. Como depositario se nombró a Lázaro Rojas de Aranda, quien realizó un inventario de las pertenencias halladas. Había numerosas herramientas sencillas, utensilios, algunos animales, armas y pequeñas construcciones.

Además, en el inventario se describió varias familias de esclavos que trabajaban en el establecimiento. Aquellos quienes figuran como de nación Benguela y Monyolo, refieren a su procedencia desde Angola. Abajo la lista completa de esclavos de la chácara:

Nombre	Nación	Edad	Familia y observaciones
Francisco	Benguela	60	Esposa Juana, 50 años de edad, del Congo. Hijos: Fidel, 18 a 19 años de edad, y Francisco, de 5 años de edad, naturales de la república. Francisco estaba demente.
Tomás	Benguela	70	Cegatón. Casado con María, de 50 años de edad, del Congo. Hijos: José Toribio, de 20 años, Eugenio, de 18, Hilario, de 13, y María Segunda, de 8 años de edad, naturales de la república.
Antonio	Benguela	60	Esposa María de la Asunción, del Congo, 40 años de edad.
Manuel	Congo	40	Casado con Catalina, del Congo, 30 años de edad, embarazada. Con cinco hijos, naturales de la república, llamados: Juan Inocencio, de 11 años, María de los Angeles, de 10 años, Marcelino, de 7 años, Juliana, de 5 años, y Petrona, de 2 años.
Antonio	Manyolo	50	
Juana	Natural de la república	50 a 60	Hijos pardos: Elías, de 23 años, Cipriano, de 19 años, y Martina de 21 años. Martina, a su vez, tenía dos hijos: María Gregoria, de 3 años, y José de Jesús, de 1 año.

Tabla: Elaboración propia. Fuente: ANA SCyJ vol. 1336 n2.

Había pues esclavos ya de edad nacidos tanto en el Paraguay, como en el continente africano. Las procedencias habituales eran Angola y el Congo, según múltiples documentos que obran en el Archivo Nacional de Asunción. Su llegada, durante la colonia era principalmente a través del puerto de Buenos Aires, donde por un tiempo tuvo la concesión del Asiento de Negros en dicha ciudad la South Sea Company (1713-1750).

El capataz de la chácara era Manuel Ignacio Torres. Rojas de Aranda informó que desde marzo a diciembre se habían consumido 39 toros para abasto del personal. Firmó sus notas desde Ybiray, nombre dado a la zona aledaña.

Esta chácara, con el tiempo, pasó a denominar el actual barrio Zeballos - Cué, de Asunción y seguramente fue parte de la propiedad que adquirió la compañía inglesa Liebig’s

a principios del siglo XX y en la que instalaron un frigorífico.

Pero lo más relevante para esta investigación en cuanto a Zeballos Cué se encuentra en un documento del año 1861 en el que consta la remisión de once bueyes a la mayordomía de haciendas del Estado en Yaguarón. Cuatro yuntas del lote citado[21] habían estado "al servicio del obraje de materiales del puerto de Itapuamí, antiguo puerto de Zeballos" (ANA-SNE vol. 1605).

Con esto se confirma que Tapuami era en realidad Itapuamí, y que es el nombre primigenio del actual barrio de Asunción llamado Zeballos-Cué. Más al norte se encontraba Tapuaguasú.

10. REFLEXIONES FINALES

La historia de Tapuá permite ver una zona compleja de interacción social entre diversos grupos humanos y diferentes culturas, una región de frontera, de conflicto. Un área, en suma, poblada por seres humanos, hombres y mujeres: guaraníes, etnias chaqueñas, españoles, mestizos, afrodescendientes.

Esta zona intermedia fue escenario de acción de canoas payaguás, de poblaciones guaraníes asentadas allí desde antes de los españoles y otros reubicados y luego trasladados nuevamente; ella sirvió como puerto, como conexión entre la capital y río arriba; y en ella tuvieron tiempo de iniciar su labor sostenida la espada, el arcabuz, los caballos, el cañón y la cruz. Y la pluma y el papel.

Tapuá, en efecto, funcionó como un colchón entre la ciudad de Asunción, considerada como lo propio desde el punto de vista español, y lo otro, lo extraño, lo no integrado. Tal vez por eso no terminó de dar nombre ni a Mariano Roque Alonso ni a totalmente a Limpio.

Tapuá es más antigua que Asunción y es un lugar importante como fragua de la historia del Paraguay como tal: múltiple y diverso, mucho más allá del simple relato del encuentro amistoso entre españoles y guaraníes que la historia tradicional ha enseñado por demasiado tiempo.

BIBLIOGRAFÍA

AGUIRRE, Juan Francisco. *Discurso Histórico sobre el Paraguay*. Buenos Aires: Unión Academia Nacional de la Historia, 2003.

CAIRO CAROU, Heriberto. *Territorialidad y Fronteras del estado–nación*: las condiciones de la política en un mundo fragmentado. Departamento de CC Política y de la Administración

21 Los restantes tres bueyes eran de la curtiduría del Estado ubicada en el distrito de la Recoleta.

III. Universidad Complutense de Madrid. Política y Sociedad, 36, Madrid, pp. 29-38, 2001.

GONZÁLEZ TORRES, Dionisio M. *Toponimia Guaraní* (y Origen e Historia de pueblos) en Paraguay. Asunción, s/ed., 1994.

KEGLER DE GALEANO, Anneliesse. Alcance Histórico – Demográfico del Censo de 1846. *Revista Paraguaya de Sociología*, Nro. 35, 1976.

KLEINPENNING, Jan M. G. *Paraguay, 1515-1870, una geografía temática de su desarrollo*. Asunción: Tiempos de Historia, 2011.

MANN, Michael. El poder autónomo del Estado: sus orígenes, mecanismos y resultados. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, Nro. 5, 2006.

NÚÑEZ CABEZA DE VACA, Alvar. *Relación de los Naufragios y Comentarios*, Tomo II. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1906.

VELÁZQUEZ, Rafael Eladio. Rebelión de los Indios de Arecayá en 1660. Reacción indígena contra los excesos de la encomienda en el Paraguay. *Revista Paraguaya de Sociología*, Nro. 2, 1965.

FUENTES

Documentos del Archivo Nacional de Asunción (ANA)

Sección Nueva Encuadernación, SNE, volúmenes:

3299; 439; 211 n2; 82.2; 177; 1341; 1605

Sección Historia, SH, volúmenes:

239 n8; 245 n10; 259 n12; 275 n3; 24 n1; 2 n36; 134 n37; 155 n5; 196 n9; 229 n11; 258 n1; 388 n4; 24 n2.4; 29 n6; 389 (I) n1; 267 n10; 275 n3

Sección Civil y Judicial, SCyJ, volúmenes:

1459 n1; 1429 n3; 1595 n2; 1336 n2

Recebido em 03/10/2021

Aprovado em 01/12/2021

NI SUMISAS NI SOMETIDAS. LA MUJER PARAGUAYA DESDE LAS FUENTES (1840-1860)

NEITHER SUBMISSIVE NOR SUBDUED. THE PARAGUAYAN WOMAN FROM THE SOURCES (1840-1860)

PAGLIALUNGA, Viviana[1]
https://orcid.org/0000-0002-8624-0050

RESUMEN: Desde el punto de vista histórico y social, la imagen de la mujer abnegada y sumisa en Paraguay, vinculada con el término Kuña guapa, impide visualizar a la mujer paraguaya desde otra mirada. Por esta razón el objetivo de la presente investigación apuntó a elaborar una aproximación a la imagen de la mujer paraguaya desde una perspectiva histórico/jurídica; utilizando para el efecto el análisis del marco legal de la época y los casos de denuncias por divorcio realizadas por mujeres en el período 1840-1860. El tipo de investigación corresponde a la investigación histórica, mientras que el nivel del trabajo es descriptivo, con un diseño documental y bibliográfico. El análisis del marco jurídico vigente, junto a la bibliografía y a la documentación de archivo seleccionada y analizada nos lleva a una revisión histórica en clave femenina que rescata el protagonismo de las mujeres en el pasado desde sus historias de vida y al mismo tiempo brinda herramientas con las cuales repensar la historia de las mujeres paraguayas. El estudio del ámbito privado, alejado de cuestiones exclusivamente bélicas o económicas se constituye en un importante aporte en la construcción del conocimiento histórico y el papel de las mujeres en la sociedad paraguaya.

PALABRAS CLAVE: Paraguay; siglo XIX; mujer; divorcio.

ABSTRACT: From the historical and social point of view, the image of the self-sacrificing and submissive woman in Paraguay, linked to the term Kuña guapa, makes it impossible to see Paraguayan women from another perspective. For this reason, the objective of this research aimed to elaborate an approach to the image of Paraguayan women from a historical / legal perspective; Using for this purpose the analysis of the legal framework of the time and the cases of divorce complaints filed by women in the period 1847-1860. The type of research corresponds to historical research, while the level of work is descriptive, with a documentary and bibliographic design. The analysis of the current legal framework, together with the bibliography and the archival documentation selected and analyzed, leads us to a historical review in a female key that rescues the role of women in the past from their life stories and at the same time provides tools with which rethink the history of Paraguayan women. The study of the private sphere, away from exclusively military or economic issues, constitutes an important contribution in the construction of historical knowledge and the role of women in Paraguayan society.

KEYWORDS: Paraguay; 19th century; woman; divorce.

1 Magister en Educación, Licenciada en Educación y en Ciencias Sociales. Docente investigadora de la Universidad Nacional de Pilar desde el año 2013, y catedrática de historia en el colegio Goethe de Asunción. E-mail: mpaglialunga@hotmail.com

INTRODUCCIÓN

Los trabajos de investigación histórica en torno a las historias de las mujeres han cobrado una notable importancia en las últimas décadas, como así también su visibilización, tanto a nivel internacional como en el Paraguay. El particular contexto histórico de nuestro país y las consecuencias sociales que acarreó el fin de la guerra contra la Triple Alianza (1865-1870) se proyectó en trabajos de investigación que se centraron en la imagen de la mujer durante el denominado período de la Reconstrucción (1870-1880). En su mayoría, estas investigaciones se enfocan en el rol de la mujer en esta reconstrucción como sostén no solo social, sino que también económico de un país en ruinas; tales son los casos de trabajos como los de Masare de Kostianovsky (2012) o Ribeiro Da Silva (2010).

También existen numerosos abordajes sobre las mujeres en la época de la conquista y colonización de la Cuenca del Río de la Plata en diversos trabajos a nivel regional, considerando que, ante todo, la historia del Paraguay se encuentra ligada a la del Río de la Plata, o viceversa, desde la llegada de los primeros españoles hasta los procesos de independencia. Muchos de estos trabajos versan sobre la imagen de Doña Mencía Calderón de Sanabria, apodada *La Adelantada*, quien fuera una de las primeras mujeres españolas en llegar a la región del Plata en tiempos de la conquista, y en menor medida, pero no menos importantes son los estudios sobre la mujer guaraní, siendo la mayoría de éstos bajo un enfoque más antropológico que histórico.

Por otro lado, los estudios sobre la mujer en la primera mitad del siglo XIX se centran en su mayoría a la descripción de la mujer de sociedad, sus usos y costumbres, su ropa y su rol de madre. Tal vez uno de los trabajos más logrados en lo que respecta a una historia de la mujer lo constituye la obra de Idalia Flores de Zarza, *La mujer paraguaya protagonista de la historia (1537- 1879)*. Un antecedente importante lo constituye el trabajo de Ana Barreto en su trabajo denominado *Voces de mujer en la historia paraguaya.* De rigor es mencionar los valiosos aportes realizados por la Mary Monte de López Moreira en numerosos trabajos que abordan el tema de la mujer siendo el eje de historia social y género su enfoque actual de investigación: *Al fin ciudadanas* (2011) y *Alquimistas. Documentos para otra historia de las mujeres* (2013) ambos trabajos realizados con Clyde Soto y Line Bareiro.

Desde el punto de vista social y de la memoria histórica, la imagen de la mujer abnegada y sumisa, muchas veces vinculada con el término *Kuña guapa*, que todo lo aguanta es una imagen que impide visualizar a las mujeres paraguayas desde otra perspectiva. Por esta razón el objetivo de la presente investigación fue elaborar una aproximación a la imagen de las mujeres paraguayas desde una perspectiva histórico/jurídica; utilizando para el efecto

el análisis del marco legal de la época y los casos de denuncias por divorcio realizadas por mujeres en el período 1847-1860.

APROXIMACIÓN AL MARCO JURÍDICO VIGENTE ENTRE LOS AÑOS 1840 Y 1860 EN PARAGUAY

Según la investigadora Bárbara Potthast (2011), al igual que otros estudiosos del derecho, las condiciones legales de la mujer en el siglo XIX, en especial durante la primera mitad de este siglo, no diferían de las demás legislaciones hispanoamericanas de la época y que, a su vez, todas estas tampoco diferían en gran medida de la legislación colonial.

Hablar de un marco Jurídico de la mujer en la época es simplemente referenciar aquellos apartados – aquellos pocos apartados – en los cuales la figura de la mujer es sujeto de derecho en la legislación de la época. Para el efecto se hace referencia para el marco temporal de la presente investigación las leyes de Paraguay de 1844 y las de 1842. En ambos casos, estos cuerpos legales distaban de ser un cuerpo jurídico completo. Las observaciones que señalan la complementariedad de estas nuevas leyes con las leyes españolas en vigencia corroboran dicha afirmación; todo esto sin menospreciar el valor del proceso de crecimiento legal que el Paraguay estaba experimentando desde la llegada de Don Carlos Antonio López al ejercicio del poder en Paraguay. Esta apreciación es sostenida por Potthast que señala cuanto sigue:

> López se esforzó en acomodar paulatinamente su país a las normas europeas vigentes, no solo en lo material sino también en lo cultural y en lo administrativo (…) comenzó en primer lugar por ordenar el sistema de derecho y el policial. Derogo las Leyes coloniales de Indias por indignas de una República independiente y se apoyó nuevamente en la antigua legislación española de Toro y en las Leyes de Castilla, así como en las siete partidas de Alfonzo el Sabio. (POTTHAST, 2011, p.77)

Por lo señalado, es que se realiza un acercamiento a estos cuerpos legales partiendo del más cercano en el tiempo – considerando el marco temporal de la presente investigación – y en retrospectiva se realiza una breve descripción de aquellos documentos de legislación española todavía vigentes en la época que eran complementarios a las nuevas leyes nacionales.

Es importante destacar que en los casos judicializados sobre divorcio existía una intervención previa de la Iglesia católica, y que, inclusive, muchos de los pleitos no llegaron al ámbito judicial. En lo que respecta al derecho canónico de esta época es una línea de investigación nueva que se abre para dar luz a nuevas investigaciones.

En 1844 se elabora un cuerpo legal denominado *Ley que establece la administración política de la República del Paraguay, y demás que en ella se contiene,* y en el Título X art. 11 de la misma se señala la ratificación de las leyes y decretos sancionados por el Soberano Congreso de 25 de noviembre de 1842 (PANGRAZIO, 1947, p.27). En esta ley se presentan 10 títulos bajos los cuales se organizan diversos artículos, siendo del I al IX relacionados a aspectos de los poderes del Estado y la organización de éstos, y el número X denominado Ordenanzas generales que habla sobre los ciudadanos, en líneas generales.

> Artículo 1. Los ciudadanos de la República presentarán su reconocimiento y obediencia al presidente nacional luego de estar en posesión del mando, y en la forma que lo determine el presidente de la República.
> Artículo 2. Los hombres son de tal manera iguales ante la ley, que esta, bien sea penal, preceptiva o tuitiva, debe ser una misma para todos, y favorecer igualmente al poderoso que al miserable.
> Artículo 3. Todos los habitantes de la República tienen derecho a ser oídos en sus quejas por el Supremo Gobierno de la Nación.
> (…)
> Artículo 11. Se ratifican las leyes y decretos sancionados por el Soberano Congreso de 25 de noviembre de 1842. (PANGRAZIO, 1947, p.27)

En el abordaje que se realizó a los diversos documentos de época, se pudo comprobar, en especial en casos de demanda por divorcio, que la condición social de las mujeres, en algunos casos mencionadas como “pobres de toda solemnidad” (ANA- SH-295n34-188-189) no les impidió contar con el amparo de la ley, cumpliendo de esta manera con los principios de la Ley de Administración de la República del Paraguay, Título X artículos 2 y 3 sobre de igualdad ante la ley y el derecho a ser oídos en sus quejas por el Supremo Gobierno de la Nación.

Considerando que se ratifican las leyes y decretos sancionados por el Congreso de 1842 continuamos en forma regresiva analizando los aspectos legales.

En 1842 se promulgó el *Estatuto Provisorio de la Administración de Justicia* en el cual se confirmaba la independencia judicial en el Paraguay con la creación de Tribunales Superiores emancipados del Ejecutivo, mientras que el gobierno ejercía el poder judicial en causas de traición a la patria o conjuración contra el orden público. Se creó el departamento de policía encargada de la atención del orden social y la prevención y represión de los delitos. Se abolió la pena de muerte y la confiscación de bienes (MONTE DE LÓPEZ MOREIRA, 2017, p.171). En este cuerpo legal, se derogan las leyes de Indias (art. 72) y se sostienen las leyes de Castilla, la de las partidas y las de Toro (art. 73) mientras la república no sancione sus códigos (MONTE DE LÓPEZ MOREIRA, 2017, p.171).

Anterior a la promulgación del Estatuto provisorio, el gobierno consular estableció también decretos oficiales, señalados por Bárbara Potthast de la siguiente manera:

> Carlos Antonio López promulgo el 27 de junio de 1842 otro decreto reglamentando los asuntos públicos (…) disponía que los jueces de paz, asistidos por otros representantes estatales como los oficiales y celadores, debían vigilar la moral y las buenas costumbres (…) debían ejercer presión sobre todos los amancebados públicos para que estos cambien su escandalosa vida y sobre todo los esposos separados, para que éstos se unan nuevamente. (POTTHAST, 2011, p.78)

Señala Potthast la existencia de diversos documentos de la sección judicial del A.N.A. Archivo Nacional de Asunción en los cuales son numerosas las protestas en el interior del país, o también conocido como "pueblos de la campaña" por perseguir el amancebamiento, que estaba muy arraigado en todo el territorio. Por otro lado, señala también el hecho de que las disputas personales entre los pobladores y los celadores o cabos podían provocar denuncias de este tipo. A pesar de esto, los Jueces cumplían con su misión, y en líneas generales, las mujeres amancebadas eran dadas en guarda a familias respetables y los hombres eran normalmente amonestados. Ejemplos de este caso se analizan en el siguiente apartado.

> (…) este decreto de C. A. López constituyó una medida a favor de las mujeres. Sin embargo, esto exigiría el supuesto de que un matrimonio era siempre beneficioso para la mujer paraguaya, una tesis por lo menos dudosa desde la perspectiva actual. La convivencia forzosa de esposos, algunos de los cuales vivían separados desde hacía varios años, a veces era problemático para las mujeres, como lo prueban algunos casos (POTTHAST, 2011, p.85).

En forma complementaria, las leyes de Castilla, de Toros y de las Siete partidas seguían vigentes en forma complementaria durante el período abordado en la presente investigación. La denominada Novísima recopilación de las leyes de España o también conocida como Leyes de Castilla se encuentra dividida en XII libros. En que se reforma la Recopilación publicada por el Señor Don Felipe II en el año de 1567 y reimpresa en 1775. Y se incorporan las pragmáticas, cédulas, decretos, órdenes y resoluciones reales, y otras providencias no recopiladas, y expedidas hasta el de 1804. Mandada formar por el señor don Carlos IV, la impresión se realiza en Madrid en 1805, en la Imprenta de Sancha. Apartados específicos que contemplen la figura de la mujer desde el aspecto legal en Las leyes de Castilla aparecen siempre en relación con el matrimonio, y se los encuentra en el libro X; y en algunos casos en el libro XI que trata sobre diversos delitos, como el caso del amancebamiento.

LEYES DE CASTILLA. TÍTULO XXVI
De los amancebados y mujeres públicas

1- Pena del casado que tuviere manceba pública.
2- Pena del que tenga por manceba pública a una mujer casado; y del casado que viviere en casa de la manceba, dejando la de su mujer
3- Pena de las mancebas de clérigos, frailes y casados; y modo de librar los pleitos de ellas en la Corte
4- Modo de proceder las justicias contra las mancebas de los clérigos, y contra los maridos de ellas que las consientan.
5- Amonestación y castigo de las mujeres casadas y sospechosas que estuvieren en las casas de los clérigos
6- Prohibición de tener las mujeres públicas criadas menores de cuarenta años y escuderos; y de usar hábito religioso, almohada y tapete en las Iglesias
7- Prohibición de mancebías y casas públicas de mujeres en todos los pueblos de estos reinos.
8- Recogimiento de mujeres perdidas de la corte y su reclusión en la galera.

En el caso de las Leyes de Toro, se repite el mismo caso, donde la mujer es mencionada siempre en relación con el matrimonio o adulterio. Los números 14, 15 y 16 se mencionan aspectos del "matrimonio suelto", es decir, que se puede interpretar como divorcio considerando que también menciona la posibilidad de nuevo matrimonio. La ley 80 señala que la denuncia de adulterio por parte del esposo debe incluir a los dos adúlteros, no solo a uno de ellos. Leyes 81 y 82 estipula los casos de adulterio, con la salvedad de que en este punto cuenta el adulterio de la mujer, pero no así el adulterio del hombre. Inclusive señala el hecho que, aunque la mujer llegase a demostrar que el matrimonio era nulo por algunas de las múltiples dispensas en relación con el mismo, el hombre igual podría denunciar el adulterio. Por otro lado, en la siguiente ley se establece que si el esposo mata a la esposa no se quedará con su dote.

LEYES DE TORO

81. Si alguna mujer, estando con alguno casada, o desposada por palabras del presente en faz de la santa madre Iglesia, cometiere adulterio, que aunque se diga y pruebe por algunas causas o razones que el matrimonio fue ninguno, ora por ser parientes en consanguinidad o afinidad dentro del cuarto grado, ora porque cualquiera de ellos sea obligado antes a otro matrimonio o haya hecho voto de castidad o de entrar en religión, o por otra cosa alguna, pues y a por ellos no quedó de hacer lo que no debían, que por esto no se escuses a que el marido pueda acusar de adulterio como si el matrimonio fuese verdadero, y mandamos que en estos tales, que así vemos por adulterio, y en sus bienes, se ejecute lo contenido en la ley del fuero de las leyes, que habla cerca de los que comenten delito de adulterio.

82. El marido que matare por su propia autoridad al adultero y a la adultera, aunque los

> tome infraganti delito, y sea justamente hecha la muerte, no gane la dote ni los bienes del que matare, salvo si los matare, o condenare por autoridad de nuestra justicia, que en tal caso mandamos que se guarde la ley de fuero de las leyes que este caso dispone.

El origen de Las Leyes de las Siete Partidas las ubicamos en el siglo XIII y en la Corona de Castilla, de gran significación para la legislación española e hispanoamericana. En ellas se fijaron las normas sobre el divorcio, manteniendo el término lingüístico utilizado desde el derecho romano, aunque aplicado a una determinada forma de separación conyugal (ESPÍN LÓPEZ. 2016, p.169). En la cuarta partida, ley 2, título 10 se especifica que el divorcio podía darse por dos razones fundamentales, una de índole religioso y otra por adulterio; en ambos casos debía ser sentenciada en juicio.

> LEYES DE LAS SIETE PARTIDAS
>
> Cuarta Partida, Título 10; Ley 2: Propiamente hay dos razones y dos maneras de departimiento a las que pertenece este nombre de divorcio, comoquiera que sean muchas las razones por las que separen a aquellos que semeja que están casados y no lo están por algún embargo que hay entre ellos; y de estas dos es la una religión, y la otra, pecado de fornicación. Y por la religión se hace divorcio en esta manera, pues si algunos que son casados con derecho, no habiendo entre ellos ninguno de los impedimentos por los que se debe el matrimonio separar, si a alguno de ellos, después que fuesen juntados carnalmente, les viniese en voluntad entrar en orden y se lo otorgase el otro, prometiendo el que queda en el mundo guardar castidad, siendo tan viejo que no puedan sospechar contra él que hará pecado de fornicación, y entrando el otro en la orden, de esta manera se hace del departimiento para ser llamado propiamente divorcio, pero debe ser hecho por mandato del obispo o de alguno de los otros prelados de la iglesia que tienen poder de mandarlo. Otrosí haciendo la mujer contra su marido pecado de fornicación o de adulterio, es la otra razón que dijimos por que hace propiamente el divorcio, siendo hecha la acusación delante del juez de la iglesia, y probando la fornicación o el adulterio. Esto mismo sería del que hiciese fornicación espiritualmente tornándose hereje o moro o judío, si no quisiese hacer enmienda de su maldad.

El análisis realizado en el marco legal que corresponde al Paraguay en el período estudiado nos presenta dos realidades. Por un lado, una incipiente organización jurídica en un país que daba sus primeros pasos apuntando a una modernización en múltiples aspectos, entre ellos, la justicia y la ciudadanía (en el contexto temporal que le corresponde). Por otro lado, los pocos apartados que mencionan específicamente la figura de la mujer son con relación a la dote, el matrimonio, el adulterio y el divorcio. En este análisis es importante destacar nuevamente que, al no ser un cuerpo legal completo, se complementó con leyes anteriores que continuaron en vigencia en la época.

LA KUÑA GUPA, UN IMAGINARIO QUE DESDIBUJA LA IMAGEN

La representación generalizada en el imaginario popular sobre la mujer paraguaya tiene relación directa a profundos procesos históricos que cambiaron en forma radical a la sociedad. Las devastadoras consecuencias demográficas de la guerra contra la Triple Alianza (1865-1870) configuraron una sociedad mayoritariamente femenina, que cargó forzosamente con la dura labor de la reconstrucción en todos los sentidos, pero por sobre todas las cosas la reconstrucción económica y social. Los apuntes que realiza Clyde Soto con respecto a esta formación del imaginario sobre esta mujer giran en torno a la interpretación del término popular de *Kuña guapa* alejando dicho término de la imagen de una mujer empoderada en su rol para interpretarlo como una verdadera marca cultural del sufrimiento y la resignación de la mujer paraguaya, que en realidad la posicionan desde la subordinación (SOTO, 2009:5). En su interpretación, reconoce sin dudas el heroísmo y sacrificio de estas mujeres, pero que al mismo tiempo "fueron eternizadas en el rol secundario de entusiastas y sumisas acompañantes de los guerreros, y en el de trabajadoras incansables ante la desgracia nacional" (SOTO, 2009, p.6). Al decir de la autora, el término *Kuña guapa* quedó asociado a un ideal de mujer que da responsabilidades, pero no da derechos.

Pero estas mujeres reconstructoras, son el reflejo de aquellas que las antecedieron, y actuaron en consecuencia a un modelo que lejos de ser sumisas y sometidas, supieron enfrentar situaciones personales difíciles, e hicieron uso de los recursos legales con los que contaban. El paso de una imagen de sumisión al de una imagen de mayor empoderamiento radica en visibilizar estas otras aristas de la vida de las mujeres paraguayas.

ANÁLISIS DE FUENTES DOCUMENTALES. UNA APROXIMACIÓN A HISTORIAS DE VIDA DE MUJERES PARAGUAYAS.

Sobre lo que se ha escrito, pero tiene todavía escasa difusión es acerca de la lucha y resistencia por parte de las mujeres, aquellas que a pesar del tiempo histórico que les tocó vivir, enfrentaron sus circunstancias particulares e iniciaron procesos de demandas por maltrato y juicios por divorcio. Incluso juicios y petitorios sobre aspectos que estaban reglados en la ley y a pesar de las circunstancias particulares de la sociedad de la época las mujeres lo supieron enfrentar. Ana Barreto en su trabajo denominado *Voces de mujer en la historia paraguaya* presenta algunos ejemplos significativos al respecto y cita casos como el de Gregoria Micaela Centurión, una viuda que en 1816 se opone a perder la patria potestad del hijo menor por contraer un nuevo matrimonio. Otro caso mencionado por la autora es el de pedido de divorcio presentado por María Manuela Aponte en 1823, citado también por

Potthast (2011) y Barreto Valinotti, (2012).

> Mi marido es un cruel, señor Provisor, y para probar esta su aborrecida condición provoqué y provoco el juicio ordinario, así como para librarme de su venganza próxima (...) Por otro lado también es falso y aun ridículo suponer que la mujer sea pies del matrimonio sólo porque el marido sea su cabeza, porque aquella no es sino compañera, y este administrador de sus bienes. De la costilla de Adán se sabe, se formó un Consorte, y no de la parte inferior ínfima del cuerpo. Y si se dice que debe estar sujeta al marido, es únicamente en aquello que convenga a la felicidad espiritual y temporal de ambos, porque tampoco ella es esclava sino muy ingenua e igual en todo con su esposo, pues de lo contrario sería sierva sino compañera: lo cual es falso. (ANA. SH.226n23-270-276)

Al respecto es importante aclarar que, los casos mencionados anteriormente se encuentran ubicados dentro del marco temporal que corresponde al gobierno del Dr. Francia; y que durante el mismo la competencia de la iglesia había disminuido notablemente con relación al poder civil y, posteriormente, con la restitución de los vínculos con la curia en épocas de Carlos Antonio López la Iglesia como institución vuelve a velar por las cuestiones de los matrimonios. Será recién en 1843 y 1844 cuando se difundieron normas generales para la administración de los asuntos de jurisdicción eclesiástica y reglas sobre cuestiones de matrimonio (POTTHAST, 2018, s/p). Por esta razón es que, los documentos abordados para el análisis de las historias de vida corresponden ya al ámbito jurídico y no al eclesiástico.

En la sección civil y judicial del A.N.A -Archivo Nacional de Asunción- figuran numerosos documentos relativos a divorcios, sobre los cuales Bárbara Potthast ha realizado un profundo análisis estadístico (POTTHAST, 2011, s/p) algunos de ellos fueron seleccionados para este trabajo y se ha realizado su transcripción. De las trascripciones se extrajeron aquellos argumentos que evidencian la existencia de mujeres valientes, que frente a un sistema que prácticamente no las cuenta como sujeto de derecho se enfrentar a sus problemas desde lo legal.

Caso 1. 1844. Demanda de Francisca Dolores Sánchez, contra su marido Francisco Ignacio Núñez

Dolores Sánchez, casada ocho años con Francisco Núñez, presenta el siguiente argumento en la demanda que entabla contra su esposo:

> (…) lexos de propender al inviolable cumplimiento de los deberes que el sacramento del matrimonio nos impone, ha procedido audazmente infringiéndolos, y mirándolos con una omisión culpable y punible indiferencia, dándome suficientes motivos y causales para un justo divorcio. (ANA SCJ Vol. 2198 N° 2)

Y a continuación cita los numerosos motivos que la animaron a presentar la demanda: intolerable crueldad y frecuentes maltratos y castigos provocados por sus borracheras diarias; un golpe con vara en ojo motivado por llegar a la casa luego de 15 días de ausencia y no encontrar que comer; llevarse la ropa de la mujer dejándola desnuda en la casa para que no pueda salir; cortar de raíz su pelo acusándola falsamente; además de los castigos físicos a la mujer también cometía maltratos físicos contra sus padres.

> (…) por todo lo cual no me queda más arbitrio en circunstancia tan deplorable en que me hallo que instaurar demanda de divorcio contra mi expresado marido, como desde luego lo verifico, con protesta de ampliarla cuando a mi derecho convenga y de justificarla legalmente, suplicando a Vuestra Superioridad se sirva habida por verídica, declarar divorcio entre nosotros (ANA SCJ Vol. 2198 N° 2).

Esta causa que había sido iniciada el 9 de julio de 1843 y presentada a las autoridades el 12 del mismo mes, no tenía respuesta cuatro meses después de iniciada, evidenciada con una nota fechada el 06 de octubre de dicho año, con un reclamo realizado por el representante de la demandante. El 12 de noviembre el cura de la Recoleta notifica ante testigos de la demanda de divorcio a Francisco Ignacio Núñez, que manifestó entender y acatar la orden de la vicaría. Sin embargo, las siguientes notas ponen de manifiesto la rebeldía del cónyuge con nota del 24 de noviembre. Pero esto no termina aquí, puesto que otro documento dirigido al Sr. Vicario General dice textualmente “un año y tres meses poco más o menos há que entable demanda de divorcio en el juzgado eclesiástico (…) suplico se sirva mandar, se lleve a debido efecto este último decreto (…)” (ANA SCJ Vol 2198 N° 2) es en noviembre de 1843 cuando se realizan los interrogatorios a los testigos.

Increíblemente, a mediados del mes de diciembre de 1843, el demandado presenta un recurso argumentando que la no presentación de libelos de su parte fue por su estado de insolvencia, que no tiene impugnaciones a los alegatos de su consorte y solicita lo siguiente:

> (…) de consiguiente convengo desde luego en el divorcio solicitado por mi enunciada consorte con tal de que sea temporal. Y para ello V.S. pido y suplico (…) se sirva proceder a nuestro enunciado divorcio, protestando y desde luego a ratificarme en mi indicado convenio, o conformidad por ser de justicia que pido pasando por Dios que no procedo de malicia con lo demás necesario en Dios (ANA SCJ Vol. 2198 N° 2).

Corría ya enero de 1844 cuando Francisca Dolores solicita al vicario se sirva sentenciar la expresada causa, declarándose entre ambos cónyuges divorcio temporal *quoad thorum et cohabitationem.*[1] ¿Cómo y cuándo termina esta historia? Concluye el 27 de

1 Se distinguen dos tipos de divorcio en la época: el menos pleno o imperfecto (divortium

enero de 1844, otorgando el divorcio a favor de Francisca Dolores y condenando a Francisco Ignacio cargándole los costos y costas del proceso.

Caso 2. 1847. Proceso a Fernando Arza por vida ilícita.

María de la Paz Barreto era una mujer de Villa del Pilar casada con José Sacarías Díaz, quienes se habían separado voluntariamente. Ella mantenía una relación con un indio según reza el documento llamado Fernando Arza. Como para la época ya estaba en vigencia el decreto de Don Carlos de intentar unir a las parejas que estaban legalmente casadas y separadas, y era costumbre denunciar las relaciones ilícitas a los comandantes de las villas y compañías, y que los comandantes actuaran en estos casos, la autoridad local redacta de la siguiente manera el documento elevado a las autoridades:

> Habiendo sido informado en esta vecindad la ilícita y escandalosa relación que tiene María de la Paz Barreto, esposa de, con un indio llamado Fernando Arza há sobre cinco años siendo todos vecinos de esta Villa y que estos casados ya desde mucho tiempo vivían separados voluntariamente ambos en compañía de sus madres, en esta virtud há efecto de propender al remedio de tan escándalos vida hice comparecer ante mí al expresado indio ordenándole directamente que deje de llegar ya a la casa de María de la Paz Barreto (…) y también a há Sinforosa Barreto, madre de la expresada (…) para que en lo sucesivo por pretexto alguno permita llegar en su casa a Fernando Arza (…) he sabido que siempre frecuentaba la casa el indio quebrantando mi orden (…) por cuya razón hice comparecer ante mí a ambos consortes, amonestándoles por dos veces que volvieron a juntarse por vía de conciliación, previniendo a la mujer que si esta medida no fuera bastante para reportarse y seguir otra vez la compañía de su marido me hallaría preciado a dar parte a V.E. de su incorregibilidad (A.N.A. SCJ Vol. 1515 N°10).

Ante esta situación, la mujer alega que no será posible volver con su marido, porque su marido, injustamente, le había mandado azotar en una escalera y mandar poner grillos en el calabozo en tiempo de los otros alcaldes, y que estaba resuelta a solicitar el divorcio, y ante esto se solicita consideración, a lo que se suma el hecho de que no tenían hijos.

La respuesta del presidente López está fechada un 7 de abril de 1847, es que el alcalde ordinario se informe sobre las quejas de María Barreto contra su marido y que al indio Francisco Arza se lo remita por agua a la Capital al cuartel de Lanceros.

El alcalde en respuesta al pedido del presidente remite otra nota fechada el 13 de abril de 1847 en el que expresa que ha recibido a tres testigos, por cierto, todos hombres,

quoad thorum et cohabitationem), que se limita a suspender la vida común; y el pleno o vincular (divortium quoad vinculum), que produce la ruptura del vínculo y reconoce la libertad a las partes para contraer nuevas nupcias con tercera persona. https://mercaba.org/Rialp/D/divorcio.htm

para recibir informes sobre esta pareja. El primer testigo ratifica las denuncias y también los castigos que recibió María de la Paz; el segundo testigo agrega a las declaraciones que la separación del María de la Paz era resultado de los continuos quebrantos, y que luego de la separación tuvo relación ilícita con tres sujetos, y que el último, Fernando Arza tenía siempre con ella tratos libres sospechosos y que "a él mismo le consta" por ser vecino de la expresada María de la Paz. El tercer testigo argumenta la misma versión del primero. Pero ahora le tocaba el turno a María de la Paz, para poder dar su versión. En el documento expresa que luego de casada con su marido tuvo un año de matrimonio pacífico, hasta que ella se enteró de una relación ilícita del marido con una mujer casada, "le había hecho cargo" y que esto inició los maltratos por parte del marido, verbales y físicos, con látigo e inclusive cuchillo, con el que intentó matarla y no lo logró gracias a la oportuna aparición de un vecino en la casa. El marido pone quejas ante el alcalde de turno y es metida en el calabozo dos veces, la segunda con grillos; y otras dos veces bajo otro alcalde en los mismos términos de la primera vez, depositada en una casa de la villa y castigada con azotes en una escalera. Ante la pregunta sobre lo que originó dichos castigos María de la Paz, mencionó que el marido había enfermado de "aire perlático"[2] (A.N.A. SCJ Vol. 1515 N°10) y que ella siempre salía a buscarle medicamentos y que sus demoras eran la causa de los castigos.

Este conjunto documental termina así, no habiendo otras notas que den continuidad al caso. Sin embargo, queda claro que las medidas tomadas por el Gobierno, aparentemente a favor de las mujeres para que los esposos vuelvan a unirse, no daban los resultados esperados. Fernando Arza, finalmente en el mes de abril se le destino a excavaciones y en el mes de Julio fue remitido a la capital (A.N.A. SCJ Vol. 1515 N°10).

Caso 3. 1854. Lorenza Ayala sobre divorcio.

El siguiente caso, nuevamente por órdenes del Estado se obliga a reconciliarse a una pareja (Lorenza Ayala y Manuel Rosa Ayala) que se hallaba separada hacía más de 19 años, el marido, quien tenía una vida licenciosa y la había dejado abandonada a su suerte con dos hijas, retorna y utilizando los recursos económicos de su esposa pone en pie una carnicería, y luego trae a su concubina de San Estanislao y los hijos que con ella había tenido. La mujer indignada lo acusa ante el Juez de paz provocando la reacción del marido, que la corre por la calle, la alcanza, casi la ahorca y jura matarla haciendo una cruz con los

2 **perlático**. (persona) paralítico, impedido, tullido, imposibilitado. Es forma poco usual en la lengua con la que se hace referencia a la persona que padece perlesía o parálisis de algunas partes del cuerpo. es.thefreedictionary.com

dedos en la boca a modo de promesa.

Como era de esperar, la mujer se negó a una nueva reconciliación presentando el pedido de divorcio. Es interesante la lectura del documento, en especial la afirmación de la tenaz resistencia de la mujer a convivir con su marido (ANA SCJ Vol. 1340 N° 9 foja 15) al que se sumaron descripciones de hechos de violencia contra su persona. Presentado el caso ya al Juez de primera instancia, nuevamente se verifica la defensa de los pobres puesto que la demandante está declarada como pobre de toda solemnidad y en notas se ratifica que el ministerio general de pobres se encargará de su defensa. En el extenso expediente que consta de más de 60 páginas inicia con el pedido de divorcio por la defensa en agosto de 1854. En seguidas notas el marido se declara insolvente y que no puede llevar las costas del caso.

El alegato de la defensa del cónyuge está elaborado en varias fojas donde desmiente todas y cada una de las acusaciones, para finalizar accede a la separación perpetua de su mujer. Los largos y protocolares testimonios jugaron a favor de Lorenza. Al igual que en otros casos, el defensor de Lorenza remite una nota al Juez de primera instancia en la cual menciona el vencimiento de los plazos legales de publicación de probanzas, en enero de 1855.

La sentencia a favor de Lorenza finalmente se da el 15 de marzo de 1855.

CONCLUSIONES

Realizar un acercamiento a una imagen histórica de las mujeres, diferente a la instalada en el imaginario es un arduo trabajo que recién inicia. Los nuevos trabajos realizados sobre las mujeres paraguayas del siglo XIX van construyendo lentamente una imagen que se edifica desde una visibilización de las mujeres más allá de su rol de madre de familia. El marco legal vigente en la segunda mitad del siglo XIX no difería en general del marco jurídico heredado de la España de la edad moderna, ni de la realidad social de la mujer durante la época de la colonia. El análisis de documentos realizados en el presente trabajo no difiere tampoco (en muchos aspectos) a las problemáticas actuales de las mujeres. A pesar de las notorias diferencias en lo que respecta a la adquisición de derechos para la mujer y los cambios jurídicos que fueron evolucionando, sobre todo durante el siglo XX, la lectura de los documentos nos demuestra dos cosas: en primer lugar, que la problemática femenina no difiere mucho entre el pasado y el presente; y en segundo lugar y tal vez por el objetivo del presente trabajo la más importante, la oportunidad de visibilizar a mujeres que teniendo todo en contra decidieron enfrentar largos pleitos por divorcio. Los

documentos analizados tuvieron resultados positivos para ellas, enfrentando no solo a la moral eclesiástica impuesta, sino a las leyes que poco las amparaban.

Una postura diferente a la imagen de sumisión y resignación heredada. Una imagen de una mujer empoderada, que como en el caso de Lorenza, completó 46 fojas de testigos a su favor, para lograr luego de más de 20 años de abandono de su esposo el anhelado divorcio; o como el caso de María de la Paz Barreto, que luego de su sometimiento físico y separación voluntaria tuvo que enfrentar una demanda de vida ilícita, o el caso de Francisca Dolores Sánchez, quien a pesar de sus múltiples argumentos y testigos tuvo que esperar más de dos años para su sentencia de divorcio definitiva. Estas no son mujeres sumisas ni sometidas, son mujeres autoconstruidas desde una sociedad que tenía sus propios códigos de convivencia, son mujeres que sentarán las bases de una sociedad que luego de la guerra, brindará verdaderas luchadoras silenciadas por el tiempo y escondida en los papeles a la espera ser halladas.

Los esfuerzos de Carlos Antonio López en la construcción de un marco jurídico regulador, y los decretos que apuntaban a regularizar la situación de los matrimonios separados, fue una clara muestra de que esas separaciones estaban ampliamente justificadas, y que, en muchos casos prevalecieron en los juicios de divorcio.

Adentrarnos en las problemáticas de las mujeres con la lectura de los documentos legales de la sección civil y judicial del Archivo Nacional de Asunción, colabora en la reconstrucción de un nuevo imaginario, que da un paso al costado de la mujer estereotipada sufrida y resignada, y nos acerca a una mujer paraguaya capaz de enfrentarse al sistema, con acciones reveladoras que se encuentran todavía ocultas en los documentos de archivo.

Mucho hay todavía por indagar, esta historia silenciada y poco conocida apunta a un acercamiento más real, desde las fuentes, desde los documentos de archivo, desde las voces de las mismas mujeres plasmadas en sus alegatos.

BIBLIOGRAFÍA

BARRETO VALINOTTI, Ana. *Voces de mujer en la historia paraguaya.* Asunción: Impresión Gráfica AGR, 2012

BERMEJO, Idelfonzo. *Repúblicas americanas. Episodios de la vida privada, política y social en la República del Paraguay.* Madrid: Imprenta de L. Labrajos, 1873

ESPÍN LÓPEZ, Rosa M. Los pleitos de divorcio en castilla durante la edad moderna. *Estudios históricos. Historia Moderna,* Universidad de Salamanca. Volumen 38 n 2, p 167-200, diciembre de 2016. Obtenido de: https://revistas.usal.es/index.php/Studia_Historica/article/view/shhmo2016382167200/15937

MASARE DE KOSTIANOVSKY, Olinda. *La mujer paraguaya. Su participación en la Guerra Grande.* Asunción: Fundación Latourrete Bo, 2012

MONTE DE LÓPEZ MOREIRA, Mary. *Historia del Paraguay.* Asunción: Servilibro, 2017.

MUÑOZ GARCÍA, María José. *La condición jurídica de la mujer casada en Indias*. Anuario de la facultad de derecho. Universidad de Extremadura, 1991, p. 455-474.

PANGRAZIO, Miguel Ángel. *Constitución de la República del Paraguay y sus antecedentes.* Asunción: Emasa,1947

POTTHAST, Bárbara. ¿Paraíso de Mahoma o país de las mujeres? El rol de la familia *en la sociedad paraguaya del siglo XIX.* Asunción: Fausto, 2011

POTTHAST, Bárbara. Amancebamiento y matrimonio en el Paraguay (siglo XIX). Versión digital. (https://books.openedition.org/, Ed.) *Institut francaise détudes andines*, 335-376. 2018

RIBEIRO DA SILVA, Alberto Moby.*La noche de las Kygua Vera. La mujer y la reconstrucción de la identidad nacional en la posguerra de la Triple alianza.* Asunción: Intercontinental, 2010

ROMANO, Martín. *Sexo, amor y matrimonio en el Paraguay del siglo XIX. Academia.edu*. (s/f) Obtenido de: https://www.academia.edu/34947803/Sexo_amor_y_matrimonio_en_el_Parag uay_del_ S._XIX.pdf?auto=download

SOTO, Clyde.Marcas culturales para las mujeres en la sociedad paraguaya. *Primer foro Internacional del Bicentenario* (págs. 1-8). 2009.Asunción: Centro de Documentación y Estudios. Obtenido de: http://www.cde.org.py/wp-content/uploads/2017/02/2009-Clyde-Soto-Marcas-culturales.pdf

URBIETA ROJAS, Pastor. *La mujer paraguaya. Esquema historiográfico.* Asunción: Colección Paraguay,1962.

FUENTES

1844. Demanda de Francisca Dolores Sánchez, contra su marido Francisco Ignacio Núñez presentada al Vicario General y Juez Eclesiástico. ANA SCJ Vol. 2198 N° 2

1847. Proceso a Fernando Arza por vida ilícita. ANA SCJ Vol. 1515 N° 10

1850. Designación de un defensor particular para la insolvente Rafaela Oliva, en una causa por divorcio. ANA SH Vol.295 N°34-188-189

1854. Lorenza Ayala sobre divorcio. ANA SCJ Vol. 1340 N° 9

LEYES

LEY QUE ESTABLECE LA ADMINISTRACIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY, Y DEMÁS QUE EN ELLA SE CONTIENE. 1844. En: PANGRAZIO, Miguel Ángel. Constitución de la República del Paraguay y sus antecedentes. Asunción: Emasa,1947.

LEYES DE CASTILA
Gobierno de España. Boletín Oficial del Estado*. Novísima recopilación de las leyes de España sancionada por Carlos IV en 1805.* Tomo VI. Biblioteca Jurídica Digital. 1993. versión facsimilar disponible en: https://www.boe.es/biblioteca_juridica/publicacion.php?id=PUB-LH-1993-63&tipo=L&modo=2.

LEYES DE LAS SIETE PARTIDAS.
Real Academia Española. Banco de Datos CORDE. Disponible en: https://www.docsity.com/es/las-siete-partidas-alfonso-sabio/4949481/.

LEYES DE TORO
Estudio preliminar y transcripción de Mª Soledad Arribas; presentación de Ramón Falcón Rodríguez. Madrid: Servicio de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia. 1977 https://faculty.georgetown.edu/sallesrv/courses/SPAN-459/span459/pdfs/leyes_toro/leyes_96.pdf.

LEYES Y DECRETOS SANCIONADOS POR EL SOBERANO CONGRESO DE 25 DE NOVIEMBRE DE 1842. En: PANGRAZIO, Miguel Ángel. Constitución de la República del Paraguay y sus antecedentes. Asunción: Emasa,1947.

Recebido em 11/10/2021

Aprovado em 01/12/2021

LOS COLORES DEL PARDO EN EL PARAGUAY A PARTIR DE DATOS DE FILIACIÓN DE FUGADOS Y DESERTORES ENTRE 1862 Y 1865

THE COLORS OF THE PARDO IN PARAGUAY FROM DATA FILIATON OF ESCAPEES AND DESERTERS BETWEEN 1862 AND 1865

GARCÍA RIART, Jorge[1]
https://orcid.org/0000-0001-9728-3702

RESUMEN: A partir de los datos de filiación de 7 casos de soldados y reos desertores y fugados entre 1862 y 1865 extraídos de la Sección Historia del Archivo Nacional de Asunción se construye una métrica experimental de tonos de la tez atribuidos a los pardos en el Paraguay. La colorimetría puede ser una técnica para poner a prueba la hipótesis del oscurecimiento de la tez del paraguayo y la paraguaya contrario a la tradición nacionalista que sostiene cierta originalidad en el proceso de conformación del mestizo o del criollo paraguayo desprendido de la mezcla con el negro. A pesar de la graduación de colores, el adjetivo pardo, no solo como color de piel, permanece transversal como una casta social como resultado de la mezcla de un blanco con negra o viceversa y también de un negro con india o viceversa

PALABRAS CLAVE: Pardo; mestizo; criollo; mulato; colorimetría.

ABSTRACT: From the filiation data of 7 cases of soldiers and inmates deserters and escaped between 1862 and 1865 extracted from the History Section of the National Archive of Asunción, an experimental metric of complexion tones attributed to Pardos (brownmen) in Paraguay is constructed. Colorimetry can be a technique to test the hypothesis of the darkening of the Paraguayan and Paraguayan complexions contrary to the nationalist tradition that maintains certain originality in the process of shaping the mestizo or the Paraguayan creole detached from the mixture with black. Despite the graduation of colors, the adjective Pardo (brownman), not only as a skin color, remains transversal as a social caste as a result of the mixture of a Whiteman with a Blackman or vice versa and also a Blackman with American Indian.

KEYWORDS: Pardo (brownman); mestizo; creole; mulatto; colorimetry.

1 Director Académico del Centro de Políticas Públicas de la Universidad Católica N.S.A., presidente del Centro de Investigaciones de Historia Social del Paraguay y miembro del Consejo del Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica. E-mail: jordiriart@yahoo.com

INTRODUCCIÓN

Para la historia social del Paraguay, es importante recuperar indicios no hegemónicos desprendidos de una producción historiográfica paraguaya predominante en el siglo XX. Con intenciones ideológicas se formó un corpus teórico que contribuyó a crear una conciencia nacional despegada de factores comunes en la Región como la mestización de los negros.

Por ejemplo de esta situación, explícitamente, los negros no aparecen en los libros de historia, mientras tanto, la apología a la raza paraguaya como original prevaleció en la literatura local. Muchos autores, aun los más exquisitos, cometieron este desliz.

Este sistemático modo de narrar la historia olvidó a protagonistas civiles y resaltó, en contraposición, los valores de los héroes militares. Así también pasó con los negros introducidos al Paraguay, aunque con más dureza, fueron borrados literalmente del proceso de formación de la nación.

Rosana Güber dice que la etnografía como enfoque no pretende reproducirse según paradigmas establecidos, sino vincular teoría e investigación favoreciendo nuevos descubrimientos (GÜBER, 2001, p. 20). Nuestra intención, por tanto, es rescatar de la ausencia a otros actores sociales de la historia del Paraguay, como son los negros. Pero, ellos ya no están presentes y eso dificulta el estudio etnográfico basado exclusivamente en la observación.

Para salvar el problema metodológico, nos valemos de fuentes primarias conservadas en el Archivo Nacional de Asunción (ANA), principalmente, en la Sección Historia. De ahí, seleccionamos 7 casos de soldados desertores y fugados catalogados en notas de filiación (conjunto de datos personales) como pardos, sea este el apelativo a un color o un estatus social[1].

La hipótesis es que los blancos en el Paraguay se ennegrecieron mediante la mezcla con negros, aunque es probable que también éstos últimos se hayan emparejado con indígenas. La técnica de la colorimetría puede ser una técnica práctica para entender ese probable proceso de obscurecimiento de la piel del paraguayo y la paraguaya.

Para que la exposición sea clara, nos apropiamos de la recomendación de David Jacobson con respecto a los elementos del texto etnográfico. Primero planteamos la pregunta o el problema, luego hacemos la explicación o la interpretación de la situación planteada, de aquí pasamos al ordenamiento de los datos donde se incluyen las evidencias documentales y finalmente llegamos a la conclusión como

1 Aclaración. No colocamos entre comillas los distintos apelativos de la colorimetría para evitar aludir a otros sentidos connotativos, a no ser que sean extractos literales de los autores.

"en una secuencia argumental" –como dice el autor– (JACOBSON, 1991, p. 2).

PROBLEMA: RECONOCER LA NEGRITUD

¿De qué color era el pardo en el Paraguay? La respuesta puede ser obvia. Pero en la historiografía paraguaya clásica hay rotundos espacios blancos con relación a la negritud. El hombre y la mujer negros fueron borrados de la formación identitaria nacional.

"En ninguna colonia latina había tanta población blanca como en el Paraguay", se ufanó en explicar Manuel Domínguez en su célebre *El Alma de la Raza* (DOMÍNGUEZ, 1917, p. 21). Justo Prieto, para justificar su *Paraguay, la Provincia Gigante de las Indias,* también subrayó que *"*a diferencia de lo que corresponde considerar en la mayoría de los países americanos, de la población paraguaya debe excluirse casi por completo al negro" (PRIETO, 1951, p. 52). Por su parte, Justo Pastor Benítez reprodujo en su *Formación Social del Pueblo Paraguayo* una colaboración de Carlos Gatti que sostenía que el paraguayo tomó del español "parte el cutis blanco" (BENÍTEZ, 1955, p. 90).

Si se sostiene que no hubo negros en el Paraguay asociado a la formación de la identidad nacional por qué mayoritariamente el paraguayo y la paraguaya son morenos. Jorge Rubiani en sus *Historias secretas del Paraguay* pregunta acaso "¿eran morenos los indígenas del Paraguay?" (RUBIANI, 2014, p. 70).

Carlos Gatti (léase en Benítez, 1995:90) señala que la fisonomía del guaraní pasó un proceso inverso: se blanqueó por la mezcla con el español, así la raza paraguaya "se asemeja a la europea como los observadores han admitido siempre que era una raza blanca pura".

Entonces, ¿cómo fue posible este *melange* de colores?, pregunta Alfredo Boccia Romañach. Una explicación posible, en el caso paraguayo, es que la mayoría de las esclavas negras tuvieron vástagos de color blanco, por lo cual la pureza de la raza negra no se mantuvo como sucedió en otros lados (BOCCIA ROMAÑACH, 2004, p. 253).

Otra tesis que perduró como argumento para emblanquecer la presencia del negro en el Paraguay tiene relación con cierto trato diferenciado con respecto a otros países esclavistas. J. R. Rennger sostuvo, según vio entre 1818 y 1826, que la esclavitud en el país era mucho mejor que en otras latitudes (RENNGER, 2010, p. 103). John Hoyt Williams (WILLIAMS, 1995) propuso que no todos los afrodescendientes llegados al Paraguay fueron tratados como hermanos en alusión a la obra de Josefina Plà *Hermano Negro, la esclavitud en el Paraguay* (1972). Sin embargo, el aporte sustancial de Plà es reconocer que la mezcla de negros con la población local comenzó ya en la época de la Colonia, "aunque es verdad

que esa mezcla no se redujo, por cierto, a la conjugación de la sangre blanca con la negra" (PLÀ, 2011:25).

Oscar Creydt minimizó también el papel de los negros en la *Formación Histórica de la Nación Paraguaya. "*La casta inferior de negros y mulatos tuvieron una importancia relativamente pequeña*"*, señaló en su tesis (CREYDT, 2010, p. 64). Es decir, incluso el marxismo local se aferró a la idea de que el criollo mestizo (no mezcla de negros) como casta tuvo un estatus superior en el Paraguay. Pero Creydt hizo una interpretación económica, no social, con respecto a los negros.

La línea economicista que restó importancia a la influencia de los negros en el Paraguay continuó con Justo Pastor Benítez quien adujo que en el país no hubo grandes explotaciones mineras ni extensiones de cultivo para vincular a los esclavos negros en altas proporciones. El negro fue reducido a la servidumbre, "era más bien casera", explicó (BENÍTEZ, 1955, p. 81).

Antonio González, en un monográfico intitulado "El Paraguay, hombre americano", presentó a la sociedad paraguaya colonial dividida en 5 estamentos sociales: la capa superior o del español europeo, la capa del español americano, el criollo o mestizo (descendiente del conquistador), el indio libre o vasallo de la Corona, el indio guaraní mitayo y el indio guaraní yanacona, estas últimas clasificaciones de indígenas sujetos a encomiendas. Siguiendo esta corriente conservadora, agrega que a estas capas sociales, ya en los años 1700, se agregaron los de negros, mulatos y libertos en condición de inferioridad a los precedentes (GONZÁLEZ, 1969).

Por su lado Plá, explicó que en el Paraguay la mixtura genética entre negros, blancos e indígenas no representó grados nominativos como tercerón, cuarterón, quinterón, octavón, zambo o zambaigo, entre otros. Las epítetos más comunes a las personas no blancas fueron negro, pardo y mulato "con las consabidas imprecisiones" (PLÀ, 201, p. 27).

MULATOS, MESTIZOS Y PARDOS EN EL PARAGUAY

La presencia del negro no es eludible del Paraguay colonial ni tampoco del republicano. Los negros no pudieron pasar desapercibidos. Como dice Rubiani: "De hecho, no pasó inadvertida aunque fue tendenciosamente minimizada –cuando no tenazmente ignorada– por algunos de nuestros autores de textos escolares de historia" (RUBIANI, 2014, p. 71).

En la literatura local encontramos en cambio referencias al mestizo libre, que según Branislava Susnik, era aprobado generalmente por el Gobernador en sus visitas a

los pueblos. Libre significa que estaba exento del trabajo obligado, de la vida comunal y de algún tributo específico. Así surgió el estatus socioracial de indio libre y de pardo libre (SUSNIK, 1965, p. 205).

En algún momento, se introdujeron en el Paraguay mulatos extranjeros. Jerry Cooney recogió un listado de nuevos residentes que fueron censados en 1804 por el gobernador Lázaro de Ribera. Entre los obreros que entraron a la Provincia figura un tal José de Acosta, mulato libre, soltero, 25 años (COONEY, 1990, p. 185). Es extraño que esta condición se haya grabado en el índice de registros de extranjeros. Generalmente, se excluían a las mujeres y a los niños inmigrantes. Tampoco –dice

Cooney– se tenía en cuenta a los negros nacidos en el extranjero, sean esclavos importados o prófugos del Brasil (COONEY, 1990, p. 194). Sin embargo, es un indicativo que seguía llegando gente no blanca a la Provincia en los primeros años del siglo XIX.

Según Plá, las palabras mulato o pardo fueron habituales en el Paraguay desde principio del siglo XVIII "cuando se habla de esclavos, lo mismo que cuando se habla de individuos libres, mestizos, en oposición a los términos moreno o negro, que designan al individuo de raza pura" (PLÀ, 2011, p. 27).

La prolífica periodista le da la razón a Félix Azara quien afirmó que el adjetivo pardo se utilizaba en la lengua para mencionar a toda persona afromestiza, sin importar su origen: descendiente de blanco y negro, de negro e indio o de blanco, negro e indio en las más diversas proporciones (PLÀ, 2011, p. 27).

Plà argumenta que poco el pigmento predominante pudo haber sido el blanco tanto en el Paraguay colonial como en el poscolonial. Hay pautas que los esclavos en la capital ofrecían un índice de mezcla de razas más elevado que en el interior, no sólo en las estancias y obrajes, sino en los mismos hogares de ciudades y pueblos (PLÀ, 2011, p. 22).

De cualquier modo, aunque complicado parezca saber la significación concreta de los colores atribuidos a las personas de tez obscura, que es el punto de nuestro interés, Ignacio Telesca plantea una hipótesis. Dice él que lo que se ha producido en el país más que un blanqueamiento de los negros es un ennegrecimiento de los blancos (TELESCA, 2008). De por sí polémica esta proposición, contradice la corriente nacionalista de fuerte vigencia en nuestro medio que configuró la nación paraguaya como un proceso de mestizaje muydistinto a lo producido en otros países de la Región.

ALGUNOS RELATOS HISTÓRICOS

El Dr. Johann Rudolf Rengger escribió que las mulatas jóvenes, en el Paraguay

de Gaspar Rodríguez de Francia, cuando son **blancas** tienen más valor para los blancos que las desean como amantes (RENGGER, 2010, p. 79). ¿Mulatas blancas? ¿Qué sentido tenía este apelativo? El investigador da pistas para comprender la condición social de una persona mezclada con la discriminación racial. De hecho, el suizo reconoció que muchas veces la expresión fue empleada como un insulto.

El director de *El Semanario*, Ildefonso Bermejo, en la antesala de una audiencia con el presidente Carlos Antonio López, en 1855, contó que "salió a recibirnos un paraguayo de color algo más que **trigueño**" (BERMEJO, 1973:31). La expresión "algo más que trigueño" apuntaría a que el sirviente era más oscuro que un blanco. El publicista reconoció a muchos **mulatos** (literalmente en sus escritos) haciendo servicios domésticos o empleados en los servicios públicos en el Paraguay Lopizta. En un libro, contó esta situación: "El diálogo fue interrumpido por la llegada de un joven mulato, descalzo y en mangas de camisa, que nos anunció que el señor Presidente podía recibirme" (BERMEJO, 1973, p. 41).

Otros extranjeros que visitaron el Paraguay decimonónico recogieron en sus bitácoras el avistamiento de muchos negros. El norteamericano Thomas Jefferson Page, por ejemplo, escribió que "un **negrito**, que había estado durante la comida como una estatua detrás de las silla de su amo, de repente golpeó las manos y con la gravedad de un obispo, agradeció en reciprocidad con voz grave, muy peculiar" (PAGE, 2007:250-251). La descripción es tan elocuente, que en algunas ediciones del libro se incluye una litografía de esta escena. Hay más dibujos significativos sobre población negra en el país en las obras de Alfred Demersay y Charles Washburn (véase la compilación de Milda Rivarola, 2016, en la sección 6 "Lo peculiar de su gente").

Michael Mulhall, un editor irlandés, en su *The cotton fields*, dedicó un apartado a describir la influencia del indígena guaraní y su lengua en el mestizaje local: "La **raza pura** está ahora casi extinta", escribió. En la obra se explica que había, en 1864, negros o mulatos aunque "muy pocos". "En Asunción, donde algunos de sangre blanca han quedado casi puros, el color de sus habitantes es **más claro** que los del interior"[2] (MULHALL, 1864, p. 110).

"Angola, negra motuda[3], piel de carbón", así pintó Helio Vera a la protagonista principal de unos de sus cuentos más conocidos (VERA, 1984, p. 17), procurando significar la verdadera obscuridad de su piel. Angola, al parecer no fue una mujer de ficción; según

2 Traducción propia. La frase en castellano recuerda una interpretación de Josefina Pla mencionada en párrafos precedentes.

3 La expresión motuda alude a motas; se emplea para describir generalmente el pelo crespo o rizado.

confesó una vez el escritor, fue una sirvienta de sus antepasados guaireños[4]. El nombre no es casual. De aquélla nación africana llegaron muchos esclavos y esclavas al Paraguay.

COLORES DE PARTIDA

Cualquiera haya sido la intención de negación del negro de la historia del Paraguay, aun cuando es explícita su presencia en los relatos históricos generalmente de extranjeros, no obstante, se puede reconocerse un proceso de mestizaje que moldeó ciertos grados nominativos y adjetivos tales como blanco, trigueño, mulato, negrito, "más claro", incluso el de raza pura.

Trigueño fue una apelativo corriente en el siglo XIX. Al respecto, *El Nuevo Diccionario de la Lengua Castellana* de Salvá (1846, p. 1976) hace referencia a "lo que tiene el color del trigo entre **moreno** y **rubio**"[5]. La misma fuente indica que negro[6] significa que es "moreno o que le falta la blancura que le corresponde" (SALVÀ, 1846, p. 748).

Por su parte, negrito es una expresión de cariño usual (SALVÀ, 1846, p. 748), aunque alude indefectiblemente al color de la piel.

Las crónicas también traen vocablos en los que se entrecruzan el sentido del color y el sentido de la casta, tales como mulato o pardo. Según la consulta con el *Diccionario* de la época, mulato[7] "se aplica a la persona que ha nacido de negra y blanco o al contrario"; agrega "lo que es de color moreno" (SALVÂ, 1846, p. 739). Por su lado, pardo[8], siguiendo la misma fuente, "se aplica al color que resulta de la mezcla del blanco y negro" (SALVA, 1846, p.801). Alegando la coincidencia que trae el *Diccionario*, podríamos decir que el color pardo es equivalente a mulato en la época de uso.

Debido a la repetición de **moreno**[9] en las entradas consultadas, nos valemos de nuevo del *Diccionario* de Salvá para aproximarnos al tono indicado. Dice que es aplicado generalmente al "hombre negro atezado por suavizar la voz negro, que es la que corresponde", aunque antepone al ejemplo que moreno "se aplica al color **oscuro** que tira a negro" (SALVA, 1846, p. 731). A su vez atezado, viene de tez, y para la comprensión

4 Nota del autor. No tengo registro concreto del testimonio expresado por el escritor Helio Vera, pero si la memoria del momento en que me transmitió ese detalle durante un viaje en automóvil en el que tuve el gusto de llevarlo a su casa.
5 Entrada: Trigueño, ña.
6 Entrada: Negro, gra.
7 Entrada: Mulato, ta.
8 Entrada: Pardo, da.
9 Entrada: Moreno, na.

moderna sería bronceado o moreno[10].

Si organizamos los colores aludidos mediante una métrica de graduación de tonos claros a tonos obscuros, podemos tener una matriz colorimétrica, poco habitual en las ciencias sociales pero útil para relacionar los adjetivos de colores (extraídos textualmente de las fuentes primarias) con los significados (según *Diccionario*) y los tonos; que ese es el punto que nos interesa. Entonces, puede ayudarnos a encontrar la respuesta al problema del color del pardo en el Paraguay.

En la Tabla 1, presentamos una matriz inicial de adjetivos de color, con sus respectivos significados y su asociación con tonos, para aproximarnos a una interpretación de las fuentes de filiación primarias de pardos que describiremos en adelante.

Tabla 1. Significado y tonos de colores en el Paraguay, siglo XIX

Adjetivo	Significado	Tono
trigueño, ña	color del trigo	entre moreno y rubio
negro, gra	le falta blancura	moreno
pardo, da	mezcla del blanco y negro	moreno (por equivalencia)
mulato, ta	de negra y blanco, o viceversa	moreno

Elaboración propia a partir de SALVÀ, 1846

ORGANIZACIÓN DE LOS CASOS

El primer legajo del ANA que estudiamos se corresponde con la Sección Historia, volumen 342, número 6 y trata de una circular sobre desertores del Ejército en 1862 distribuido a varios jueces de paz, comisionados y jefes de urbanos del centro y sur del país principalmente. En realidad, se presenta un solo caso en la foja 1 y las demás fojas contienen recibos de los destinatarios de la orden que inquiría información sobre el paradero de un soldado desertor del Cuartel del 1er. Batallón de Asunción. El encabezado de la nota dice:

> Los señores Jueces de Paz, Comisionados y Jefes de Urbanos de la ruta marginal se servirán inquirir con las mas vivas diligencias el paradero del soldado desertor Marcelino Godoy del partido de Capiata, el cual se desapareció de este Cuartel el dia 13 de diciembre de 1862, y habido que sea remitido bajo buena seguridad a disposición del infrascrito Coronel de Infantería y Mayor de Plaza de la Capital [Vicente Barrios]. (ANA,SH, vol. 342, n. 6, f. 1)

Marcelino Godoy tenía 30 años, 7 cuartas[11] de altura (1,60 metros aproximadamente)

10 Real Academia Española: https://dle.rae.es/atezado
11 Una cuarta equivale aproximadamente a 22,86 centímetros; era una antigua forma de

y era de color trigueño, según las señas aportadas por el informante. Otros rasgos descriptos son: pelo crespo, cejas grandes, ojos grandes, cara redonda, nariz corta y puntiaguda, boca grande, buena dentadura, labios gruesos, barba poca y cuerpo retacón.

En el mismo volumen documental, pero número 19, se encuentran los casos de dos soldados destinados a la obras de construcción del Ferrocarril en Pirayú y Paraguarí, respectivamente, quienes desertaron con una distancia de un año entre ellos. Uno se llamaba **Francisco Vera** (31 años) y otro **Dionisio Escurra** (41 años), ambos eran naturales de Villarrica.

Si bien la descripción de rasgos que aporta el informe con relación a los desertores dice que eran pardos libres, cuando escribe el color de la cara, incluye el adjetivo **aindiado**; esto quiere decir que tenían el color del indígena. Veremos más adelante qué tono representa el color señalado.

De Francisco, los datos de filiación grafican que tenía el cuerpo corpulento, estatura 1,52 metros, el pelo negro y liso, la cara redonda, los ojos chicos y negros, la nariz corta, la boca regular con buena dentadura y el bigote raso, sin barba. De Dionisio, señalaron las mismas señas con la única diferencia que carecía de dentadura.

El comandante afectado por la deserción de Vera, Francisco González, destinó a los puestos de vigía de la zona este rótulo:

> Adjunto remito a U. la filiación no completa del soldado Francisco Vera del Batallón n 6 que fugó en este Campo, hoy [26/10/1862] á la lista de oración para que U. se sirva vigilar en el distrito en su mando hasta capturarlo y remitirlo á este Campo en la forma correspondiente. (ANA, SH, vol. 342, n.19, f. 2)

Y con relación a la fuga de Escurra, el comandante hizo el requerimiento obligado en estos términos:

> Ayer día [3/09/1863] horas de la retreta fugó de este Campo un soldado perteneciente al Departamento de su Comando, cuya filiación adjunto a V.S. en copia legalizada, por todas las autoridades de su distrito, para la persecución y captura del relato desertor a fin de que reciba oportunamente este importante aviso, he tenido a bien enviarle propio a que ponga en sus manos la presente nota con la filiación misma. (ANA, SH, vol. 342, n.19, f. 8)

Otros dos casos fueron recuperados de la Sección Historia, volumen 410, número 2, los cuales tienen relación con desertores de los cuadros de soldados destinados al Campamento de Sapucai donde también había empeño en terminar los rieles del Ferrocarril en 1864.

medir con la palma de la mano estirada.

El oficial **Francisco Toledo** era oriundo de Santa María y estaba enrolado en la 1ª. Compañía, Batallón n. 7 del Ejército; soltero, 29 años, estatura 1,82 metros, cuerpo robusto, cara redonda, cabeza chica, pelo negro y crespo, cara redonda, picado por viruela, cejas poco pobladas, ojos en color sanguinolento, nariz delgada, boca regular con buena dentadura y lampiño, sin bigote. Su color: **tostado**. Francisco González agregó que tenía la espalda rota debido a castigos recibidos en una primera deserción.

Por su parte, el oficial **Lázaro Barreto** era natural de Limpio, soltero, 40 años, 1,60 metros de altura, cuerpo robusto, cabeza grande, pelo lizo, cara redonda, ojos negros, cejas poco pobladas, nariz chata, boca grande con buena dentadura y bigote bien poblado. Según la filiación, su color era moreno.

Los dos últimos casos de pardos fueron tomados de copias de circulares y decretos que se encuentran en la Sección Historia, volumen 345, número 11. Se tratan de **Manuel Otazú** y **Fermín Acosta**, quienes se escaparon de la carbonería de la Fábrica de Hierro de Ybycuí en 1865.

Los dos estaban presos; en el caso de Acosta, es explicito que estaba engrillado. El primero era vecino de Asunción y el segundo de Barrero Grande. En un solo folio se presentan los rasgos de los fugados: Manuel era de estatura alta (no especifica la medida), cuerpo delgado, pelo crespo, barba ralo (quiere decir poca); y Fermín era alto, algo fornido de cuerpo, cabello lacio y grueso y sin barba. El punto distintivo es que para el primero el color de piel se presenta como pardo mientras que para el segundo como tostado.

Transcribimos a continuación el folio completo donde se presentan los datos de filiación de Otazú y Acosta:

> ¡Viva la República del Paraguay!
> El infrascrito 2º Comandante de la Favrica de Fierro me dirijo a los Jefes de milicias y jueces de Paz de los partidos, de Quiquio, Mbuyapei, Caasapa, Yuti, Yhacaaguazu, Villa Rica, y sus departamentos Ytape, e Ybitimi, para que se sirvan las medidas mas convenientes á la Captura de dos presos nombrados Manuel Otazu y Fermin Acosta que han hecho fuga esta mañana del trabajo de la Carbonería de este Establecimiento; el primero vecino de la Capital, cuyas señas son: estatura alta cuerpo delgado color pardo pelo crespo pelo de Barba ralo y de su vestimenta lleva pantalón roto de casimir color café, camisa de hilo del coco, poncho criollo azul viejo, y sombrero de palma sucio, y el segundo con grillete vecino de Barrero grande, de estatura alto cuerpo algo fornido color tostado pelo liso y grueso y sin pelo de Barba y su Bestimenta que lleva, chiripa blanco de lana, camisa de hilo del coco, poncho caris ya viejo y sombrero de palma sucio [roto] se serviran remitir asegurados [roto]… (ANA, SH, vol. 345, n. 11, f. 10)

Tabla 2. Casos de pardos fugados y desertores por año

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7
Año del caso	1862	1862	1863	1864	1864	1865	1865
Nombre	Marcelino Godoy	Francisco Vera	Dionisio Escurra	Francisco Toledo	Lázaro Barreto	Manuel Otazú	Fermín Acosta
Ocupación	soldado	soldado	soldado	soldado	soldado	preso	preso
Natural de	Capiatá	Villarrica	Villarrica	Santa María	Limpio	Asunción	Barrero Grande
Edad	30 años	31 años	41 años	29 años	40 años	sin dato	sin dato
Estatura	1,60 m	1,52 m	1,52 m	1,82 m	1,60 m	(alto)	(alto)
Color	**trigueño**	**aindiado**	**aindiado**	**tostado**	**moreno**	**pardo**	**tostado**
Situación	desertor	desertor	desertor	fugado	fugado	fugado	fugado
Fuente	ANA, SH, vol. 342, n. 6, f. 1	ANA, SH, vol. 342, n.19, f.2	ANA, SH, vol. 342, n.19, f. 8	ANA, SH, vol. 410, n.2, f.1	ANA, SH, vol. 410, n.2, f.11	ANA, SH, vol. 345, n.11, f.10	ANA, SH, vol. 345, n.11, f.10

Elaboración propia

En la Tabla 2, presentamos un resumen de los casos de estudio en orden diacrónico, esto es por año de inscripción de la ficha de los casos documentales hallados en el ANA.

La organización de las fuentes nos permitió encontrar otros tonos de piel alusivos a los pardos que no pudimos hallar en relatos secundarios. La atención está puesta en los colores **aindiado** y **tostado**. El *Diccionario* de Salvá indica literalmente que aindiado[12] es "de color de indio, es decir entre rojo y cobrizo" (SALVÀ, 1846, p. 36). La voz parece provenir de Cuba. A su vez cobrizo[13] "es parecido al cobre en el color" (SALVÂ, 1846, p. 254). Tostado[14], según el *Diccionario* "dícese del color **dorado** subido y oscuro". La fuente explica que se llaman así "a varias castas de América" (SALVÀ, 1846, p. 1062). Pero, no obstante, debemos entender a cuál tono alude el dorado: "lo que es de color de oro" (SALVÀ, 1846, p. 417).

De esta manera, a la luz de los significados de las voces corrientes en la época de estudio para adjetivar al pardo, podemos completar la matriz de relaciones entre adjetivos, significados y tonos, como marca la Tabla 3.

12 Entrada: aindiado, da.
13 Entrada: cobrizo, za.
14 Entrada: tostado, da.

Tabla 3. Significado y tonos de colores de los pardos en el Paraguay, siglo XIX

Adjetivo	Significado	Tono
aindiado, da	color de indio	entre rojo y cobrizo
trigueño, ña	color de trigo	entre moreno y rubio
tostado, da	color dorado subido y oscuro	oro (oscuro)
moreno, na	marrón oscuro	que tira a negro
pardo, da	mezcla del blanco y negro	moreno

Elaboración propia a partir de Salvà, 1846.

Ahora, a partir de una nueva graduación de tonos que se extiende entre claros e intensos, según la técnica de la colorimetría, podemos reagrupar los casos de pardos reos y fugados según la definición de los colores descriptos en las hojas de filiación. Véase Tabla 4.

Tabla 4. Ordenamiento de colores de pardos por tonos

	Caso 7	Caso 4	Caso 2	Caso 3	Caso 1	Caso 6	Caso 5
Color de filiación	tostado	tostado	aindiado	aindiado	trigueño	pardo	moreno
Tono	**oro oscuro**	**oro oscuro**	**e/ rojo y cobrizo**	**e/ rojo y cobrizo**	**e/ moreno y rubio**	**moreno**	**tira a negro**
Fuente	ANA, SH, vol. 345, n.11, f.10	ANA, SH, vol. 410, n.2, f.1	ANA, SH, vol. 342, n.19, f.2	ANA, SH, vol. 342, n.19, f. 8	ANA, SH, vol. 342, n. 6, f. 1	ANA, SH, vol. 345, n.11, f.10	ANA, SH, vol. 410, n.2, f.11

Elaboración propia

En la nueva agrupación de casos, tenemos una configuración de la variedad de tonos que explican los colores de los pardos en el Paraguay. Hacia la derecha de la Tabla 4, los colores pardo y moreno se corresponden con tonos obscuros o casi negro (finalmente, pardo y moreno son sinónimos para la época de estudio como señalamos antes).

El tostado, por su alusión al tono dorado (por el oro) podría ubicarse entre los colores claros, aunque su sentido inicial es obscurecer la brillantez de algo. En definitiva, el aindiado y el trigueño pueden ser colocados como colores intermedios entre tonos claros y tonos obscuros.

Tabla 5. Ordenamiento de colores de pardos por edad

	Caso 7	Caso 4	Caso 1	Caso 2	Caso 5	Caso 3	Caso 6
Edad	s/d	29 años	30 años	31 años	40 años	41 años	s/d
Nacido en	s/d	1835	1832	1831	1824	1822	s/d
Tono	oro oscuro	oro oscuro	e/ moreno y rubio	e/ rojo y cobrizo	tira a negro	e/ rojo y cobrizo	moreno
Fuente	ANA, SH, vol. 345, n.11, f.10	ANA, SH, vol. 410, n.2, f.1	ANA, SH, vol. 342, n. 6, f. 1	ANA, SH, vol. 342, n.19, f.2	ANA, SH, vol. 410, n.2, f.11	ANA, SH, vol. 342, n.19, f. 8	ANA, SH, vol. 345, n.11, f.10

Elaboración propia

Otra posibilidad es ordenar los casos por años de nacimiento de los soldados desertores y fugados que seleccionamos, con ciertos errores ya que no pudimos confirmar todos los datos como se ve en la Tabla 5. Las fuentes para los casos 6 y 7 dicen explícitamente que están incompletos.

En esta nueva agrupación, se puede encontrar cierta evolución del tono con la edad. Los tonos claros coinciden con pardos jóvenes y los tonos obscuros con pardos viejos. Si el ejercicio fuera exacto, hasta podríamos colegir que el Caso 7 se trata de un pardo joven y el Caso 6 de un pardo más adulto. La impresión, en definitiva, es que los jóvenes son claros, y los viejos, obscuros.

OTROS RASGOS

Los traficantes de negros posiblemente hayan conservado registros en papel de los rasgos más representativos de sus víctimas relacionados con la edad, la salud, la estatura o la dentadura que se pasaban en medio de la compra y la venta. Algunas que se conocen tienen relación con el tiempo de arribo al mercado: negro bozal (recién llegado) o ladino (ya esclavizado en América). Otros apelativos identifican la estatura como negro de asta (por cumplir una determinada medida) así como la edad tal como muletón que eran los negros bozal de 10 a 15 años de edad (ARGÜELLO, 2012). Así, ciertas características descriptas parecen seguir un manual o guía preestablecidos.

Pero es muy probable que todos aquellos registros de filiación, que damos cuenta en este trabajo, hayan sido hechos desde la propia mirada de los funcionarios y ello puede comprometer la objetividad, aunque bien caracteriza la diversidad expresiva o de voces para

representar un tono de piel.

Otros rasgos fenotípicos contribuyeron a la clasificación de los negros en complemento al color de piel. Susnik indica que en tiempos de la Colonia ciertas características del pelo, del cuerpo, de la cara, de la sangre constituyeron una fórmula habitual para conceder la condición social del negro (SUSNIK, 1965, p. 205). Argüello (2012) adiciona que la estatura de cada esclavo era valorada por una tablilla de palmos y los esclavistas hacían deducciones por aspectos físicos como la dentadura.

En los documentos analizados entre 1862 y 1865, encontramos interesantes citas de aquellos rasgos heredados de los papeles del mercado de la esclavitud aún cuando muchos de los casos comentados son nacidos ya después de la Colonia. Los casos se corresponden con nacidos entre 1822 y 1835, en época de José Gaspar Rodríguez de Francia, supremo dictador del Paraguay, cuando aún prevalecía la esclavitud porque los hijos de mujeres esclavas permanecían con tal condición a pesar de que sus progenitores sean blancos o indígenas. Además, los registros de filiación proceden de 10 años después de la abolición de la esclavitud por Carlos Antonio López, en 1853.

Sobre las características del rostro, los relatores (generalmente militares de alto rango) no escatiman adjetivos: grandes, redondas, cortas, entre otras. Sobre el cuerpo, emplean adjetivos tales como retacón, fornido, robusto, entre otros. Los detalles de la vestimenta coinciden con los uniformes de la soldadesca de la época.

Las descripciones de las características fenotípicas (cabello, nariz, boca, etc.), de vestimenta (ropa, calzado o descalzo, etc.), o de jerarquía militar (soldado, oficial) permiten ubicar a estas personas en la sociedad paraguaya desde su condición social.

Como sistematización de los datos de filiación apuntados a mano, elaboramos unas tablas para cada caso que están al final de este ensayo, ya que en estas hojas nos ocupamos solamente del color del rostro.

CONCLUSIONES

Estratificación social

Los casos presentados en estas hojas delatan la relación del pardo con el poder o con la élite dominante en la segunda mitad del siglo XIX. Describen situaciones de soldados y reos sometidos a tareas y servicios particularmente propios de la posición social que ocupaban en la sociedad.

La fuga y la deserción, causas por la que fueron buscados, explican la condición de sometimiento que padecieron las personas que hemos identificado, a partir de las señas de

filiación que traen distintos colores como rasgos de identificación del pardo.

El tono de piel atribuido es consecuente con su estatus social disminuido frente a otras castas. Los indígenas estaban en condiciones superiores a los pardos. La graduación del color, en definitiva, representa una forma de cómo el lenguaje reproduce la dominación. Los voces moreno, pardo y trigueño, entre otros, tienen un significado de tono pero también un significado social, es atribución de la élite dominante sobre una casta inferior.

Esta interpretación aterriza actualmente con mucha fuerza en estudios de racismo y etnicidad en los Estados Unidos, con una denominación –quizás más apropiada a las ciencias sociales– que se conoce como colorismo (del inglés *colorism*). El concepto fue acuñado originalmente por Alice Walker en su libro *In Search of Our Mother's Gardens: Womanist Prose*. La autora considera que es una fuerza destructiva caracterizada por prejuicios y tratamientos preferentes de gente del mismo color basado solamente sobre su propio color (WALKER, 1983, p. 290). Hay estudios contemporáneos en África, Asia y América Latina que explican indicadores de ingreso, educación, incluso matrimonio como forma de discriminación social por el color de la piel (HUNTER, 2007). Por tanto, el colorismo no estudia las gamas de colores como *a priori* de la discriminación sino el nominativo de color de la piel *a posteriori* como estado de discriminación. Sobre Brasil, se están produciendo estudios historiográficos con relación al color del mestizaje como el trabajo de Viviane Weschenfelder y Mozart Linhares Da Silva (2018) quienes concluyen, a partir del análisis de la producción historiográfica de los siglos XIX y XX, que el pardo es la producción de subjetividades negras.

Aníbal Quijano (2014) plantea que la clasificación social ha sido un elemento constitutivo en la configuración del patrón mundial de poder, como piedra angular de la dominación del centro lo cual dio origen a nuevas identidades sociales tales como indios, negros, mestizos, entre otros o aceitunados, amarillos, blancos que evidencian un tono de color.

Colorimetría del pardo

La colorimetría ciertamente tiene que ver con la manipulación de la intensidad de los tonos puestos en una tabla según graduación. Como dijimos, está técnica no es atribuible generalmente a las ciencias sociales, empero contribuye, en este caso a intentar explicar los adjetivos aplicados a los pardos en el Paraguay decimonónico.

A partir de las definiciones de la época, pudimos construir una diversidad de tonos y encajar en ellas los adjetivos usados para señalar un rasgo de los pardos aludidos en los

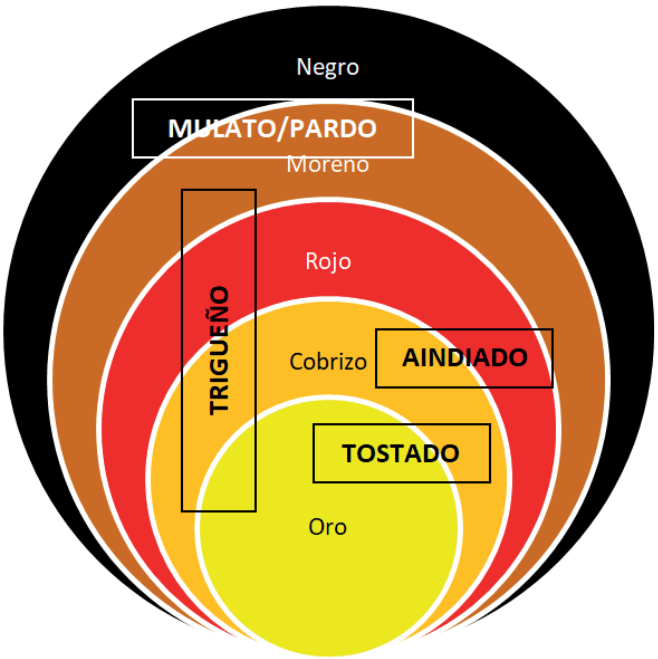
documentos de estudio.

Como pudimos entender, tras el rescate de las voces del Paraguay en el periodo de 1862 y 1865, los significados derivados de los calificativos puestos a los pardos tienen relación generalmente con elementos de la naturaleza, sean estos oro, cobre, incluso trigo, por ejemplo.

Siguiendo el Gráfico 1, formado por esferas de colores, el adjetivo aindiado (rasgos de indio) transcurre entre la esfera de tono cobrizo y la esfera de tono rojo, siguiendo el significado del *Diccionario* de época. Por su parte, entre la esfera de tono moreno y la esfera de tono negro, se ubica el adjetivo mulato/pardo. El *Diccionario* dice –como anteriormente transcribimos– que es "una forma suave de decir negro". Por su lado, el adjetivo trigueño se entrecruza entre "rubio y moreno", como dice el *Diccionario*, lo cual puede ubicarse entre la esfera de tono oro y la esfera de tono bronce.

La colorimetría planteada en el gráfico no es exhaustiva ni tampoco acabada; su objetivo es delimitar el significado de los adjetivos de color aunque, cabe reconocer, que las fronteras muchas veces son difusas.

Grafico 1. Colorimetría del pardo



Elaboración propia

Aindiado

Si la acepción que trae el *Diccionario* de época con respecto a pardo tiene que ver con la mezcla de negro con blanca o viceversa, ¿qué significa color aindiado cuando

identifican a un pardo? Básicamente, quiere decir que aindiado es atribuible a quien tiene los rasgos de indio en el color de la cara, en específico para dos casos que hemos encontrado en el ANA.

Eso quiere decir que el *Diccionario* no explica suficientemente la razón del pardo, que no solo es resultado de la unión de persona negra con persona blanca sino también con persona india, a no ser que el indio haya sido considerado intencionalmente como blanco.

Si comparamos los rasgos del pelo, según datos de filiación, tenemos que la persona identificada con el color pardo tiene el pelo crespo y la persona identificada con el color aindiado tiene el pelo liso, por citar dos características fenotípicas que distinguen a una persona de ascendencia africana y una persona autóctona de América, respectivamente.

Si aceptamos, a partir de estas evidencias, que la voz pardo como estatus social procede del adjetivo utilizado para mencionar a toda persona afromestiza, sin importar su origen: descendiente de blanco y negro, de negro e indio o de blanco, negro e indio, estamos coincidiendo con la observación de Azara que comentó Josefina Plá. ¿Pero también podríamos decir que los indígenas del Paraguay decimonónico eran morenos?

En definitiva, cabe la posibilidad que en el Paraguay se haya producido la mezcla de negros con indias o indios con negras y que esto haya resultado en una casta de pardos, seguramente de pardos libres pero no exentos de sometimientos y exclusiones.

Pardo como casta

Las evidencias documentales expuestas en estas hojas mostraron diferentes denominaciones de color con respecto al pardo, quizás por subjetividad de los funcionarios del Estado antes que por seguimiento de una forma o un registro objetivos.

Pero lo que permanece invariable en todos los casos analizados es el estatus como tal. Las fuentes primarias escogidas no hablan de mulato, aunque para el *Diccionario* consultado pardo y mulato serían lo mismo.

Estos hallazgos contradicen el empleo habitual del vocablo criollo o mestizo para referirse al paraguayo. Puede que este término sea más bien un simplismo para explicar la mezcla del indígena con el español blanco y no con la persona negra.

Las clasificaciones del color del pardo son consecuentes de su estatus social disminuida frente a otras castas. Los indígenas estaban en condiciones superiores a los pardos. Pero si los pardos son resultados de la fusión con indios ¿por qué permanece la discriminación social del pardo durante el siglo XIX?

Comprender los adjetivos de color utilizados en los datos de filiación para referir a

una misma condición social, el pardo, es tarea que despierta la necesidad de profundizar más y mejor en la negritud del Paraguay.

La técnica experimental abre la posibilidad de practicar más búsquedas en las fuentes primarias para armar una matriz cultural de las castas sociales o mejor del negro en la sociedad paraguaya.

¿Qué pasó con los pardos?

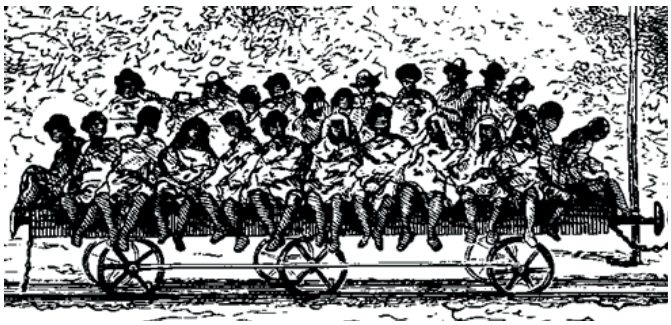
Quedan abiertas algunas interrogantes para dar continuidad a estudios parecidos sobre la negritud en el Paraguay. Una de ellas tiene ver con el destino de los pardos del Paraguay. ¿Qué pasó con ellos? ¿Realmente perecieron en la Guerra contra la Triple Alianza –o como consecuencia de ella– o se convirtieron gradualmente dentro de un proceso de mestización que dio origen al fenotípico paraguayo?

La técnica de la graduación del color del pardo, ampliando cronológicamente la muestra y/o la cantidad de casos, puede contribuir a entender la hipótesis del ennegrecimiento de la sociedad paraguaya como un todo, comprobación o no a la que lógicamente deben ser agregados otros criterios sociales, económicos y políticos. ¿Es el paraguayo de hoy el pardo de ayer?

Al respecto, hay una imagen elocuente del estatus social de la gente morena o tostada en 1872 (Posguerra). En el diseño original del francés Édouard Riou a partir de un croquis de M. L. Forgues –reproducido muchas veces con distintos epígrafes en revistas y diarios extranjeros– aparece un grupo de más 25 personas (hombres, mujeres y niños en brazo) amontonadas en un vagón de tren al descubierto (en el original hay un vagón más abierto y otro cerrado que ocupan un par de hombres). La obra trae un importante detalle (véase Gráfico 2): las personas tienen todas rayadas en negro la piel a diferencia de la blancura de sus vestimentas. La cita textual del visitante dice explícitamente que aquel "vagón de pobres" estaba reservado para la gente negra[15] –"*poor black folk",* en el relato original– (HIELD, 1882, p. 187).

15 Traducción propia.

Gráfico 2. ¿Negros en las vías del Paraguay en 1872?



Fuente: Forgues, M. L. (1874).

FUENTES

Archivo Nacional de Asunción (ANA)

Sección Historia (SH), vol. 342, n. 6. Circular sobre desertores del Ejército, 1862

Sección Historia (SH), vol. 342, n. 19. Legajo de comunicaciones expedidas por el encargado de las obras del ferrocarril de Pirayú, 1862.

Sección Historia (SH), vol. 345, n. 11. Copia de circulares y decretos, 1865

Sección Historia (SH), vol. 410, n. 2. Correspondencias del pueblo de Sapucai, 1864.

REFERENCIAS

ARGUELLO, Ana María. Los negros en el Paraguay. Investigación especial 6. En RUBIANI, Jorge (Coord.). *La historia del Paraguay*, segunda edición. Asunción: Abc color, 2012, p.113-128.

BERMEJO, Ildefonso. *Vida paraguaya en tiempos del viejo López*. Buenos Aires. Universitaria, 1973.

BOCCIA ROMAÑACH, Alfredo. *Esclavitud en el Paraguay. Vida cotidiana del esclavo en las Indias Meridionales*. Asunción: Servilibro, 2004.

COONEY, Jerry. *Economía y Sociedad en la Intendencia del Paraguay*. Asunción: CPES, 1990.

CREYDT, Oscar. Formación Histórica de la Nación Paraguaya. Asunción: Servilibro, 2010

DOMÍNGUEZ, Manuel. *El alma de la raza*. Buenos Aires: Ayacucho, 1917.

FORGUES, M. L. Le Paraguay. Fragments de journal et des correspondances 1872/1873. En *Le Tour du Monde*. París: Hachette, 1er. semestre, 1874.

GARCÍA RIART, Jorge. Procesos a Postillones. Tres causas “criminales” en plena Guerra Grande, en *Revista Paraguaya de Historia*, vol. III, n. 1, julio 2020, pp. 67-81.

GONZÁLEZ, Antonio. El Paraguayo, un hombre americano. *Guarania*, Revista Paraguaya de Cultura, abril-junio, n. 2, p. 71-95, 1969,

HIELD CASSELL, Mary. *Glimpses of South America or the land of the pampas*. Londres:

Gulpin & Co., 1882.

HUNTER, M. The Persistent Problem of Colorism: Skin Tone, Status, and Inequality. *Sociology Compass*, 2007. p. 237–254.

JACOBSON, David. *Reading Ethnography*. Bufallo: Suny Press, 1991.

MULHALL, Michael George.*The cotton fields*. Paraguay and Corrientes… Buenos Aires, 1864.

PAGE, Thomas Jefferson. *El Rio de la Plata, la Confederación Argentina y el Paraguay.* Asunción. Intercontinental, 2007.

PLÀ, Josefina. *Hermano negro: la esclavitud en el Paraguay*. Madrid, 1972.

PLÀ, Josefina. *La esclavitud en el Paraguay*. Asunción. Intercontinental, 2011.

PRIETO, Justo. *Paraguay. La Provincia Gigante de las Indias. Análisis espectral de una pequeña nación mediterránea*. Buenos Aires: El Ateneo, 1951.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/ Racionalidad, *Perú Indígena*, vol. 13, n. 29, p. 11-20, 1992,

RENGGER, L. R. *Viaje al Paraguay en los años 1818 a 1826*. Asunción: Tiempos de Historia, 2010.

RIVAROLA, Milda. Paraguay Ilustrado. Asunción: Servilibro, 2016

RUBIANI, Jorge. *Historias secretas del Paraguay*. Tomo II, Libro 4. Asunción: ABC, 2014.

SALVÁ, Vicente. *Nuevo diccionario de la lengua castellana que comprende la última edición íntegra, muy rectificada y mejorada, del publicado por La Academia Española* ... Paris, 1846.

SUSNIK, Branislava. *El indio colonial del Paraguay*. *El Guaraní Colonial I*. Asunción: Museo Etnográfico “Andrés Barbero”, 1965.

TELESCA, Ignacio. La historiografía paraguaya y los afrodescendientes. En LECHINI, Gladys (Comp.). *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina, herencia, presencia y visiones del otro*. Clacso, 2008, p. 165-186.

VERA, Helio. *Angola y otros cuentos*. Asunción: Araverá, 1984

WILLIAMS, John Hoyt. Esclavos y pobladores: observaciones sobre la historia parda del Paraguay en el siglo XIX. En *Pasado y presente de la realidad social paraguaya.* Vol. 1, Historia Social, Asunción: CPES, p. 685-705, 1995.

WALKER, Alice. *In Search of our Mother’s Gardens: Womanist Prose.* San Diego, CA. Harcourd Brace, 1983.

WESCHENFELDER , V. I.; SILVA, M. L. A cor da mestiçagem: o pardo e a produção de subjetividades negras. *Análise Social*, v. 2, n. 227, Lisboa, 2018. p. 308–330.

Adjunto. Datos de filiación de pardos mencionados

Nombre: Marcelino Godoy
Señas:
Natural de: Capiatá
Edad: 30 años
Estatura: 7 cuartas (1,60 m)
Color: trigueño
Pelo: crespo
Cejas: grandes
Ojos: grandes
Cara: redonda
Nariz: corta y puntiaguda
Boca: grande, buena dentadura, labios gruesos
Barba: poca
Cuerpo: retacón
Vestimenta:
Gorra: tasa negro y casco punzó
Camiseta: de agujeta rosada con cuello y puños azules
Pantalón: de lienzo americano

Nombre: Manuel Otazú
Señas:
Natural de: Capital
Estatura: alta
Cuerpo: delgado
Color: pardo
Pelo: crespo
Barba: ralo
Vestimenta:
Pantalón: roto de casimir café
Camisa: de hilo del coco
Poncho: criollo azul viejo
Sombrero: de palma sucio

Nombre: Francisco Toledo
Señas:
Natural de: Santa María, Misiones
Estado: soltero
Edad: 29 años
Estatura: 8 cuartas (1,82 m)
Color: tostado
Cuerpo: robusto
Cara: redonda
Cabeza: chica
Pelo: negro y crespo
Cara: redonda, picado por viruela
Cejas: poco poblado
Ojos: en color sanguinolento
Nariz: delgada
Boca: regular con buena dentadura
Barba: lampiño, sin bigote
Vestimenta:
Gorra: vieja de Infantería
Camiseta: rota con bayeta colorada
Pantalón: viejo sucio de lienzo americano

Nombre: Fermín Acosta
Señas:
Natural de: Barrero Grande
Altura: alto
Cuerpo: algo fornido
Color: tostado
Pelo: liso y grueso
Barba: sin pelo
Vestimenta:
Pantalón: chiripa blanco de lana
Camisa: de hilo del coco
Poncho: caris viejo
Sombrero: de palma sucio

Nombre: Francisco Vera
Señas:
Natural de: Villarrica
Edad: 31 años
Estatura: 5 pies (1,52 m)
Color: aindiado
Cuerpo: corpulento
Pelo: negro y liso
Cara: redonda
Ojos: chico y negro
Nariz: corta
Boca: regular con buena dentadura
Bigote: raso, sin barba
Vestimenta:
Gorra: de Infantería de baja punzó
Camiseta: usada con bayeta colorada, con cuello y puños azules
Camisa: de bramante de regular uso
Pantalón: lienzo asargado
Poncho: negro bastante roto de paño azul en la estrella

Nombre: Lázaro Barreto
Señas
Natural de: Limpio
Estado: soltero
Edad: 40 años
Estatura: 7 cuartas (1,60 m)
Color: moreno
Cuerpo: robusto
Cabeza: grande
Pelo: lizo
Cara: redonda
Ojos: negros
Cejas: poco poblada
Nariz: chata
Boca: grande con buena dentadura
Bigote: bien poblado
Vestimenta:
Lleva las insignias militares rotas y sucias

Nombre: Dionisio Escurra
Señas:
Natural de: Villarrica
Edad: 41 años
Estatura: 5 pies (1,52 m)
Color: aindiado
Cuerpo: robusto
Pelo: negro y liso
Cara: redonda
Cejas: delgada
Nariz: corta
Boca: grande sin dientes
Vestimenta:
Gorra: vieja en faja punzó
Camiseta: vieja de bayeta colorada a mangas rotas y sin camisa
Pantalón: roto y sucio de lienzo asargado
Poncho: viejo de color grana

Recebido em 09/10/2021
Aprovado em 13/12/2021

IMÁGENES DE CIVILIZACIÓN Y BARBARIE EN CARICATURAS PUBLICADAS DURANTE LA GUERRA CONTRA LA TRIPLE ALIANZA (1864-1870)

IMAGES OF CIVILIZATION AND BARBARISM IN CARTOONS PUBLISHED DURING THE WAR AGAINST THE TRIPLE ALLIANCE (1864-1870)

FUENTES ARMADANS, Claudio José[1]
https://orcid.org/0000-0001-5508-3569

FALABELLA, Florencia[2]
https://orcid.org/0000-0002-8852-8314

RESUMEN: En los últimos años los estudios de historia social han incluido los análisis de discursos en su metodología, logrando que el estudio de las imágenes logre un estatus epistemológico similar en importancia a los textos. Esto es evidenciado en las tendencias de investigaciones actuales sobre las caricaturas producidas en el contexto de la Guerra Contra la Triple Alianza (1864-1870), conflicto que estuvo cruzado por los discursos sobre civilización y barbarie del positivismo liberal decimonónico, que han sido estudiados en el ámbito de los discursos de la prensa y de la producción historiográfica. El presente trabajo muestra cómo, desde las representaciones de las tecnologías en las caricaturas de Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay, e incluso Chile; estas tensiones estaban presentes durante el conflicto mencionado, seleccionando una muestra de dichas caricaturas a ser analizadas.

PALABRAS CLAVE: Caricaturas sobre Tecnología; Imágenes de Civilización y Barbarie; Guerra Contra la Triple Alianza.

ABSTRACT: In recent years, social history studies have included discourse analysis in their methodology, making the study of images achieve an epistemological status similar in importance to texts. This is evidenced in the trends of current research on cartoons produced in the context of the War Against the Triple Alliance (1864-1870), a conflict that was crossed by the discourses on civilization and barbarism of nineteenth-century liberal positivism, which have been studied in the field of press discourses and historiographic production. This work shows how, from the representations of technologies in the cartoons of Argentina, Brazil, Paraguay, Uruguay, and even Chile; These tensions were present during the aforementioned conflict, selecting a sample of said cartoons to be analyzed.

KEYWORDS: Caricatures on Technology; Images on Civilization and Barbarism; War Against the Triple Alliance.

1 Claudio Fuentes Armadans. Licenciado en Historia por la Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción (UC). Magister en Sociología y Especialista en Ciencias Sociales por la Universidad Nacional de Asunción (UNA). Especialista en Didáctica de la Educación Superior por el Instituto Nacional de Educación Superior (INAES). Investigador categorizado nivel candidato del PRONII de CONACYT. Académico Correspondiente de la Academia Paraguaya de la Historia (APH), Asociado Titular y Fundador del Comité Paraguayo de Ciencias Históricas (CPCH), y miembro de la Sociedad Paraguaya de Sociología (SPS). E-mail: historiapy@gmail.com

2 Florencia Falabella. Licenciada en antropología social y cultural y Máster en Investigación Etnográfica, Teoría Antropológica y Relaciones Interculturales por la Universidad Autónoma de Barcelona. Socia e Investigadora del Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios (CERI). Socia de la Asociación Paraguaya de Antropología (APyA). E-mail: ffalabellad@gmail.com.

INTRODUCCIÓN

La ciencia histórica ha avanzado en los últimos años en nuevas perspectivas de análisis, permitiendo que hechos que antes eran estudiados bajo la óptica de la historia política y militar tradicional hoy sean incorporados a los estudios de historia social. Una de estas perspectivas teóricas y metodológicas de la historia social es el análisis de los discursos por medio de las imágenes. En el presente artículo, procederemos a analizar 7 imágenes catalogadas como caricaturas y que hacen referencia a la Guerra Contra la Triple Alianza (1864-1870), y cuya temática sea la tensión del discurso civilizatorio en el Río de la Plata por medio de representaciones de tecnología en las imágenes.

En el primer apartado, se hace hincapié tanto en el estado del arte de la cuestión de los estudios de caricaturas e imágenes de la guerra contra el Paraguay en la región del Río de la Plata; así cómo estos estudios son cruzados por la cuestión del uso del concepto civilización por parte del liberalismo positivista decimonónico, y cómo la tecnología y sus apreciaciones forman parte de dichos discursos.

En el segundo apartado mencionamos la metodología de trabajo del análisis discursivo iconográfico de las caricaturas como una nueva perspectiva de la historia social que permite renovar los estudios históricos.

Y finalmente, se realiza el análisis de siete caricaturas que hacen referencia a la tecnología y a las tensiones del discurso civilizatorio en el contexto de la mencionada guerra. Siendo 3 caricaturas aliadas – Brasil, Uruguay y Argentina respectivamente – tres de Paraguay y una de Chile. Se procede en dicho apartado a analizar las imágenes tanto en relación a lo que muestran como en el contexto de los discursos planteados.

El presente trabajo se da en el marco de la divulgación académica del proyecto “Periodismo y Guerra de la Triple Alianza: Imágenes y representaciones en periódicos aliados”, código PINV18-1525, del programa PROCIENCIA del Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACYT).

LA CIVILIZACIÓN EN EL PLATA

La Guerra Contra la Triple Alianza que enfrentó al Paraguay como los aliados Argentina, Brasil y Uruguay, ha sido uno de los tópicos más publicados e investigados de la historiografía tanto paraguaya como regional e internacional sobre el Paraguay. En muchos casos, o en gran medida, las producciones historiográficas se han centrado en los aspectos militares y políticos del mayor conflicto bélico que ha padecido América del Sur en la segunda mitad del siglo XIX. Sin embargo, cada vez más, diversas investigaciones

se han centrado en tiempos más recientes a ver la Guerra Guasu – como también se le conoce desde una perspectiva de la historia social, tratando de evitar las polémicas entre el nacionalismo revisionista y el positivismo liberal, y centrándose en aspectos socioeconómicos y socioculturales del conflicto.

En ese sentido, los análisis discursivos de la prensa escrita y gráfica, por medio del estudio de sus textos e imágenes, han aportado diversos productos historiográficos interesantes e importantes últimamente, de los cuales haremos aquí un breve recuento como estado del arte. Es posible que haya más trabajos sobre el tema más allá de los presentes citados, por cuestiones de espacio creímos conveniente citar los autores y trabajos más representativos de la historiografía regional en relación con las caricaturas y la Guerra Contra la Triple Alianza.

Como antecedente inicial se puede incluir en el campo académico paraguayo a las ediciones facsimilares de *Cabichuí* (2016) y *El Centinela* (2016) de las colecciones hemerográficas del Museo del Barro y que cuentan con textos analíticos de sus caricaturas por parte de intelectuales de la talla de Josefina Pla, Ticio Escobar, Alfredo Seiferheld, Roberto Amigo, Osvaldo Salerno y José Antonio Vásquez.

Mientras tanto en el campo académico argentino, la historiadora María Victoria Baratta, además de estudiar las tensiones en Argentina sobre la representación del Paraguay en dicho país durante el conflicto (BARATTA, 2014) estudia la construcción de las identidades nacionales de los países beligerantes a partir de varios registros, entre los cuales se incluyen a los medios de prensa y a las caricaturas (BARATTA, 2019). Asimismo, Claudia A. Román se dedicó al estudio iconográfico de los grabados satíricos de la prensa de trinchera paraguaya (ROMÁN, 2016). Muy importante también el trabajo de María Lucrecia Johansson, quien estudia la prensa de la guerra en todos los países involucrados y sus redes transnacionales, incluyendo las caricaturas como categoría importante de estudio, además de los textos (JOHANSSON, 2017).

A su vez en el campo académico brasileño, tenemos el trabajo de compilación y análisis de imágenes de la guerra, que incluyen caricaturas, realizado por Ricardo Salles (SALLES, 2003). Mauro Cesar Silveira estudia desde el análisis de las caricaturas de los diversos medios de prensa de la época, los discursos en cuanto a la guerra contra el Paraguay, convirtiendo a la ilustración de humor en un objeto principal de estudio de las disputas ideológicas del conflicto mencionado (SILVEIRA, 2015). Ya previamente André Toral realizó estudios iconográficos de varios registros gráficos de la Guerra contra el Paraguay, entre los cuales se incluye a las caricaturas como un elemento importante de los mismos

(TORAL, 2001); mientras que Angela Cunha Da Motta Telles estudió comparativamente las revistas y semanarios gráficos de Río de Janeiro y de Buenos Aires del periodo 1860-1870, que incluye la guerra (TELLES, 2010).

La temática de las caricaturas ha inspirado a jóvenes historiadores brasileños como son los casos de Bruno Félix Segatto, quien analiza principalmente *El Mosquito* de Buenos Aires; y Arnaldo Lucas Pires Junior las tenciones en las construcciones identitarias brasilera y paraguaya por medio de las caricaturas de la guerra (SEGATTO, 2017) (PIRES JUNIOR, 2017) (PIRES JUNIOR, 2019).

Finalmente, en el campo académico uruguayo podemos citar al experto en imágenes Alberto del Pino Menck, quien, si bien se dedica más al campo fotográfico de la Guerra contra el Paraguay, no descuida las ilustraciones y sus usos en diversas publicaciones del referido conflicto. (Del PINO MENCK, 2016) Así como también al manual de historia de la prensa uruguaya de Daniel Álvarez Ferretjans, quien dedicó dos apartados a las imágenes y caricaturas del conflicto bélico. (ÁLVAREZ FERRETJANS, 2008)

Todos estos trabajos en su mayoría tienen algo en común, reconocer los usos de los conceptos de civilización y barbarie, que fueron usados por uno u otro bando en la mencionada contienda bélica en sus discursos tanto del registro textual como gráfico. En la segunda mitad del siglo XIX, en la región del Río de la Plata, hubo una serie de discursos en torno al concepto de civilización, principalmente desde una perspectiva eurocéntrica como se puede apreciar en la obra del político y docente argentino Domingo Faustino Sarmiento, y que era tendiente desde una ideología liberal positivista decimonónica a calificar todo lo europeo como civilizado y a los elementos nativos o tradicionales como salvajismo o barbarie. (SARMIENTO, 2007) Sarmiento, además, fue el presidente argentino durante la etapa final del conflicto con Paraguay. Toda la guerra estuvo presente esta tensión entre civilización y barbarie, donde la civilización europea era vista como tal por medio no solo de sus productos culturales, sino por los tecnológicos.

La prensa aliada – utilizando el discurso propuesto de Sarmiento sobre el tema – ponía especial énfasis al carácter autoritario y salvaje del Paraguay, país salvaje según los periódicos aliados, al cual había que llevar la civilización por las armas, siendo como los sostiene Johansson, uno de los pocos criterios de unidad discursiva en los medios de Argentina, Brasil y Uruguay:

> A pesar de que los gobiernos aliados buscaron unificar el discurso de su propaganda bélica, esa articulación solo se consiguió (…) en lo referente a la representación del enemigo como un bárbaro y de la Triple Alianza como civilizadora. (JOHANSSON, 2017, p. 233)

Como lo señala Baratta en relación con los ataques contra el Paraguay:

> En el caso del país guaraní, las representaciones que lo identificaron con el atraso y el despotismo ya se encontraban en el discurso de las élites previo a la guerra. Sin embargo, con el desencadenamiento de la misma adquirieron una recurrencia y tono inusitados hasta el momento y fueron compartidos y reproducidos por casi todo el espectro político argentino. (…) Si bien se insistió que la guerra era contra el tirano y no contra su pueblo, se deslizaron durante toda la contienda imágenes estigmatizantes y peyorativas del pueblo paraguayo que buscaron dotar de legitimidad a una contienda civilizadora. Paraguay sirvió como imagen exacta de todo lo que la Argentina no era ni debía ser, definió los límites de la comunidad imaginada argentina. Dictadura, despotismo, atraso, barbarie, sangriento, esclavitud se opusieron a la república, el avance, la civilización, la paz y la libertad argentinas. (BARATTA, 2014, p. 50-51)

En contra de esta noción tenemos al político e intelectual argentino Juan Bautista Alberdi, quien era opositor a la guerra contra el Paraguay por parte de su país, y escribió señalando al Paraguay como civilizado, además definiendo a los elementos tecnológicos de la revolución industrial como definidores de lo que es la civilización:

> Si es verdad que la civilización de este siglo tiene por emblemas las líneas de navegación por vapor, los telégrafos eléctricos, las fundiciones de metales, los astilleros y arsenales, los ferrocarriles, etc., los nuevos misioneros de civilización salidos de Santiago del Estero, Catamarca, La Rioja, San Luis, etc., etc., no sólo no tienen en su hogar esas piezas de civilización, para llevarlas al Paraguay, sino que irían a conocerlas de vista, por la primera vez en su vida, en el país salvaje, en su cruzada civilizadora. (ALBERDI, 2019, p. 114)

De esta forma, podemos ver la complejidad de dichos discursos que disputaban el significado de lo que era la civilización, y en los cuales los avances tecnológicos figuraban en textos e imágenes. No solo quienes atacaban al Paraguay usaban esa categoría de barbarie o salvajismo, sino que los propios discursos favorables al país guaraní se disputaban el usufruto del concepto de civilización con la Triple Alianza, como sostiene Johansson al respecto:

> La fórmula antagónica civilización y barbarie se convirtió en el núcleo a partir del cual la propaganda de guerra de ambos bandos buscó construir nuevas identidades nacionales, con el doble propósito de legitimar la lucha como una guerra nacional y de movilizar a la población. (JOHANSSON, 2017, p. 244)

Por lo tanto, para los análisis discursivos de las caricaturas presentadas, utilizamos la tensión entre civilización y barbarie contenida en ellas, por medio del criterio de avances

tecnológicos de la era de la revolución industrial decimonónica como paradigma de la civilización.

IMÁGENES, HISTORIA SOCIAL Y METODOLOGÍA

En los últimos años, dentro de la historia social (BURKE, 2007) emerge una nueva tendencia a reconsiderar el uso de las imágenes, ya no más como simples ilustraciones de textos, sino como parte integral de los análisis de estos e incluso como objetos principales de estudio. Podríamos decir, que al estudio de los discursos intelectuales y políticos tan propios de la sociología histórica o de la historia social (BURKE, 1987), se le agrega el de las imágenes: desde los dibujos e ilustraciones hasta las fotografías, las imágenes también son discursos cómo los textos.

Este abordaje vino acompañado de un ímpetu en las investigaciones históricas referentes al rescate de las imágenes, que a nivel local tiene a la historiadora Milda Rivarola como una de las más importantes referentes. (RIVAROLA, 2021) Uno de los ámbitos de estudio de las imágenes, corresponde a las ilustraciones y más específicamente a las caricaturas. El lenguaje gráfico de las caricaturas permitía, como indica Peter Burke, ser comprendidas por un mayor número de lectores:

> Entre la invención del periódico y la invención de la televisión, por ejemplo, las caricaturas y las viñetas han realizado una aportación fundamental al debate político, desterrando la mistificación del poder y fomentando la participación de la gente sencilla en los asuntos de estado. Esos dibujos consiguieron dichos objetos mediante la presentación de temas controvertidos de una forma simple, concreta y memorable, y mostrando a los principales actores del drama político como mortales falibles y en modo alguno heroicos. (...) La popularidad de sus caricaturas en el momento de su publicación indica que tocaron la fibra del público. Por eso pueden ser utilizadas con cierta garantía para reconstruir unas actitudes o mentalidades políticas perdidas. (BURKE, 2005, p. 100)

Es en este sentido, que las caricaturas tanto de la prensa de los países aliados – la Confederación Argentina, el Imperio del Brasil y la República Oriental del Uruguay – como de la República del Paraguay pueden reconstruir o ayudar a comprender mentalidades políticas de la época. En este caso se toman 7 caricaturas de medios de prensa de los cuatro países beligerantes, a la que les agrega 1 caricatura más de referencia en un medio de la República de Chile, para poner un contexto regional. Todas las caricaturas provienen de la prensa satírica de los cinco países, mencionados, a las cuales se procede a analizar bajo un criterio comparativo en torno a los avances tecnológicos como símbolos de civilización.

ANÁLISIS DE IMÁGENES

La primera imagen para analizar (IMAGEN 1) corresponde al periódico satírico carioca *Paraguay Illustrado*, burlándose posteriormente a la derrota naval paraguaya de la batalla de Riachuelo, del 11 de junio de 1865, aunque no menciona el hecho. En la caricatura se representa al mariscal Francisco Solano López de paseo en un bote recreacional. La idea es burlarse de la capacidad naval del Paraguay, tecnológicamente hablando, y de paso de la figura del presidente del país, López. Un país moderno y civilizado es aquel que cuenta con las tecnologías que lo muestren como tal, y mostrar al Paraguay careciéndolas, es una forma de menospreciar su capacidad civilizatoria en el conflicto. Paraguay sí contaba con vapores, pero no con acorazados modernos, sino principalmente mercantes adaptados a las necesidades de la guerra.

IMAGEN 1: *Paraguay Illustrado*, Río de Janeiro: domingo 20 de agosto de 1865, N.º 4, p. 3.

La segunda imagen corresponde a *El Pica-Pica* de Montevideo (IMAGEN 2), y hace referencia a la lentitud del desarrollo de la guerra por parte de los aliados. En la misma se

observa un ferrocarril – signo inequívoco de progreso – cuya locomotora es seguida de tres vagones: los primeros dos son caballos de juguete cabalgados por Venancio Flores – presidente del Uruguay de la facción colorada – y por el presidente argentino Bartolomé Mitre – comandante de los aliados – respectivamente. El último vagón es un buque a vapor de la armada imperial brasilera, el cual está anclado impidiendo el rápido desplazamiento de la locomotora aliada.

Este periódico, opositor a los colorados de Flores y por ende simpatizante con los blancos, hace referencia a la tecnología como elemento de la civilización aliada, pero a su vez es la capacidad de los comandantes y la voluntad de los aliados – como la negativa de la armada brasilera en cruzar la fortaleza paraguaya de Humaitá – lo que hace a la guerra rápida y exitosa. Este tipo de críticas en la prensa aliada va a aumentar considerablemente luego de la derrota aliada de Curupayty del 22 de setiembre de 1866.

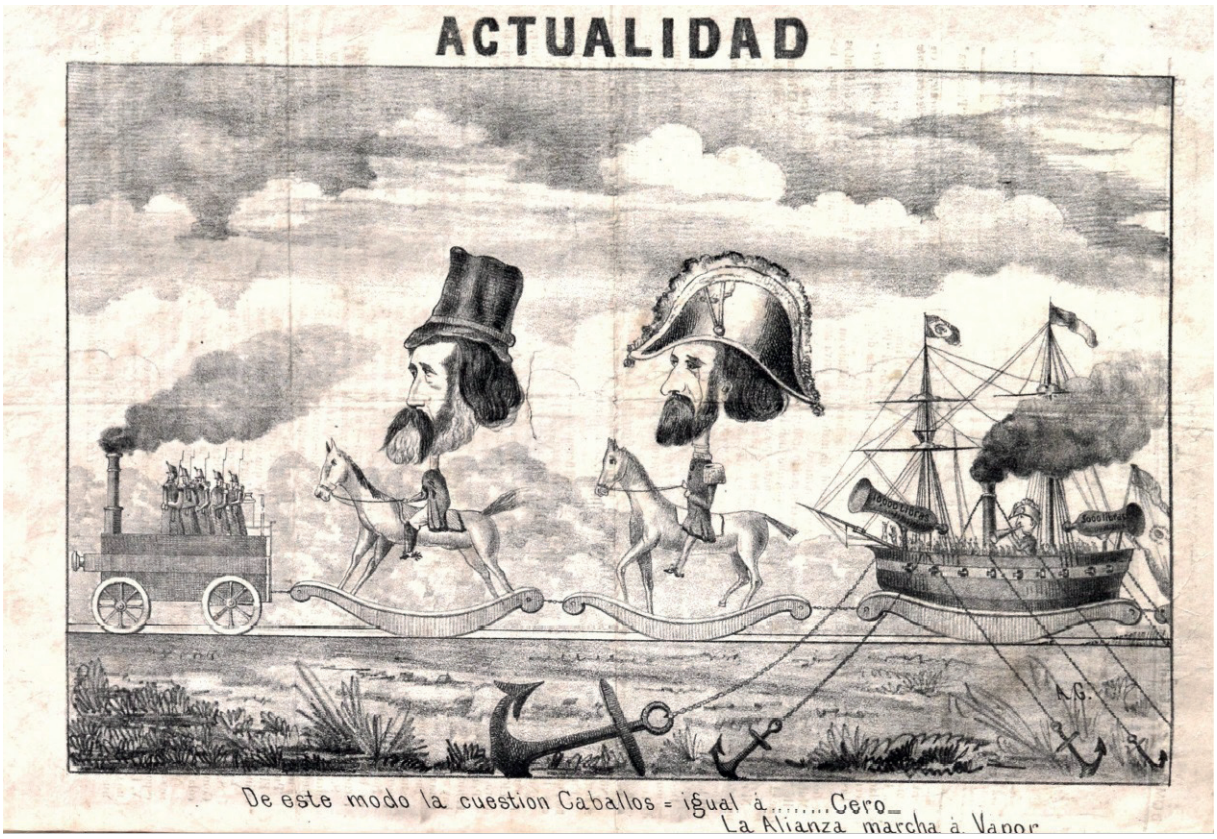


IMAGEN 2: *El Pica-Pica*, Montevideo: 22 de julio de 1866 – Nº 3.

La tercera caricatura analizada corresponde al periódico porteño *El Mosquito* (IMAGEN 3) e introduce una tecnología que va a ser incorporada en la guerra por primera vez en la región, que son los globos aerostáticos, usados por los aliados para espiar las

posiciones paraguayas. En esta etapa de la guerra aún no entraron en uso, sin embargo, se la usa de forma picaresca para criticar la censura que dicho periódico sufrió durante el conflicto. Posteriormente, su uso en la guerra desencadenará una serie de caricaturas paraguayas que las describiremos a continuación.

IMAGEN 3: *El Mosquito*: domingo 29 de octubre de 1865, Año 3 - Nº 127.

La cuarta imagen ya corresponde a un medio de trinchera paraguayo denominado *Cacique Lambaré* (IMAGEN 4), dicho medio publicaba propaganda paraguaya en idioma guaraní, y si bien es cierto no era de carácter gráfico como sus pares *Cabichuí* y *El Centinela*, sí poseía una portada que se publicaba en cada número. La portada del segundo año es

muy significativa de lo que la tecnología y la civilización representaban en el imaginario del discurso del gobierno de López en el contexto de la propaganda de guerra. Por un lado, el Paraguay combinaba los elementos autóctonos como lo indígena del Cacique Lambaré luchando con arco y flecha junto al Cerro Lambaré – en cuyo pie se aprecia al león "guaraní" del escudo paraguayo – y el río Paraguay; pero que no rechaza el progreso de la civilización, representados por el ferrocarril paraguayo que surca un llano con cocoteros y el barco a vapor de paletas que está en el río mencionado. Mientras, la triple alianza es representada por un dragón de tres cabezas cuya cola termina en un globo aerostático, donde un elemento tecnológico como el globo tiene una connotación negativa.

IMAGEN 4: *Cacique Lambaré*, Asunción: 20 de enero de 1868, Año II, N.º 11.

La quinta caricatura corresponde a *El Centinela* del Paraguay, (IMAGEN 5) y es una de las postales más famosas de las ilustraciones humorísticas satíricas del conflicto. En la misma, un observador aliado desde un globo aerostático contempla las trincheras donde los soldados paraguayos muestran la "cara feia al enemigo". Esta caricatura ridiculiza la tecnología de los globos aerostáticos y su eficacia en el conflicto, mostrando cómo desde la

picaresca popular podía ponerlos en entredicho.

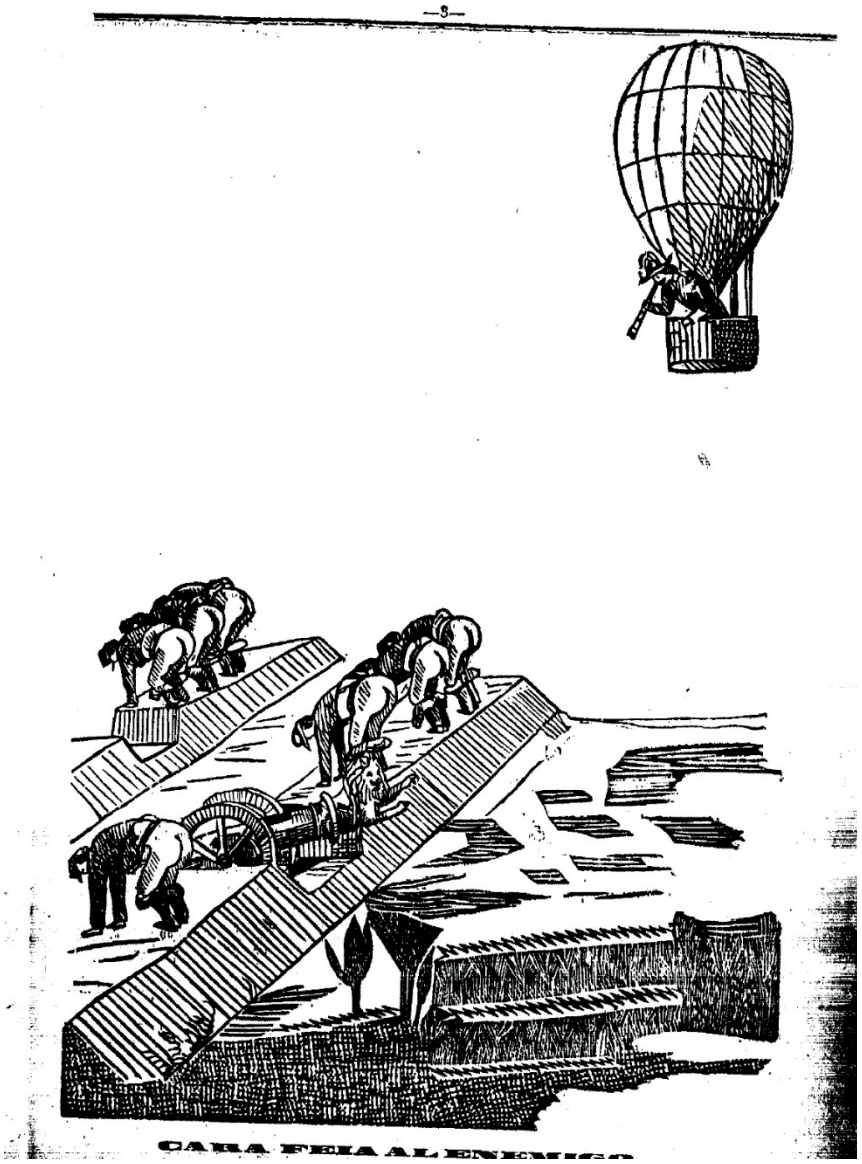


IMAGEN 5: *El Centinela*, Asunción: jueves 8 de agosto de 1867, Año 1, N.º 16.

La sexta imagen, última del Paraguay, corresponde al *Cabichui*, otro periódico de trinchera (IMAGEN 6). En ella se describe de forma victoriosa lo que en realidad fue un fracaso valientemente bizarro, pero fracaso al fin, el asalto paraguayo a los acorazados brasileños. Como hemos mencionado, el Paraguay poseía vapores de línea mercantiles transformados en buques de guerra, pero no poseía los acorazados que sí tenían los brasileños. En dicha ocasión, tropas paraguayas a nado intentaron apoderarse de los acorazados brasileños con un asalto nocturno abordando los mismos principalmente con armas de corte. Dicha acción fracasó, pero es utilizada en el grabado de forma triunfalista, como para demostrar que los

paraguayos podían enfrentarse a estas tecnologías y superarlas por la fuerza de la voluntad misma.

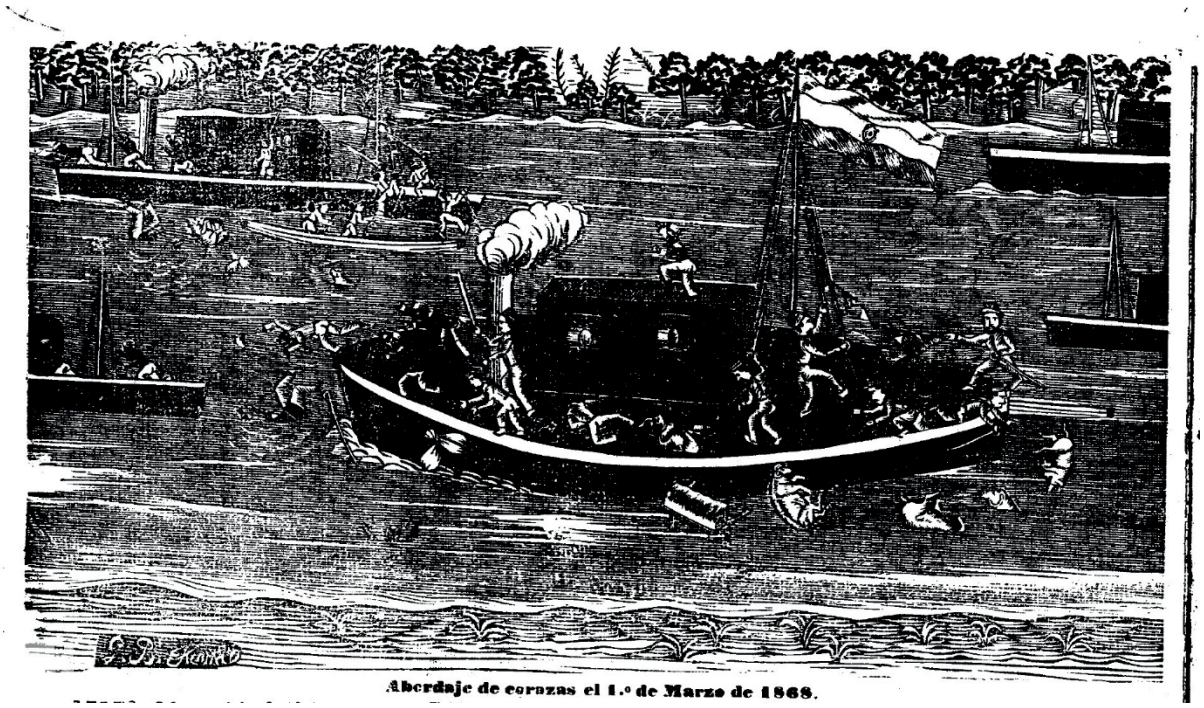


IMAGEN 6: *Cabichui*, Asunción: lunes 18 de mayo de 1868, Año 2, N.º 86.

La séptima y última caricatura no es de un país participante del conflicto, sino de Chile, de *La Linterna del Diablo* (IMAGEN 7). En dicha caricatura conversan Bartolomé Mitre, el presidente argentino, representado en un globo aerostático – recordemos una pieza de tecnología civilizatoria – con el antiguo gobernador de la Provincia de Buenos Aires y dictador Juan Manuel de Rosas, este último representado como un gaucho descalzo de la mazorca – policía rural represiva que era rosista – como contrastando por un lado lo civilizatorio y lo bárbaro o salvaje de ambas figuras. La importancia de esta caricatura reside en la lectura que en la región se tenía sobre lo que era civilización y barbarie, y las coincidencias que hay en el uso de representaciones tecnológicas al respecto. Hay que recordar que el Mitre de aquel contexto presente representa la civilización de una Argentina europeizada, frente al Rosas del pasado ligado al salvajismo gaucho.

IMAGEN 7: *La Linterna del Diablo*, Santiago: jueves 12 de setiembre de 1867, Año I, N.º 2.

CONCLUSIÓN

La Guerra Contra la Triple Alianza permitió no solo una confrontación entre estados nacionales en disputa y en proceso de conformación de sus identidades, sino también de sus medios de prensa escrita, y en el caso del estudio del presente artículo, de la prensa gráfica.

El uso de caricaturas formó parte de las disputas entre los estados nacionales, y también son representativas de una amplia gama de discursos que pueden ser analizados más allá de lo simplemente bélico. En este caso, las tensiones de los discursos de Sarmiento

y de Alberdi en la región del Río de la Plata y en el contexto de la guerra, sobre civilización pueden apreciarse en las representaciones sobre tecnologías.

En las representaciones de los aliados – Argentina, Brasil y Uruguay – hay en algunos casos un concepto de desprecio y burla hacia el Paraguay por considerarlo tecnológicamente inferior como en el caso de la IMAGEN 1 brasilera. Sin embargo, las imágenes de Argentina y de Uruguay aparte de elogiar las tecnologías como signos de civilización, representan críticas y problemas internos de la alianza: los uruguayos critican el rol de la alianza en la guerra y la duración de la misma, donde la tecnología no puede suplantar ni suplir las fallas la dirección de la guerra (IMAGEN 2); y los argentinos critican la situación interna, un elogio a la tecnología de globos aerostáticos sirve para mostrar oposición a edictos policiales de censura a la prensa.

Mientras que en el caso del Paraguay, las tres caricaturas analizadas – (IMAGEN 4), (IMAGEN 5) e (IMAGEN 6) – muestran una simbiosis o un sincretismo entre las ideas de civilización con lo tecnológico y lo tradicional – como en el caso del *Cacique Lambaré* que acoge al ferrocarril y al buque a vapor – pero al mismo tiempo una determinación a resistir en contra de los aliados representados tanto como un dragón de tres cabezas que tiene por cola a un globo aerostático, por mostrar "cara feia al enemigo" o por asaltar a pecho descubierto un barco acorazado.

Finalmente, la última caricatura sobre la guerra y la tecnología, que viene de un país no beligerante como Chile, muestra cómo la civilización va en globo aerostático, mientras que el pasado es un gaucho en el exilio que perdió el poder: dándonos una idea de la circulación de las ideas y de las representaciones en los discursos de caricaturas en relación con la región.

Por último, queremos resaltar que la metodología de análisis de los discursos y de las mentalidades políticas y sociales por medio de las caricaturas es un abordaje necesario para la renovación del campo historiográfico paraguayo, sobre todo tendiente a la producción de una nueva historia social.

FUENTES

Bibliografía

ALBERDI, Juan Bautista. *La Guerra del Paraguay*: Biblioteca argentina de historia y política, 089. Buenos Aires: Lecturalandia, 2019.

ÁLVAREZ FERRETJANS, Daniel. *Historia de la prensa en el Uruguay*: Desde La Estrella del Sur a Internet. Montevideo: Búsqueda – Editorial Fin de Siglo, 2008.

BARATTA, María Victoria. Representaciones de Paraguay en Argentina durante la Guerra de la Triple Alianza, 1864-1870. *Revista SURES*: https://ojs.unila.edu.br/ojs/index.php/sures, Año: 2014, jul, Número: 4, pág.: 41-53.

BARATTA, María Victoria. *La Guerra del Paraguay y la Construcción de la Identidad Nacional*. Buenos Aires: Sb Editorial, Colección Paraguay Contemporáneo, 2019.

BURKE, Peter. *Sociología e Historia*. Madrid: Alianza Editorial, 1987

BURKE, Peter. *Lo Visto y No Visto*: El Uso de la Imagen Como Documento Histórico. Barcelona: Editorial Crítica, 2005.

BURKE, Peter. *Historia y teoría social*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2007.

DEL PINO MENCK, Alberto. Relaciones entre fotografía y demás iconografía de la Guerra del Paraguay. *Folia Histórica del Nordeste*. Nº 25, Resistencia, Chaco, Abril 2016, IIGHI - IH-CONICET/UNNE - pp. 133-158.

JOHANSSON, María Lucrecia. *La gran máquina de publicidad*: Redes transnacionales e intercambios periodísticos durante la guerra de la Triple Alianza (1864-1870). Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía, 2017.

PIRES JUNIOR, Arnaldo Lucas. Guerra do Paraguai: uma barbárie pela civilização. *Revista Estudos Políticos*, v. 8 n. 15: 2017/01 | N.1 ISSN 2177-2851, pp. 94-116.

PIRES JUNIOR, Arnaldo Lucas. *Imagens em guerra*: Imprensa, nacionalismo e formação do estado brasileiro na Guerra do Paraguai. Tesis (Doutor em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019, 319 p.

RIVAROLA, Milda. *Imagoteca Paraguaya*. Disponible en: https://imagoteca.com.py/ ; consultado en 20/10/2021.

ROMAN, Claudia A. Diseños Transnacionales. La prensa satírica en la Guerra de la Triple Alianza (1865-1870) *Literatura y Lingüística* N° 34, ISSN 0716 - 5811 / 2016, pp. 131 - 150.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai*: Memorias & Imagens. Río de Janeiro: Ediçoes Biblioteca Nacional, 2003.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo*: Civilización y barbarie. Buenos Aires: Centro Editor de Cultura, 2007.

SEGATTO, Bruno Félix. *Ahí está el Brasil sin careta*: representaçôes e usos político da guerra e da ocupaçao do Paraguai na imprensa de Buenos Aires, 1870-1876. Tesis (Mestrado em Historia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017, 190 p.

SILVEIRA, Mauro César. *A Batalha de papel*: a charge como arma na guerra contra o Paraguai. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

TELLES, Angela Cunha da Motta. *Desenhando a Naçao*: revistas ilustradas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires nas décadas de 1860-1870. Brasilia: FUNAG, 2010.

TORAL, André. *Imagens en Desordem*: A iconografia da Guerra do Paraguai. San Pablo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

Hemerografía

Biblioteca Pública de la Universidad Nacional de La Plata, Argentina:

El Mosquito: domingo 29 de octubre de 1865, Año 3 - Nº 127. Imagen del proyecto "Periodismo y Guerra de la Triple Alianza: Imágenes y representaciones en periódicos aliados" PINV18-1525. PROCIENCIA/CONACYT.

Biblioteca Nacional Digital Brasil, Hemeroteca Digital:

Paraguay Illustrado, Río de Janeiro: domingo 20 de agosto de 1865, N.º 4, p. 3. Imagen del proyecto "Periodismo y Guerra de la Triple Alianza: Imágenes y representaciones en periódicos aliados" PINV18-1525. PROCIENCIA/CONACYT.

Biblioteca Nacional de Chile, Memoria Chilena:

La Linterna del Diablo, Santiago: jueves 12 de setiembre de 1867, Año I, N.º 2.

Biblioteca Nacional, Asunción, Paraguay:

Cabichui, Asunción: lunes 18 de mayo de 1868, Año 2, N.º 86.

Cacique Lambaré, Asunción: 20 de enero de 1868, Año II, N.º 11.

El Centinela, Asunción: jueves 8 de agosto de 1867, Año 1, N.º 16.

Museo del Barro, Asunción, Paraguay:

Cabichuí: Periódico de la Guerra de la Triple Alianza. Compiladores: Ticio Escobar, Osvaldo Salerno. Textos: Josefina Pla, Ticio Escobar, Alfredo Seiferheld, Roberto Amigo. Asunción: Servilibro, Segunda Edición Corregida y Ampliada, 2016.

El Centinela: Periódico de la Guerra de la Triple Alianza. Textos: Osvaldo Salerno, Roberto Amigo, José Antonio Vásquez. Asunción: Servilibro, Segunda Edición Corregida y Ampliada, 2016.

Universidad de la República del Uruguay (UDELAR), Facultad de Información y Comunicación, Anáforas

El Pica-Pica, Montevideo: 22 de julio de 1866 – Nº 3. Imagen del proyecto "Periodismo y Guerra de la Triple Alianza: Imágenes y representaciones en periódicos aliados" PINV18-1525. PROCIENCIA/CONACYT.

Recebido em 29/10/2021

Aprovado em 11/12/2021

DESENTERRANDO MEMÓRIAS: A DITADURA PARAGUAIA EM "MATAR A UN MUERTO"

UNEARTHING MEMORIES: THE PARAGUAYAN DICTATORSHIP IN "MATAR A UN MUERTO"

DULCI, Tereza Maria Spyer[1]
https://orcid.org/0000-0003-3891-2577

SILVA, Manuella Sampaio da[2]
https://orcid.org/0000-0001-7982-1925

RESUMO: Este artigo estuda a ditadura paraguaia a partir da análise do filme "Matar a un Muerto" (2019), de Hugo Giménez. Nos interessa pensar a representação audiovisual da ditadura vivida pelo Paraguai (1954-1989). Na trama, ambientada em 1978, durante as últimas partidas da Copa do Mundo na Argentina, dois homens são encarregados de enterrar clandestinamente os cadáveres torturados e mutilados pelas forças de repressão. Assim, o objetivo deste artigo é pensar nas produções audiovisuais como um lugar privilegiado de construção de memórias. Para tal, em um primeiro momento, trataremos da representação da ditadura no cinema paraguaio contemporâneo. Já em um segundo momento, indicaremos alguns marcos do stronismo. Por fim, analisaremos certos elementos da narrativa audiovisual proposta por "Matar a un Muerto".

PALAVRAS-CHAVE: cinema; ditadura; memória; Paraguai.

ABSTRACT: This article seeks to study the Paraguayan dictatorship from the analysis of the film "Matar a un Muerto" (2019), by Hugo Giménez. We are interested in thinking about the audiovisual representation of the dictatorship experienced by Paraguay (1954-1989). In the plot, set in 1978, during the last matches of the World Cup in Argentina, two men are in charge of clandestinely burying the bodies tortured and mutilated by the repressive forces. Thus, the purpose of this article is to think of audiovisual productions as a privileged place for building memories. To this end, at first, we will deal with the representation of the dictatorship in contemporary Paraguayan cinema. In a second moment, we will indicate some milestones of stronismo. Finally, we will analyze certain elements of the audiovisual narrative proposed by "Matar a un Muerto".

KEYWORDS: cinema; dictatorship; memory; Paraguay.

1 Professora Associada da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História Social e Bacharel/Licenciada em História pela mesma instituição. Pós-doutorado desenvolvido no Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe (CIALC), da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Especialização em Epistemologias do Sul e em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). E-mail: terezaspyer@gmail.com.

2 Mestre pelo Programa de Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina (PPG ICAL), da Universidade Federald a Integração latino-Americana (UNILA). Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal do Pampa (2014). Técnica em Informática pelo Instituto Federal Farroupilha Campus Alegrete-RS (2009). Representante da Subsede Regional no Uruguai do Centro Latinoamericano de Estudos em Cultura. Agente comunicadora na Asociación Idas y Vueltas. E-mail: manuellasampaiop@gmail.com.

INTRODUÇÃO[1]

Nas últimas décadas tem aumentado consideravelmente os estudos no campo da história que têm como objeto o audiovisual (BARROS, 2007), em particular pelo fato de ser uma linguagem com grande potencial de alcance em termos de público. Além disso, o cinema apresenta uma relação direta com a política (LAPSKY, 2014), principalmente no que diz respeito à memória política, pois contribui para a construção dos discursos da e sobre as memórias, isto é, para a imaginação política de nossas memórias (HUYSSEN, 2000).

O cinema contemporâneo latino-americano, conhecido como "Novíssimo Cinema Latino-Americano", tem produzido muitas obras relacionadas às ditaduras, em particular as do Cone Sul (ABREU, SUPPIA, FREIRE, 2018). Essas produções vêm obtendo reconhecimento nacional e internacional (TORRES, 2011). A forte presença desse assunto na cinematografia da nossa região indica que há um "interesse coletivo, público e quase institucional em resgatar e dar visibilidade a essas histórias" (MEDEIROS, 2015, p. 143).

O estudo das filmografias sobre as ditaduras nos permite compreender como nossos países têm lidado com as diferentes experiências traumáticas (SORLIN, 1992). Além disso, os filmes possibilitam uma revisão das narrativas oficiais, das versões dominantes das memórias, do que foi lembrado e esquecido e também do que foi propositalmente invisibilizado (RICOEUR, 2007). Essas narrativas versam sobre temas que dizem respeito tanto à memória coletiva, como à memória individual, são "esferas interconectadas" (SOUZA, 2008).

Nesse sentido, as produções audiovisuais são dispositivos privilegiados de construção de memórias pública e/ou coletiva (HALBWACHS, 1990). O cinema, na sua condição de produto de massa, se configura como um dos "lugares de memória" (NORA, 1993) e cumpre a função de gerar debates sociais e de inscrever versões da história no imaginário social (VELLEGIA, 2009).

Em contextos pós-traumáticos, como é o caso das ditaduras do Cone Sul, existe uma constante disputa pelas memórias que apresentam uma historicidade e se desenvolvem em múltiplas temporalidades, emergidas através de lembranças, esquecimentos e silêncios. Nesse sentido, o audiovisual pode contribuir com a dimensão ética de rememorar, isto é, um "dever de memória", conformado pelas relações entre memória, justiça e democracia (JELIN, 2018). Para Lívia Reis, "o resgate da memória em sociedades pós-ditatoriais vem carregado (...) de questões que apontam para problemas de violação de direitos humanos, justiça e responsabilidade coletiva" (REIS, 2007, p. 77).

1 As traduções do espanhol para o português neste texto são de nossa autoria.

Desse modo, nos interessa neste artigo pensar a construção de uma certa memória sobre a ditadura vivida pelo Paraguai a partir da análise do filme "Matar a un Muerto", de Hugo Giménez, lançado em 2019. O filme é o expoente mais recente de um conjunto de produções cinematográficas paraguaias sobre o tema. Na trama, ambientada em 1978, durante as últimas partidas da Copa do Mundo na Argentina, dois homens são encarregados de enterrar clandestinamente os cadáveres torturados e mutilados pelas forças de repressão. Diariamente os protagonistas, o supervisor chamado de Pastor, (interpretado por Ever Enciso) e o ajudante Dionísio (interpretado por Aníbal Ortiz), cumprem o mesmo ritual. Sua macabra rotina consiste em receber em uma ilha localizada no "monte paraguayo" os corpos na beira do rio, transportá-los para dentro da mata e sepultá-los. Essas tarefas parecem ser executadas mecanicamente, um *continuum* arrastar, cavar, enterrar e caiar.

Na obra, os cadáveres que carregam as marcas dos horrores da ditadura vão desaparecendo, fruto do trabalho silencioso e ensimesmado dos protagonistas. Um dia, ao se depararem com um homem ainda respirando entre a pilha de mortos, surge o principal conflito da narrativa: eles precisam matar pela primeira vez uma pessoa. A sobrevivência improvável do cativo argentino, Mario (interpretado por Jorge Román), gera um dilema moral: eles deveriam matar "o morto" ou deixá-lo vivo? Assim, os protagonistas se deparam com uma encruzilhada: de coveiros clandestinos eles passariam a ser carrascos assassinos?

Diante do exposto acima, o objetivo deste artigo é pensar nas produções audiovisuais como um lugar privilegiado de construção de memórias, em particular as memórias sobre a ditadura stronista, tendo como mote a análise do filme escolhido como objeto de estudo. Para tal, em um primeiro momento, trataremos da representação da ditadura no cinema paraguaio contemporâneo. Já em um segundo momento, indicaremos alguns marcos do stronismo. Por fim, analisaremos certos elementos da narrativa audiovisual proposta por "Matar a un Muerto".

A DITADURA STRONISTA NO AUDIOVISUAL PARAGUAIO

A ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989), a mais longa da América do Sul, teve um impacto muito negativo na produção cinematográfica paraguaia pois o regime acabou com as legislações de fomento e aplicou uma forte censura. Isso teve como consequência uma quase inexistente produção cinematográfica no país durante este período. Uma rara exceção é "El pueblo" (1969), um documentário sobre religião e pobreza, obra que permaneceu censurada até o fim da ditadura, realizado por Carlos Saguier, líder do "Grupo Cine Arte Experimental". Os únicos filmes que chegaram ao público neste período foram

aqueles patrocinados pelo governo, como "Cerro Corá", de Guilhermo Vera, um épico nacionalista sobre a Guerra da Tríplice Aliança (KING, 1994).

Vale destacar também que o "Novo Cinema Latino-Americano" e a produção político-militante, característica dos anos 60 e 70 do século XX nos demais países do Cone Sul, não surgiu ou se consolidou no Paraguai. No que diz respeito à representação cinematográfica sobre a ditadura, diferentemente de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, "no Paraguai observa-se uma abordagem esporádica do assunto no audiovisual apenas a partir dos anos oitenta, e um crescimento exponencial do tema no início dos anos 2000" (ZARACHO, 2021, p. 142).

Com a descoberta dos "Archivos del Terror", em 1992, um conjunto de documentos secretos da polícia stronista reavivou o imaginário sobre a ditadura. Estes arquivos, que hoje fazem parte do "Museo de la Justicia, Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos", tornaram-se uma fonte privilegiada para as vítimas, investigadores/as e artistas sobre os crimes perpetrados pelo regime (BOCCIA; GONZÁLEZ; PALAU, 2006). Para María Zaracho, estes arquivos obrigaram a "um exercício de memória visual e a uma intensificação da reflexão sobre a necessidade de justiça e reparação" (ZARACHO, 2021, p. 143).

Os textos fílmicos sobre o stronismo no final do século XX realizaram, na maior parte das vezes, uma representação indireta da ditadura (ZARACHO, 2021). No período conhecido como "transição democrática" temos documentários como: "Experimento Psicológico" (1985), de Manuel Cuenca e Raimundo Armele, que versa sobre o encarceramento e a institucionalização da violência filmado no "Hospital Neuropsiquiátrico de Asunción"; "Proceso de cambio" (1988), de Edwin Britez e Manuel Cuenca, obra produzida com o apoio do "Comité de Iglesias para ayuda de Emergencias" (CIPAE), que foi censurada dois meses antes do fim da ditadura e "La noche de San Blas" (1989), de Juan Carlos Maneglia, sobre os derradeiros dias do regime em fevereiro de 1989. Já no campo da ficção temos: "Un hombre en guerra" (1991), de Sergio Toledo, sobre um médico que busca justiça para a morte de seu filho torturado e assassinado pelas forças de repressão; "Miss Amerigua" (1993), de Luis Vera, que retrata uma pequena vila imaginária com conflitos de poder que fazem referência as alegorias stronistas e "El portón de los sueños" (1998), de Hugo Gamarra, que trata da vida do escritor exilado Augusto Roa Bastos (CUENCA, 2009; GAMARRA, 2011; ZARACHO, 2021).

Ainda que a ditadura tenha formalmente acabado em 1989, a "transição democrática" não resultou em um forte investimento estatal no setor audiovisual, tema destacado pela "Reunión Especializada de Autoridades Cinematográficas y Audiovisuales del Mercosur"

(RECAM), o que derivou em aproximadamente 15 anos sem efetivo subsídio público, tendo os/as realizadores/as contado apenas com o apoio estatal do Ministério das Relações Exteriores e com a contribuição financeira de empresas nacionais e estrangeiras, bem como de missões diplomáticas (GAMARRA, 2011).

Nos anos 1990 voltaram a ser criados mecanismos de incentivo à produção audiovisual, mas o impacto foi pequeno comparado aos outros países da região. Importa dizer que o Paraguai foi o último país da América do Sul a contar com um instituto dedicado à cinematografia. Entre os países do Cone Sul, é o que apresenta os menores números de produção e consumo de cinema (SILVA, 2007). Entretanto, embora em condições assimétricas se comparado aos países vizinhos, no Paraguai foi se configurando um grupo composto por jovens cineastas formados/as principalmente em Cuba ("Escuela Internacional de Cine y Televisión" - EICTV), em universidades privadas e no "Instituto Profesional de Artes y Ciencias de la Comunicación" (IPAC) (GAMARRA, 2011).

Além disso, a eleição de Fernando Lugo, em 2008, resultou no surgimento de um importante *corpus* fílmico de reflexão sobre o stronismo, co-produzido e veiculado em grande medida na "TV Pública Paraguay" (posteriormente conhecida como "Paraguay TV"), inaugurada em 2011. Vale lembrar que Lugo foi o primeiro presidente a se desculpar publicamente pelos crimes cometidos durante a ditadura de Stroessner. O golpe parlamentar de 2012, que o destituiu do poder, ainda que seja uma questão controversa, "conduziu a uma produção cinematográfica onde, desde o presente, existe uma evocação tácita ou explícita de um passado recente marcado por abuso de poder, injustiça e autoritarismo" (ZARACHO, 2021, p.146).

A situação da indústria audiovisual paraguaia parece ter de fato se transformado apenas com a fundação do Instituto Nacional de Audiovisual Paraguaio (INAP), em 2018, e do Conselho Nacional do Audiovisual (CNA), de 2019. Tanto o INAP quanto o CNA foram criados no bojo do êxito de produções audiovisuais paraguaias recentes, como o filme "Las Herederas" (2018), de Marcelo Martinessi, que obteve prêmios importantes em festivais internacionais.

Os textos fílmicos sobre o stronismo das duas primeiras décadas do século XXI realizaram, ao contrário do período anterior, uma representação direta e explícita da ditadura. "Matar a un Muerto" é a obra expoente mais recente do conjunto de produções cinematográficas paraguaias sobre o tema. Entre elas, destacamos na década de 2000: "Entrevista a un clandestino" (2006), de Miguel Agüero, sobre a perseguição sofrida pelo escritor Félix de Guarania nas ditaduras de Higinio Morínigo e de Stroessner; "Vestigios de

un sueño" (2006) de Erich Fisher e "Escuelitas campesinas" (2010), de Emilio Sanabria, ambas sobre a resistência no campo da educação; "El invierno de Gunter" (2008) e "El azúcar del naranjo" (2010), de Galia Giménez Guimpelevich, baseados, respectivamente, no romance homônimo do escritor Juan Manuel Marcos e no livro da próprio cineasta, no qual ela destaca sua experiência como mulher, artista e exilada (ZARACHO, 2021).

Já na década de 2010, temos: "Cuchillo de Palo" (2010), de Renate Costa, "Reinas" (2012) e "El caso 108" (2014), de Jorge Bareiro, que tratam da perseguição que viveram os homosexuais; "Desalmidonar los Párpados" (2012), de Dea Pompa e "Esperanza", de Enrique Carvallido e Sylvie Moreaux (2013), sobre a comunidade cultural do período, rendendo homenagem aos/às artistas; "Diario Guaraní" (2016), de Marcelo Martinessi, sobre o antropólogo exilado Bartolomeu Meliá; "20 años del Cadete Amarilla" (2012), de Sonia Amarilla, trata a morte de jovens no exército; "Memoria Desmemoriada" (2015), Dominique Dubos, sobre as vivências da comunidade artística e intelectual do período; "Paraguay, droga y banana" (2016), de Juan Manuel Salinas, sobre os pactos de silêncio perpetrados pelas elites no período de transição; "Arete Guazú" (2012), de Dea Pompa e "Damiana Kryygi" (2015), tratam da resistência indígena; "Calle de Silencio" (2017), de José Elizeche, sobre a escravidão sexual de crianças e adolescentes; "Jejui", de Nancy García (2017), trata da repressão que viveram os camponeses; "De Auzwicht a Hoenau", de Desiree Esquivel (2018), sobre os vínculos entre nazismo e ditadura stronista e "Fecha Feliz" (2017) obra ainda não lançada comercialmente, de Sofía Paoli, trata da experiência de maternidade de militantes aprisionadas (ZARACHO, 2021).

Assim, entre 2000 e 2020 temos um *boom* de filmes cujos eixos temáticos se centram nos assuntos vinculados às memórias dos/as militantes e das vítimas, bem como de "comunidades indígenas e camponesas, dissidentes sexuais, exilados e comunidade cultural em resistência" (ZARACHO, 2021, p. 155). Além disso, compõe o *corpus* fílmico desse período perspectivas inovadoras dentro do campo audiovisual paraguaio, isto é, obras que tratam as memórias da infância, dos movimentos estudantis, das elites e dos cidadãos comuns e as produções que interseccionam militância, maternidade e gênero, assuntos já muito trabalhados nas cinematografias dos demais países do Cone Sul (ZARACHO, 2021).

Provavelmente as obras mais reconhecidas no plano nacional e internacional sobre a ditadura stronista foram realizadas pela cineasta Paz Encina: a trilogia de curtas metragens intitulada "Tristezas de la lucha" (2014) - "Familiar", "Arribo" e "Tristezas de la lucha" - bem como o longa "Ejercicios de memoria" (2016). "Familiar" é um filme feito a partir de um arquivo de som de uma denúncia sobre um líder das "Ligas Agrárias", irmão de Apolônia

Flores, acusada de participar de um atentado armado. "Arribo" também é baseado em um arquivo de som sobre o interrogatório realizado pelo chefe da brigada policial do aeroporto de Assunção ao líder oposicionista Benigno Perrotta, exilado na Argentina, em viagem de volta ao Paraguai. Já o curta que fecha a trilogia e que lhe dá o título "Tristezas de la lucha", é uma ficção baseada em uma gravação de um ato massivo do regime de Stroessner contraposto à leitura de um fragmento de um relato autobiográfico do escritor Rafael Barrett. Por fim, o filme "Ejercicios de memoria" centra-se na história de Augustín Goiburú, o oponente político mais importante da ditadura, que desapareceu em 1976 na Argentina, onde estava exilado. Trinta e cinco anos depois, seus três filhos, Rogelio, Rolando e Jazmin, voltam ao local onde Goiburú foi visto pela última vez, em um exercício de memória familiar mesclado com a história do Paraguai (BRANCO, 2016).

Vale ressaltar que a trilogia é fruto do trabalho de pesquisa que a cineasta realizou nos "Archivos del Terror". Com estas obras Encina procurou tratar da memória histórica coletiva e individual sobre a ditadura mediada pelos arquivos sonoros e fotográficos fabricados pelo sistema de controle, isto é, a história registrada pelos próprios repressores (BRANCO, 2016). O trabalho da realizadora com este material a coloca na categoria de "artista de arquivo", uma grande tendência da arte atual (RUSSO, 2017), nos marcos da "arte cívica" ou do "artivismo" (RAPOSO, 2015).

Aliás, Encina é uma grande referência para a nova geração de cineastas paraguaios/as, como afirma o realizador de "Matar a un Muerto", Hugo Giménez (CINELATINO, 2021). Nesse momento de efervescência do audiovisual paraguaio, em termos de equipe, parece haver, inclusive, uma intersecção entre as gerações. Jovens técnicos/as (produtores/as, fotógrafos/as, editores/as, etc.) têm trabalhado com diretores/as de carreira como Encina, e experientes técnicos/as vêm trabalhando com os/as novos/as diretores/as, como Gimenéz, ou seja, há uma parceria entre a velha e a nova geração (SABATÉ, 2021).

Além de dirigir "Matar a un Muerto", Giménez realizou o documentário "Fuera de Campo" (2013), que retrata as vítimas do massacre em Curuguaty e o golpe institucional contra Lugo e o curta "Jagua Hu" (2019), sobre um lobisomem que quer se matar e para tal contrata dois pistoleiros para o serviço (CINELATINO, 2021).

Dentre as obras destacadas acima, "Matar a un Muerto" foi a que mais obteve êxito nacional e internacional. Muito bem recebido pelo público e pela crítica, o filme foi vangloriado não só por retratar de forma muito contundente e inovadora a ditadura stronista, mas também por articular na construção narrativa elementos importantes e muitas vezes subalternizados pelo audiovisual da nossa região, como é o caso dos idiomas dos povos

originários. Nesse longa, não é o espanhol que se destaca, mas o guarani. Grande parte dos diálogos, inclusive aqueles de profunda tensão, são em guarani. E esses diálogos são intercalados também por muitos silêncios.

O tema dos silêncios é, aliás, um grande diferencial do filme segundo a crítica. Isso se evidencia nas cenas que destacam o cotidiano sórdido e a pressão constante em que os protagonistas estão imersos (BRODERSEN, 2019). Além disso, a abordagem espacial reverbera a sensação de confinamento daqueles homens solitários naquele território inóspito. Finalmente, a crítica também ressaltou o roteiro de Giménez, em especial por tratar de homens comuns, carrascos involuntários que fizeram parte do efeito colateral da ditadura stronista (COLMAN, 2020).

ALGUNS MARCOS DO STRONISMO

A violência do sistema político paraguaio tem uma longa história. Este país viveu nos séculos XX e XXI quatro golpes, três deles militares (1947, 1954, 1989) e um parlamentar (2012). Para Julien Delemenne, "a lógica política dos golpes de Estado se repete para além da transição de governos e regimes" (DEMELENNE, 2021, p. 14), sendo o Partido Colorado o elo entre os golpes, uma vez que a classe política colorada não mediu esforços para se manter no poder.

Nesse sentido, o golpe de 1954, que poderia ser mais um dentro do contexto de profunda instabilidade política no país, mostrou ser uma manobra com sólida articulação que perdurou por 35 anos, gestada entre militares e dirigentes do Partido Colorado (YEGROS, 2010). Este se encontrava dividido em dois setores. De um lado, "democráticos" que defendiam uma ordem constitucional com a participação dos demais grupos políticos e, de outro, os "guiones rojos", espécie de grupo paramilitar que defendia o coloradismo como representação única dentro do ordenamento político, excluindo qualquer oposição (BOURSCHEID, 2017). Assim, diferentemente de outros países da região, a ditadura stronista nasce mais vinculada às divergências internas no partido que historicamente comandou o país, do que a uma interrupção de processos democráticos em curso (RIQUELME, 1992).

A longevidade do regime de Stroessner sustentou-se em diversas medidas implementadas pelo ditador e seus apoiadores. O uso da ideologia nacionalista (NICKSON, 2010), o emprego de uma política clientelista e o controle quase total dos meios de comunicação (YORE, 1992), uma modernização da economia combinada com a exaltação dos valores tradicionais (SOLER, 2014), altos níveis de corrupção, elementos de culto a sua personalidade, a incorporação das premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)

(RIQUELME, 1992) e a criação de uma forte cultura do medo via terrorismo de Estado (CVJ, 2008), foram alguns dos fatores que permitiram a sua larga duração.

Também diferentemente das demais ditaduras do século XX na região, o regime stronista, baseado numa aliança militar-colorada, não realizou um processo de transição ou abertura, nem mesmo diminuiu a repressão empregada no combate aos seus opositores em seu período de decadência. Nas palavras de Fatima Yore (1992), a violência "não cessou nem diminuiu, tornou-se mais sutil e seletiva, apelando cada vez mais aos alegados processos judiciais para a perseguição política e social massiva, bem como às individuais" (YORE, 1992, p. 184).

As três décadas de stronismo deixaram profundas marcas na sociedade paraguaia. Os números apresentados pela "Comisión de Verdad y Justicia" (CVJ), através de seu "Informe Final" publicado em 2008, indicam a proporção das violações de Direitos Humanos cometidas durante o período. O regime realizou uma média de 626 prisões arbitrárias por ano, o que corresponde proporcionalmente a quase duas detenções por dia durante mais de três décadas. Com relação aos castigos e torturas, estima-se que ao menos 18.772 pessoas tenham sido torturadas, correspondendo proporcionalmente a uma de cada 133 pessoas que sofreram algum tipo de violação. No que se refere ao número de pessoas exiladas, há um grande sub-registro, visto que a saída do país aconteceu de forma constante durante todo o período, ainda que os principais picos tenham se dado em anos específicos, resultado da queda de movimentos de resistência armada. A Comissão aponta, ainda, que cerca de 20.000 tenham deixado o país por motivos políticos durante os anos de ditadura (CVJ, 2008). E autores como Maria Antonia Sánchez e Luis Roniger (2010) indicam em 400 mil o número de exilados somente em direção à Argentina, incluindo nesta estimativa exilados por motivos políticos e econômicos.

Também segundo a CVJ, existiram três períodos distintos ao longo do regime stronista. O primeiro ficou categorizado como período de "instauração e consolidação" da ditadura e vai de 1954 a 1966. Já o segundo foi chamado de período de "apogeu e cooptação", compreendendo os anos de 1967 a 1981. E o terceiro e último foi apontado como período de "decadência", entre 1982 a 1989, caracterizado pela crise e fim do regime (CVJ, 2008).

O ano em que se desenvolve a trama de "Matar a un Muerto", não por acaso, coincide com esse período de apogeu apontado pela CVJ, marcado por duros episódios de violência e queda de movimentos de resistência à ditadura. Entre os principais eventos deste período e, especificamente do ano de 1978, podemos localizar a queda definitiva da "Organización

Político Militar" ou "Organización Primero de Marzo" (OPM), que já havia sido descoberta em 1976 e em 1978 termina de ser desmantelada (BOCCIA, 1997).

A OPM foi o último movimento organizado de resistência à ditadura do qual se tem registros no Paraguai. Nasceu em 1971, a partir da iniciativa de estudantes paraguaios exilados no Chile, onde acompanhavam de perto a experiência do governo socialista de Salvador Allende. Ao retornarem ao Paraguai após a queda de Allende, começam a planificação da luta armada através da formação de quadros instruídos pelo "ERP-Montoneros" da Argentina. Neste momento, vinculam-se também com integrantes das "Ligas Agrarias Cristianas" (LAC), movimento camponês formado no início da década de 1960 (BOCCIA, 1997).

A queda da OPM se deu de forma inesperada e rápida em decorrência da importância dos materiais encontrados junto ao primeiro integrante descoberto, o estudante Carlos Brañas Gadea, fato que desencadeou uma onda repressiva. O recrudescimento da violência logo após a sua queda durou meses, inicialmente atingindo diretamente os principais quadros da organização e, imediatamente depois, atingindo militantes das LAC, na trágica "Pascua Dolorosa", em 1976, considerado um dos eventos de maior repressão de todo o período stronista. A "Pascua Dolorosa", que ficou conhecida desta maneira por ser um episódio ocorrido na semana santa, iniciou em San Juan Bautista (Misiones), alastrando-se posteriormente por outros lugares e levando à prisão centenas de camponeses/as (BOCCIA, 1997).

As consequências da queda deste primeiro grupo da OPM e da repressão às LAC seguiram aparecendo no formato de prisões, desaparições e mortes até o final de 1978. Em janeiro deste ano a polícia stronista descobriu dois membros que trabalhavam na reorganização da OPM, a saber: Rodolfo Udrízar Villamayor, preso e torturado, e Jorge Zavala Esquivel, executado pela polícia. Os integrantes que puderam escapar dos dois episódios tiveram que deixar o país e buscar o exílio. Ali teve fim a última tentativa de luta armada no país. Para impedir novos levantamentos e qualquer possibilidade de resistência armada, o regime stronista seguiu cometendo inúmeras violações de direitos humanos, entre elas dezenas de execuções. Nesse sentido, é importante destacar que a CVJ caracteriza como massiva e brutal a resposta dada pelo regime ao descobrimento da OPM (CVJ, 2008).

DESENTERRANDO MEMÓRIAS

É no contexto de grande repressão destacado acima que localizamos a história de "Matar a un Muerto". Os personagens vivem uma situação de isolamento absoluto e parecem

não ter outro contato com a realidade externa, salvo pelos limitados informes realizados pelo comando central para anunciar que novos "pacotes" haviam sido despachados na beira do rio. Os "pacotes" são mulheres e homens de diferentes idades – algo que podemos notar nas cenas em primeiro e médio plano que mostram os rostos e corpos já pálidos – vítimas da brutal repressão que ocorria naquele momento, e por vários anos seguidos no país.

Nas oportunidades de comunicação com o comando central, Dionísio busca saber os resultados das partidas jogadas no mundial de futebol. A disposição em perguntar ao superior e a expressão alegre, quase infantil, do personagem ao receber uma notícia sobre o andamento da disputa, demonstra que essa informação externa era o que rompia com o dia a dia, com o "normal", e não o fato de enterrar cadáveres de forma serial. Evidencia, assim, a naturalidade com a qual se construía um cotidiano em meio à barbárie. A tarefa de enterrar os cadáveres dos/as opositores/as ao regime se transforma em algo tão frequente e ineludível que passa a ser assimilado como mais uma tarefa da cotidianidade.

Desse modo, "Matar a un Muerto" põe em xeque os mecanismos de naturalização do horror e estabelece uma relação com o conceito de "banalidade do mal", elaborado por Hannah Arendt (ARENDT, 2014), fonte de inspiração de Giménez para a realização do filme (LA NACIÓN, 2020). Este consiste na ideia de que o mal não é um ato que se perpetua de maneira consciente, como uma manifestação ativa do ódio ou crueldade, mas se incorpora nas estruturas sociais tornando-se parte das regras de comportamento e convivência. Tais condutas são reproduzidas pelos integrantes de um grupo sem que sejam refletidas sobre sua origem ou sobre suas consequências, tendo como premissa que estas provêm de um ordenamento superior ou natural, dotando-as, portanto, de certa obrigatoriedade ou naturalidade e ignorando o seu papel de reprodução (ARENDT, 2014).

Assim, o encontro com o "morto-vivo" Mario faz com que os protagonistas caminhem no sentido de abandonar a banalidade para dar lugar a humanidade (COLMAN, 2020), pois eles são "Algozes e ao mesmo tempo vítimas, testemunhas diretas e executores finais do terror institucionalizado" (BRODERSEN, 2019). Nas palavras do diretor: "a exploração da dificuldade de matar um homem desperta a consciência dos dois protagonistas (...) fazendo com que a banalidade do mal que está por trás das ações dos dois homens gere comportamentos cegamente dramáticos" (LA NACIÓN, 2020).

O filme também trata da forma como os governos ditatoriais utilizaram membros das comunidades locais como mão de obra para esconder suas atrocidades. Os protagonistas claramente fazem parte de grupos sociais historicamente oprimidos no Paraguai, personagens que vivem nas margens da sociedade. Deste modo, "Matar a un Muerto" destaca como

esses coveiros são perversamente explorados pela estrutura de repressão do Estado.

Nesse sentido, as perguntas centrais do filme são: existe humanidade em pessoas que colaboram com a ditadura? Essas pessoas tinham de fato conhecimento em nome do quê e porquê enterravam cadáveres? Aqueles que "apenas" cumpriam ordens tinham uma escolha? Essas pessoas podiam passar por crises de consciência/dilemas morais? É possível ser ao mesmo tempo vítima e cúmplice? Qual a responsabilidade individual dos que trabalharam, mesmo que por necessidade, para manter operantes as dinâmicas da brutalidade? A obra não responde a todos esses questionamentos, há muitas camadas de ambiguidades e o filme se preocupa mais em enunciar as perguntas, mas deixa claro que os protagonistas, assim como o "morto" do título, são igualmente prisioneiros e vivem confinados a céu aberto.

A figura de Mario, o "Kurepi" (palavra do guarani utilizada para denominar pessoas provenientes da Argentina), também localiza o espectador nas dinâmicas de repressão empregadas naquele momento no marco da Operação Condor, uma vez que os movimentos de resistência armada no Paraguai contaram, como mencionado anteriormente, com o apoio de integrantes de movimentos de resistência dos países vizinhos, e especialmente de movimentos argentinos.

A década de 1970 foi o palco de casos emblemáticos de entregas de presos políticos aos seus países de origem, mas também de assassinatos de muitos destes em solo estrangeiro via internacionalização do medo mediante práticas repressivas (CVJ, 2008). No personagem de Mário podemos ver um retrato destas dinâmicas: um sujeito proveniente de outro país da região, preso e quase executado pela polícia do país vizinho.

O filme também dialoga de maneira particular com vários elementos da cultura do medo, que foi um dos pilares de manutenção do regime stronista. Os anos de ditadura provocaram uma reformulação das relações sociais, visto que o comportamento dos indivíduos era permeado pela presença do medo, a ponto de criar um estado de desconfiança e alerta contínuo na cidadania (IGNOTO, 2018).

Um dos instrumentos jurídicos mais utilizados para controlar a população foi o estado de sítio. Renovado a cada três meses, permitia que qualquer cidadão pudesse ser preso sem uma ordem judicial e passou de uma medida excepcional, para transformar-se em algo "normal e permanente contradizendo a pregação do governo de que as pessoas viviam em paz, ordem e segurança em toda a República" (CVJ, 2008, p.21).

Esse estado de temor, vivido como uma experiência cotidiana durante o período stronista, se deveu ao modo operativo da ditadura, que dentro do seu sistema de repressão

empregava as Forças Armadas no desempenho do papel coercitivo, prevenindo ações de dissidências e executando a punição frente a qualquer desvio da ordem. O estabelecimento da repressão preventiva e da violência exemplar (BOCCIA; RIVAROLA 2013), agregados à violência punitiva (CÉSPEDES; PAREDES, 2004), propiciaram a criação desta cultura do medo que marcaria a sociedade paraguaia por várias gerações, permanecendo como trauma coletivo inclusive no pós-ditadura.

Em "Matar a un Muerto" os elementos preventivos podem ser observados em cenas como a do encontro entre Pastor e o técnico militar (interpretado por Silvio Rodas). Ou ainda nas cenas do contato entre os superiores que se comunicam através do rádio com os protagonistas. A tensão estabelecida na comunicação entre os personagens, o tom hierárquico de fala, a voz que aparece de forma impositiva, através de um ordenamento ou aviso, e com a qual eles se reportam com temor e cautela, retratam uma comunicação onde não há espaço para o questionamento. São cenas que nos fornecem elementos importantes para conectar simbolicamente com a realidade vivida durante a ditadura. Nas palavras de Victor Faverin: "é na comunicação com os despachantes de corpos que Giménez deixa claro que o supervisor e o auxiliar, tanto como o 'morto' do título, são também prisioneiros, forçados a trabalhar para, quem sabe, um dia sair dali com vida e algum dinheiro" (FAVERIN, 2020).

Já no que diz respeito aos elementos punitivos, entendemos que a exposição dos corpos e o manejo deles, carrega em si a mensagem da violência punitiva. Especificamente a morte, presente durante toda a trama, pode ser associada a esta cultura, afinal de contas, se tratava, naquele contexto, da consequência final da desobediência ou "desvio" das condutas previstas e permitidas pelo regime stronista. Segundo Marcelo Ignoto, "a cultura do medo transfigurou o sujeito social reconfigurando-o, despojando-o de sua essência coletiva, exaltando-o em sua individualidade e rompendo os laços de solidariedade típicos até então" (IGNOTO, 2005, p. 20).

Como dito anteriormente, foram vários os elementos que permitiram a sustentação do regime, e não somente o aparato da força. Uma das preocupações do ditador foi dar uma aparência de legitimidade ao governo, conseguida através da realização do ritual eleitoral a cada cinco anos e do controle dos meios de comunicação. O jornal "Pátria" e a "ZP1 Rádio Nacional do Paraguai", talvez sejam os exemplos máximos da propaganda oficial do regime.

Desde dezembro de 1954, por determinação da Administração Nacional de Telecomunicações (ANTELCO) todas as rádios do país foram obrigadas a interromper sua programação três vezes ao dia, conectando-se à cadeia nacional para transmitir o espaço

informativo produzido pela rádio estatal para os anúncios do governo. Às 12h:30, às 19h:30 e a às 20h, grande parte dos paraguaios recebiam uma dose de propagandas e ataques à oposição. A última interrupção diária era destinada ao programa "La voz del coloradismo", espaço de 30 minutos dedicado a criticar e ameaçar os opositores, fossem estes jornalistas, possíveis anunciantes ou a própria cidadania (CVJ, 2008).

Essa rotina de propagandas e comunicação aparece em "Matar a un Muerto" através da entrada da cadeia nacional, interrompendo a música que tocava no rádio sintonizado de Dionísio. O informe inicia com o slogan do governo "por um Paraguai grande, próspero e feliz" em tom cerimonioso, e segue com o anúncio do locutor informando que Stroessner havia inaugurado naquele dia "importantes obras para a nação" (MATAR A UN MUERTO, 2019).

Vale destacar que na busca por legitimidade, Stroessner levou adiante um governo que tinha um forte culto a sua personalidade. Ainda que este tenha sido um dos componentes de legitimação, e não o único, foi um dos pontos que encontramos presentes no filme de maneira bastante clara, quase didática. Na cena em questão, temos vários elementos que remetem à essa busca, fosse através do culto à sua personalidade, do discurso de modernização da economia, ou ainda pela exaltação dos valores tradicionais, já que ao final do anúncio o locutor informa que "a temperatura não superaria os 28 graus e que o entardecer se prestava para estar em família", discurso que é contrastado com o movimento da câmera em direção ao piso onde jaz um cadáver em fase de decomposição rodeado por moscas (MATAR A UN MUERTO, 2019).

Por fim, embora "Matar a un Muerto" não seja um filme de terror no que tange as convenções cinematográficas, não há nada mais assustador do que a própria ideia da qual parte a obra: a descoberta de um "morto que está vivo". Um elemento que ajuda a compor essa atmosfera de terror é a figura onipresente do cão raivoso que gera pânico nos protagonistas. Este animal, chamado por Pastor de "Negro", é perigoso exatamente porque desenterra os cadáveres. Embora tentem colocar cal na terra para evitar isso, o cão "está em algum lugar ou em toda parte" (COLMAN, 2020). Para Sergio Colman, o filme "entrelaça o realismo extremo com a alegoria, corporificada pelos sons de uma criatura selvagem que espreita constantemente a dupla" (COLMAN, 2020).

Nesse sentido, o que "Matar a un Muerto" faz, assim como a alegoria do cão, é desenterrar as memórias da ditadura paraguaia, pois "a obra parece representar também aquela memória popular, marginal, quase subterrânea que resiste e se agarra à vida apesar de tudo" (LA NACIÓN, 2020). Nas palavras do diretor:

> Eu estava interessado em mostrar o horror pela vida cotidiana naquele universo muito específico, naquele limbo, como eu o chamo. (...) Estudando o cotidiano daqueles coveiros, o horror por aquele cotidiano da periferia, daquele último elo e apreciando o conflito diante do diferente, tudo se ligava. (...) O filme está absolutamente situado no tempo e no lugar e ainda assim ressoa além do contexto. É uma grande fábula que sempre fará referência ao presente e no Paraguai hoje temos como presidente (Mario Abdo Benítez) o filho de um dos representantes do ditador Stroessner (TÉLAM, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo tratamos de como a produção audiovisual recente paraguaia tem representado a ditadura stronista a partir da análise do filme "Matar a un Muerto". Em um contexto regional marcado por "negacionismos" e "revisionismos históricos", cujas reinterpretações da história se dão com base em retóricas conservadoras, no marco da chamada "onda revisionista das ditaduras" (CHARLEAUX, 2018), acreditamos que as cinematografias do Cone Sul têm contribuído muito para disputar as memórias individuais e coletivas.

Isso se dá especialmente no contexto das "guerras híbridas", guerras não convencionais que visam substituir via operações indiretas e golpes não militares os governos democraticamente eleitos (KORYBKO, 2015), bem como no marco das "guerras culturais", conceito manipulado pelas direitas políticas para se referirem aos avanço das pautas progressistas (SANTOS, 2021).

Assim, filmes como "Matar a un Muerto" disputam os espaços de construção das memórias no contexto "neostronista", marcado por uma violência perene, com a permanência na cena política de pessoas vinculadas intrinsecamente ao stronismo, provando que o passado autoritário está inevitavelmente presente. Isto é, o filme nos obriga a desenterrar e encarar a memória do passado recente.

Estas questões foram pontos chave para Giménez desenvolver "Matar a um Muerto", uma vez que para este realizador as produções audiovisuais são importantes porque tratam desse passado não superado, colocando-o em pauta, promovendo este exercício de memória tão incômodo para tantos, haja visto que o Paraguai ainda não viveu um processo de investigação e julgamento dos crimes cometidos durante a ditadura. Para ele, embora com o governo Lugo tenha se iniciado um processo de escuta das vítimas do terrorismo de Estado, este foi interrompido a partir do golpe de 2012. Daí a grande necessidade de trabalhos de resgate da memória, que, nas palavras do diretor, se tornam "perigoso para um sistema que deseja que o *status quo* sempre se mantenha" (CINELATINO, 2021).

REFERÊNCIAS

ABREU, Nuno; SUPPIA, Alfredo; FREIRE, Marcius (org.). *Golpe de vista*: cinema e ditadura militar na América do Sul. São Paulo: Alameda, 2018.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BARROS, José. Cinema e história – as funções do cinema como agente, fonte e representação da história. *Ler História*, 52, 2007. Disponível em: http://journals.openedition.org/lerhistoria/2547. Acesso em: 23/04/2020.

BOCCIA, Alfredo; GONZÁLEZ, Myrian; PALAU, Rosa. *Es mi informe*: los archivos secretos de la policía de Stroessner. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 2006.

BOCCIA, Alfredo; RIVAROLA, Milda. *Historia general del Paraguay*: Tomo III: el Paraguay liberal y el Paraguay contemporáneo. Asunción: Fausto Ediciones, 2013.

BOCCIA, Alfredo. *La década inconclusa*: historia real de La OPM. Asunción: El Lector, 1997.

BOURSCHEID, Ivan. La ideología colorada: el papel de los intelectuales para la permanencia del liderazgo del bloque hegemónico paraguayo. *Revista mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, vol. LXIII, núm. 232, pp. 181-218, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-19182018000100181. Acesso em: 23/08/2021.

BRANCO, Cristina. Tejiendo memoria a través del cine, una entrevista a Paz Encina. *Imagofagia*, n. 11, 2016. Disponível em: http://www.asaeca.org/imagofagia/index.php/imagofagia/article/view/731. Acesso em: 02/08/2021.

BRODERSEN, Diego. Juego de encierros al aire libre. *Página 12*, 2019. Disponível em: https://www.pagina12.com.ar/216579-juego-de-encierros-al-aire-libre. Acesso em: 08/08/2021.

CÉSPEDES, Roberto; PAREDES, Roberto. La Resistencia armada al stronismo: panorama general. *Revista Novapolis*, Edição No.08, 2004. Disponível em: http://novapolis.pyglobal.com/pdf/novapolis8.pdf. Acesso em: 23/08/2021.

CINELATINO. Matar a un Muerto - Debate com o diretor Hugo Giménez e convidades. *Cineclube Cinelatino*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RkzX0HnpLFA. Acesso em: 28/07/2021.

COLMAN, Sergio. "Matar a un muerto": el terror fuera de campo. *El Nacional*, 2020. Disponível em: https://www.elnacional.com.py/cultura/2020/11/01/matar-a-un-muerto-el-terror-fuera-de-campo/. Acesso em: 31/07/2021.

COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA (CVJ). *Informe Final*. Anivehaguãoiko. Algunos casos paradigmáticos. Tomo VII, Asunción: 2008.

CUENCA, Manuel. Historia del Audiovisual en el Paraguay. Reunión Especializada de Autoridades Cinematográficas y Audiovisuales del Mercosur (RECAM), 2009. Disponível em: https://www.recam.org/_files/documents/historia_de_cine_paraguayo.doc.pdf. Acceso em: 07/09/2021.

DEMELENNE, Julien. Una interpretación de la historia política contemporánea del Paraguay a partir de la lectura de los golpes de Estado (1947-2012). In: SILVA, Paulo Renato; SOLER, Lorena (Org.). *Stronismo:* nuevas lupas. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

ERLL, Astrid. *Memoria colectiva y culturas del recuerdo*: estudio introductorio. Bogotá:

Editora Universidad de Los Andes, 2012.

FEVERIN, Victor. Matar a un muerto. Carrascos prisioneiros. *Vertentes do Cinema*, 2020. Disponível em: https://vertentesdocinema.com/matar-a-un-muerto/. Acesso em: 25/08/2021.

GAMARRA, Hugo. Historia del cine paraguayo. In: *Diccionario del Cine Iberoamericano*. España, Portugal y América; SGAE: Tomo Tomo 6 (553-560), 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HUYSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IGNOTO, Marcelo. La cultura del miedo. Algunas reflexiones acerca del terror de Estado en la memoria colectiva. X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario, 2005.

JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado*: cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2018.

KING, John. *El carrete magico*: Una historia del cine latinoamericano. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1994.

KORYBKO, Andrew. *Guerras Híbridas*: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LA NACIÓN. La película paraguaya "Matar a un muerto" llega a las salas de nuestro país. *La Nación*, 2020. Disponìvel em: https://www.lanacion.com.py/espectaculo/2020/03/02/la-pelicula-paraguaya-matar-a-un-muerto-llega-a-las-salas-de-nuestro-pais/. Acesso em: 24/08/2021.

LAPSKY, Igor. Arte x Política: um debate sobre o cinema sul-americano e conservadorismo no tempo presente (2017-2019). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, *20*(28), 313-337, 2020. Disponível em: https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/3849. Acesso em: 04/06/2021.

MATAR A UN MUERTO. Direção e Roteiro: Hugo Giménez. Fotografia: Hugo Colace. Edição: Andrea Gandolfo. Distribuição: Cinetren Duração: 1h27. País: Paraguai, França, Argentina. Ano: 2019. Elenco: Ever Enciso, Aníbal Ortiz, Silvio Rodas e Jorge Román.

MEDEIROS, Rosângela. Memórias da ditadura nos Cinemas Latino-Americanos Contemporâneos. *Guavira Letras,* Três Lagoas/MS, n. 20, jan./jun. 2015. Disponível em: http://websensors.net.br/seer/index.php/guavira/article/view/386. Acesso em: 04/06/2020.

NICKSON, Andrew. El régimen de Stroessner (1954-1989). In: TELESCA, Ignacio (Org.). *Historia del Paraguay*. Assunção: Taurus, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.7-28, dez.1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101. Acesso em: 23/06/2020.

RAPOSO, Paulo. "Artivismo": articulando dissidências, criando insurgências. *Cadernos de Arte e Antropologia*, Vol. 4, No 2, 2015. Disponível em: https://journals.openedition.org/cadernosaa/909. Acesso em: 28/06/2020.

REIS, Livia. Testemunho como Construção da Memória. *Cadernos de Letras da UFF*, nº 33, p. 77-86, 2007. Disponível em https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/

view/5177. Acesso em: 07/01/2021.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007.

RIQUELME, Marcial. *Stronismo, Golpe Militar y Apertura Tutelada*. Asunción: CDE, 1992.

RUSSO, Eduardo. Paz Encina: el gesto de recordar. *Arkadin*, n° 6, agosto, 2017. Disponível em: http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/63042. Acesso em: 27/07/2021.

SABATÉ, Gabriela. Gabriela Sabaté, productora de 'Matar un muerto". *Latam Cinema*, 2021. Disponível em: https://www.latamcinema.com/entrevistas/gabriela-sabate-productora-de-matar-un-muerto/. Acesso em: 21/08/2021.

SÁNCHEZ, Maria; RONIGER, Luis. El destierro paraguayo: aspectos transnacionales y generacionales. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas*, Vol 52, n° 208, 2010. Disponível em: http://www.revistas.unam.mx/index.php/rmcpys/article/view/25938. Acesso em: 19/08/2021.

SANTOS, Frederico. O que se entende por retórica da Guerra Cultural. *Domínios de Lingu@gem*. Uberlândia, v. 15, n. 1, p. 180 – 227, jan. – mar. 2021.

SILVA, Denise. *Vizinhos Distantes*: circulação cinematográfica no Mercosul. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

SOLER, Lorena. *Paraguay, la larga invención del golpe*. El Stronismo y el orden político paraguayo. Montevideo: CEFIR, 2014.

SORLIN, Pierre. *Sociología del cine:* apertura para la historia de mañana. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

SOUZA, Maria Luiza. Cinema e memória da ditadura. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 1, jan./jun. de 2008. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/4472. Acesso em: 24/03/2020.

TÉLAM. "Matar a un muerto" llega desde Paraguay e inicia un ciclo en el Malba. *Télam*, 2019. Disponível em: https://www.telam.com.ar/notas/201909/390600-matar-a-un-muerto-cine-paraguay-malba.html. Acesso em: 04/08/2121.

TORRES, Alfredo. *Héroes Menores*–neorrealismo cotidiano y cine latinoamericano contemporâneo de entre siglos. Quito: Universidad de Cuenca, 2011.

VELLEGGIA, Susana. *La máquina de la mirada.* Los movimientos cinematográficos de ruptura y el cine político latinoamericano. Buenos Aires: Altamira, 2009.

YEGROS, Ricardo. Guerra internacional y enfrentamientos políticos (1920-1954). In: TELESCA, Ignacio (coord). *História del Paraguay*. Asunción, Editora Taurus – Santillana, 2010.

YORE, Fatima. *La dominación Stronista*: orígenes y consolidación, seguridad nacional y represión. Asunción: Editora Base, 1992.

ZARACHO, María. Cultura y Stronismo: memorias de la dictadura en una década del audiovisual paraguayo (2006-2016). In: SILVA, Paulo Renato; SOLER, Lorena (Org.). *Stronismo: nuevas lupas*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

Recebido em 14/09/2021

Aprovado em 07/10/2021

LA RECIENTE MIGRACIÓN INDÍGENA A LA REGIÓN METROPOLITANA DE ASUNCIÓN

THE RECENT INDIGENOUS MIGRATION TO THE ASUNCIÓN METROPOLITAN REGION

BOGADO, Marcelo[1]
https://orcid.org/0000-0002-8240-9939

RESUMEN: En el presente artículo presentamos los datos más relevantes con respecto a la reciente migración indígena a la Región Metropolitana de Asunción. Presentamos las principales características de las políticas que se han tenido con los pueblos indígenas habitantes de la región metropolitana de Asunción. Se analizan las principales teorías que han explicado la migración indígena a las ciudades de la REMA y presentamos nuestra interpretación del fenómeno, la cual afirma que como requisito para la migración indígena a las ciudades debe darse como condición previa que en el proceso histórico de ese pueblo se conciba como atractiva e interesante la migración a un contexto urbano. Con respecto a la presencia indígena en este territorio presentamos lo que llamamos "tensión identitaria" y "voluntad de adaptación".

PALABRAS CLAVE: Indígenas urbanos; migración; Región Metropolitana de Asunción.

ABSTRACT: In this paper we present the most relevant data regarding the recent indigenous migration to the Metropolitan Region of Asunción. We present the main characteristics of the policies that have been practiced with the indigenous peoples living in the Metropolitan Region of Asunción. The main theories that have explained indigenous migration to the cities of the REMA are analyzed and we present our interpretation of the phenomenon, which affirm that for indigenous peoples the migration to the cities needs as a condition that in the historical process of that people conceive migration to an urban context as attractive and interesting. With regard to the indigenous presence in this territory, we present what we call "identity tension" and "willingness to adapt."

KEYWORDS: Urban indigenous peoples; migration; Asuncion Metropolitan Region.

1 Antropólogo. Investigador categorizado en el nivel 1 del Pronii de CONACYT. Lo aquí presentado corresponde a los resultados de la investigación financiada por el CONACYT PINV15-743 "Ser Indígena en la Ciudad: Indígenas Migrantes y Políticas Públicas Urbanas en la Región Metropolitana de Asunción". E-mail: marelogrande@gmail.com.

INTRODUCCIÓN

El presente artículo presenta el contexto histórico y los motivos de la reciente migración indígena a la Región Metropolitana de Asunción (REMA). Se presentan sucintamente los hitos fundamentales de la historia de los pueblos analizados en su interacción con los no indígenas que guardan relación con la manera en la que se relacionaron y se relacionan con la sociedad envolvente y que dieron lugar a la migración a esta región.

La información presentada la dividimos en tres apartados. En el primero, *Una política de negación*, se presenta un balance de las principales características de las políticas que se han tenido con los pueblos indígenas habitantes de la REMA. En el segundo apartado, *Contexto histórico y motivos de la migración*, presentamos las principales teorías que han explicado la migración indígena a las ciudades de la REMA. Buscando contribuir teóricamente con el tema, hemos propuesto una teoría alternativa a las existentes que explica la migración de los indígenas a la REMA. El tercer y último apartado que presentamos, *La cultura en el contexto urbano*, presenta los principales puntos que hemos podido captar con respecto a la experiencia de ser indígena en la ciudad en los seis pueblos indígenas de los que trata el presente artículo.

Lo que aquí presentamos es el resultado de un trabajo de campo realizado por el autor entre los meses de junio a agosto del 2019 en comunidades ubicadas en la REMA pertenecientes a seis pueblos indígenas: Maká, Qom, Ybytoso, Mbya guaraní, Ava guaraní y Nivaĉle.

La información aquí presentada se obtuvo a partir de la observación participante, entrevistas a informantes clave, comunicaciones informales y reuniones comunitarias. La información proveída por estas fuentes se complementó con la lectura de bibliografía sobre el tema.

UNA POLÍTICA DE NEGACIÓN

Podemos tomar el caso de los Maká como ejemplo paradigmático de la falta de políticas específicas para los indígenas urbanos residentes en la REMA. A pesar de que el pueblo maká es el primer pueblo indígena que se asentó en el siglo XX en las inmediaciones de Asunción – desde inicios de los años 1940s – hasta el presente no han existido políticas públicas coherentes por parte del estado paraguayo que respondan al hecho de que el maká es un pueblo que vive en un entorno urbano.

La estrategia “adaptativa” usada por los Maká en contexto urbano, a partir de la estrategia económica de dedicarse a la confección y comercialización de artesanías, se

ha dado a partir de la iniciativa del Gral Belaieff, quien a título personal asumió el rol y compromiso de ser el protector de los Maká.

Otras iniciativas que se han tenido con ellos, como el intento de realizar plantaciones en la hoy despoblada Colonia Fray Bartolomé de las Casas o la cría de ñandúes en la comunidad Qemkuket, se hicieron a partir de iniciativas de la Asociación Indigenista del Paraguay y no del estado paraguayo. No han habido entre los Maká acciones semejantes a estas por parte del estado paraguayo, a pesar de estar asentados en las inmediaciones de Asunción desde hace casi ochenta años.

Con respecto a la presencia de la oleada de indígenas que se han instalado en la REMA en los últimos veinte años, el estado paraguayo se ha negado hasta hace muy poco a reconocer la legitimidad de su presencia en espacios urbanos, sobretodo por el hecho de que una parte de esta población se encontraba en situación de calle. La respuesta que se ha dado desde lo público a esta presencia ha sido la política de "devolverles a sus comunidades".

Esta política se basa en el vacío legal en el que se encuentran los indígenas urbanos, por no estar contemplada su situación en la ley 904/81, *Estatuto de las comunidades indígenas*, en donde sólo se menciona el caso de las comunidades rurales como el espacio en el que deben habitar los indígenas. Debido a esta "laguna legal", el entonces presidente del INDI, Jorge Servín, sostenía en una declaración que el estado paraguayo se encuentra imposibilitado de comprar tierras a indígenas residentes en las ciudades.

> La lógica indica que deben ser reubicados de las calles; sin embargo, el Indi no puede, por ley, comprar terrenos menores a 20 hectáreas para instalar a las comunidades. Ese tamaño es demasiado grande para ellos, ya que no se dedican al rubro de la agricultura y se trata de grupos urbanos que viven desde hace décadas en las ciudades, explicó en contacto con la 730 AM (ABC Color, 19 de febrero de 2014).

Aparte del vacío legal que impide – teóricamente – que se compren tierras a indígenas residentes en las ciudades, desde el estado se ha considerado que el lugar de los indígenas no es la ciudad sino el campo, y por ello, corresponde, a aquellos que se instalaron en las ciudades, devolverlos al lugar a donde pertenecen.

En otra declaración del mismo mismo Servín, al momento de asumir como presidente del INDI, este manifestó con respecto a los indígenas urbanos la necesidad de "reinsertarlos en sus comunidades":

> También mostró su preocupación por los indígenas urbanos, que actualmente son unos 3.000. Al respecto, dijo que se debe hablar con ellos y ver la forma de reinsertarlos en sus

> comunidades, porque muchos abandonaron sus orígenes por falta de acompañamiento" (ABC Color, 19 de Agosto de 2013).

La política de devolverles a sus comunidades se puso en práctica con los indígenas en situación de calle de la REMA desde que esta población se hizo más visible desde el año 2000. En incontables oportunidades alguna dependencia del estado paraguayo proveyó de camiones para llevarlos a sus "comunidades de origen". Estos aceptaban (con algunos bienes de por medio) la propuesta, para volver, tiempo después, a ubicarse en los mismos sitios desde donde se los había trasladado al campo. Un artículo periodístico del 2012 describe esta situación:

> Unos 20 indígenas mbya guaraní, provenientes del Dpto. de Canindeyú, volvieron a instalarse hace unos quince días en las inmediaciones de la Confederación Sudamericana de Fútbol y el lujoso Hotel Bourbon, conocida como kilómetro 12. Señalaron que retornaron al lugar porque en sus comunidades no son asistidos (…) El 10 agosto de este año, unos 150 nativos mbya guaraní fueron trasladados con ayuda de la Fundación Callescuela, el Instituto Paraguayo del Indígena (Indi) y la Municipalidad de Luque. Prácticamente dos meses después de ser trasladados volvieron para vivir de la mendicidad (ABC, 16 de noviembre de 2012).

Esta práctica parece haberse convertido en "política de estado" ya que fue práctica corriente de varios gobiernos. El Presidente del INDI, Aldo Zaldívar, durante la administración de Cartes (2013-2018), reubicaba a indígenas urbanos "en sus respectivas comunidades". "Zaldívar contó además que la institución a su cargo está trabajando con unos 500 ciudadanos indígenas que han sido retirados de las calles (...) Indicó que en estos lugares gran cantidad de indígenas han vuelto a sus respectivas comunidades" (Última hora, 16 de junio de 2016).

En el año 2018 aún se practicaba la política de devolverles a sus comunidades:

> Entre mayo y junio del 2018, un equipo interinstitucional liderado por el Indi (...) acompañados por líderes mbya, se realizaron varios recorridos por la zona. Se intervinieron viviendas y baldíos abandonados, así como los predios que daban alquiler a los indígenas.
> Después de varias visitas y diálogo, se logró el acuerdo y aceptación de los indígenas para trasladarse nuevamente a sus comunidades de origen. La acción se realizó en una operación coordinada y ejecutada por el equipo interinstitucional, donde también se distribuyó donaciones de alimentos, mantas y colchones para apoyar el retorno (CALLESCUELA, 2019, p. 30).

Además de la política de devolución a las "comunidades de origen" la otra manera como desde el estado paraguayo se ha negado la legitimidad de la presencia indígena en la REMA ha sido por medio de la negación de otorgarles tierras, personería jurídica y

reconocimiento de líderes a las comunidades indígenas urbanas, por considerarse que la ciudad no es un espacio legítimo en el cual deban vivir los indígenas.

A modo de ejemplo de esta política podemos tomar a Margarita Mbywangi – indígena ella misma –, quien fuera presidenta del INDI en el 2008, la cual no consideraba correcto reconocer la legitimidad de la presencia de las comunidades indígenas urbanas:

> En su momento nos reunimos dos veces con Margarita Mbywangi y ella nos dijo que fue un error histórico haber reconocido como comunidad a Cerro Poty. Pasa que para la mayoría de las autoridades, en ese momento, también para muchas personas provenientes de organizaciones de comunidades de origen, y Margarita viene de su comunidad de origen, el indígena tiene que estar en el campo. Esa es la lógica que se tiene (…) A la falta de líneas claras se suma la idea que se manejaba como Institución de que los indígenas no tenían que estar en la ciudad (SUNU, 2011b, p. 12).

Durante años en el INDI se negaron a reconocer la legitimidad de la presencia de las comunidades indígenas en las ciudades. Se negaban sistemáticamente a reconocer a los líderes de las comunidades urbanas que solicitaban su reconocimiento. Asimismo no quisieron, durante varios años, acepar las reivindicaciones de las comunidades urbanas de poseer tierras tituladas a nombre de las mismas en el ámbito urbano.

Los miembros de las comunidades urbanas reivindicaron por casi veinte años su derecho a vivir en la ciudad y sistemáticamente esto no fue aceptado por parte del estado. Por años realizaron varias acciones, desde manifestaciones hasta marchas.

Al presente, esta política está cambiando. Desde hace unos años el INDI está reconociendo a líderes de la REMA y desde el 2019 se ha proveído de título de propiedad a tres comunidades indígenas ubicadas en la Región Metropolitana de Asunción, ubicadas en Luque, Villeta e Ita.

El precedente de la titulación de la comunidad Tarumandymi es visto como un precedente de que es posible titular otras tierras. “A la única comunidad a la que se le entregó título fue a Tarumandymi. Este es un gran logro para los pueblos indígenas urbanos porque significa que es posible que se reconozcan a otras comunidades” (Fausto Cabral, Yvapovondy, 24.06.2019).

CONTEXTO HISTÓRICO Y MOTIVOS DE LA MIGRACIÓN

Desde que el fenómeno de la migración indígena a la REMA comenzó a hacerse visible a mediados de la década del 2000, la misma ha sido comprendida, sobretodo por la prensa, como un fenómeno que respondía a una sola causa. Se resume en explicarla como producto de la expulsión de los indígenas de sus tierras por parte de los productores de soja.

Cabe señalar que los indígenas migrantes a los que se refiere la prensa a este respecto forman parte fundamental y exclusivamente de los pueblos Mbya y Ava guaraní, que a partir de esos años comenzaron a hacerse frecuentes en el paisaje urbano de varias ciudades de la Región Oriental del país, sobretodo la población viviendo en situación de calle, en condiciones de vida bastante precarias.

Los medios de prensa escrita nacionales se han ocupado de difundir su explicación sobre los motivos de esta migración en artículos en los que trataban el tema. Los periodistas presentaban a los indígenas que migraban a las ciudades como víctimas del modelo económico existente en el campo que tiene como consecuencia el desplazarlos a las ciudades.

Los responsables directos de esta situación serían – según este esquema – los productores de soja, que son quienes obligan a los indígenas a desplazarse a las ciudades, condenados a vivir – en este nuevo contexto – en la pobreza.

Este esquema básico, cuyas principales características presentamos, aparece, con variaciones, en artículos de prensa que tratan sobre la migración de indígenas a las ciudades, según pudimos corroborar en nueve artículos publicados entre los años 2007 al 2015. De estos nueve artículos, siete reproducen el esquema de la monocausalidad de la migración indígena a las ciudades como producto de la expulsión del campo por el impacto negativo del modelo agroexportador. Tan sólo dos artículos presentan un esquema distinto.

El modelo monocausal de la explicación de la migración indígena a las ciudades como resultado de la expulsión del campo tiene como principal fuente el discurso dado por los propios indígenas, que aludían este motivo – el haber sido expulsados del campo – como fundamento de su presencia en las ciudades. Quizás, parte de los indígenas consultados asumieron este discurso como una forma de legitimar su residencia urbana, ya que, si fueron expulsados del campo no tendrían otra opción más que estar en la ciudad.

> Cuando se les pregunta por qué vinieron a Asunción y ciudades aledañas, no dudan en decir que fueron desplazados por las transnacionales que envenenan sus aguas, matan la tierra con los “agrotóxicos”, contaminan el aire con las fumigaciones o simplemente salieron porque algún avivado cacique alquiló las tierras a los brasileños para cultivar soja (ABC, 13 de octubre de 2011).

La explicación de la migración indígena a las ciudades a través del modelo monocausal, presentándolos como los desplazados del modelo agroexportador ha sido usada no solo por la prensa escrita. El sociólogo Imaz (2013), así como los antropólogos Melià (2016) y Servín (2016) han usado el mismo esquema explicativo para comprender el

fenómeno de la migración de los indígenas a las ciudades.

Sin negar que los conflictos relacionados con el alquiler de tierras indígenas puedan ser en algunos casos la causa de la migración indígena a las ciudades, hay que tener en cuenta que esta no es la única. Indígenas que provienen de comunidades en donde no se practica el alquiler de tierras del mismo modo migran a las ciudades, en estos casos, por otros motivos.

Asimismo, aquellos indígenas que pudiesen experimentar conflictos relacionados con el alquiler de las tierras de sus comunidades podrían igualmente optar por instalarse en otras comunidades indígenas rurales pertenecientes a su mismo pueblo y no necesariamente migrar a las ciudades.

El modelo monocausal de la migración indígena a las ciudades (pero con otra causa) se asumió desde dependencias del estado encargadas de aplicar políticas públicas con pueblos indígenas, fundamentalmente de aquellas que en algún momento trataron la migración indígena a las ciudades y buscaron medidas para “solucionar el problema”, que, desde la perspectiva desde donde observaban, lo hicieron buscando corregir las condiciones que expulsaban a los indígenas del campo. Corregidos los problemas, los indígenas volverían a sus comunidades de origen y ya no necesitarían migrar a las ciudades.

Desde estas dependencias públicas se ha visto la migración de indígenas a las ciudades como el producto de la falta de políticas públicas en las comunidades de origen de los indígenas que migran a las ciudades. Así, en el año 2011, desde el Gabinete Social de la Presidencia de la República se pretendió apoyar a las comunidades de origen de los migrantes para que, a partir de esto, los mismos puedan tener condiciones para volver a sus comunidades. Con esta perspectiva se realizó un relevamiento de cuales eran las comunidades de origen de los migrantes, para que, a partir de esto, poder identificar cuales son las comunidades “que tienen problemas” en el campo, que expulsan a su población por falta de oportunidades; problema que debe ser resuelto en el campo, para que los indígenas no migren a la ciudad (SUNU, 2011a, p. 6).

Esta teoría explicativa de la migración indígena, que la podríamos denominar como “los expulsados por las malas condiciones existentes en sus comunidades de origen”, partía de la premisa de base de que los indígenas no deberían de migrar a las ciudades, que su presencia no era deseable en las mismas y que por tanto, de haber grupos de indígenas que se hayan instalado en el contexto urbano lo ideal sería el ver la forma de revertir esta situación. En este sentido, esta teoría explicativa estuvo asociada a la política de “devolverles a sus comunidades”.

Dentro de esta visión, desde varias dependencias del estado "llevaron de vuelta a sus comunidades" a indígenas que se encontraban sobre todo en situación de calle (fundamentalmente Mbya guaraní), y buscaron a la par "mejorar las condiciones de vida de las comunidades de origen".

En sus dos versiones – expulsados por el modelo agroexportador y expulsados por la falta de políticas públicas en las comunidades de origen – el modelo monocausal de la migración indígena a las ciudades es reduccionista. Limita la migración indígena a una sola causa, siendo que la migración es un fenómeno complejo. Y sobretodo se centra únicamente en el elemento "push" del esquema "pull-push", usado por los estudios migratorios. Se ha visto a la migración indígena a las ciudades como únicamente producida por ciertas condiciones que expulsan a los indígenas del campo y no se ha tomado en cuenta los factores y las condiciones que atraen a las ciudades. Si bien en algunos casos puede que el modelo económico expulse a indígenas del campo, no es la única explicación del porqué vienen a las ciudades.

Nuestro planteamiento con respecto a los motivos o causas de la migración indígena a la REMA es que la misma responde a procesos históricos que le dan sentido y que, sobretodo, posibilitan la migración. En este sentido, partimos de la base de que cada uno de seis los pueblos indígenas analizados en este artículo que ha migrado a esta región ha experimentado un proceso histórico diferente y particular a partir de un tipo de relacionamiento previo con miembros de la sociedad envolvente. Son estos procesos los que en primer término posibilitan la migración, al tiempo que explican la naturaleza de la situación en la cual dicha migración tuvo lugar para cada pueblo.

Al analizar los diferentes procesos históricos de interacción de los pueblos indígenas que migraron a la REMA, es importante resaltar que a pesar de que los miembros de cada pueblo vivieron procesos históricos particulares y distintos a los demás, todos tuvieron como común denominador que, sin excepción, estos procesos han constituido – cada uno a su manera – condiciones de posibilidad de la migración al contexto urbano.

Denominamos "condiciones de posibilidad de la migración" al hecho de que en un momento determinado de la experiencia vital de un grupo humano los mismos encuentran condiciones que hacen propicia y a la vez que atractiva la posibilidad de la migración. Son las condiciones objetivas y subjetivas – desde la perspectiva de los miembros de un grupo humano – que son vividas por los miembros de un grupo las que hacen posible la migración.

Si bien la migración indígena a la REMA se ha dado en diferentes momentos (y se continúa dando) y se ha dado a partir de diferentes pueblos, existe un elemento común en

todas las experiencias de migración, que es la de existir un momento de inflexión en el que los individuos pertenecientes a ciertos grupos indígenas han encontrado como la mejor opción la de migrar al espacio urbano o en las inmediaciones de un espacio urbano.

Desde el primer asentamiento que se ha dado en esta región por parte de los Maká se dio la migración indígena como una opción que parecía ser la mejor opción para quienes optaron por migrar. En el caso de los Maká, quienes luego de las experiencias exitosas de sus representaciones teatrales de "Fantasía India" de 1938 en el Teatro Nacional de Asunción y de la "Aldea India" que representaron en Buenos Aires en 1939, ante el contexto de perdida de tierras que experimentaban para ese entonces – a instancias del Gral Belaieff – les pareció a estos que lo mejor sería estar cerca de la capital (BERNÁ & HERRERO, 2004, p 68).

Para los Maká, quienes fueron los primeros en instalarse en la REMA a comienzos de los años 1940s, la condición de posibilidad de su migración fue la perspectiva de quedarse sin medios de vida en el Chaco. En el momento en el que los Maká decidieron migrar a las cercanías de Asunción los mismos tenían como opción quedarse a vivir en su territorio tradicional hasta que el avance de la sociedad envolvente les venga encima o bien tenían como opción adelantarse a eso que se venía venir y buscar los medios de ganarse la vida en las inmediaciones de Asunción. Los Maká optaron, como pueblo, por la segunda opción. En este caso particular la totalidad del pueblo se instaló en las inmediaciones de Asunción. No fue una decisión individual sino la decisión de todo un pueblo.

Con respecto a los qom que se establecieron en Cerrito y que el Cacique Larrosa Marín pensó que sería bueno agruparlos en un solo lugar, si los tres grupos no se establecían a comienzos de la década de 1970 en un sólo asentamiento – como lo hicieron en Cerrito – una posibilidad sería que cada uno de los tres grupos se establezca en lugares distintos, pero en un contexto de vida sedentario y con una extensión de tierra menor a la que disponían hasta ese momento.

Para los Qom, al igual que para los Maká, establecerse en un espacio fijo, que esté sobretodo asegurado, representaba la garantía de instalarse en un espacio del cual, eventualmente, no serían desalojados. En este sentido, la presencia de los franciscanos en Cerrito y que estos prometan a los Qom que les proporcionarían tierras para vivir es fundamental para comprender porqué los miembros de los tres grupos establecidos en Cerrito aceptaron venir a instalarse en este lugar.

En el caso de los Ybytoso, la condición de posibilidad de migrar de los mismos a la REMA se encuentra en el hecho de que ya vivieron desde hacía un siglo un proceso de

acercamiento a la sociedad envolvente, basado en un fuerte componente de mestizaje con los paraguayos y que existía (y existe) entre ellos una percepción de que necesitan tener acceso a ciertas condiciones de vida: acceso a mejores servicios de salud, etc., que son posibles en la REMA y no así en el departamento de Alto Paraguay. Este hecho, permitió a los individuos ybytoso pensar en la posibilidad de instalarse en las cercanías de Asunción, tal como lo hicieron.

Es revelador el dato de que un 20 % aproximadamente de los Ybytoso del Paraguay se encuentran actualmente en la REMA. Lo cual indica que una buena parte de los Ybytoso han pensado en la posibilidad de migrar (a partir de ciertas condiciones) y efectivamente lo han hecho.

Los Ava guaraní experimentaron a partir de la década de 1950 la expansión de la frontera agrícola, teniendo a partir de aquí un mayor contacto con los paraguayos. Para los años 1970s se hizo mayor la dependencia de las changas entre ellos. A partir de esto, sumado a la perdida de su territorio, los Ava se vieron arrinconados en pequeñas extensiones de tierra, en donde se les dificultó reproducirse socialmente. Este contexto de falta de perspectivas en las comunidades rurales es la que creó las condiciones de posibilidad de la migración ava guaraní a las ciudades.

No todos los Ava guaraní que encontraron la condición de posibilidad de instalarse en un centro urbano lo han hecho. La mayoría de la población ava continúa viviendo en comunidades rurales. Sin embargo, en los últimos años se han ido instalando varios asentamientos ava guaraní en el Departamento Central, en la REMA.

Los Mbya guaraní, por su parte, experimentaron un proceso similar a los Ava guaraní e idéntico a estos hasta fines del siglo XIX. A inicios del siglo XX la instalación de la Misión del Verbo Divino permitió a los Mbya establecer relaciones no violenta con los blancos, buscando mayor acercamiento a estos con miras a obtener bienes de la sociedad envolvente, que para la misma época comenzó a avanzar sobre sus tierras.

Para los años 1950s se volvió mayor la presión del frente colonizador sobre los Mbya, perdiendo estos gran parte de sus tierras. Hacia los años 2000 se da una mayor presión territorial sobre las comunidades mbya, lo que creó en este tiempo para los Mbya las condiciones de posibilidad de la migración a las ciudades.

Los Nivaĉle, a su vez, desde finales del siglo XIX se desplazaron periódicamente a los ingenios azucareros del norte de la Argentina para trabajar, buscando el acceso a bienes deseados por ellos que se encontraban disponibles en este espacio. A partir de este momento, los Nivaĉle orientan su economía hacia el trabajo asalariado.

Al terminar la guerra del Chaco, viendo disminuidos su territorio y su acceso a recursos, a partir de la década de 1940 grupos de Nivaĉle se instalan en las colonias menonitas del Chaco Central en busca de trabajo. A partir de la introducción del trabajo asalariado como estrategia económica y de la consecuente dependencia del dinero por parte de los Nivaĉle esta situación creó entre los ellos la condición de posibilidad de la migración. Ya habiendo migrado a otros lugares en el pasado, pueden buscar desplazarse a nuevos sitios en donde existan mejores perspectivas de obtener ingresos económicos. En el caso de los que se instalaron en la REMA, lo hicieron en las dos comunidades maká que existen en esta región.

Más allá del hecho de que para migrar se necesiten condiciones de posibilidad de la migración, que son históricas y sociales – no individuales – la decisión de migrar recae en el individuo. Cada individuo que decide migrar decide de manera individual si migra a otro lugar o si permanece en el lugar en el que se encuentra. Y la decisión la toma en base a los criterios con los cuales pueda juzgar más conveniente la migración que la permanencia en su lugar de residencia.

Es esto lo constituye el "contexto particular de la decisión de migrar". A modo de ejemplo, una persona perteneciente al pueblo ybytoso puede migrar para estudiar una carrera universitaria en Asunción por considerar que esta decisión le redundará beneficios personales, al tener mayores oportunidades laborales y que además se sentirá, a partir de esto, con más posibilidades de realizar profesionalmente acciones en miras a lograr cumplir su proyecto personal de vida.

A este respecto, sin entrar en muchos detalles ni dar ejemplos complementarios, nos limitamos a afirmar aquí que a pesar de que la decisión de la migración en este sentido aquí expuesto recaiga sobre el individuo la misma presupone previamente la existencia de condiciones de posibilidad de la migración, condiciones que son colectivas y no individuales.

LA CULTURA EN EL CONTEXTO URBANO

Lo expuesto en este apartado no pretende ser un recuento exhaustivo de cuales son las manifestaciones culturales de los pueblos indígenas que habitan en la REMA. Lo que aquí tratamos son situaciones y tendencias que pudimos percibir mientras realizábamos nuestro trabajo de campo en sus comunidades, así como el resultado de reflexiones que surgieron a partir de la lectura de literatura sobre estos pueblos.

Existen dos situaciones contrapuestas que suelen darse entre los indígenas que viven en el Paraguay en el contexto urbano. Por un lado, existe la desconfianza o el

descreimiento por parte de la población local no indígena de que se puede ser indígena y al mismo tiempo vivir en la ciudad. Por otro lado, desde la propia experiencia de los indígenas que habitan en las ciudades, existe la reivindicación de ser indígenas y de mantener sus propias culturas en el contexto urbano (BOGADO, 2014).

Con respecto a la primera situación, son frecuentes las observaciones por parte de los indígenas que viven en Asunción y en sus municipios cercanos con respecto al hecho de que los no indígenas suelen considerarlos como indígenas no auténticos o que "ya perdieron su cultura" por vivir en la ciudad (BOGADO, 2014).

Esta afirmación la encontramos conversando con varias personas mientras realizábamos el trabajo de campo.

> Ya escuché a los que dicen así. Algunos que critican a sus hermanos indígenas. A veces los indígenas mismos critican. Pero no es así. Porque en su cabeza no entra eso. Yo esto es lo que digo. Porque nuestra forma de ser es diferente. No les entra eso. Eso lo que te digo. No está prohibido que estemos bien. Tenemos que tener nomás luego celular. Si tenemos dinero vamos a comprar celular, equipo de sonido. O sea que auto y todo vamos a tener. Pero como indígenas no podemos así nomás tener. No es por eso que vamos a cambiar nuestro modo de ser (Fausto Cabral, Yvapovondy, 24.06.2019).

La autoafirmación identitaria de los indígenas residentes en el contexto urbano puede tener sus límites en algunos casos. Hay indígenas que buscan mimetizarse con los paraguayos, hacerse pasar como no indígenas: "Hay gente que no quiere hablar en su idioma luego, cuando está en la ciudad" (Vidal Báez, API, 21.07.2019).

En general, en los distintos pueblos que se encuentran asentados en la REMA se puede percibir que existe por un lado esta afirmación identitaria, como la que realiza Fausto Cabral, pero por otro lado existe la consciencia de que en el contexto actual es no solo necesario sino imprescindible el adaptarse al mundo moderno.

En este sentido, Vidal Baez, estudiante de veterinaria, perteneciente al pueblo ybytoso, afirma que estudiar una carrera universitaria es una forma de adaptación que el cuenta para hacer frente a los cambios que tuvo que experimentar su pueblo.

> Porqué yo estoy en la universidad? No es por mi cultura. Es porque la situación cambió. Si yo no me adecuo a los nuevos cambios climáticos y a la ciencia, yo voy a morir. Hay que hacer una adaptación. Un cambio se tiene que hacer. Porque si vos te aferrás al pasado, vos te vas a morir en tu pasado. Te morís y te caes ahí como los dinosaurios. Vas a ser un resto fósil (Vidal Baez, API, 21.07.2019).

Hemos mencionado que por un lado es frecuente encontrar en los indígenas que habitan la REMA una afirmación identitaria, en donde reivindican el derecho a mantener

sus particularidades culturales y que por otro existe igualmente una consciencia de que los indígenas deben de adaptarse a los cambios. Estas dos tendencias, contradictorias, y aparentemente irreconciliables entre sí, persisten, sin embargo en individuos pertenecientes a un mismo pueblo. En donde puede encontrarse personas que se afirman hacia un extremo de este par de opuestos binarios mientras que otras se afirman en el otro.

En el caso de los Qom de Cerrito, entre ellos podemos encontrar por un lado personas que se aferran a vivir una vida relacionada con el pasado, mientras que otras se afirman en la necesidad de adaptarse a los cambios.

> Como yo lo entiendo hay dos tipos de personas. Hay quienes tienen todavía su pensamiento en "la vida del pasado". Hay también quienes dejan de lado "la vida del pasado". Y sobre esto lo que yo percibo que hay gente a la que le interesa la educación. Hay quienes les interesa el trabajo. Y hay a quienes no les interesa y quieren vivir nomás como en el pasado vivíamos. "La vida del pasado", así como yo lo veo es recorrer por todas partes, sin vivir en pueblos, sin comodidades, sin escuelas, sin luz eléctrica ni viviendas lindas. Ya no podemos ya que ya está todo poblado el campo y esto es lo que hay. Entonces medio que se aburren en donde están y se van otra vez. Se mudan otra vez y así estamos. Se van a la costa de un riacho porque en las costas de los riachos antes eran libres (Alfonso Benítez, Cerrito - San Francisco, 20.06.2019) .

A pesar de persistir entre los Qom de Cerrito un grupo de personas que se aferran a la vida del pasado, ya décadas atrás existían individuos entre ellos que sostenían que los Qom debían adaptarse a los cambios.

> Nosotros, como nuestros padres, no tenían esa capacidad del estudio de hoy en día, verdad, que hoy es común. Siempre nos dijeron "Prepárense pues, tomen la forma de vida de los paraguayos". Porque eso lo que siempre nos decían. Porque ellos no leían ni escribían pero ellos ya sentían ya eso. "Van a venir tiempos duros y prepárense. Entren!". Eso lo que siempre nos alentaban (Juan Servín, Rosarino, 21.06.2019).

En estos dos testimonios en los que se explican las perspectivas de los que se aferran al pasado y de los que abogan por la estrategia de la adaptación, tenemos, por tanto, que entre los Qom de Cerrito existen personas que entienden que deben adaptarse a los cambios y a las exigencias del mundo moderno. Mientras que, por otro lado, otro grupo se niega a esto.

El hecho de que ambas tendencias coexisten dentro de un mismo pueblo, siendo disponibles ambas perspectivas para los individuos que forman parte de dicho pueblo, trae como consecuencia una tensión identitaria, en donde los individuos tienen ante sí dos opciones contradictorias y deben decidir cual de ellas seguir: aferrarse al pasado o adaptarse a la sociedad moderna; usando como armas la educación.

Situaciones semejantes a esta de los Qom pueden encontrarse en individuos de los demás pueblos indígenas que habitan la REMA, habiendo podido percibir algunas situaciones sobre esto.

Con respecto a la educación – citada en el testimonio presentado como un arma para la adaptación –, en el conjunto de las comunidades qom de Cerrito se cuenta con siete escuelas en donde se enseña Educación Escolar Básica, tres colegios en donde se imparte la Educación Media, en los cuales en seis de estos establecimientos se realiza educación de adultos. Existe igualmente una escuela administrada por unas hermanas religiosas, el Centro Educativo Padre Domingo Masi, que imparte clases desde el jardín de infantes hasta el séptimo grado.

En los establecimientos educativos de las comunidades qom en el primer ciclo de educación se imparten las clases en lengua qom. Luego se incorpora el castellano y por último el guaraní. No es raro encontrar en las comunidades personas que hablen perfectamente las tres lenguas. El qom es la lengua materna con la que se socializa a los niños. Lo más frecuente es que sea el guaraní la segunda lengua que aprenden los Qom de Cerrito, por ser más hablada por los vecinos paraguayos de la zona. El castellano es hablado por aquellos que tienen más contacto con el ambiente blanco externo a Cerrito, como líderes o maestros. Los líderes comunitarios manejan perfectamente tanto el guaraní como el castellano. Y hablan con soltura ambas lenguas.

Con respecto a la educación formal entre los Qom en las comunidades de Cerrito existía para el 2012 un promedio de asistencia escolar de 64,5 % y el promedio de años de estudio para este año fue de 3,7 años (DGEEC, 2015b, p 30-42).

Estos promedios generales encontrados en las comunidades qom de Cerrito esconden las diferencias en promedios de año de estudio y asistencia escolar que se da en distintas familias, según cual sea su posición social. Aquellos padres que cuentan con ingresos fijos (como maestros o promotores de salud), pueden financiar los estudios de sus hijos – incluso a nivel universitario – como un mecanismo de acceso de los mismos a mejores condiciones laborales en el futuro.

Como situación inversa a ésta, los niños pertenecientes a familias con menos recursos no cuentan con iguales oportunidades para estudiar que los niños cuyas familias cuentan con mejores ingresos económicos. En este sentido, se percibe entre los Qom de Cerrito el uso estratégico dado por las familias con más recursos a la educación como un mecanismo de ascensión social.

Así, entre los Mbya se encuentra un fuerte elemento identitario de considerarse a sí

mismos como un pueblo de la selva. Lo cual implica, en términos prácticos el dedicarse a la caza, la pesca, la recolección y practicar la agricultura en rozados (BOGADO, 2017, p. 140).

El hecho de que los Mbya se consideren como parte de un pueblo de la selva, implica para algunos mbya la idea de que vivir en la ciudad es algo contradictorio con el ideal de vida asociado a la selva. En el caso de los pobladores de la comunidad mbya guaraní Tarumandymi, los mismos resuelven esta tensión identitaria que existe en la aparente contradicción entre ser mbya y vivir en la ciudad, afirmando que, a pesar de que se encuentran viviendo en el contexto urbano mantienen lo fundamental de su modo de ser; esto es: la práctica de la religión tradicional. Para el efecto, en la comunidad cuentan con un templo, opy, construido a la usanza tradicional, en donde los pobladores practican sus ceremonias religiosas regularmente.

Tomando en cuenta de que no solo es necesario sino además imprescindible contar con fuentes de ingreso económico en la ciudad – donde es imposible vivir una forma de vida asociada a la selva –, los pobladores de Tarumandymi consideran necesario realizar capacitaciones con el fin de adquirir capacidades con las que podrán acceder a nuevas fuentes de trabajo o realizar emprendimientos económicos con los que podrán generar ingresos.

La educación formal es valorada por los pobladores de la comunidad Tarumandymi, la cual es realizada en la escuela de la comunidad, que cuenta con profesores indígenas y donde las clases se realizan en guaraní. Si bien se valora la educación formal esto no implica que los niños no sean educados en los valores del pueblo mbya.

La comunidad cuenta con una escuela construida en el año 2018 por el Ministerio de Educación. En la misma se provee de merienda y almuerzo escolar proveído por la Gobernación del Departamento Central. El Ministerio de la Niñez y de la Adolescencia provee periódicamente de víveres para la realización de la “olla popular” para toda la comunidad; lo cual incentiva la escolarización de niños y adolescentes.

El promedio de años de estudio de la comunidad Tarumandymi era en el 2012 de 3,5 años de estudio y 22,2 % era la asistencia escolar de este año (DGEEC, 2015a, p. 674). Estas cifras tan bajas pueden encontrar su explicación en el hecho de que la población de esta comunidad no es estable, existiendo tanto adultos como menores que residen en el lugar de manera intermitente, por lo cual, los niños en edad escolar que pertenecen a familias que vienen “de visita”, que pueden quedarse por un corto período de tiempo, no asisten a la escuela.

Con respecto a los Maká, la tensión identitaria en ellos se basa en parte en la

imagen que supieron dar a los no indígenas y a la manera como ellos mismos se perciben a sí mismos y las prácticas que tienen con respecto a esto. Los Maká han sabido transmitir una imagen de ser tradicionalistas pero al mismo tiempo modernos y adaptados al mundo moderno.

La imagen que los Maká han conseguido mantener de pueblo tradicional les permitió satisfacer la demanda de ciertos objetos generada por el turismo. Con esto lograron posicionarse en un nicho de mercado con el cual subsisten desde hace décadas. “La imagen maká contribuye para la recreación de lo exótico y conjuga con las demandas turísticas” (CANTERO, 2016, p.14-15).

Los Maká, por un lado mantuvieron ciertas pautas culturales, como usar su lengua cotidianamente. Por otro lado, aquello que les permitió como pueblo el mantener en parte su cultura fue el hecho de interactuar cotidianamente con personas de la sociedad mayoritaria para poder vender sus artesanías, teniendo con esto, en la práctica, que “integrarse” a la sociedad nacional. Esta situación significó para ellos el tener que mantenerse maká encontrándose en medio de los paraguayos.

La proximidad que los Maká han tenido con los paraguayos les ha valido cierta desconfianza por parte de éstos, habiendo quienes sospechan sobre la autenticidad de los Maká. “A lo largo de mi acercamiento a los Maká constantemente los paraguayos asumían cierto rechazo hacia su condición de indígenas, abundan afirmaciones como, “ellos ya no son indios, viven al igual que nosotros” (CANTERO, 2016, p. 42).

Con respecto a la lengua materna que es hablada en los hogares maká, de las 1558 personas que respondieron a esta pregunta en el censo del año 2012, 1508 usaban el idioma maká como lengua materna. De esta población, una buena parte de ella maneja con fluidez solamente su lengua materna y posee cierta competencia (a veces muy limitada) en otras lenguas (DGEEC, 2014, p. 450).

De las 1558 personas que se registran en el censo del 2012 con respecto a este tema 664 personas usan el castellano como segunda lengua y 103 lo manejan como tercera lengua. En el caso del guaraní, 160 personas lo usan como segunda lengua y 464 hablan este idioma como tercera lengua. Al desglosar estos datos por sexo podemos ver que las mujeres manejan menos el castellano y el guaraní que los hombres. De las 765 mujeres que se registraron sobre este tema, 309 hablaban el castellano como segunda lengua y 37 lo manejaban como tercera lengua. De estas mismas mujeres tan solo 8 usaban el guaraní como segunda lengua y 165 lo hablaban como tercera lengua (DGEEC, 2014, p. 450).

El uso limitado de las lenguas usadas por parte de los paraguayos entre los Maká es

bastante revelador del grado de integración que tienen con el entorno en el que se mueven. La supuesta “adaptación” e “integración” de los Maká a su entorno urbano es más aparente que real.

Al instalarse en las inmediaciones de Asunción a fines de los años 1930s y comienzos de los 1940s los Maká optaron desde el principio con la estrategia económica de comercializar artesanías. Desde el punto de vista económico los Maká supieron adaptarse a la economía de mercado. La voluntad de adaptación de los Maká tomó selectivamente como punto central la economía, ya que esto fue crucial para lograr el éxito de la sobrevivencia del grupo en un nuevo entorno, totalmente distinto a lo que conocían hasta ese momento. Y en esta estrategia tuvieron éxito.

Pero no buscaron adaptarse en otros aspectos a la sociedad envolvente. Tal es el caso del uso de las lenguas usadas por la población mayoritaria envolvente.

Con respecto a la educación formal occidental – que es valorada grandemente por miembros de otros pueblos indígenas que habitan en la REMA – la misma no es valorizada por parte de muchos Maká. Si tomamos el dato de la tasa de asistencia a una institución de educación de enseñanza formal en la población maká de 6 a 14 años, vemos que existe un 77,6 % de asistencia (DGEEC, 2014, p. 64). Esto es, 22,4 % de los niños y adolescentes en ese rango de edad abandonan sus estudios, a pesar de existir escuelas en sus propias comunidades. Asimismo, existe un alto porcentaje de ausentismo en las escuelas.

En el caso de las comunidades maká que se encuentran en la REMA, los datos al respecto son los siguientes. En la comunidad de Mariano Roque Alonso, según datos del censo del 2012, existía un 73,9% de asistencia a las escuelas y el promedio de años de estudio era de 4,2 años. En la comunidad Qemkuket, existía para el 2012 un 83,3 % de asistencia escolar y el promedio de años de estudio era para ese año de 3,5 años (DGEEC, 2015c, p. 120-121).

Debido al hecho de que los Maká tienen como ideal pedagógico el respetar la autonomía de los individuos, especialmente de los niños y adolescentes por parte de los padres, en caso de que un niño o adolescente maká decida ausentarse de la escuela o el colegio o bien dejar sus estudios, esto es respetado por sus padres, que no insistirán a sus hijos para que asistan a una institución educativa contra su voluntad. Esta situación ha sido mencionada por un docente de la comunidad de Mariano Roque Alonso como la causa del ausentismo y la deserción escolar que existe entre los estudiantes locales.

A este respeto, el ideal de respeto a la autonomía individual se ve acentuado en el momento de la adolescencia, en el cual – tradicionalmente ni ahora – no se espera del

adolescente que tenga grandes responsabilidades en el hogar y se considera como un momento en el que puede ocuparse sólo de divertirse.

Estos elementos pueden ser considerados como los factores que se encuentran detrás del ausentismo y la deserción escolar de los Maká; aunque no se puede considerar que sean los únicos, pudiendo existir igualmente factores estructurales externos que están detrás de la deserción y el ausentismo escolar de los estudiantes de este pueblo.

Con respecto a la educación superior, muy pocos maká han realizado estudios a nivel universitario. En la comunidad de Mariano Roque Alonso solo 10 personas – de una población que es superior a 1.000 personas – han cursado la educación superior. En la comunidad Qemkuket, que cuenta con una población superior a las 400 personas, existen 3 personas que han hecho estudios a nivel universitario.

Entre los diferentes pueblos indígenas que habitan en la REMA se han dado diferentes procesos de voluntad de adaptación a la sociedad envolvente. En el caso de los Mbya, cuya pauta de obtención de ingresos económicos en sus comunidades rurales es la changa en actividades agrícolas, (BOGADO, 2017, p. 148), en donde lo más frecuente es recurrir a esta modalidad de obtención de ingresos únicamente cuando en los hogares necesitan dinero, y trabajando únicamente lo necesario para satisfacer las necesidades familiares, igual pauta se da entre los Mbya de Tarumandymi, quienes no buscan generalmente trabajos estables sino que se dedican a trabajos “por día”.

Si bien los Mbya de Tarumandymi reproducen en el contexto urbano la pauta de obtención de ingresos a la que están acostumbrados, los mismos son conscientes de que necesitan capacitarse para poder tener herramientas para poder generar ingresos económicos en el entorno urbano, tal como lo manifestaron en una reunión comunitaria. Por otro lado, esta consciencia no les hace aproximarse de manera especial a la lengua castellana, que es muy poco hablada entre los Mbya de Tarumandymi. No existe un esfuerzo en adaptarse lingüísticamente al entorno de la capital.

Con respecto a los Ybytoso de API y de Marín Ka’aguy, los mismos tienen en ciertos aspectos una gran voluntad de adaptación a la sociedad envolvente. Una de las maneras como buscan la adaptación es por medio de la comunicación. Es bastante frecuente encontrar entre los Ybytoso individuos que manejen además de su propia lengua el castellano y el guaraní, teniendo un gran dominio de ambas lenguas. No es raro encontrar entre los Ybytoso personas que hablan con fluidez 4 lenguas: ybytoso, guaraní, castellano y portugués. Este último idioma lo aprenden en su interacción con brasileros en el departamento de Alto Paraguay.

El hecho de que varios Ybytoso (residentes tanto en API como en Marín Ka'aguy), estén realizando sus estudios universitarios en la capital con miras a obtener mejores oportunidades laborales es bastante revelador sobre la voluntad de adaptación de los Ybytoso.

A diferencia de otros pueblos indígenas del Paraguay, en donde muy pocos individuos prosiguen con estudios universitarios, varios Ybytoso lo hacen. Tomando en cuenta que en todo el departamento de Alto Paraguay (de donde provienen los Ybytoso instalados en la REMA) no existe educación universitaria, aquellos que pretenden seguir estudios universitarios necesariamente deben salir del Alto Paraguay. Para este fin, si bien no cuentan con muchos medios económicos, por provenir de familias pobres, los mismos recurren a oportunidades de becas y ayudas económicas para estudiar.

En cuanto a la educación, en el caso de la comunidad API en la misma se cuenta con una escuela que cuenta hasta el noveno grado, pero que no cuenta con una educación diferenciada, enseñándose en la misma en idioma castellano y guaraní y no en ybytoso.

Los niños de API y de Marín Ka'aguy, sin embargo, son socializados en la lengua ybytoso. A pesar de eso en ninguno de los dos asentamientos son escolarizados en lengua materna, debido a la no disponibilidad de docentes que enseñen en esta lengua en el caso de API, y debido a que los niños son escolarizados en escuelas de las inmediaciones de su residencia en el caso de los niños del núcleo de familias de Marín Ka'aguy.

En la comunidad ybytoso de API existía en el año 2012 una asistencia escolar de 87,8 % y el promedio de años de estudio era de 5,3 años. Por su parte, en el núcleo de familias ybytoso de Marín Ka´aguy la asistencia escolar era en el 2012 de 61,5% y el promedio de años de estudio era de 6,9 años (DGEEC, 2015d, p. 70-72). Cifras que se encuentran por encima de los demás pueblos indígenas habitantes de la REMA.

Los Qom de Cerrito, por su parte, han buscado adaptarse, al igual que los Ybytoso, a través del aprendizaje de las lenguas habladas por los paraguayos. Por lo general la gran mayoría de las personas son bilingües perfectos. Comunicándose a la perfección en la lengua qom así como en el guaraní. Si bien no todas las personas manejan fluidamente el castellano, entre los hombres es frecuente que lo manejen razonablemente y que los líderes de las comunidades lo hablen fluidamente.

Los Ava guaraní de Cerro Poty y Yvapovondy han tenido la voluntad de adaptarse al entorno urbano y lo han encontrado en lo económico en dedicarse a ciertas actividades económicas con las que pueden subsistir, como el reciclaje en Cerro Poty y la albañilería en Yvapovondy.

Sin embargo, a los Ava, al igual que los Mbya, no les ha interesado adquirir el uso de la lengua castellana en el contexto urbano. Contadas personas entre ellos manejan un nivel de castellano básico. El resto, si bien comprenden, no son capaces de expresarse en esta lengua.

En el caso de los pobladores de la comunidad ava de Cerro Poty, varios de ellos adujeron como motivo para "salir de su comunidad de origen" y migrar a la ciudad la búsqueda de mayor acceso a educación (Sunu, 2011ª, p. 13). Aquí se cuenta con una escuela y un colegio, a los que asisten niños y adolescente de la comunidad, así como otros vecinos del lugar. En el lugar se imparte educación inicial, media y permanente en idioma guaraní. En la escuela los docentes han tenido que hacer un trabajo para explicar a los niños no indígenas las diferencias entre los indígenas y no indígenas para por medio de esto quitar los prejuicios. Han logrado que estos niños no indígenas dejen de usar palabras como "cachique" o "indio" como ofensas a los niños indígenas.

Para el año 2012 existía en Cerro Poty un promedio de 56,4 % de asistencia escolar y un promedio de 4,5 años de estudio (DGEEC, 2015a, p. 78).

En la comunidad ava de Yavapovondy se cuenta con una pequeña escuela en donde se imparten clases en el primer grado y se realiza alfabetización de adultos. Esta escuela es un anexo de la escuela de la vecina comunidad mbya de Tarumandymi. Muchos adultos de la comunidad se inscribieron en el curso de alfabetización porque perciben que en los tiempos que corren y en el contexto urbano es necesario estudiar. "Aquí es diferente a la campaña. En la campaña no es tanto porque la gente cultiva en sus chacras. Aquí no es más así. Tenés que entrar en una institución. Tenés que tener estudios y también un currículum" (Fausto Cabral, Yvapovondy, 24.06.2019).

Como en la pequeña escuela de la comunidad sólo se cuenta con clases del primer grado los niños de más edad acuden a dos escuelas que se encuentran fuera de la misma. Una de ellas es la escuela de la vecina comunidad mbya de Tarumandymi. Para el año 2012 figura como 4,3 años el promedio de años de estudio de los pobladores de la comunidad Yvapovondy (DGEEC, 2015a, p. 182).

Con respecto a los Nivaĉle que habitan entre los Ybytoso y entre los Maká, los mismos no solo han tenido la "voluntad de adaptarse" con los Ybytoso y con los Maká sino que además se han integrado por completo. Tal es así que, en el caso de los Nivaĉle que residen en las comunidades maká de Mariano Roque Alonso y Qemkuket los Nivaĉle se dedican incluso a la confección y venta de artesanías, que es la actividad económica predominante en estas comunidades maká.

En el caso de los mujeres nivaĉchey que habitan en API los mismas se han integrado completamente a los Ybytoso. Los hijos de las uniones entre madre nivaĉche y padre ybytoso con los que pudimos conversar se sienten más identificados con la sociedad ybytoso que con la nivaĉle, lo que es normal, ya que fueron socializados como ybytoso y no como nivaĉle.

Tomando en cuenta que la población nivaĉle que aquí analizamos se encuentra viviendo en las comunidades de los maká y de los ybytoso, existiendo además un mestizaje con esta población, no se cuenta para esta población con datos estadísticos con respecto a la educación, como sí existe en el caso de los demás pueblos. Es por ello que aquí no presentamos estos datos, como lo hicimos con los otros pueblos.

CONCLUSIÓN

En el presente artículo hemos presentado los datos más relevantes con respecto a la reciente migración indígena a la REMA. Hemos mostrado las principales características de las políticas que se han tenido con los pueblos indígenas habitantes de la región metropolitana de Asunción.

Hemos presentado lo que fue “la política de devolverles a sus comunidades de origen”, que fue aplicada en forma conjunta entre varias instituciones públicas y privadas. Esta política consistió en subir en camiones a indígenas que se encontraban en situación de calle y devolverlos a sus “comunidades de origen”. Esta política encuentra su fundamento en la idea de que los indígenas no deben vivir en las ciudades; debiendo estar en sus “comunidades de origen”. La pretensión de que aquellos que fueron “devueltos en sus comunidades” permanezcan ahí no funcionó; éstos volvían a los mismos lugares de donde se los retiró.

Presentamos en qué consistió “la política de no reconocer a las comunidades indígenas urbanas”, que fue la negación de un política por parte del INDI, que también se basaba en el principio de que “la ciudad no es el lugar de los indígenas sino en el campo”.

Presentamos las dos principales teorías que han explicado la migración indígena a las ciudades de la REMA; a ambas las llamamos “teorías monocausales de la migración indígena a zonas urbanas”. La primera teoría, a las que llamamos de “Los expulsados del modelo agroexportador”, cuenta como principal postulado que la migración indígena a las ciudades es el producto de la expulsión de los indígenas del contexto rural debido al avance del modelo agroexportador.

La segunda teoría, que llamamos “Los expulsados por las malas condiciones en sus comunidades de origen”, fue una teoría que fue sostenida desde instancias del estado.

Esta teoría afirma que los indígenas que migran a las ciudades fueron expulsados de sus "comunidades de origen" por falta de presencia del estado en las mismas. Esta teoría fue usada por las instituciones públicas que llevaron adelante la política de "devolverles a sus comunidades".

Nuestra interpretación afirma que para que se pueda dar la migración de indígenas a las ciudades deben existir previamente ciertas "condiciones de posibilidad de la migración", que hacen que la migración sea en un momento determinado atractiva y deseable.

A partir de esta teoría hemos explicado como se ha dado la migración de los 6 pueblos analizados en el presente artículo, en donde, según vimos, cada pueblo experimentó situaciones que daban las condiciones para la migración.

Presentamos los resultados principales que pudimos captar con respecto a la experiencia de ser indígena en la ciudad en los seis pueblos indígenas que analizamos.

Aquí presentamos lo que llamamos "tensión identitaria" y "voluntad de adaptación", que son categorías heurísticas que surgieron del análisis que hemos hecho de los fenómenos estudiados.

Esperamos haber podido contribuir con el presente artículo a la comprensión de la situación de los seis pueblos indígenas analizados, con sus respectivas comunidades, que se encuentran residiendo en la REMA.

BIBLIOGRAFÍA

BERNÁ, David & HERRERO, Eva. Los Maká. *Suplemento Antropológico*. Asunción, vol. 39, n.2, p.13-122, 2004.

BOGADO, Marcelo. Una aproximación a las identidades de la zona metropolitana de Asunción. *Revicso*. vol. 1, n.1, p.79-102, 2014.

BOGADO, Marcelo. Continuidades, rupturas e incorporaciones en la economía mbya guaraní. *Novapolis*. vol. 12, p.125-153, 2017.

CANTERO, Marina. De plumas a estampados. Una configuración de la imagen maká. Tesis (maestría en estudios latinoamericanos) – Unila, Foz do Iguacu, 2016, 98 p.

CALLESCUELA. *Informe final "Ser Niña, Niño y Adolescente Indígena en la ciudad" Asunción y Área Metropolitana*. Asunción: Callescuela, 2019.

DGEEC. *Pueblos Indígenas en el Paraguay. Resultados finales de Población y Viviendas 2012*. Fernando de la Mora: DGEEC, 2014.

DGEEC. Atlas de Comunidades de Pueblos Indígenas en Paraguay 2012. Familia lingüística Guaraní. Fernando de la Mora: DGEEC, 2015a.

DGEEC. Atlas de Comunidades de Pueblos Indígenas en Paraguay 2012. Familia lingüística Guaicurú. Fernando de la Mora: DGEEC, 2015b.

DGEEC. Atlas de Comunidades de Pueblos Indígenas en Paraguay 2012. Familia lingüística Mataco Mataguayo. Fernando de la Mora: DGEEC, 2015c.

DGEEC. Atlas de Comunidades de Pueblos Indígenas en Paraguay 2012. Familia lingüística Zamuco. Fernando de la Mora: DGEEC, 2015d.

IMAZ, Victor. *Prevención y erradicación del trabajo infantil de niños y adolescentes indígenas del pueblo Mbya con enfoque comunitario*. Santiago de Chile: OIT-IPEC, 2013.

LEY 904/1981. Estatuto de las comunidades indígenas.

MELIÀ, Bartomeu. *Camino guaraní: de lejos venimos, hacia más lejos caminamos*. Asunción: CEPAG, 2016.

SUNU. *Segundo Informe de la Consultoría para la "Validación de un Modelo de Restitución de Derechos de la Niñez y Adolescencia Indígena.* Asunción: Sunu, 2011a.

SUNU. *Tercer Informe de Consultoría para la "Validación de un Modelo de Restitución de Derechos de la Niñez y Adolescencia Indígena"*. Asunción; Sunu, 2011b.

SERVIN, Jorge. Tierras y Territorios de los Pueblos Indígenas en el Paraguay actual: datos, desafíos y consideraciones. *Suplemento Antropológico*. vol. 51 n. 1, p.245-273, 2016.

Artículos periodísticos

"En las ciudades, los indígenas sufren la pérdida de su identidad." Última hora, 7 Feb. 2012

"Indígenas desean preservar cultura, pero no quieren volver a su territorio." ABC 11 Oct. 2011

"Alquiler de tierra indígena empobrece y conduce a la desintegración comunitaria." ABC 24 Jun. 2014

Garay, H. "Herederos del olvido." ABC 3 May. 2013

"Antropólogo urge una política de asistencia a los indígenas urbanos." ABC 5 Feb. 2007

Silvero, I. "Indígenas urbanos." ABC 16 Mar. 2014 : n. pag

"Indígenas mbya nuevamente se instalan entre la basura en Luque." ABC 16 Nov. 2012

"Vicios, prostitución y muerte." ABC 19 Feb. 2014

"Al frente del Indi estará un técnico que necesitará de apoyo institucional." ABC 19 Ago. 2013

Entrevistas

Graciela Balbuena. Luque, 25.06.2019

Vidal Báez. Luque, 21.07.2019

Fausto Cabral. Luque, 24.06.2019

Juan Servín. Cerrito, 21.06.2019.

Alfonso Benítez. Cerrito, 20.06.2019.

Recebido em 15/10/2021

Aprovado em 25/11/2021

APRESENTAÇÃO
ARTIGOS LIVRES

Abrindo a seção Artigos Livres, temos o texto *Usina Senador Filinto Muller: História e representações da "Usina Velha*", escrito por Camila de Brito Quadros em co-autoria com Thiago da Silva Mello, que reflete acerca das representações produzidas sobre o objeto no periódico *O Progresso* da cidade de Dourados entre 2011 e 2018. Na análise das representações os autores relatam a pluralidade de olhares e imagens sobre a Usina veiculada no jornal com ênfase em duas categorias norteadoras dessas representações: progresso e patrimônio.

No texto de Cledivaldo Aparecido Donzelli, *A ocupação e os espaços de dimensões de sociabilidade do interior paulista na lógica da "via prussiano-colonial" de formação capitalista*, encontramos um rico debate sobre a formação do capitalismo no Brasil, com ênfase para a dinâmica própria da formação nacional. Com especial atenção para as disputas e estratégias de ocupação dos espaços no interior do Estado de São Paulo.

Fechando a seção de artigos livres, temos o texto *Escolarização em Caxias do Sul, RS (1890-1930): vestígios dos grupos escolares no meio rural*, de autoria do professor José Edimar de Souza que analisa historicamente o processo de escolarização formal em Caxias do Sul, sobretudo no meio rural, a partir do século XIX, com a chegada dos imigrantes europeus e das escolas étnicas paroquiais até o século XX. O principal objetivo da pesquisa é pensar o grupo escolar rural como uma instituição cultural que agrega valores relevantes a formação cultural dos moradores da zona rural. Em linhas gerais o texto faz uma história das instituições escolares e de algumas ideias pedagógicas tomando como referencial teórico a história cultural.

Dando continuidade a uma tradição da revista, que é abrir espaço para a publicação de trabalhos de estudantes da graduação, a Trilhas da História visa fortalecer o pensamento acadêmico e valorizar a divulgação científica entre os graduandos. A seção Ensaios de Graduação traz neste número o artigo *O Malleus Maleficarum e a questão da bruxaria: a mulher nos tempos da inquisição*, de autoria de Juliana Avila Pereira, acadêmica no curso de História Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Em seu ensaio encontramos um debate atual e necessário acerca das representações sobre a mulher e o feminino ao longo da história. O texto indaga o significado de ser mulher no auge da Inquisição Cristã. Movida por esse problema a autora explora as justificativas utilizadas para promover uma perseguição que levou milhares de mulheres a fogueira por crimes de "bruxaria", cujos ecos ainda hoje podem ser notados na manutenção de uma cultura misógina e encobridora de violências contra as mulheres.

Na seção Resenhas, Leandro Hecko apresenta as características gerais da obra *Livro Didático e Paradidático de História em tempos de crise e enfrentamento: sujeitos,*

imagens e leituras, publicada pela professora Ana Paula Squinelo pela editora Life no ano de 2020. Squinelo é professora do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Aquidauana, bem como do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, da mesma universidade e campus. A obra reflete de forma pontual a crise do ensino de história desencadeada pelas reformas neoliberais em curso no Brasil desde 2017 com a reforma do Ensino Médio. Em linhas gerais a resenha destaca a importância da reflexão continuada, estruturada e estruturante sobre o ensino de história, sobretudo em contextos de crise da representação histórica do passado, como a que estamos imersos, onde o ataque a políticas públicas eficazes e bem-sucedidas no plano educacional, como o PNLD, tornaram-se políticas de estado.

ARTIGOS LIVRES

USINA SENADOR FILINTO MULLER: HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES DA "USINA VELHA"

SENATOR FILINTO MULLER POWER PLANT: HISTORY AND REPRESENTATIONS OF "OLD MILL"

QUADROS, Camila de Brito[1]
https://orcid.org/0000-0002-3248-3524

MELLO, Thiago da Silva[2]
https://orcid.org/0000-0002-1286-0310

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar as representações dispostas nas edições do jornal O Progresso, relacionadas à Usina Senador Filinto Muller, conhecida popularmente como Usina Velha, situada no município de Dourados no estado de Mato Grosso do Sul. O recorte temporal destaca o período de 2011 a 2018. A metodologia é de natureza qualitativa. Integrou pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa em fonte de imprensa no site do jornal O Progresso. Em linhas gerais, através da análise das fontes, concluiu-se que a usina em estudo foi representada de variadas formas no tempo e no espaço. Por um lado, as representações exaltam o patrimônio histórico e cultural, atrativo turístico, entre outros aspectos. No entanto, também foram percebidas representações que indicam depredação, necessidade de restauração, ponto de uso de drogas, local de proliferação de mosquitos transmissores da dengue, entre outras doenças. Além disso, diante da análise das notícias pesquisadas, ficou nítida a ausência de políticas públicas patrimoniais relacionadas à preservação da referida usina ao longo do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural; Representações; O Progresso; Usina Velha.

ABSTRACT: This article aims to analyze the representations in the editions of the newspaper O Progresso, related to Senator Filinto Muller, popularly known as Old Mill, located in the municipality of Dourados in the state of Mato Grosso do Sul. The time frame highlights the period from 2011 to 2018. The methodology is of a qualitative nature. It integrated bibliographic, documentary research and research in a press source on the website of the newspaper O Progresso. In general, through the analysis of the sources, it was concluded that the plant under study was represented in various ways in time and space. On the one hand, the representations exalt the historical and cultural heritage, tourist attraction, among other aspects. However, representations were also perceived that indicate depredation, need for restoration, point of drug use, location of proliferation of mosquitoes that transmit dengue, among other diseases. In addition, in view of the analysis of the researched news, the absence of public patrimonial policies related to the preservation of this power plant over time was clear.

KEYWORDS: Cultural Heritage; Representations; The Progress; Old Mill.

1 Graduada em Turismo, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em 2007. Especialista em Metodologia do Ensino Superior pelo Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), em 2011. Especialista em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico pela Universidade de Brasília (UNB), em 2019. Mestra em História pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD (Bolsista Capes - DS), em 2017. Doutoranda em História pelo PPGH/UFGD (Bolsista Capes - DS 2019 - 2021). E-mail: camilaq21@hotmail.com.

2 Licenciatura plena em História, pelo Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) em 2020. Segunda licenciatura em Pedagogia, pelo Centro Universitário da Grande Dourados, em 2021, (em andamento). Pós graduação lato senso em Educação Especial e Inclusiva com Enfase em Deficiência Intelectual e Múltipla pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), em 2021, (em andamento). Pós graduação lato senso em Educação a Distancia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante, em 2021, (em andamento). E-mail: thiago_ldemello@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O artigo aqui apresentado tem por objetivo analisar as representações relacionadas à Usina Senador Filinto Muller – "Usina Velha" a partir do jornal *O Progresso*, ambos situados na da cidade de Dourados/MS. A pesquisa alinhavou-se durante os estudos de disciplinas ligadas a Sociedade, Educação e Cultura, História Regional, Patrimônio Cultural, bem como, pela aproximação dos pesquisadores com a temática, sendo um deles motivado desde a infância pela curiosidade acerca dos patrimônios históricos.

O recorte temporal abarca o período de 2011 a 2018. O ano de 2011 foi o ponto inicial pelo fato de que, a partir dele, foram publicadas as primeiras notícias dessa década no jornal *O Progresso,* as quais chamavam a atenção pelos títulos e conteúdos relacionados à preocupação com o estado do principal patrimônio cultural da cidade, tais como "Dourados perde patrimônios históricos" e "MP [Ministério Público] pede julgamento do caso Usina Velha". Essas matérias retratavam um pedido de julgamento antecipado de uma ação que buscou, através do Judiciário, obrigar a prefeitura de Dourados a restaurar a Usina Velha, justificando tal ação pelo fato de que ela estaria em processo de arruinamento, ou seja, o jornal também denunciou a deterioração do edifício e as más condições de seu entorno. O ano de 2018 é posto como recorte final pelo fato de estarem presentes, nesse ano, as últimas notícias que tratam de um possível desfecho da questão, sendo o último ano cabível para analisar as informações coletadas.

Acerca da metodologia utilizada nessa pesquisa, é importante salientar primeiramente que se entende que o método "[...] é um procedimento ou caminho para alcançar determinado fim e que a finalidade da ciência é a busca do conhecimento [...] é um conjunto de procedimentos adotados [...]" (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 24). Desta forma, a abordagem metodológica possuiu cunho qualitativo e integrou a pesquisa bibliográfica e documental e a análise das edições do jornal *O Progresso*. Sobre a utilização da fonte de imprensa na pesquisa histórica, Barros (2019) destaca

> [...] a sua importância, uma vez que ele caracteriza-se como "multiautoral, isso faz dos jornais modernos um tipo de fonte na qual a regra é a alternância de muitas vozes e diferentes agentes discursivos, [...] abrigando de fato uma considerável diversidade de autores, ocultos ou não [...] sendo a "periodicidade" a mais saliente característica dos jornais e de outras fontes similares, permite-nos contrastá-los com todos os tipos de fontes que se apresentam como textos únicos e singularizados" (BARROS, 2019, p. 164).

É importante salientar que parte das edições do jornal *O Progresso* estão disponíveis

de forma *online* em seu portal[1], o que facilitou a recolha e catalogação das fontes de imprensa utilizadas nesta pesquisa. Outro ponto a se destacar é que as matérias e reportagens selecionadas tratam do tema de forma exclusiva e/ou principal, ou seja, não fazem parte das fontes trabalhadas as matérias e reportagens que trazem/tratam a Usina Velha como tema complementar ou uma menção indireta. Em relação às buscas das edições a serem analisadas, num primeiro momento, o primeiro termo utilizado na pesquisa foi "Usina Senador Filinto Muller". Posteriormente, ao considerar que o termo "Usina Velha" também aparecia em algumas publicações, procedeu-se uma segunda busca, utilizando esse termo como palavra-chave. O tratamento dessa fonte de imprensa se deu por meio da investigação das representações relacionadas à usina de acordo com o marco temporal estipulado. Cabe ressaltar que também foram utilizadas, nessa pesquisa, algumas edições do periódico *O Douradense*, para ilustrar o cenário histórico de Dourados quando da chegada da energia elétrica.

A pesquisa bibliográfica caracterizou-se pela revisão literária dos principais estudos que nortearam o tema do trabalho científico e, sobretudo, a dissertação de mestrado de Maiara Laís Pinto, intitulada *Da usina termoelétrica Senador Filinto Muller à Usina Velha: contribuição à história de um patrimônio histórico-cultural douradense,* defendida em 2015. Além disso, foram catalogados referenciais que trataram de conceitos e noções abordados, tais como o jornal como fonte histórica na atualidade, patrimônio histórico, cultura e representações, entre outros aspectos que abriram diálogo com artigos, livros e outras produções científicas ligadas à temática presente.

A pesquisa documental integrou legislações em torno da criação e tombamento da usina como patrimônio histórico, o que possibilitou uma maior compreensão sobre todo o processo político, social e econômico em torno da mesma, os quais resultaram em seu tombamento.

ANTECENDENTES HISTÓRICOS DA USINA SENADOR FILINTO MULLER – "USINA VELHA"

Primeiramente, é importante considerar que a história é uma ciência que estuda a interação e a relação do homem no decorrer dos anos, em uma escala social, política, econômica e cultural.

Dentro da história, temos também a historiografia, que é uma das ramificações da História, responsável pela elaboração de um estudo historiográfico sobre a escrita da

1 Para consultar, acessar: https://www.progresso.com.br/edicao-impressa.

história no passado e no presente. Nesse contexto, Le Goff (2003) considera que "[...] a própria ciência histórica é colocada numa perspectiva histórica com o desenvolvimento da historiografia, ou história da história" (LE GOFF, 2003, p. 12). Para o autor, a historiografia é um ramo da história enquanto Ciência que estuda seu próprio movimento histórico. Diante disso, quando estudamos a historicidade de um local ou de um patrimônio histórico, é imprescindível que levemos em consideração que suas fontes históricas serviram de base norteadora e fundamentação científica para o assunto do qual trataremos.

> Nesse sentido, a diversificação de fontes para História do Patrimônio Cultural é uma construção permanente, que se renova a cada temática, objeto, patrimônio material ou imaterial a ser desvendado, procurando novas estratégias para enriquecimento da leitura e apreensão do documento, num exercício constante de descoberta das representações dinâmicas da história (MARTINS, 2017, p. 305).

Com relação à sociedade e seus patrimônios culturais, é fundamental ressaltar que os mesmos encontram-se vinculados profundamente ao contexto social, econômico e filosófico presentes em cada período histórico. Dessa forma, o patrimônio cultural é um reflexo dos valores e princípios norteadores inseridos em toda a sua complexidade, conforme salienta Françoise Choay:

> O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado mais brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra (CHOAY, 2006, p.12).

Sabendo que o patrimônio está profundamente vinculado à sociedade como representação de valores e princípios, é imprescindível que levemos em consideração a importância do estudo da memória individual e coletiva para a construção de uma identidade sociocultural, uma vez que a memória é a faculdade primeira que alimenta a identidade. Ela é uma reconstrução capaz de manter-se constantemente atualizada, resgatando, assim, valores e princípios compartilhados através do tempo por uma memória individual que, ao mesmo tempo que nos modifica, é por nos modificada.

> A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nos modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa (CANDAU, 2014, p.16).

Com esse pensamento, ao levantar os antecedentes históricos da Usina Senador Filinto Muller, mais conhecida como Usina Velha, constatou-se, a princípio, que esta

encontra-se localizada no município de Dourados, segunda maior cidade do estado de Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste do Brasil. Essa usina foi pioneira na geração de energia elétrica, a qual era fornecida para o núcleo central urbano de Dourados no final da década de 1940. No entanto, o planejamento para que tal projeto se concretizasse ocorreu no período em que Dourados ainda pertencia ao Território Federal de Ponta Porã[2]. De acordo com Moreira (1990, p. 71), as obras para a construção do complexo arquitetônico, que contemplava outros edifícios além da usina, iniciaram-se em 1943. Convém salientar que:

> Entre o final de 1949 e o início de 1970, a cidade de Dourados passou por diferentes etapas no fornecimento de energia elétrica. Esta história iniciou-se com a obra proposta pelo governo federal, durante o período do Território Federal de Ponta Porã, em que foi construído um conjunto composto por serraria, carpintaria, oficina mecânica e a usina termoelétrica, uma obra complexa que dentre as suas funções proporcionou, pela primeira vez na cidade, a chegada da luz elétrica (PINTO, 2015, p. 72).

Neste viés, destaca-se que a usina funcionou continuamente de 11 de setembro de 1949 até 1952, ano em que ocorreu a sua primeira paralisação. Durante os dois anos posteriores, ela forneceu energia elétrica esporadicamente, devido aos problemas que surgiam e também porque não estava mais conseguindo atender a demanda local, que crescia consideravelmente, até que em 1954 parou definitivamente de fornecer energia elétrica para a cidade.

Um fato curioso sobre a denominação Usina Velha é que esta encontra-se diretamente ligada ao contexto político existente na época, visto que o senador Filinto Muller[3] foi homenageado, tendo seu nome vinculado a essa obra arquitetônica. Além de exercer um cargo de confiança no governo do então presidente Getúlio Vargas, também foi responsável pelo levantamento de verbas para sua construção. Desse modo:

> A usina termoelétrica recebeu o nome de 'Senador Filinto Muller'. As fontes consultadas não informam quando ocorreu esse 'batismo'. Quanto à razão da adoção desse nome,

2 O Território Federal de Ponta Porã foi criado através do Decreto-Lei nº 5812, de 13 de setembro de 1943 pela política estadonovista, sob o comando de Getúlio Vargas. Era composto por sete municípios que foram desmembrados do estado de Mato Grosso e vinculados à União. Foi extinto em 1946 com a implementação da uma Nova Constituição Brasileira.

3 Filinto Strubing Muller nasceu em Cuiabá, em 1900. Pertencente a uma família de tradição na política mato-grossense, seu pai, Júlio Frederico Muller, foi prefeito de Cuiabá por várias vezes durante a República Velha (1889 – 1930), e seus irmãos Felenon e Júlio Muller foram interventores federais durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. Foi eleito quatro vezes senador pelo Estado de Mato Grosso entre 1947 a 1973. Entre 1969 e 1973, foi presidente do Arena, o partido de sustentação do governo durante o período militar. Conquistou uma cadeira no Senado em 1947 (cf. informações contidas no acervo *online* do CPDOC FGV. Acesso em 21 nov. 2020).

> pode-se deduzir que foi devida à importância política que tinha, na época, o senador Filinto Müller, além do fato de que ele pertencia ao PSD, isto é, o partido que estava no governo de Mato Grosso naquela época (PINTO, 2015, p. 84).

O conjunto de equipamentos que formavam a Usina Senador Filinto Muller (usina, serraria, carpintaria, oficina mecânica e a casa para a residência do encarregado da usina) foi construído no período de fins de 1944 a 31 de dezembro de 1945, sendo que "o principal objetivo desta usina era abastecer as casas e vias públicas comerciais, que se encontravam principalmente nas avenidas atualmente nomeadas: Marcelino Pires, Weimar Torres e Joaquim Teixeira Alves" (MOREIRA, 1990 *apud* PINTO, 2015, p. 85). Além disso, trouxe grande idealização e expectativa para a sociedade da época, que se encontrava em meio a um cenário predominantemente rural, com pouca infraestrutura e regular desenvolvimento

.

> Foi na década de 1940 que a cidade passou a se desenvolver com mais rapidez. Traçado urbano, escolas, igrejas e postos de saúde passaram a ser mais reivindicados, pela imprensa, em nome da população. Era necessário consolidar os ideais de progresso e civilização tão sonhados (ERNANDES, 2009, p.40).

Nesse mesmo contexto histórico, além da formação do Território Federal de Ponta Porã ocorreu a implementação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), criada em 28 de outubro de 1943 e instalada na localidade em janeiro de 1944. Esses acontecimentos podem ser considerados elementos históricos responsáveis, em grande medida, pelo desenvolvimento da atual região sul do atual Mato Grosso do Sul, visto que possibilitaram, à época, a entrada e permanência de grandes levas de migrantes que, através de seu trabalho na produção de alimentos, proporcionaram o crescimento econômico da região.

Sugere-se que os moradores que residiam próximo à região central da cidade encontravam-se demasiadamente entusiasmados com a perspectiva de finalmente ter acesso à luz elétrica em seus lares, pois, até aquele momento, a iluminação domiciliar era provida através de lampiões movidos a querosene. Além disso, acreditavam que, por meio da criação da usina, haveria grande crescimento econômico na região. Essa grande esperança é notada em nota publicada em 11 de maio de 1948 na primeira página do jornal *O Douradense*, na qual se lê: "Uma nova era de vida se abrirá para todos os setores da vida diária. O futuro nos dirá isto. Façamos votos de que a luz se nos apresente em breve" (*O Douradense*, 11/5/1948, p. 1). No entanto, ao mesmo tempo que a usina trouxe energia e um maior desenvolvimento da sociedade na época, ao contrário do que muitos acreditavam, ela não era suficiente para atender toda a demanda existente e sofria constantes problemas financeiros, estruturais, de distribuição, fornecimento e abastecimento, o que acarretou, por

várias vezes, seu fechamento para sua reparação. Assim sendo, o cenário "[...] era precário, a energia gerada servia apenas para as residências e algumas vezes não era oferecida ou sofria interrupções devido aos problemas nas máquinas, sendo os mesmos relatados constantemente nas páginas d'*O Progresso"* (PINTO, 2015, p. 87).

Com o passar do tempo, toda a situação da usina foi se agravando e, mesmo com reparos, as dificuldades permaneciam. Segundo o jornal,

> [...] apesar da volta da luz elétrica em Dourados, os problemas com a distribuição de energia continuavam. Considerando o abastecimento falho e os problemas enfrentados pela usina de força e luz, era preciso economizar luz elétrica, sendo este o pedido feito para os douradenses (O Progresso, 29/7/1951, p. 1).

Diante dos diversos problemas apresentados, em 1954 a usina foi oficialmente desativada; no entanto, sua reativação estava presente em constantes promessas, fato este que nunca aconteceu. Mesmo tendo sido oficialmente desativada em 1954, convém salientar que o fim do funcionamento da Usina Senador Filinto Muller ocorreu, de fato, em 1952, tendo em vista que:

> Com um considerável índice de crescimento econômico, tanto populacional quanto econômico, houve um grande consumo de energia elétrica. A termelétrica, que já funcionava com grandes deficiências, tanto no que diz respeito à geração de energia quanto no seu fornecimento, não suportou atender a demanda local, vindo a paralisar seu funcionamento em 1952 (FERREIRA, 2003, p. 21).

De acordo com informações publicadas pelo jornal *O Progresso*, após sua desativação, com o passar do tempo, a usina foi significativamente destruída por vândalos, tendo seus equipamentos quebrados e roubados, como é possível notar nessa manchete: "Depredação criminosa – Milhões transformados em ferro velho, eis a triste e dolorosa condição da Usina Elétrica, Serraria e oficina Mecânica construída pelo governo federal" (*O Progresso*, 22/4/1956, p. 1). Passadas as décadas, diante dessa situação de depredação e abandono, entre os anos de 1984 e 1986, em meio a uma proposta de tombamento do Clube Social, (principal espaço para eventos na cidade, fundado na década de 1950), também foi inserido neste contexto a situação da usina, nesse momento já conhecida como Usina Velha, lembrada como um espaço a ser preservado e valorizado e, portanto, um bem cultural a ser protegido pelo Estado.

Após a sua reutilização como espaço cultural e artístico, foi realizada uma exposição denominada *Arte Memória* coordenada pelo professor Roberto Maia, que ocorreu nos dias 19 e 21 de setembro de 1987. Durante este evento, no período noturno, a Usina Velha

foi iluminada e recebeu um público consideravelmente significativo, ocorrendo diversas apresentações, como a exposição dos painéis da artista Lena Cruz, e as performances desempenhadas por Paulo Rigotti e os grupos artísticos Ana Pavlowa e orquestra Serenata ao Luar.

Posteriormente, foi oficialmente iniciada sua proposta de tombamento, possuindo como embasamento jurídico o Decreto Federal de 1937[4] e a Lei Estadual n° 245 de 1/7/1981[5]. Pinto (2015) nos apresenta esse contexto histórico.

> Após anos de desativação a usina velha voltou a ser 'iluminada', recebeu apenas uma energia elétrica momentaneamente, mas foi reacendida para os douradenses, para a história, para ficar na história e ser repensada como um "palco" para os artistas. Após a exposição 'Arte Memória', o poder público municipal, através da diretoria de cultura da Funced, iniciou a proposta de tombamento da usina. Ao analisar os documentos identifica-se a comunicação interna – CI, enviada por essa esta [sic] diretoria para a diretoria executiva da Funced [...] (PINTO, 2015, p. 137-138).

Por outro lado, no final da década de 1980, destaca-se que a poetisa Maria Helena de Oliveira, popularmente conhecida como Heleninha, abraçou totalmente a causa da Usina Velha e sua defesa. Sua atuação acerca deste patrimônio ocorre desde o final da década de 1980, tendo como ênfase o ano de 1990, quando lançou o livro *Poemas e Poesias Memórias,* em cuja capa estava estampada uma fotografia da Usina Velha (OLIVEIRA, 2009, p. 15). Ainda neste contexto, através de diversos pleitos realizados tanto pela poetisa quanto através da pressão popular, finalmente, em 15 de julho de 1991, o pedido de tombamento foi realizado por meio de um projeto de lei apresentado na Câmara Municipal pelo então vereador e professor de história Carlos Roberto Cristino de Oliveira. Posteriormente, ele foi aceito e aprovado, transformando dessa forma as ruínas da Usina Senador Filinto Muller num patrimônio histórico e cultural do município de Dourados/MS. Acerca disso, salienta-se:

> Este projeto de lei foi aprovado e tornou-se a lei nº 1.694, de 15 de julho de 1991. No artigo 1º temos que foi 'tombado como patrimônio histórico municipal o prédio da antiga Usina Filinto Muller'; o artigo 2º dispõe que a área onde se encontra a usina será desapropriada e no artigo 3º que 'o prédio, objeto desta lei, será restaurado pelo Poder Público e transformado no Museu de Dourados' (cf. Processo do Projeto de lei 40/91) (PINTO, 2015, p. 150).

4 O Decreto-Lei nº 25/37 é reconhecido como um marco legal que instituiu o tombamento no contexto brasileiro, dando início aos trabalhos de preservação em âmbito nacional para uma ação do poder público de forma sistemática no território nacional. Dispõe sobre a organização do patrimônio histórico e artístico nacional.

5 Primeira lei específica sobre o sistema de proteção do patrimônio histórico e artístico do Mato Grosso do Sul. Foi revogada a partir da Lei nº 3522, de 30 de maio de 2008.

Portanto, após seu tombamento, foram apresentadas diversas propostas de revitalização, para transformar o espaço pertencente à Usina Velha em um museu, centro cultural e artístico, porém nenhum desses projetos se efetivou.

Em 1996, as páginas do jornal *O Progresso* noticiavam seu abandono. Sobre a atuação do poder público municipal com relação a essa problemática, pontua-se que, na época,

> Os prefeitos Braz Mello (1989-1992 e 1997-2000) e Humberto Teixeira (1993-1996) elaboraram projetos para a revitalização da antiga usina e desenvolveram algumas ações e/ou atividades culturais neste espaço, porém nenhum projeto foi executado. Apesar das cobranças de grupos da sociedade douradense e da denúncia feita ao Ministério Público pela Heleninha (foi realizada em maio de 1999 e primeiramente o MP teve como procedimento o da investigação preliminar, sob nº 2/99, para averiguar a depredação do patrimônio histórico Usina Filinto Muller), nenhum projeto foi executado na usina velha e até hoje ela encontra-se abandonada (PINTO, 2015, p. 31).

Diante do exposto, constata-se que historicamente a Usina Senador Filinto Muller – Usina Velha – esteve inserida em vários contextos políticos, econômicos e sociais e culturais. Além de produtora de energia, foi geradora de empregos, necessitando de profissionais qualificados para desempenhar as diferentes tarefas presentes na usina, pois, como vimos anteriormente, o fornecimento de energia elétrica era uma das funções desempenhadas. No entanto, esse local abarcou também as estruturas arquitetônicas e funcionais de serraria, carpintaria e oficina mecânica, que proviam o funcionamento das máquinas e, por consequência, faziam parte do fornecimento da energia elétrica no centro da cidade. Além disso, a função e o valor da Usina Velha perpassam também pela questão histórico-cultural, pois se trata de uma representação física e também simbólica, uma ligação direta com a história dos antepassados dos moradores e da própria cidade.

Através da análise das fontes, constatou-se que, após o tombamento da Usina Velha, foram elaborados diversos projetos de preservação e novos usos culturais. Contudo, esses não foram executados até o momento, e o local encontra-se fechado, não sendo permitida sua visitação por conta do perigo que sua estrutura de ruína oferece.

O PERIÓDICO COMO FONTE HISTÓRICA: AS REPRESENTAÇÕES DA USINA VELHA NAS EDIÇÕES DO JORNAL *O PROGRESSO* (2011-2018)

A composição deste artigo, conforme disposto no campo introdutório, é alicerçado nas

fontes de imprensa, tendo o jornal *O Progresso* como principal fonte histórica. Entretanto, é necessário compreender que os jornais nem sempre foram credibilizados pelos historiadores brasileiros enquanto documento histórico, tendo em vista que:

> Até a primeira metade deste século [século XX], os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas em relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade. Neste último caso, a notícia era concebida como relato fidedigno da verdade (LAPUENTE, 2015, p. 3).

Com isso, podemos constatar que essas duas abordagens sobre o jornal como fonte histórica acabavam negando a pluralidade e diversidade dos jornais, criando, dessa forma, modelos contraditórios em relação a seu uso. Entretanto, "essa concepção do uso do jornal como fonte, aos poucos, foi sendo superada, produto de um empenho para se repensar a História, suas dificuldades, enfoques e objetos" (LAPUENTE, 2015, p. 3). Os periódicos como meios de informação e ainda como fontes históricas viram-se completamente impregnados por uma relação de dependência com pessoas ou instituições de poder, sejam essas de caráter econômico, político ou sociocultural. Por conta disso, a imprensa acaba funcionando muitas vezes por intermediação nas transmissões de ideias dessas instituições e pessoas, provendo seu poder na sociedade, ou seja, uma "instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos" (LUCA, 2008, p. 116). Dessa forma, "é natural que durante muito tempo a utilização da imprensa como fonte de estudo para pesquisas em história, tenha sido relegada pelo seu caráter subjetivo e muitas vezes manipulativo e coercivo dos seus discursos" (SOUZA; FILHO, 2013, p. 3). Em consequência desse processo histórico, "os jornais pareciam pouco adequados para recuperação do passado, uma vez que essas 'enciclopédia do cotidiano' continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões" (LUCA, 2008, p.112).

Em concordância com os autores pesquisados acerca da importância do jornal enquanto fonte para repensar a história de um objeto de pesquisa, seus contextos históricos e problematizações, recorreu-se ao jornal *O Progresso,* com o objetivo de identificar e analisar as informações neste divulgadas com relação à temática da Usina Velha, de acordo com o recorte temporal já determinado.

Contextualizando essa fonte de imprensa, é relevante destacar que *O Progresso* foi criado em 1920 pelo advogado José dos Passos Rangel Torres no município de Ponta Porã. Posteriormente, seu filho, Weimar Gonçalves Torres, fundou, em 1951, um jornal em

Dourados, nomeando-o com o topônimo da cidade, sendo este o primeiro jornal no estilo diário do Estado. Já o portal *online* do jornal *O Progresso* foi lançado no ano de 1997 e tornou-se também pioneiro do Estado a noticiar em plataforma digital.

Com relação ao tratamento da fonte de imprensa, convém também dizer que, durante a busca das fontes, foram encontradas e selecionadas notícias que estavam diretamente ligadas ao tema desta pesquisa (seja como assunto discutido ou presente no título da matéria), buscando assim a delimitação da temática aqui tratada. Ressalta-se que algumas notícias até continham as palavras-chaves utilizadas; contudo, não tratavam diretamente da Usina Velha e, por isso, foram descartadas. Outro ponto importante diz respeito ao recorte temporal selecionado, no qual são apresentadas notícias relacionadas à Usina Senador Filinto Muller como "Usina Velha", sendo esse um importante elemento para se discutir representações sobre esse patrimônio cultural, tanto no campo do imaginário (denominação mais utilizada e na qual é popularmente conhecida pela maioria dos moradores), como no campo da representação da denominação "velha", enquanto antiga, ligada ao passado. O resultado do levantamento é apresentado abaixo no quadro 1, conforme segue:

Data da edição	Título	Conteúdos abordados Elementos de representação (em negrito)
17 de novembro de 2011	Albino e Marçal obtêm recursos para Usina Velha	Trata-se da aprovação de recursos de um pedido feito pelo deputado federal Marçal filho sobre a revitalização do prédio da Usina Velha. Destacou que a **revitalização** das ruinas da **antiga usina** e a utilização daquele espaço para **promoção da cultura** é uma luta do vereador Albino Mendes, que fez diversas indicações neste sentido aos representantes da bancada do MS no Congresso Nacional. A usina está representada **no campo cultural, como um espaço a ser revitalizado e preservado.**
17 de novembro de 2011	MP pede julgamento do caso Usina Velha	Destaca uma petição do ministério público ao judiciário sobre a antecipação do julgamento da **ação que busca na justiça** obrigar a prefeitura de Dourados a **revitalizar** a Usina Velha.
14 de setembro de 2012	MP aciona Justiça por obra na Usina	Destaca um ingresso com recurso na justiça feito pelo Ministério Público Estadual, para que o município **restaure** a Usina Velha, ressaltando que a mesma está em **ruínas**. Esta notícia está representando o estado de **depredação** da usina, ao passo que cobra sua **revitalização** e **preservação** através dos órgãos públicos.

29 de junho de 2012	Juiz nega revitalização da Usina Velha	Nesta notícia a usina está representada como **patrimônio histórico** e **cultural, c**omo um **símbolo da história** do município, que está em **ruinas** e se deteriora com o passar dos anos. Segundo publicado nesta edição, o juiz José Domingues Filho, decidiu negar a ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual, que obrigava o município a **preservar e restaurar** a usina.
31 de julho de 2012	Acorda, Dourados!	A notícia é apresentada em forma de **denúncia**, em prol da decisão tomada pelo juiz da 6ª Vara Civil José Domingues Filho, que negou a ação movida pelo Ministério Público Estadual, a mesma situação retratada anteriormente. Entretanto, a ênfase é relacionada à justificativa do juiz, abrindo espaço para um debate. A Usina Velha é representada como **símbolo histórico e cultura**l da cidade.
19 de dezembro de 2013	Filintão e Fernandão: geradores do crescimento	Essa notícia retrata a chegada dos geradores de energia da Usina Velha, doados pelo próprio Filinto Muller entre 1959 e 1961. Estes geradores foram responsáveis por manter a cidade iluminada no final dos anos 70. Nesta notícia, a usina está representada no **campo da memória**, através dos relatos presentes na resenha de pessoas que vivenciaram o funcionamento destes geradores na cidade.
04 de abril de 2014	Sem aprovação de projeto, Usina Velha segue em ruínas	O destaque foi que, pela terceira vez consecutiva, a Secretaria de Cultura de Dourados encaminha um projeto de **revitalização** da Usina Velha ao governo federal, na tentativa obter recursos. Desta forma, a usina está representada como um **bem histórico** a ser revitalizado e preservado.
18 de junho de 2014	Tetila pede manutenção e placas com dados históricos da Usina	Trata de um requerimento que solicitou a higienização, manutenção e implantação de uma placa de identificação de **atrativo turístico**. Pedido feito pelo então deputado estadual Laerte Tetila encaminhado ao, na época, prefeito de Dourados, Murilo Zauith. Nesta ocasião a usina é representada no campo do **turismo**.
31 de janeiro de 2015	A Usina Velha e a sua vergonhosa História	Essa notícia trata de uma **denúncia** feita por José Alberto Vasconcellos, sobre o furto, roubo ou descaminho dos bens públicos, constituídos de imóveis. Sobre a Usina Velha, ele alega ser testemunha de que, durante a administração de Jorge Antonio Salomão (1971-73), encontrava-se em perfeito estado e que, após a sua desativação, ela foi **desmontada e saqueada** por ladrões que nunca foram incomodados pela justiça. A usina aqui encontra-se **representada na memória e também como espaço cultural a ser preservado**.

11 de janeiro 2016	Que fim levou?	A notícia apresenta uma cobrança relativa à **revitalização** da Usina Velha prometida por um projeto elaborado em 2005. Destaca que, na época, a Prefeitura e a Fundação de Cultura – Funced – anunciaram a revitalização por meio de recursos de um fundo de Cultura do Banco do Brasil. Destaca-se que a usina está representada como um **bem histórico-cultural** a ser revitalizado.
09 de janeiro de 2016	Patrimônio Histórico	Destaca que a Usina Senador Filinto Muller **"pede socorro".** Refere-se a ela como **uma ruína tombada pelo patrimônio histórico** e chama a atenção para a urgência de ser restaurada. Noticia o desvio de verbas por parte do governo federal, as quais deviam ter sido investidas na restauração do referido patrimônio. Salienta a **falta de interesse político,** especialmente da esfera federal, assegurando que o município não tem condições de arcar sozinho com os gastos**.** Nessa notícia, a Usina Velha está representada como um **bem histórico-cultural** a ser revitalizado.
11 de janeiro de 2016	Em ruínas, Usina Velha vira fumódromo e foco de dengue	Retrata que a usina é alvo de críticas de moradores circunvizinhos à estrutura. **Coloca que sua estrutura física está sendo utilizada para uso de drogas e prostituição.** Ressalta ainda que no local há acúmulo de lixos que, além do mau cheiro, armazenam água, que desencadeia **foco do mosquito Aedes Aegypti, que podem transmitir doenças como a dengue, chikungunya e zika.** Assim sendo, nesta notícia, a usina está **representada como fumódromo e foco de dengue**.
15 de setembro de 2016	Deputado cobra restauração da Usina Velha	Trata das proposições do deputado estadual George Takimoto (PDT) que encaminhou a representantes de MS, no Congresso Nacional, o pedido de empenho na mobilização de verbas federais para atender duas demandas de grande **valor social e histórico-cultural em Dourados:** a Usina Velha e o prédio da Funai. A usina é retratada aqui como bem de valor social, histórico e cultural de Dourados.
07 de novembro de 2016	Usina Velha: sem projeto não tem jeito	Trata-se de uma resposta do médico e deputado Geraldo Resende ao autor do artigo "Usina Velha, a materialização da vergonha", José Alberto Vasconcellos. Além de concordar, em alguns aspectos com o autor, o deputado tentou falar de seus esforços junto a essa causa e que nenhum prefeito elaborou projetos técnicos para o empenho do dinheiro junto ao **Ministério do Turismo ou Ministério da Cultura.**
22 de março de 2018	Chaminé da Usina Velha de Dourados corre risco de desabar	Mostra a situação **de rachaduras** da chaminé da usina e o risco desta de desabar. Nesta notícia, a usina está representada como um espaço **depredado e abandonado**.

Quadro 1 – Representações da Usina Velha nas edições do jornal *O Progresso* (2011-2018)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Durante a etapa metodológica de recolha e tratamento da fonte de imprensa utilizada, constatou-se que, em relação às notícias encontradas nas edições do jornal *O Progresso* no ano de 2011, foram encontradas (2), enquanto no ano de 2012 (3), em 2013 foi encontrada apenas (1), em 2014 (2), em 2015 (1), em 2016 (5) e no ano de 2018 (1). Assim sendo, no período compreendido entre os anos de 2011 e 2018, foram encontradas 15 notícias que trataram da temática com destaque principal, conforme listagem apresentada no quadro 1. Nesse sentido, é perceptível que há várias representações vinculadas à Usina Velha na perspectiva da fonte de imprensa analisada. As representações variam: objeto de revitalização, preservação, "pedidos de socorro", atrativo turístico, patrimônio histórico cultural, depredação, abandono, valor social, histórico e cultural de Dourados, bem como o papel do poder público em relação a esse patrimônio cultural.

O tópico que se segue terá por objetivo a análise dessas representações por meio de um diálogo entre a teoria do campo da história e a fonte de imprensa, com vistas a compreender as contextualizações e problematizações no contexto do jornal *O Progresso*, bem como no tempo e no espaço.

COMO A USINA VELHA FOI REPRESENTADA NAS EDIÇÕES DO JORNAL *O PROGRESSO*? ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA

A representação é um termo bastante difundido e utilizado nos últimos anos no Brasil, presente principalmente nos discursos elaborados por aqueles historiadores que fazem uso da História Cultural em suas pesquisas (SANTOS, 2011, p. 27). Trata-se de uma redescoberta dos historiadores na sua maneira de enxergar o mundo, sobretudo o passado, concedendo uma renovação nos múltiplos domínios da história. "Representações são presentificações de uma ausência, onde representante e representado, guardam entre si relações de aproximação e distanciamento" (PESAVENTO, 2006, p. 5).

Na maioria das vezes, este termo aparece nos textos escritos no Brasil vinculado a obras de Roger Chartier, um dos principais articuladores do conceito de representações sociais no campo acadêmico. Esses textos trazem à tona a importância do debate e estudo das representações para a compreensão dos mecanismos pelos quais um determinado grupo se impõe. Para o autor:

> As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. (...). As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta se impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu

domínio (CHARTIER, 1991, p. 17 *apud* PACHECO, 2005, p. 3).

Assim sendo, foram atribuídos novos significados ao termo representação, sendo utilizado em diferentes contextos, que abarcam principalmente as questões relacionadas à cultura e sociedade. Na contemporaneidade, se faz muito presente a sua utilização por historiadores como ferramenta chave para análise cultural, econômica e social presentes em todas as culturas ao longo do tempo e também como método investigativo.

Durante a análise das fontes dessa pesquisa, observou-se que as primeiras edições d'*O Progresso* referentes aos anos de 2011, trataram de representar a Usina Velha de duas maneiras distintas. A primeira notícia centralizou-se na formulação de um projeto, destacando a aprovação do pedido de emenda feito pelo deputado Albino Mendes (PR) para a revitalização e reutilização do espaço físico da usina com o propósito de promover a cultura, ou seja, a Usina Velha é representada enquanto espaço cultural que deve ser revitalizado.

> A revitalização das ruínas da antiga usina e a utilização daquele espaço para promoção da cultura é uma luta do vereador Albino Mendes, que fez várias indicações neste sentido aos representantes da bancada de MS no Congresso Nacional. 'Agora, recebo essa maravilhosa notícia do deputado Marçal Filho, que demonstrou sensibilidade com a causa da comunidade artística de Dourados e fez também sua a nossa luta' comemora o vereador (O Progresso, 22/9/2011, p. 10).

No entanto, a segunda notícia retrata sua depredação, ao afirmar que o Ministério Público pediu ao judiciário a antecipação da ação que visava obrigar a prefeitura de Dourados a revitalizar a Usina Velha através da Justiça. Nesse sentido, foi acionado o departamento de apoio às atividades de execução do Ministério Público para realizar as vistorias, enviando posteriormente um relatório à Justiça. Desse modo, a Usina Velha passa a ser objeto de ação do Ministério Público por conta de seu estado de deterioração.

> O relatório apresentado à Justiça destaca a existência de novas fissuras, rachaduras, desmoronamentos de laje e viga, afundamento de piso, revestimento danificado, falta de limpeza, deterioração da alvenaria dos pilares e da laje de piso, retirada de pilares e paredes de sustentação, piso corrompido, tanques semienterrados, muito lixo e água parada em seu interior, além de fissuras na chaminé (O Progresso, 18/11/2011, p. 11).

Ao analisar as duas publicações, é perceptível que ambas destacam um interesse em comum, que se refere à revitalização da usina. Entretanto, apresentam um contraponto: enquanto uma matéria apresenta uma proposta para reutilização do local como espaço artístico com vistas à promoção da cultura, a outra mostra o estado de depredação e o

descaso do poder público municipal para com este patrimônio cultural. Dito de outro modo, *O Progresso* ora representa a Usina Velha enquanto um local potencial no campo cultural, ora como um local deteriorado.

Há de se salientar que o conteúdo presente na segunda matéria mostra a condição preocupante em que a Usina Velha se encontrava (e ainda se encontra), correndo o risco, inclusive, de um eventual tombamento (no sentido literal da palavra), o que abarcaria em uma perda de valor inestimável para cultura douradense. Salienta-se que:

> Um povo que não guarda suas histórias, suas memórias, seu patrimônio, não sabe quem realmente é. Estas memórias estão guardadas em seu patrimônio cultural que deve ser preservado, restaurado, contado, cantado, de tal maneira que possa despertar nas pessoas seu real valor para a construção histórica (STANGER, 2008, p. 2).

Nessa perspectiva, ao nos depararmos com as três matérias referentes ao ano de 2012, visualizamos que estas estão voltadas para a questão da revitalização desse bem cultural. A primeira traz o parecer do juiz José Domingues Filho, que negou a ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual, a qual obrigava o município a revitalizar a usina que estaria em ruínas. *O Progresso*, dessa forma, apresenta a justificativa do juiz: "Não se pode obrigar o poder público a promover gastos como quer a Promotoria, sem demonstração da inocorrência de ofensa ao *quantum* orçamental destinado a outras políticas públicas como saúde, educação e saneamento básico" (*O Progresso*, 29/6/2012, p. 9).

A matéria publicada no mês seguinte complementa a primeira com um título bastante provocativo, convocando um despertar à população douradense acerca da decisão do juiz. Nessa edição, *O Progresso* traz a visão do morador Mauro Luiz Pizzini (em artigo de própria autoria), que lamenta o parecer do magistrado.

> Pena que em Dourados, tenhamos o culto da indiferença, o hábito de alguns governantes e até cidadãos comuns que perderam o sentido de comunidade. O consumo é o único objetivo, que faz da cidade um lugar passageiro, onde tudo pode ser destruído e construído a qualquer momento. Já estou vendo alguém proibir a restauração da estação ferroviária de Itahum, a qual poderia se tornar um exuberante e lucrativo – como em muitas cidades brasileiras – ponto turístico (O Progresso, 31/7/2012, p. 2).

A última matéria do ano de 2012 relacionada à Usina Velha mostra que, após a decisão do Judiciário em indeferir o pedido do Ministério Público Estadual para que o município pudesse restaurar a usina, que estaria em ruinas, a Procuradoria recorreu da decisão, contando também com a mobilização popular da sociedade civil. Conforme foi publicado:

> De acordo com o presidente do Comitê de Defesa Popular, Ronaldo Ramos, a sociedade quer impedir que o patrimônio desabe e se perca na história de Dourados. Segundo ele, a entidade defende um projeto do arquiteto e urbanista Luiz Carlos Ribeiro que prevê um Parque Ecológico no local. A proposta une a prevenção do Meio Ambiente e Cultura (O Progresso, 14/9/2012, p. 9).

Assim sendo, as edições do jornal desse período trazem à tona as representações ligadas à preservação e revitalização deste bem histórico-cultural para a emancipação da memória daqueles que viveram e reconhecem sua importância. Por outro lado, *O Progresso* repudia e denuncia a decisão do juiz José Domingues Filho em relação ao pedido do Ministério Público Estadual, ao alegar que haviam outras prioridades como saúde, educação e saneamento básico. É fundamental salientar, nesse ponto, que não se defende que essas demandas devem ser deixadas em segundo plano no campo das políticas públicas municipais, mas também é prioritário à municipalidade a preservação desse patrimônio, até mesmo por conta das responsabilidades do Estado para com o bem tombado. Além disso: "É preciso valorizar os centros históricos e seus patrimônios como potencializadores das identidades coletivas (locais e regionais) para o desenvolvimento econômico, social, urbano e evitar os impactos ambientais (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 13).

Dando continuidade à interpretação da fonte, notamos que o jornal *O Progresso*, durante o ano de 2013, apresenta a Usina Velha no campo da memória, em uma retrospectiva histórica direcionada ao final dos anos 1970, dando ênfase à importância dos geradores popularmente chamados de *Filintão* e *Fernandão*, que eram responsáveis por atender a região central da cidade e outros pontos do entorno com o fornecimento da energia elétrica (privilégio de determinada classe social, sobretudo no período em que somente a Usina Filinto Muller estava em funcionamento). O periódico traz alguns relatos presentes na memória daquelas pessoas que viveram naquela década e presenciaram estes geradores em pleno funcionamento, como destacamos a seguir:

> Por vários anos, Dourados foi movido pelos geradores Filintão e Fernandão. Quando um apresentava algum problema, o outro já entrava em funcionamento. Claro que isso demorava algum tempo para acontecer e a cidade ficava na escuridão, brinca Zé Elias, que já morava em Dourados naquela época (O Progresso, 19/12/2013, edição especial online.).

Diante da matéria supracitada, convém dizer que a memória nos remete, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o ser humano pode atualizar impressões ou informações passadas (ou que ele representa como passadas). E a construção das memórias constitui uma importante função social, na medida em que

reproduz informações mesmo ante a ausência de dados escritos, baseando-se no estudo de objetos que marcaram seu acontecimento (LE GOFF, 2003, p. 419). Nesse sentido, a representação da Usina Velha nessa matéria diz respeito ao patrimônio ligado ao campo memorial, ao passado rememorado através das páginas do principal veículo de informação da cidade.

As notícias publicadas no ano de 2014 trataram de representar a Usina Velha como um ponto turístico e novamente como uma área depredada. A primeira matéria destaca em seu título que o projeto de revitalização da usina não foi aprovado e que a mesma segue em ruínas:

> Pela terceira vez consecutiva, a Secretaria de Cultura de Dourados encaminha projeto de revitalização da Usina Velha ao governo federal, na tentativa de captar recursos. Ajustamos o projeto e reencaminhamos ao governo, pois é de nosso interesse ver a Usina Velha revitalizada, diz Carlos Fábio, secretário de Cultura (O Progresso, 4/4/2014, p. 3).

Posteriormente, é apresentado um pedido feito pelo deputado Laerte Tetila, solicitando a manutenção do local e a implantação de placas com dados históricos da Usina Velha para os turistas e os moradores que a visitam. A matéria destacou que o deputado estadual encaminhou um requerimento ao prefeito de Dourados, Murilo Zauith, e também uma cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento, na qual foram solicitadas "a limpeza, manutenção, implantação de placa de identificação de atrativo turístico e placas com dados históricos da obra para o desenvolvimento de Dourados da Usina Filinto Muller, também conhecida como Usina Velha" (*O Progresso,* 18/6/2014, p. 11). Em relação ao turismo, destaca-se sua importância como uma atividade marcante e relevante nas sociedades pós-industriais, pois trata-se de um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos que se originou e se desenvolveu com o capitalismo. Nas últimas décadas, as atividades turísticas têm adquirido maior destaque entre as atividades econômicas desenvolvidas no mundo. O turismo também pode ser entendido como uma atividade que pode contribuir com a divulgação, promoção e preservação do patrimônio cultural, sendo a história das cidades, de seus atrativos, de seus monumentos e de seus patrimônios culturais um campo em potencial para se desenvolver atividades turísticas. Dessa forma, ao representar a Usina Velha enquanto atrativo turístico, o jornal *O Progresso* também indica, em suas matérias, a necessidade de se preservar esse bem cultural como um elemento importante para a história do município.

No ano de 2015, é publicada uma notícia como forma de denúncia por José Alberto

Vasconcellos, advogado e membro da Academia Douradense de Letras. Nela, a Usina Velha é representada como um patrimônio histórico abandonado e saqueado "por ladrões 'de alto e baixos coturnos' que nunca foram incomodados pela justiça e vem agora recebendo continua atenção de políticos, que prometem restaurá-la, porque é histórica – dizem, mastigando a demagogia que os animam! " (*O Progresso,* 31/1/2015, p. 2). Essa notícia destaca também o silêncio das autoridades competentes e da sociedade frente aos acontecimentos de roubo e desvio de verbas destinados aos bens públicos, sobretudo relacionados à Usina Velha. Nesse sentido, noticiou-se que:

> Desde a primeira administração de Laerte Tetila como prefeito (2001/04) que o Informe C cobra um destino digno para as ruínas da usina velha de energia elétrica, às margens do córrego Laranja Doce. Naquela época, ZECA DO PT, enquanto governador, arrumou (e depois desviou para outros fins) uma verba do Banco do Brasil para revitalização do local (O Progresso, 31/1/2015, p. 2).

Dessa forma, a Usina Velha tem sua representação ligada à memória e também como elemento cultural a ser preservado. Além disso, a situação de descaso pelo poder público é evidenciada, inclusive ao afirmar o desvio dos recursos financeiros destinados à sua manutenção e revitalização.

O ano de 2016 apresenta matérias relacionadas à Usina Filinto Muller, nas quais a mesma é retratada como local abandonado, uma ruína depredada, porém tombada como patrimônio histórico, como "fumódromo" e espaço propenso ao foco do mosquito da dengue, além de evidenciar a grande quantidade de lixo encontrada naquele local. Refere-se à Usina Velha como um patrimônio que deve ser socorrido com urgência, ao passo que novamente faz uma denúncia de desvio de verbas públicas que poderiam ser destinadas à restauração deste patrimônio, além de retratar seu abandono, sendo a mesma frequentada por vândalos que utilizam o espaço para o uso de drogas. As representações negativas são acentuadas e relacionadas ao local:

> A usina está sendo frequentada por pessoas que valorizam a história de Dourados, porém infelizmente também vem sendo frequentada por vândalos que deixam rastro de lixo por onde passam, contribuindo para a proliferação do mosquito aedes que transmite a dengue, febre Chikungunya e Zika Virus. Vândalos frequentam por frequentar, geralmente para fazer o uso de drogas [...]. Além de camisinhas usadas descartadas no local em que facilmente qualquer criança tem acesso, o local também tem restos de materiais utilizados para o uso de drogas. No local a equipe de O PROGRESSO também constatou o descarte de várias embalagens marmitex, garrafas pet, latas de cerveja, sacolas plásticas [...] (O Progresso, 11/1/2016, p. 9).

As últimas matérias de 2016 destacam, mais uma vez, a depredação da usina, afirmando que o deputado estadual George Takimoto havia encaminhado uma proposta aos representantes estaduais no Congresso Nacional. Nessa proposta, o membro do Legislativo estadual solicita a mobilização de verbas federais para atender as demandas de grande valor social e histórico-cultural em Dourados, como disposto a seguir:

> Segundo Takimoto, um dos mais emblemáticos patrimônios históricos e culturais dos douradenses está em ruínas e deve ser socorrido com a máxima urgência [...]. A Usina Velha é um marco em progressiva deterioração, o que significa perder um registro dos mais valiosos da nossa história. E esta é uma perda que não tem como recuperar (O Progresso, 15/9/2016, p. 9).

Acerca do que foi apresentado nestas matérias, é visível o retrato sobre a triste condição da Usina Velha e a maneira como o espaço se encontra. As fontes analisadas apontam que o local foi utilizado para prostituição, uso de drogas e foco de dengue. Esses fatores contribuem para sua depredação e, se analisados sob a óptica do patrimônio cultural, comprovam, em alguma medida, que parte da população desconhece o valor histórico desse bem patrimonial. Além disso, foi possível notar que as representações relacionadas aos fatores negativos são percebidas de forma mais recorrente. No entanto, sabemos da enorme importância desse patrimônio para a história da cidade e de seus moradores. Sobre o valor histórico da Usina Velha, salienta-se que esse patrimônio, "possui as características do patrimônio material, especificamente do histórico-cultural" (PINTO, 2015, p. 32). Nesse sentido,

> Para o estudo considera-se que no conceito de patrimônio estão inseridos aspectos como: pressupõe-se que existem valores comuns que são compartilhados pela sociedade; os fatores que determinam a escolha deste são: o excepcional, o belo, aquilo que representa a nacionalidade; e "é entendido como um bem material concreto, um monumento, um edifício, assim como objetos de alto valor material e simbólico para a nação" (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 20).

A última matéria selecionada para análise neste artigo que trata diretamente da Usina Velha foi publicada no ano de 2018 e, mais uma vez, retrata-a como um local depredado, porém destaca uma importante estrutura do edifício: sua chaminé. Segundo publicado no jornal, sem manutenção, a chaminé da Usina Velha corria o risco de desabar a qualquer momento, ressaltando, ainda, como essa problemática era antiga. Destacou que, a cada dia que passa, as fissuras estavam aumentando, representando um grande perigo para quem frequentava o local (*O Progresso*, 22/3/2018, p. 12). Vale salientar que a chaminé da Usina Velha se destaca no conjunto arquitetônico, visto que possui cerca de 28 metros de

altura. Ela também está presente no imaginário popular dos moradores mais antigos, pois ao longe podia-se ver a fumaça que saía por essa chaminé durante seu funcionamento. Além disso, há várias histórias ligadas a esse elemento no campo memorialístico, entre elas a de que dois raios atingiram a chaminé no mesmo ponto, porém em momentos diferentes, "contradizendo o dito popular que: onde caiu um raio não cai dois. Na Usina Velha não foi o caso!" (OLIVEIRA, 2009, p. 133). Há inúmeras referências à chaminé em produções literárias, fotográficas e artísticas no campo cultural de Dourados, a exemplo do título do livro da poetisa Heleninha de Oliveira: *Usina Velha: raios na chaminé,* publicado em 2009.

Portanto, diante das matérias e notícias que foram analisadas, observa-se que elas perpassam por questões ligadas a depredações, pedidos de projetos, solicitação de recursos para revitalização, manutenção, ponto turístico, entre outras representações. Neste sentido, constata-se que os conteúdos são dos mais variados. Entretanto, é notável que a maior parte de suas representações o que mais é representado dizem respeito ao estado de depredação e abandono em que a Usina Velha se encontra, bem como o descaso dos órgãos públicos responsáveis pela sua revitalização. Há também evidências em que, ao mesmo tempo que parte da sociedade clama pela sua preservação, outra parte colabora para a sua depredação, ou seja, apesar de a Usina Velha ser representada enquanto símbolo importante para a história de Dourados nas páginas d'*O Progresso*, ela também é alvo da denúncia do descaso e da negligência do poder público para com o patrimônio cultural municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise das fontes dessa pesquisa, considera-se que as alterações no campo preservacionista público municipal foram pouco relevantes, considerando as diversas matérias que denunciaram o estado de abandono através do tempo de um dos mais significativos patrimônios histórico-culturais do nosso município e que faz parte da história relacionada ao progresso e crescimento da região Centro-Oeste. No intuito de proporcionar uma reflexão sobre os valores históricos desprezados, em certa medida, pelo poder público e a depreciação pela história local de parte dos moradores da região, relegando a importância dada ao tema Usina Velha, é imprescindível a busca de um despertar pelo interesse e para a importância que a Usina Senador Filinto Muller, a Usina Velha, possui enquanto um elemento histórico e patrimonial único e singular.

Em linhas gerais, por meio das análises das matérias pesquisadas no jornal *O Progresso* no período de 2011 a 2018, constatou-se que a Usina Velha possui uma grande

relevância histórica, cultural e econômica, não somente para sociedade douradense, mas para toda a região. Houve a compreensão de que a usina foi a pioneira na geração de energia no final da década de 1940, sendo que, no ano de 1952, encerrou o fornecimento de energia e, no ano de 1954, foi desativada. À época de seu funcionamento, revolucionou uma geração, mesmo que de forma parcial, pois iluminava a área central da cidade, fazendo com que muitas famílias que dependiam dos lampiões e das candeias deixassem de lado esses utensílios, utilizando a energia elétrica em seus lares.

Compreendeu-se que, no ano de 1991, a Usina Velha foi tombada como patrimônio histórico e cultural e tornou-se pauta das políticas municipais de cada nova administração. Foram apresentados projetos de revitalização e também pedidos de sua transformação em centro cultural, ao passo que parcelas da população se manifestaram a favor destes projetos, cobrando a execução dos mesmos. Foi observado, através da análise das matérias publicadas no jornal *O Progresso,* como a Usina Velha foi retratada em cada ano, e que a maioria das notícias a apresentava como um patrimônio histórico em ruínas, depredado e abandonado.

Apesar dos esforços e das cobranças realizadas pela sociedade, pela equipe jornalística de *O Progresso* e do inquérito civil público em desfavor da prefeitura por abandono de patrimônio público, infelizmente o que predominou, diante do desfecho dos vários projetos apresentados e das ações públicas impetradas, foi a falta de uma política patrimonial municipal concreta, embasada em procedimentos e critérios coerentes, além da própria ineficiência do Estado com relação ao patrimônio cultural local.

REFERÊNCIAS

BARROS, José de Assunção. *Fontes Históricas: Introdução aos seus usos historiográficos.* Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

CANDAU, Joel. *Memória e Identidade. São Paulo:* Contexto, 2014.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006

CPDOC FGV. *A era Vargas: dos anos 20 a 1945.* Filinto Muller. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/filinto_muller. Acesso em 21 nov. 2020.

ERNANDES, Mercolis Alexandre. *A construção da identidade douradense (1920-1990)*. 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

FERREIRA, Analina. *A Usina Termelétrica Senador Filinto* Müller: história e patrimônio cultural (1940-2003). 2003. 43 f. Monografia (Especialização em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural.* Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre/RS. *Anais...* Porto Alegre: UFGRS, 2015. p. 1-12. Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/view. Acesso em 7 jun. 2020.

LEGOFF, Jacques. *História e memória*. 2ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio: uma construção permanente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2017.

MOREIRA, Regina Heloíza Targa. *Memória fotográfica de Dourados*. Campo Grande/MS: UFMS, Centro Universitário de Dourados, 1990.

OLIVEIRA, Maria Helena Izidório de. *Usina Velha*: raios na chaminé. Dourados (MS): M.H.I. de Oliveira, 2009.

PACHECO, Alexandre. *As implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de habitus e campo em Pierre Bordieu*. In: ANPUH: XXIII Simpósio Nacional de História: Londrina, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206372_fe7dc47fe14309e9900579a5061ed0d0.pdf. Acesso em 7. nov. 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e representações, uma trajetória. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.45-58, jan./dez. 2006. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6395/3837. Acesso em 1 nov. 2020.

PINTO. Maiara Laís. *Da usina termoelétrica Senador Filinto Muller à Usina Velha: contribuição à história de um patrimônio histórico-cultural douradense*. 2015. 180f. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados. Disponível em <https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/03/MAIARA-LAÍS-PINTO_ago_2015.pdf. Acesso em 7 jun. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico*: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. *Revista de Teoria da História*, v. 6, n. 2, p. 27-53, 2011. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28974. Acesso em 1 nov. 2020.

SOUZA, Danilo Rodrigues; FILHO, Severino Cabral. O periódico como fonte na pesquisa histórica: trabalho e trabalhadores no jornal "Diário da Borborema" - Campina Grande, 1957-1980. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: conhecimento histórico e diálogo social. 27., 2013, Natal/RN. *Anais...* Natal: ANPUH BRASIL, 2013, p. 1-13.

STANGER, Monica Zanelatto. *Memória, Patrimônio e História*: uma abordagem prática. In: O professor PDE e os desafios da escola pública Paranaense. Cadernos PDE, 2008, Volume I - ISBN 978-85-8015-039-1, Governo do Paraná.

FONTES

O Progresso

O Douradense

Recebido em 29/04/2021

Aprovado em 26/09/2021

A OCUPAÇÃO E OS ESPAÇOS DE DIMENSÕES DE SOCIABILIDADE DO INTERIOR PAULISTA NA LÓGICA DA "VIA PRUSSIANO-COLONIAL" DE FORMAÇÃO CAPITALISTA

OCCUPATION AND SPACES OF SOCIABILITY DIMENSIONS IN THE PAULIST INTERIOR IN THE LOGIC OF THE "PRUSSIAN-COLONIAL ROUTE" TO CAPITALIST FORMATION

DONZELLI, Cledivaldo Aparecido[1]
https://orcid.org/0000-0002-0100-4164

RESUMO: O artigo versa sobre as tipologias do capitalismo inseridas em condições históricas diversas, fundamentais para a compreensão da mudança desse sistema e da formação da burguesia brasileira. Apresenta a dinâmica própria da constituição da mesma dentro do processo de emancipação e constituição da nação brasileira no viés conservador que dista do processo revolucionário clássico verificado na França e Inglaterra. A trajetória caracterizada por conciliações entre as elites brasileiras levada a cabo principalmente pela burguesia agrária torna emblemático o processo de ocupação do território paulista com seus específicos contornos de constituição de bairros rurais, vilas e cidades. O artigo demonstra as tardias instituições responsáveis pelas tentativas de estímulo aos usos da civilidade, homogeneização identitária e da formação de narrativas sobre a epopeia histórica da destruição do atraso no sertão bravio paulista.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo; Povoamento; Interior paulista.

ABSTRACT: The article deals with the typologies of capitalism inserted in different historical conditions, fundamental to the understanding of the change of this system and the formation of the Brazilian bourgeoisie. It presents the dynamics proper to its constitution within the process of emancipation and constitution of the Brazilian nation in the conservative bias that is far from the classic revolutionary process verified in France and England. The trajectory characterized by conciliation between the Brazilian elites carried out mainly by the agrarian bourgeoisie makes the process of occupation of São Paulo territory emblematic with its specific contours of constitution of rural neighborhoods, towns and cities. The article demonstrates the late institutions responsible for attempts to stimulate the uses of civility, homogenization of identity and the formation of narratives about the historical epic of the destruction of backwardness in the backwoods of São Paulo.

KEYWORDS: Capitalism; Settlement; São Paulo countryside.

1 Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho de Marília - SP, mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho de Assis - SP, especialista em História do Brasil pela PUC de Belo Horizonte - MG e graduado em História pela Fundação Educacional de Penápolis. Atualmente é professor da Fundação Educacional de Penápolis. E-mail: cledivaldoaparecidodonzelli@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe reflexões acerca do entendimento de que o capitalismo apresentou dinâmicas próprias de implementações a partir das condições históricas singulares de cada localidade. Mostra as diferentes nuances, dentre elas, aquela encontrada empiricamente na Inglaterra e França, reconhecida na consubstanciação de um modelo, onde sua trajetória foi pautada no desenvolvimento do comércio, no renascimento e transformações das cidades e das notórias revoluções tecnológicas proporcionadoras de uma brutal mudança das relações sociais de produção retirando milhões de pessoas nas condições de artesãos e camponeses e os inserindo dentro de uma lógica de civilidade balizada pelos ditames dos novos valores e costumes de uma classe social protagonista desse processo, e, portanto, revolucionária, a burguesia.

O artigo demonstra também, que essa denominada via reconhecida como clássica não se dá da mesma forma em outras partes do planeta, em função das condições históricas próprias da constituição de uma classe burguesa que minimiza e torna mais lenta a transição para o capitalismo, por ser uma classe social que adota os componentes de produção próprios do capitalismo na produtividade no campo, devido sua gênese no contexto feudal específico. Isso freará as transformações e trará uma conformação de poder onde não se verificam rupturas e sim conciliações responsáveis por um distanciamento da via clássica, principalmente no campo político, onde se tolera e eventualmente se aceita a autocracia para a segurança das elites empreendedoras desse modelo de sociedade. Isso se dará em grande medida na Alemanha e servirá para a compreensão das formulações de papeis e funções do Estado garantidor ou não das condições de existência a de sua população. Um Estado bem feitor e interventor e que equilibraria as forças em tensão visando um perene processo de manutenção do establishment das elites oriundas dessa conciliação.

As reflexões remeteram também para as condições próprias verificadas na América, onde o colonialismo escravista canalizou através do mercantilismo insumos para o acúmulo primitivo de capitais para as metrópoles europeias e que, no momento dos processos emancipacionistas das nações americanas, as condições foram dadas para a avidez das nações europeias pela extensão dos seus tentáculos visando matérias-primas, mercado consumidor e mão de obra em abundância.

As elites produtivas locais assentadas no modo de produção escravista, buscavam sintonizar-se com a modernidade dos processos produtivos capitalistas e assim introduziram de forma a não ocorrer rupturas que pudessem colocar em risco e ampliar espaços de participações de uma incipiente burguesia urbana e industrial e assim desmontar de vez

o modelo antigo de produção agrária exportadora. Com isso, se verificou no território americano, com suas conformações variadas, outra via com especificidade própria que atrasou sobremaneira a introdução da civilidade clássica europeia e propiciou um modelo político com contornos de uma autocracia, que fragilizou a tão decantada cidadania e Estado de direitos, a "via prussiano- colonial".

Isto posto, o artigo pretende também demonstrar que a inserção do processo de povoamento e constituição de bairros rurais, vilas, vilarejos e cidades no território paulista a partir do século XIX, se deu nas condições próprias e inseridas na via "prussiano colonial", levada a cabo por uma burguesia rural financiada por um Estado e nação que implementava um espectro político de conformação e conciliação entre as elites formadas por produtores rurais, profissionais liberais, comerciantes brasileiros e estrangeiros e uma incipiente elite industrial.

O artigo, portanto, versará sobre a emblemática expansão de ocupação de espaço no interior do Estado de São Paulo iniciado a partir de finais do século XIX carregado de discursos reverberados da influência inglesa pautado no pioneirismo e nos ditames do progresso. Pretende-se, com isso, apresentar os componentes de uma modernização presentes na ocupação desse território, tais como o cultivo em larga escala do café, linha férrea e introdução de algumas indústrias com capitais nacionais e estrangeiros. Com isso, se constata uma configuração própria da paisagem urbana paulista com estética arquitetônica e legislações que acenavam para uma tentativa de modernidade mimetizada em cidades centenárias europeias ou até mesmo em capitais como São Paulo e Rio de janeiro. Além disso, criam se também espaços de sociabilidade nos meios urbanos específicos de uma região que se expandia pelo estímulo de atração de imigrantes, que deu contornos a uma híbrida população que vislumbrava a partir de negociações de identidades, uma homogenia narrativa de valores e papeis no processo pioneiro e na epopeia de modernização dos sertões paulistas. Doravante, erigiram clubes de serviço, clubes sociais, associações e museus para a veiculação dos usos de uma civilidade e de práticas aceitas que distinguiam e uniam grupos de identificações de classe, nacionalidade e de raça.

A tessitura do artigo se deu através da consulta bibliográfica que permeou reflexões acerca de conceitos e ideias fundamentais para a inteligibilidade da temática. Os conceitos e debates sobre processo civilizador, espaços de sociabilidade, grupos, espaços de memória e capitalismo foram fundamentais para o embasamento às respostas da hipótese que é a relação do desenvolvimento do capitalismo brasileiro pela "via prussiano-colonial" com a tardia inserção de práticas e representações em torno da civilidade no processo de

povoamento do interior paulista.

A ESPECIFICIDADE DA CONSTITUIÇÃO DA BURGUESIA E DA FORMAÇÃO DO CAPITALISMO BRASILEIRO

A constituição da paisagem urbana no Brasil tem uma gênese em comum com a de vários países latino-americanos, mas também possui especificidade por conta da engenharia de formação do capitalismo que se difere do denominado modelo clássico observado na Europa e mesmo da trajetória da formação do capitalismo nas Américas. Para isso, é salutar apresentar as trajetórias históricas díspares da Europa e América para a inteligibilidade das especificidades da paisagem urbana, principalmente brasileira, que será desenvolvida no próximo item.

Em todo território americano se verificou uma evolução do capitalismo onde empiricamente foi possível identificar as suas condições históricas específicas, pois o modelo clássico percebido na Europa, a partir das condições históricas próprias de constituição da burguesia, enquanto classe social revolucionária na França e Inglaterra serve para compreender o padrão estrutural do capitalismo norteador paradigmático de um modelo para outras regiões fora da Europa.

As características do capitalismo – mais-valia, capital, lucro e salário - permeiam os demais, mas os ritmos e dinâmicas são díspares e também tardios. No caso das Américas, diferentemente da Europa experienciou-se o colonialismo escravocrata, canalizador de um acúmulo primitivo de capital pelas metrópoles europeias, levado a cabo pelo mercantilismo.

O colonialismo escravocrata foi incompatível com a dinâmica histórica da formação de uma burguesia urbana, comercial e industrial europeia, que desde o modo de produção feudal acumula um poder econômico ao ponto de exigir também o poder político para a implementação de escopo governamental capaz de garantir a sua consolidação e expansão. Ela se tornou revolucionária por colocar em xeque o status quo da nobreza feudal e assim instituir um novo *establishment* do qual permeia um processo civilizador (ELIAS, 1994), agora sobre a égide de relações capitalistas de produção e vivência em espaços de sociabilidade modernos nos ambientes urbanos e industriais.

Nas Américas, contudo, a economia pautada nas relações de trabalho escravo e a existência de colonos cuja prática econômica estava na produção de gêneros agrícolas para servir os ditames dos mercados internacionais implementados pelas suas metrópoles, freou seu surgimento, como deu contornos bem diferentes à uma classes social que viria a ser a burguesia americana com suas facetas agrária, financista, comercial e industrial típicas

desse continente.

Nas sociedades capitalistas clássicas as instituições emergem para cimentar os valores modernos no campo da economia, sociedade e política e assim inventam outra tradição de forma a prospectar um futuro prometido graças às revoluções oriundas das fontes de energia, meios de transportes e nas maquinarias. O progresso se apresenta alvissareiro e o desencantamento do mundo obscuro do feudalismo agrário e práticas sociais rurais estavam formulando novas identidades que passavam pela noção de nação e de classes sociais, até mesmo de raça. Momento de exacerbação das crenças nas ciências e desconfianças nas explicações transcendentais das religiões.

Para essas reflexões, é essencial apresentar a caracterização da denominada via clássica do capitalismo europeu realizada por Mazzeo (1989) dentro de um processo específico da história social e econômica da Europa:

> Podemos, assim, notar que no bojo do processo de ascensão revolucionária da burguesia, surge o espaço histórico para a ampla participação e organização das massas populares, quer no processo da guerra civil inglesa, quer no, qualitativamente mais radical, processo revolucionário francês. Evidencia-se, também, a total destruição do que restava da ordem feudal, porque a luta de classes nessas formações sociais, assume um nítido caráter de desenvolvimento capitalista, em seu conjunto estrutural. No quadro histórico dessas revoluções, o liberalismo é, objetivamente, a expressão teórico-ideológica do momento eminentemente revolucionário de um novo modo de produção e de sua vanguarda – a burguesia (MAZZEO, 1989, p. 109).

A internacionalização dessa civilidade levou o continente americano a iniciar um processo próprio de mudança das práticas desse modelo. Ao se iniciar os movimentos emancipacionistas das colônias frente às metrópoles europeias, as condições históricas e configurações díspares de classes sociais fizeram com que a incipiente e específica burguesia americana também se tornasse revolucionária dentro de uma via denominada por alguns cientistas sociais de "prussiano-colonial", pela forma conciliadora detectada empiricamente.

O termo prussiano advém de Lênin para designar a especificidade do capitalismo alemão e como ainda nos apresenta Mazzeo (1989, p. 109):

> Nessa forma social de desenvolvimento temos uma situação em que a fazenda feudal do proprietário de terras se transforma lentamente em uma fazenda burguesa, junker, condenando os camponeses a decênios inteiros da mais dolorosa expropriação. Vemos, assim, que na Alemanha a passagem do feudalismo ao capitalismo se dá de forma lenta, sem rupturas de caráter revolucionário.

No Brasil, a transição ocorreu dentro dos quesitos das emancipações coloniais e constituições das nações levadas a cabo por arcabouços jurídico-administrativos pautados em monarquias ou repúblicas próprias das engenharias de conformações de classes, resquícios do colonialismo escravista. O fato é que isso fez com que ressignificasse o modelo clássico europeu de capitalismo com suas nuances ideológicas na economia, sociedade e política, pois, limitou os espaços de participações das massas e acomodou os traços coloniais, dando com isso, contornos de uma simbiose das práticas arcaicas coloniais com as modernas práticas sociais, políticas e econômicas. O paternalismo, o fisiologismo e o clientelismo foram instrumentos eficazes para os propósitos da específica burguesia brasileira, de assegurar uma restrita participação social nos destinos da nação, sem riscos de uma revolução mais típica de uma burguesia clássica europeia que garantia espaços mais amplos de participação e assim apresentariam uma sociedade polidamente democrática nos ditames e limites de uma sociedade burguesa instituidora do Estado de direito.

Para corroborar com essas reflexões é salutar a apresentação dessa via específica do caso brasileiro da constituição do capitalismo:

> O aspecto "prussiano" aparece, assim, no sentido de caracterização de um processo tardio de acumulação de capital, consagrado na análise leniniana como forma de desenvolvimento burguês, que se enquadra nas grandes tendências gerais de análise da entificação do capitalismo. Pensamos então que, para melhor conceituar o processo brasileiro, a noção de "via prussiano-colonial" é a que mais expressa sua geneticidade, porque respeita a legalidade histórica de sua condição colonial e, ao mesmo tempo, considera a configuração tardia (ou "hipertadia", como quer Chasin) e agrária do processo de acumulação e posterior industrialização do Brasil (MAZZEO, 1989, p.119).

Assim sendo, foi apenas a partir de 1930 que se verificou no Brasil um processo agudo de industrialização com contornos modernos apresentados por uma ínfima parcela da burguesia nacional que tentava colocar na ordem do dia e na agenda do governo e Estado brasileiros à necessária civilidade apregoada nesse momento pelos Estados Unidos da América (EUA). A saída foi, por conta do amálgama das elites consubstanciada na burguesia, garantir uma transição segura da ordem colonial escravocrata, um modo de produção capitalista cuja base e força motriz se fizessem a partir de uma relação de dependência das nações cujas economias já contavam com as aprimoradas máquinas e tecnologias.

Por isso, também é salutar enfatizar a postura dessa burguesia específica brasileira que tem contornos pautados no pragmatismo ao se inspirar nas teorias clássicas do liberalismo, pois por conta de sua trajetória marcada pelo movimento contínuo de uma

revolução embasada nos ditames de uma conciliação de setores da classe burguesa, foi responsável por uma transição do colonialismo escravocrata de forma segura e de cima para baixo sempre alinhada com as preocupações de limitar espaços de movimentos de cunho social e ilustrado de setores da própria burguesia e da classe trabalhadora. A autocracia foi a solução encontrada, portanto fora dos parâmetros clássicos e originários das burguesias revolucionárias francesa, inglesa e norte-americana.

No Brasil, a recíproca dependência da burguesia nacional e internacional garantiu a industrialização e a modernização dos instrumentos políticos e sociais, mesmo abrindo mão, em alguns momentos, dos princípios norteadores do denominado Estado de direito. É como assevera Florestan Fernandes (1976, p. 291):

> O que a parte dependente da periferia "absorve" e, portanto, "repete" com referência aos "casos clássicos", são traços estruturais e dinâmicos essenciais, que caracterizam a existência do que Marx designava como uma economia mercantil, a mais-valia relativa etc. e a emergência de uma economia competitiva diferenciada ou de uma economia monopolista articulada etc. Isso garante uniformidades fundamentais, sem as quais a parte dependente da periferia não seria capitalista e não poderia participar de dinamismos de crescimento ou de desenvolvimento das economias capitalistas centrais. No entanto, a essas uniformidades – que não explicam a expropriação capitalista inerente à dominação imperialista e, portanto, a dependência e o subdesenvolvimento – se superpõem diferenças fundamentais, que emanam do processo pelo qual o desenvolvimento capitalista de periferia se torna dependente, subdesenvolvido e imperializado, articulando no mesmo padrão as economias capitalistas centrais e as economias capitalistas periféricas.

A versão atual no liberalismo, o neoliberalismo, é o norteador dessa engenharia de governança política e econômica, assegurando assim o controle total das esferas políticas e das instituições representativas das classes trabalhadoras, na medida em que age para enfraquecer os sindicatos, partidos e associações representativas da maioria da população trabalhadora desse país.

Enfim, o período onde se constata um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), principalmente pelo processo de urbanização que inchou cidades, transformando-as em metrópoles entre os anos de 1930 e 1970, representa bem o resultado desse amálgama de setores da burguesia (agrária, financeira e industrial) em torno de uma governança que trouxesse segurança para a perpetuação do *status quo* e imprimissem uma específica formação do capitalismo brasileiro com uma característica de concentração brutal de rendas e uma frágil democracia que deixa de fora os valores clássicos da burguesia, dentre eles os de cidadania.

AS IMPLICAÇÕES DA "VIA PRUSSIANO-COLONIAL" DO CAPITALISMO NA OCUPAÇÃO DAS TERRAS DO INTERIOR PAULISTA

A distinção do modelo capitalista brasileiro descrita no item anterior enseja uma análise do processo de ocupação das terras interioranas com seus contornos econômicos e sociais típicos de uma transição lenta da lógica colonial para a lógica capitalista. Na Europa a ruptura com o feudalismo é verificada no processo de renascimento das cidades e do comércio inserido nas condições específicas das relações de produção caracterizadas por mecanismos do modo de produção feudal e do embrião do capitalismo ainda nos moldes da acumulação primitiva, bem como no bojo de conflitos religiosos entre cristãos e árabes. A partir do século XI constatou um fenômeno de concentração de produtos orientais e de pessoas nos entroncamentos de vias e portas de igrejas e mosteiros, acenando para a constituição de burgos e, posteriormente, cidades modernas. As fábricas artesanais impulsionadas pelas guildas e grandes feiras, foram fundamentais para o germe da destruição do feudalismo, pois se verificou outra possibilidade de sobrevivência a partir de moradias em burgos e atividades que possibilitariam uma relativa liberdade em relação ao trabalho servil.

Destarte, por condições e mudança histórica que se depreenderam disso, incluindo as constituições dos estados modernos e a Revolução Industrial, deram contornos próprios às vivências em meio urbano recheado por chaminés de fábricas que revelavam seu grau de tecnologia e modernidade da humanidade. Era a expressão concreta do irromper de uma nova civilidade pela via do capitalismo clássico.

Para o propósito deste artigo será apresentado a especificidade da dinâmica da constituição de cidades no Brasil, que se deu de forma própria por se inserir na denominada "via prussiano-colonial" de desenvolvimento capitalista que suscitou contornos diversos daquele percebidos na Europa.

Verifica-se, portanto, que houve uma subsunção da burguesia brasileira aos polos do capitalismo clássico na perspectiva de consolidação de uma economia que se conforma como subsidiária à grande produção industrial e tecnológica, tendo como consequência direta uma modernização que objetivava uma manutenção dos fundamentos coloniais de sua organização produtiva, motivo de atrasos econômico e social, na medida em que a burguesia agroexportadora articula-se com a burguesia industrial britânica.

A conciliação da burguesia brasileira com o arcaísmo, como um todo, tanto nas relações de produção como nas relações sociais, deu contornos específicos ao processo de povoamento do interior do país, o qual não se deu em entroncamentos de vias e aos redores de igrejas e mosteiros, e sim, em bairros rurais e vilarejos impulsionados pela avidez de

lucro de uma burguesia agrária exportadora que via no café uma possibilidade de acúmulo de capital cuja condição de relevo e clima os favoreciam para esse intento, principalmente nas regiões sul e sudeste. Uma burguesia que num ritmo lento, porém seguro, buscava sua libertação das amarras do colonialismo escravocrata caracterizadas por mecanismos de produção que atravancavam seu desenvolvimento. A cultura do café impôs uma lógica de exigência de modernização que foi desde o trabalho por meiação, parceria e colonato até assalariamento. Formas modernas de cuidado no manejo do solo e beneficiamento do produto café, também demonstram a tentativas paulatinas de sintonia com métodos mais clássicos do capitalismo.

A consequência disso, foi um modelo de povoamento do interior com apoio do governo da província imperial e depois do governo do estado já na República, levada a cabo por uma política de dependência de investimentos ingleses tanto em capitais financeiros como de maquinários e tecnologias de transportes, tal como vias férreas. É o que nos assevera Pierre Monbeig ao apresentar as mudanças de comportamento e de direção da elite agrária paulista:

> A riqueza, os laços com a corte, a política, impeliram os grandes fazendeiros a relações de negócio e a uma vida mundana que os punham em contato com os europeus: com os representantes diplomáticos, os financistas e os pequenos comerciantes do Rio de janeiro, primeiramente; com a própria Europa em seguida. Estavam eles, pois, a par das transformações econômicas e das revoluções políticas da Inglaterra, da França, da Itália e da Alemanha. Era normal que procurassem inspirar-se nelas ou a delas tirar partido (MONBEIG, 1984, p. 96).

Para a engenharia de produção do café, precisava também otimizar e tornar eficaz o modelo da produção quanto à utilização de recursos humanos. Para isso, buscaram a solução a partir de atração de mão de obra de imigrantes europeus, principalmente de espanhóis, portugueses, alemães e japoneses que com recursos advindos do governo do Estado de São Paulo e das associações dos próprios fazendeiros, inundaram as terras do interior paulista nos primeiros bairros rurais que margeavam a linha férrea construída para logística do comércio principalmente voltado para o mercado externo. Portanto, diferente de burgos, como na Europa, no interior paulista as aglomerações de pessoas se darão inicialmente em bairros rurais de hábitos e costumes ainda bem distantes da modernidade das vivências das cidades europeias.

Na esteira desses acontecimentos, primeiramente os agrupamentos humanos se deram em bairros rurais já verificados no território do Estado de São Paulo desde fins do século XVIII e a partir de fins do século XIX com a chegada de massas de imigrantes

europeus, os mesmos terão outro componente sociocultural dando novas configurações na paisagem rural paulista.

Percebe-se, com isso, que além dos motivos de impulsionamento já demonstrados acima, temos também que enfatizar a política agrária implementada pelo Império brasileiro a partir de 1850 com a denominada Lei de Terras, facilitando sobremaneira a posse de terras no território paulista, principalmente na frouxidão no cumprimento da mesma no que diz respeito à posse de terras devolutas. O apossamento em grande parte do território paulista se deu de forma fraudulenta e violenta com extermínio de índios e facilitação de entradas de companhias estrangeiras que comercializariam as terras a partir da avidez em também produzir o produto da época de maior lucratividade, o café.

Como decorrência desses fatores, houve um desmantelamento de quase todas as tribos do Estado de São Paulo. O caso emblemático se remete aos Caingangues, o último grupo aborígene deste território. Em nenhum lugar do país é mais intensa, em fins do século XIX e início do século XX, a penetração para a ocupação, comércio e organização da produção nas denominadas terras devolutas. Com isso, a intensidade do genocídio em relação a esses povos se dá proporcionalmente pelas dimensões e velocidade do movimento específico de ocupação.

Os bairros rurais paulistas surgiram no bojo do desenvolvimento pela via do capitalismo "prussiano-colonial" já apresentada anteriormente, pois não foram impulsionados pelo comércio de mercadorias industrializadas e muito menos por indústrias de grandes dimensões e sim através de empreendimento de uma incipiente burguesia agrária ainda em processo de mudança no que diz respeito em aplicar as técnicas para o acúmulo de capitais praticados pelos capitalistas da via clássica verificadas na Europa.

Vale para o propósito desse item, denominar bairro rural e caracterizá-lo para embasar a peculiaridade da formação de aglomerações humanas no território paulista:

> Estabelecia-se uma rede estreita de relações entre os roceiros pertencentes ao mesmo grupo de vizinhança, que adquiriam consciência da unidade e do funcionamento deste. Configuração social intermediária entre família, de um lado, e de outro lado o arraial, ou a vila, ou a cidadezinha, o bairro apresentava as formas mais elementares de sociabilidade da vida rústica, que se alargavam em diferentes graus a partir dele, na seguinte escala: a) relações familiares; b) relações de vizinhança; c) relações de bairros entre si; d) relações com a região; e) relações com o exterior (isto é, com tudo que ultrapassa a região). Tal gradação indica que os bairros, constituindo embora unidades funcionais relativamente autônomas, eram sempre tributários de um povoado ou de uma cidadezinha. (QUEIROZ, 1973, p. 4)

Esse desenho de constituição dos povoados no interior de São Paulo denota

emblematicamente a rusticidade de uma burguesia que atravancará a evolução do capitalismo e a modernização das cidades. Isso decorrerá do atraso do surgimento das camadas médias da burguesia o que comprova a tardia inserção de práticas e valores clássicos de relações sociais e de produção. Somou-se a isso, a demora da penetração de tecnologias de produção no campo e a decantada civilidade que caracterizou a promessa das revoluções burguesas que somente se iniciará com a opção de dependência do capitalismo externo levado a cabo pela substituição das importações.

O primeiro ato concreto que demonstrou um dos componentes da modernidade em territórios paulista foi a locomotiva que desde 1867 transportava o progresso e trazia um imaginário caracterizado por uma crença alvissareira de esparramar para terras inóspitas do Estado de São Paulo as práticas capitalistas que trariam segurança em plena transição do período colonial e constituição de uma nação sob governança do Império e depois de uma República aos moldes de uma burguesia agrária.

O adensamento demográfico, portanto, ocorreu com a parceria ferrovia e café, tendo como marca indelével o surgimento de bairros rurais e cidades, delineando também regiões que trariam identidades geográficas aos seus moradores por estarem, por exemplo, na Alta-Paulista, Vale, Sorocabana, Mogiana, Noroeste ou na Araraquarense.

A conjuntura internacional que demonstrava alguns problemas cíclicos do capitalismo fez com que o Estado de São Paulo se obrigasse a inverter a importação de produtos de uso doméstico e partir para um processo próprio de produção para o consumo interno:

> Acontecimentos internacionais de peso regeram parte desse movimento crescente, exigindo investimentos alternativos e a aposta decisiva na atividade industrial. As duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), entremeadas pela quebra da bolsa de Nova York (1929), demandaram a busca de soluções imediatas para o suprimento do mercado interno e para a diversificação agrícola, estímulos que favoreceram a gradual substituição dos produtos manufaturados e insumos que favoreceram pelo similar nacional. Num primeiro momento, antes da Crise de 1929, indústrias de tecidos, papéis, alimentos e implementos agrícolas conheceram desempenho estimulante para apostas mais arrojadas no setor. A partir de 1930, as políticas nacionalistas implementadas permitiram aportes necessários para investimentos na área. (MARTINS, 2008, p. 54)

Enfim, o contexto descrito acima ditará o desenho de paisagem urbana no interior do Estado de São Paulo, posto em prática pelos governos municipais com inspirações modernas baseadas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A homogeneidade da paisagem urbana parte de uma elite que de costas para as singularidades das regiões díspares do Estado de São Paulo, mimetizam essas capitais a fim de também garantirem as otimizações e racionalidades típicas das cidades pós Revolução Industrial.

As legislações concernentes ao meio urbano tais como "Código de Postura" e "Ocupação e Uso do Solo", possuem em seu bojo a tentativa de uma civilidade que confronta os hábitos locais e exclui milhares de pessoas a um uso democrático dos espaços públicos que aos poucos dão conformidades às elites locais.

O TARDIO MIMETISMO DAS DIMENSÕES DA SOCIABILIDADE BURGUESA NO INTERIOR PAULISTA

Em decorrência do que foi exposto até aqui, verifica-se um atraso em relação às formações dos espaços no interior paulista de onde veiculam formas de convívio a fim de garantir redes de relações nos diversos âmbitos que envolvem o cotidiano de pessoas verificadas na Europa do capitalismo clássico. Disso depreende um estudo sobre as dimensões de sociabilidade nessas circunstâncias específicas que deram contornos a formação de valores, hábitos e costumes da população que ocupou essa região do Brasil na busca de um mimetismo que asseguraria a ideia de sintonização com o progresso e civilidade.

É salutar conceituar redes e apresentar como se deram as circunstâncias proporcionadoras de civilidade garantidora de uma nova identidade saindo da lógica da vida privada para a inserção da convivialidade da vida pública.

É pertinente para esse artigo mencionar o conceito de redes através de Baechler (1995, p.77):

> [...] os laços, mais ou menos sólidos e exclusivos, que cada ator social estabelece com outros atores, os quais estão também em relação com outros atores, a assim por diante. A priori, podemos pressentir que a amplitude, a exclusividade e a densidade da trama das redes variará inteiramente conforme se tenha em consideração as redes de parentesco, de vizinhança, de classe ... Uma segunda categoria poderia ser definida por redes de algum modo deliberadas, no sentido de que são definidos espaços sociais, onde se encontram, por opção, atores sociais que têm prazer e interesse em ser sociáveis uns com os outros.

A intencionalidade de se criar padrões e regras de convivência visando cimentar uma sociedade, fez com que homens e mulheres evocassem uma modernidade a partir do século XVI, onde pensaram na ótica de uma civilidade e dos cuidados e vigília para seu uso. Para isso produziram literaturas da civilidade caracterizadas por manuais orientadores de normas e regras de condutas. Entre os séculos XVI e XIX, a população europeia abandonava as preocupações de formas de vivência privada para se inserir numa outra preocupação, agora embasada nos comportamentos da coletividade, portanto pública.

Período auspicioso para o controle de corpos e mímicas que ludicamente demonstravam a evolução humana a partir de uma civilidade que garantia uma identidade de grupo em pleno período de transformações políticas, sociais e econômicas.

Para esse raciocínio é importante destacar a assertiva de Jacques Revel (1991, p.169):

> [...] Com efeito, o século XVI é o de um intenso esforço de codificação e controle dos comportamentos. Submete-se às normas da civilidade, isto é, às exigências do comércio social. Existe uma linguagem dos corpos sim, porém destina-se aos outros, que devem poder captá-la. Ela projeta o indivíduo para fora de si mesmo e o expõe ao elogio ou à sansão do grupo. As regras da civilidade que se impõem então podem ser compreendida como uma manobra para limitar ou até mesmo negar a vida privada.

Essa concepção de civilidade, principalmente verificada nos vocábulos ingleses e franceses denotam uma perspectiva de demonstrar um padrão calcado no ápice da evolução da humanidade, que servirá como uma régua para medir outras sociedades dentro e fora do continente europeu. A ideia de progresso permeou as invenções de instituições políticas, sociais e educacionais, para se consolidarem vivências pautadas em valores de uma vida urbana e industrial. Lançaram mão de escolas, clubes, associações, partidos, sindicatos, etc., a fim de veicularem os valores e controlar atitudes na perspectiva de uma identidade de grupo. Inventam-se tradições e essas são dimensionadas a partir de necessidades de consolidar as instituições políticas das nações recém-formadas, agora pautadas nos quesitos revolucionários da classe burguesa.

No que diz respeito ao caso específico do território paulista a partir do século XIX, percebe-se a existência dos incipientes núcleos urbanos povoados por pessoas de várias nacionalidades e destarte de várias regiões do Brasil, e, assim como já estava em andamento nas capitas do Rio de Janeiro e São Paulo, buscaram vasos comunicantes com uma civilidade espelhada nessas cidades verificadas na França e Inglaterra e criaram espaços de sociabilidade com contornos próprios para a distinção de grupos e a veiculação de valores que ora era de crenças religiosas, ora de nacionalidades ou até mesmo de uma incipiente burguesia que já procurava sua distinção de classe.

Os clubes sociais, associações, clubes de serviço, museus, igrejas e escolas e doravante rádio e televisão, também se inscreveram na ordem social para que, aqui, se sentissem modernos e dentro dos parâmetros de uma convivialidade que lhes davam segurança identitária dentro de uma diversa paisagem colorida pelo povoamento de grupos oriundos de diversas regiões estrangeiras como da Itália, Portugal, Espanha, Alemanha,

Japão e de regiões brasileiras, tais como Nordeste e Norte.

Embora a grande maioria das cidades paulistas não contasse com esses espaços, a existência dos mesmos para a dimensão de sociabilidade inseridos no contexto de um desenvolvimento tardio do capitalismo no território paulista, em alguns municípios onde se verificou a entrada da incipiente indústria paulista, tais como São Paulo, Campinas, Itu, Tatuí, Sorocaba, Piracicaba, Jundiaí, Santa Bárbara, Rio Claro e São Luiz do Paraitinga, ou de alguns outros nascidos às margens de vias férreas, demonstra a tentativa das elites em homogeneizar narrativas no campo da história criadoras de epopeia e do mito do pioneirismo civilizador das terras inóspitas do território paulista e com isso buscavam suas distinções e status.

As presenças de práticas no campo da política e no campo social, pautadas no fisiologismo, clientelismo e coronelismo, corroboram para a justificativa de que aqui, principalmente no interior do Estado de São Paulo, esse viés de capitalismo prussiano-colonial, deixou marcas indeléveis que fragilizou a renda e o acesso à cultura e educação, escancarando os meios urbanos de cidade que se constituíram sem as preocupações de inclusão das pessoas numa existência de qualidade nos seus espaços públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a compreensão do contexto proporcionador de um processo específico de povoamento do território paulista, principalmente no seu interior, que trouxe consequências econômicas, sociais e políticas para milhares de pessoas que foram expropriadas, violentadas e praticamente extintas, tais como os Caingangues, Oti-Xavantes, diversos africanos retirados à força e açoitados nas condições de escravos em diversas fazendas produtivas agroexportadoras e os imigrantes atraídos principalmente dos campos e cidades dos países como Itália, Espanha, Alemanha, Portugal e Japão, neste caso, reflexo do desemprego levado a cabo pelo capitalismo industrial que transformava o campo em unidades produtivas modernas na Europa, enseja também uma inteligibilidade das condições próprias do desenvolvimento das forças produtivas verificadas empiricamente nesse espaço.

As diversas pesquisas concernentes aos espaços urbanos de cidades dessa região, precisam lançar mão de metodologias que contemplem a interdisciplinaridade das ciências sociais a fim de chegar a resultados que não sejam superficiais e enviesados. Portanto, a Antropologia, Geografia, História, Psicologia e Sociologia ao elegerem essa temática precisam inserir o viés dos estudos sobre as vias do capitalismo a fim de sintonizar os aspectos estéticos, sociais, arquitetônicos e de espaços de sociabilidade.

Nesse sentido, o artigo procurou apresentar a necessária interface entre a estrutura e superestrutura para a compreensão das tramas sociais em torno das preocupações de homens e mulheres nos usos da civilidade a partir de instituições norteadoras de distinções e solidificações de identidades no processo de povoamento do interior do Estado de São Paulo, além das significações dadas às ocupações dentro do escopo do pioneirismo responsável por irromper o atraso e assim instaurar a civilidade apregoada nos moldes das civilizações clássicas ocidentais.

Enfim, vale ressaltar a importância do respeito aos rigores das metodologias e conceitos das ciências sociais para a tessitura da inteligibilidade sobre os componentes constitutivos da formação das elites paulistas no bojo da transição do colonialismo escravocrata para o capitalismo dependente, permeada por encontros de povos de várias regiões do Brasil e de imigrantes, os quais ensejaram instituições que denotaram as negociações de identidades e distinções de classe.

REFERÊNCIAS

BAECHLER, Jean. Grupos e Sociabilidade. In: BOUDON, Raymond et al – *Tratado de Sociologia.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1995.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v.1

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil.* Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

LANDIN, Paula da Cruz. *Desenho de paisagem urbana:* as cidades do interior paulista. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

MARTINS, Ana Luiza. Interior paulista: comércio, indústria e bancos. In: SETUBAL, Maria Alice (Coord). *Terra Paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil.* Origem da autocracia burguesa. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

MONBEIG. Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.* São Paulo: Editora Hucitec: Editora Polis Ltda., 1984.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Bairros Rurais Paulistas.* Dinâmica das relações bairro rural – cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIES, P & DUBY, G. *História da vida privada*. nº 3. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

Recebido em 25/04/2021
Aprovado em 30/11/2021

ESCOLARIZAÇÃO EM CAXIAS DO SUL, RS (1890-1930): VESTÍGIOS DOS GRUPOS ESCOLARES NO MEIO RURAL

SCHOOLING IN CAXIAS DO SUL, RS (1890-1930): VESTIGES OF SCHOOL GROUPS IN THE RURAL ENVIRONMENT

SOUZA, José Edimar de[1]
https://orcid.org/0000-0003-1104-9347

RESUMEN: A escolarização formal em Caxias do Sul, sobretudo no meio rural, ocorreu a partir do século XIX, com a chegada dos imigrantes europeus e das escolas étnicas, paroquiais e, posteriormente, das aulas. Nossa questão de pesquisa preocupou-se em investigar se o grupo escolar esteve presente como instituição escolar no meio rural. Portanto, buscamos compreender em que momento o grupo escolar passou agregar as instituições educativas nesse espaço geográfico. A perspectiva teórica sustenta-se na história cultural, e a metodologia utilizada consistiu na análise documental, acessando, principalmente, documentação do acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami bem como cotejou o estudo bibliográfico. Identificamos que o grupo escolar, entre 1890-1930, estava presente no espaço rural com pequena representatividade e que a prevalência da oferta de ensino permanecia alicerçada na escola isolada.

PALAVRAS-CHAVE: Instituições escolares; Caxias do Sul; Meio rural.

ABSTRACT: The formal schooling in Caxias do Sul, especially in rural areas, occurred from the 19th century onwards, with the arrival of European immigrants with ethnic, parochial schools and later classes. Our research question was concerned with investigating whether the school group was present as a school institution in rural areas. Therefore, we sought to understand when the school group started to aggregate educational institutions in this geographic space. The theoretical perspective is based on cultural history and the methodology used consisted of documentary analysis, mainly accessing documentation from the collection of the João Spadari Adami Municipal Historical Archive, as well as a comparison with the bibliographic study. We identified that the school group, between 1890-1930, was present in the rural space with little representation and the prevalence of the teaching offer remained based on the isolated school.

KEYWORDS: School institutions; Caxias do Sul; Rural area.

1 Doutor em Educação, com estágio de pós-doutorado em Educação na UNISINOS. Mestre em Educação e graduado em História pela mesma instituição. Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Claretiano. Graduado em Geografia pela UCS e acadêmico do curso de Bacharelado em Biblioteconomia pela mesma universidade. É vice-líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). Professor da Universidade de Caxias do Sul, atua na graduação, na Área de Humanidades, bem como nos Programas de Pós-Graduação em Educação - PPGEdu/UCS e no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) . Artigo vinculado ao projeto de investigação que coordena, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS - Instituições escolares no Vale do Rio dos Sinos e na Serra Gaúcha- práticas e processos de escolarização na primeira metade do século XX. Processo número 19.2551.00013035. E-mail: jesouza1@ucs.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A temática do meio rural é abordada neste estudo como um elemento de contexto. Nesse sentido, distancia-se das pesquisas que discutem o campo ou a educação do/no campo. Como já argumentado em outro estudo, Souza (2015), interessa, no estudo do meio rural, compreender a história, as práticas e o modo como a população nesse espaço produz, em determinado tempo, uma trajetória de vida e compartilha experiências e saberes. Não se ignoram, nesse processo, as discussões que incluem a pauta de uma educação do campo ou para o campo. Como argumentam Trindade, Pereira e Silva (2016), o termo "do campo" anuncia um entendimento de que não basta se construir escolas no campo, mas que o povo do campo tem direito a uma educação vinculada à sua história e cultura.

A escolarização formal em Caxias do Sul, sobretudo no meio rural, ocorreu a partir do século XIX, com a chegada dos imigrantes europeus com as escolas étnicas, paroquiais e, posteriormente, com as aulas. Nesse sentido, buscou-se responder, neste estudo, se o grupo escolar esteve presente como instituição escolar no meio rural. Portanto, o objetivo foi o de compreender em que momento o grupo escolar passou a agregar as instituições educativas nesse espaço geográfico.

A perspectiva teórica sustenta-se na história cultural, e a metodologia utilizada consistiu na análise documental, acessando, principalmente, documentação do acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (atas, relatórios, correspondências e decretos) bem como a cotejada ao estudo bibliográfico.

A opção pela abordagem da História Cultural, conhecida, em um primeiro momento, como "Nova História", em contraste com a "antiga", considera aspectos da experiência de vida e o contexto em que estas se construíram. A nova corrente historiográfica da História Cultural, ou seja, a Nova História Cultural, se constituiu a partir da história francesa dos *Annales*, apresentando-se como uma abordagem para se pensar a ciência histórica, considerando a cultura "[...] um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo" (PESAVENTO, 2004, p.15). Nessa perspectiva, as grandes explicações e abordagens totalizantes são substituídas por problematizações *micro*, que possibilitam o estudo de particularidades. Sendo assim, a História Cultural "[...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler" (CHARTIER, 1990, p.16-17).

A cultura aqui é entendida como campo particular de "práticas/produções" que constituem um conjunto de significações que se materializam pelos diferentes enunciados e condutas. Dessa forma, investiga-se como as "práticas/produções" manifestam as

apropriações culturais que foram tecidas nessa trajetória profissional. Esse modo singular de se trabalhar o ensino em uma "parte" do município designa um conjunto de significações historicamente inscritas e que se expressam de forma simbólica em um "saber-fazer" capaz de perpetuar e desenvolver a cultura, a instrução e o conhecimento (CHARTIER, 2002).

A análise é sempre um processo interpretativo e construído historicamente. Além disso, como argumenta Pimentel (2001), o documento representa já uma interpretação de fatos elaborados por seu autor, e, portanto, não deve ser encarado como uma descrição objetiva e neutra desses fatos. A partir da análise documental, buscou-se identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, determinada realidade social é construída a partir do entrecruzamento de aspectos que emergiram na construção dos diferentes documentos (atos, atas, decretos).

A temática dos grupos escolares, especialmente no meio rural, é um campo de estudo que ainda carece de investigações. Pode-se dizer que eles estavam ligados aos centros urbanos e a um processo de modernização, a ponto de serem considerados "escolas modelares" (SOUZA, 1998). Apesar disso, existiram, embora em menor número, também em zonas rurais. A fim de se verificar a condição de um grupo escolar no meio rural, optou-se por fazer um breve levantamento aos moldes de um estado do conhecimento[1] e, a partir disso, estabelecer uma sintética análise da produção em torno do tema.

ASPECTOS DE CONTEXTO: CAXIAS DO SUL ENTRE 1890 E 1930

A pesquisa toma como ponto de partida o momento em que Caxias assumiu condição administrativa de município, pelo Ato 257, de junho de 1890, e passou a receber uma leva de imigrantes a partir de então, sendo parte deles italianos que buscavam usufruir de novas oportunidades diante do cenário de crise europeia que abalava a Itália. Segundo Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998), houve um incentivo à emigração em grande escala, e o estado do Rio Grande do Sul permaneceu recepcionando imigrantes nas décadas seguintes na região gaúcha. Conforme Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998, p. 29),

> A ocupação das terras que deram origem a Caxias do Sul fez parte de um programa nacional de colonização. Naquela época, o modelo econômico que vigorava era o modelo agroexportador e a criação de núcleos coloniais agrícolas, era prioridade, o que fortalecia a ideia de que era necessário uma população voltada para a agricultura do estado para abastecê-lo e, paralelamente, ocupar os espaços vazios da própria região

1 Conforme Morosini e Fernandes (2014, p. 155), estado do conhecimento pode ser definido como "identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica".

com o objetivo de criar maior segurança interna.

Em 1890, Caxias do Sul apresentava uma população de 15.142 mil habitantes, dez anos depois, esse índice praticamente dobrou, passando a 30.500 mil habitantes, sendo 27.500 encontrados na zona rural e 3.000, na urbana. Já em 1910 a população total caiu para 23.956, sendo 20.214 situados na zona rural e 3.742, na zona urbana. Em 1920, a população total de Caxias era de 33.773 e, em 1930, de 32.622, sendo 22.647 localizados em zona rural e 9.975, em zona urbana (DALLA VECCHIA; HERÉDIA; RAMOS, 1998). Nesse sentido, qual o sentido em se implantar grupos escolares no espaço urbano? Como a lógica dos grupos escolares, "templos da república" (Souza, 2004), se caracterizaram nessa região do país?

Com a emancipação em 1890, foram criados dois distritos em Caxias do Sul, sendo o primeiro localizado na sede e o segundo, denominado Nova Trento. Em razão do crescimento populacional, após 12 anos, surgiu a necessidade de criação de mais distritos, e por meio do ato n. 38, de 25.12.1902, Nova Milano foi incorporada como 3º distrito de Caxias do Sul, a qual permaneceu até 1917, quando a região foi transferida para o novo núcleo populacional que se desenvolvia aos arredores da estação férrea.

Fernandes (2015) argumenta que a estrada de ferro construída em 1910, que ligava Caxias a Porto Alegre, foi um fato importante para o desenvolvimento do comércio dos produtos produzidos nas colônias, entre outras localidades. Em razão dessa construção, um novo núcleo populacional se desenvolveu aos arredores da estrada de ferro e ficou conhecido como Nova Vicenza. De acordo com Fernandes (2015), nesse período, um número significativo de imigrantes alemães foi atraído à Nova Vicenza pela perspectiva de progresso, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico da região, que passou a incorporar o distrito Nova Milano[2] em dezembro de 1917.

Dois anos depois da criação do 3º distrito, Nova Pádua foi incorporada como 4º distrito de Caxias do Sul, até 1924, data em que incorporou a localidade Nova Trento[3].

2 Isso explica o motivo de informações divergentes presentes nas documentações do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami e nas informações encontradas na obra "Retratos de Um Saber", de Dalla Vecchia, Herédia e Ramos 1998. Algumas informações referentes à época de incorporação dos distritos Nova Milano e Nova Vicenza foram desprezadas na documentação encontrada no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami referente aos mapas das aulas municipais e relação de professores localizados em Caxias do Sul no recorte temporal em estudo.

3 Outra informação divergente em relações ao acervo documental encontra-se nas localizações de Travessão Felisberto da Silva e Travessão Marques do Herval, apresentadas nos mapas escolares do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami no 4º distrito, antes mesmo da criação do referido distrito, que foi denominado Nova Pádua em 1904, porém incorporou a região Nova Trento em 1924.

Já o 5º distrito foi anexado primeiramente, a Galópolis, em 1914. O mesmo se desanexou e anexou-se, posteriormente, como 4º distrito e como 3º distrito. Somente em 1927 surgiu Ana Rech como 5º distrito de Caxias do Sul, classificando-se posteriormente como 4º distrito e 3º distrito até sua extinção em 1979 (DALLA VECCHIA; HERÉDIA; RAMOS, 1998).

Após inúmeras organizações dos territórios que compreendiam os distritos, a cidade, em 2012, incorporou os seguintes distritos: Sede, Ana Rech, Criúva, Fazenda Souza, Forqueta, Galópolis, Santa Lúcia do Piaí, Vila Seca, Vila Oliva e Vila Cristina, como descrito no documento acessado no Arquivo Histórico João Spadari Adami, "Relação de distritos do município de Caxias do Sul", 2012. Além dessa organização espacial, é importante se destacar que a população dos primeiros tempos após emancipação, na atualidade, alcançou uma proporção que representa o potencial de desenvolvimento do município, com uma população estimada de 483.377 mil habitantes, segundo relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017.

ASPECTOS DA ESCOLARIZAÇÃO NA REGIÃO CAXIENSE (1890-1930)[4]

Durante a década de 1890 e até aproximadamente 1930, a educação em Caxias foi regida por aulas públicas municipais e subsidiadas pelo Estado bem como por escolas étnicas comunitárias (isoladas, criadas pela comunidade), escolas confessionais, escolas particulares, ensino elementar e ensino complementar, porém também existiram escolas italianas, apoiadas pelo governo italiano, e escolas nas paróquias italianas.

No século XIX, a forma improvisada de acesso ao ensino conservava ainda algumas práticas das antigas aulas régias. Em alguns casos, os professores moravam no prédio que era alugado para funcionarem as aulas, ou ainda a aula representava uma forma itinerante e modificava-se conforme o interesse do professor (SOUZA, 2015).

Em 1890, identificaram-se como professores em Caxias do Sul: D. Honorina Soares Dutra, na 5ª légua; D. Maria Cândida Pedroso Bohrer, na 1ª légua (Nova Milano); Tristão de Oliveira e Ávila, na Sede; D. Antônia Castaldello, na 2ª légua; D. Deolinda Salmoria, na 3ª légua; Luiz Fachin, na 2ª légua; Raul Gomes de Abreu, em Ana Rech; D. Bertha Kohn, em

Ou seja, é possível se considerar as duas regiões citadas anteriormente como localidades do 2º distrito de Caxias do Sul, Nova Trento, até a data de 1924.

4 Uma parte da empírica utilizada neste artigo foi organizada pela bolsista de iniciação científica Patrícia Bortoluzzi – BIC/UCS, vinculada aos projetos "Grupo Escolar no meio rural: práticas, instituições e culturas em Caxias do Sul/RS (1890-1930)" e "Modos de organizar a escola primária no RS (1889-1950): histórias, memórias e práticas educativas", financiados pelo CNPq, processo número - 405151/2016-0.

Forqueta; e Moschen Giuseppe, na 4ª légua (ADAMI, 1966).

Segundo Adami (1981), as escolas particulares foram as primeiras instauradas na colônia Caxias e eram regidas por professores eleitos pelos próprios colonos, sendo que a maioria delas funcionava nas próprias residências dos educadores improvisados. Mesmo que a presença de professores leigos tenha acontecido, em alguns casos, houve esforços e mobilização entre a comunidade e o governo, para que professores com formação na sua área de atuação, ou com subsídios públicos e estrangeiros, ministrassem classes nesse tipo de organização escolar (LUCHESE; KREUTZ, 2012).

Os imigrantes organizavam escolas comunitárias pequenas para que seus filhos pudessem aprender a ler, escrever e contar e estas eram confiadas a algum colono que fosse mais instruído. Para custearem as aulas, os imigrantes colonos faziam pedidos à intendência municipal, costumava-se reivindicar que o município pagasse o professor e mantivesse a escola com os materiais necessários. Em contrapartida, muitos colonos doavam o terreno e trabalhavam para a construção da instituição escolar.

O fato de os primeiros imigrantes que se instalaram em Caxias do Sul na região de Nova Milano serem, em sua grande maioria, católicos influenciou na construção de escolas nas redondezas da capela, visto que os mesmos, ao migrarem para Caxias, trouxeram consigo sua religiosidade, valores que, com o hábito e o costume, passaram a ser inseridos na cultura do novo lugar em que passaram a viver. Além disso, foi edificado o cemitério, ao lado da escola-capela, da “venda”, ou estabelecimento comercial, e a vida na vila, na comunidade, passou a acontecer.

Para Luchese (2015), as escolas públicas eram as mais requisitadas, e, por meio de abaixo-assinados, a comunidade (chefes de família e por vezes até o padre) se mobilizava exigindo a construção de escolas e indicando possíveis professores para o exercício da docência.

No período de recorte para este estudo, vigorava no Brasil a República Velha, de influência positivista. Nesse sentido, as políticas públicas estavam alicerçadas na expectativa da manutenção do projeto republicano. De acordo com Luchese (2015, p. 76), os primeiros intendentes foram nomeados em 1892, antes disso, nos dois anos anteriores, Caxias esteve administrada por juntas governativas. Ressalta essa autora que

> As administrações ficaram a cargo de um intendente, eleito a cada quatriênio e responsável pela direção dos serviços. Além dele, havia um conselho municipal, respondendo pela elaboração e aprovação de leis e pela homologação de orçamentos. Era composto por sete conselheiros. Cada distrito contava também com um subintendente. Além desses, organizou-se uma estrutura administrativa necessária com a nomeação de inspetores,

> fiscais, zeladores de estradas e cemitérios, auxiliares de obras públicas administrativas, entre outros.

Para Bastos (2005a), a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, de 1891, incorporou elementos positivistas, como foi referido no capítulo anterior. No que se refere ao ensino primário, este deveria ser "leigo, livre e gratuito", compreendendo o ensino elementar e o complementar. A estrutura positivista enfatizava-se pela predominância do Executivo, ou seja, a supremacia da direção do ensino estava sob a tutela do presidente do estado, auxiliado pelo secretário dos Negócios do Interior e Exterior, a fim de uniformizarem a instrução pública.

A visão positivista perpassou as práticas de escolarização e influenciou na organização das instituições e dos materiais pedagógicos. O princípio da liberdade contribuiu para a "estrangeirização" da educação rio-grandense, pois a educação deveria ser feita, preferencialmente, de forma particular e a cargo da comunidade. Essa visão constituía-se como "uma das molas propulsoras do progresso social" e desenvolvimento da Nação (BASTOS, 2005b). Nesse sentido, o pouco investimento do Estado em educação e, de modo geral, uma educação no espaço rural, possibilitou a construção de uma identidade específica que entrecruzou experiências e valores étnico, cultural e agrícola nas diferentes comunidades rurais, associados à Escola Isolada.

Com o advento da república, no Rio Grande do Sul os pressupostos da modernização pedagógica se percebem no processo de institucionalização dos Colégios Elementares em substituição à estrutura do ensino que predominava no Rio Grande do Sul, à evidência das aulas de ler, escrever e contar. Porém, como argumenta Nunes (2010), o processo de escolarização tornou-se moderno e constituiu um problema de convivência com a contradição, pois consistia em se entrecruzar a moderna pedagogia ao tradicional método do "ramerrão". A escola pública consolidada até a década de 1930 apresentava resquícios do moderno e, ao mesmo tempo, ajudava a construí-lo, além disso necessitou de exemplos de virtudes privados e públicos (NUNES, 2010).

Para Souza (1998), a implantação do projeto republicano de educação popular, nas primeiras décadas no Brasil, projeta a idealização de um ensino mais homogêneo, padronizado e uniforme. Para essa autora, foi a instituição dos grupos escolares no estado de São Paulo, na década de 1890, que marcou inovações e modificações no ensino primário. Essa forma de se organizar e modernizar o ensino, no Rio Grande do Sul, foi morosamente implantada até 1950, inicialmente a partir de 1909 com os Colégios Elementares e posteriormente com a criação dos grupos escolares.

Os primeiros Colégios Elementares foram criados nesse estado a partir de 1909 e foram instalados nos grandes centros urbanos. Essa nova forma de organização do espaço e do tempo escolar representou modificações estruturais que foram sendo adaptadas pelos agentes educacionais. Peres (2000) argumenta que esse modelo escolar previa a organização de grupos homogêneos em classes graduadas, o ensino simultâneo, a graduação dos estudos e a organização rígida do tempo. Em São Leopoldo, o primeiro Colégio Elementar foi criado em 1913. De acordo com a referida autora, os Colégios Elementares surgiram da fracassada iniciativa da Escola Complementar. Os decretos nº 1.576, de 27 de janeiro de 1910, e 1.575, de 27 de janeiro de 1910, respectivamente, referem-se ao regimento interno e aos novos programas de ensino desses colégios. Bastos e Tambara (2011) acrescentam que, diferente de estados brasileiros, como São Paulo, que implantou no final do século XIX os grupos escolares, no Rio Grande do Sul, a influência dessa reforma do ensino deriva da proximidade com os países platinos, como o Uruguai.

Os colégios elementares pretendiam substituir as antigas escolas elementares, de primeiras letras, cujo foco concentrava-se no ensino da leitura, da escrita e dos cálculos e se concentravam, em sua maioria, no espaço rural. Em contrapartida, o colégio elementar sugeria a divisão dos alunos em diversas salas, funcionando em um único prédio, de modo simultâneo. A organização dos alunos, de acordo com Peres (1999), seguiria o grau de adiantamento dos mesmos, com uma professora para cada classe, sob uma direção única.

Em relação aos colégios elementares, estes foram implantados no Rio Grande do Sul em 1909, nas principais cidades do estado. Porém, em Caxias do Sul surgiu somente o Colégio Elementar José Bonifácio[5], criado por meio do decreto 1.826, de 8 de março de 1912, na região urbana, no primeiro distrito, como se identifica na Fotografia 1, abaixo.

5 Colégio Elementar José Bonifácio. Criado oficialmente em 1912, reunia as pequenas "escolas isoladas ou aulas públicas" existentes na cidade. Teve como primeiro diretor o professor Apolinário Alves dos Santos. Funcionou em diferentes locais e mais tarde se tornou Colégio Estadual Cristóvão de Mendoza. Sobre o Colégio José Bonifácio, além das pesquisas de Luchese (2015), indica-se a leitura da pesquisa de Bergozza (2010).

Fotografia 1- Colégio Elementar José Bonifácio (1912)

Fonte: Imagem depositada no acervo AHMJSA. Autoria: desconhecida.

A construção arquitetônica dos colégios elementares pretendia evidenciar a "grandiosidade da república", como argumenta Souza (1998). Em Caxias do Sul, a implantação desses prédios substituiu, com uma fachada em alvenaria, o pioneiro casarão de madeira do Teatro Velho, espaço situado na rua Os Dezoito do Forte[6], em que atividades culturais do município, como espetáculos e exibição de filmes, costumavam acontecer.

Em relação às instituições no espaço rural, identifica-se que o Grupo Escolar Rural Nova Vicenza foi criado em 1927 pelo decreto 3.867, assinado por Borges de Medeiros, no distrito Nova Vicenza, com a finalidade do ensino agrícola prático. Segundo o jornal Caxias (1927, p. 6),

> As escolas isoladas, actualmente funccionando, vão ser dentro, em breve, congregadas em grupo escolar sob a competente direcção do agrônomo Dr. Antão Baptista, que no mesmo, regerá um curso da sua especialidade. Esse curso especial de conhecimentos agrícolas attesta a vultuosa importância rural, da villa que é a segunda a possuí-lo no Estado.

A nova legislação do ensino primário modificou o programa de ensino e criou colégios elementares no estado. A mudança mais significativa parece ter se dado na forma de se organizar o ensino em séries anuais e mútuas. Além disso, estava explícito, mediante tal decreto, que o colégio deveria ter uma biblioteca, gabinetes e material para o ensino. O

6 Local que hoje abriga o Hotel Swan Tower Caxias.

cargo designado para se incumbir das funções administrativas seria o de secretária, e tal vaga deveria ser preenchida por pessoa apta, nomeada por concurso público.

Os grupos escolares e os colégios elementares apresentavam uma organização pedagógica similar, porém os grupos escolares tinham menos de 200 alunos matriculados e eram improvisados, enquanto os colégios elementares mostravam uma matrícula superior a essa quantia de alunos. O número de professores também era um critério para se distinguir colégio elementar de grupo escolar. Segundo Luchese (2015, p. 167), tais instituições escolares estavam organizadas da seguinte maneira:

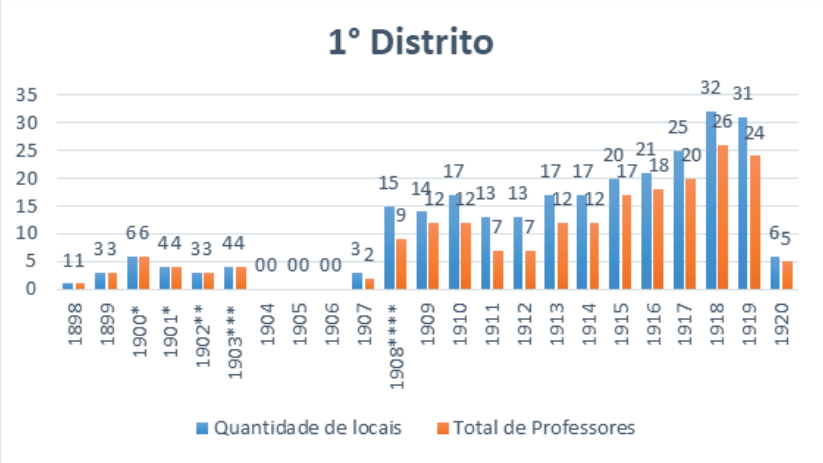
> Os colégios elementares estavam organizados em 6 anos de escolarização: o ensino ministrado era dividido em três classes com duas seções cada. A regulamentação determinava que a primeira classe fosse mista, a cargo de uma professora, e as duas últimas, uma para cada sexo.

Posteriormente, por volta de 1914, surgiu outro modelo de instituição, o modelo profissionalizante. Foram instituídas, então, as seguintes escolas: Escola de Artes e Ofícios; em 1917, a Escola Elementar Industrial; e, na década de 1930, a Escola Complementar Duque de Caxias. Tais instituições profissionalizantes surgiram com o intuito de as pessoas aprenderem ofícios. Nessa perspectiva, a educação seria o meio para se alcançar ascensão social, de se conquistar uma profissão e um futuro mais promissor.

Segundo Luchese (2015), nas primeiras décadas do século XX, cresceu o número de escolas municipais implantadas em Caxias do Sul, e as autoridades passaram a se preocupar com a formação docente, com as inspeções, com o currículo bem como os espaços e os tempos escolares. Desse modo, visando suprir essa demanda, em 1930 Caxias do Sul passou a contar com o ensino complementar da Escola Complementar Duque de Caxias. Quanto ao ensino complementar, o mesmo deveria ser ministrado por professores de pedagogia, concursados e compreenderia estas disciplinas: português, gramática, redação e composição; francês - regras essenciais da gramática estudadas praticamente, tradução e exercícios de conversação; geografia geral, cartografia do Brasil e cosmografia; história universal e, especialmente, do Brasil; matemática aritmética, estudo completo, álgebra até equações do 2º grau, inclusive, geometria em três dimensões; direito pátrio - noções de direito constitucional da União e do estado; ciências - elementos de ciências físico-químicas e de história natural com aplicação nas indústrias e na agricultura; pedagogia - sua história, educação física, intelectual e moral, metodologia e prática de ensino; escrituração mercantil; noções de higiene; trabalhos manuais; desenho e música; e ginástica sueca.

Em relação à forma de ensino primário oferecida na região de Caxias do Sul, identifica-se a presença de aulas em diferentes distritos, conforme o Gráfico 1, como uma forma de acompanhar a ampliação do número de aulas bem como da contratação docente.

Gráfico 1- Professores municipais e localidades de aulas encontradas por distrito. 1898-1920



Fonte: Elaborado a partir de documentos do AHMJSA[7].

Nesse sentido, percebe-se que, a partir de 1907, alguns professores ministraram aulas em mais de uma localidade no 1º distrito Caxias – Sede. Além disso, na documentação analisada, não foram encontrados registros das aulas de 1904 a 1907. É provável que nesse período tenha havido uma continuidade das quatro aulas identificadas em 1903.

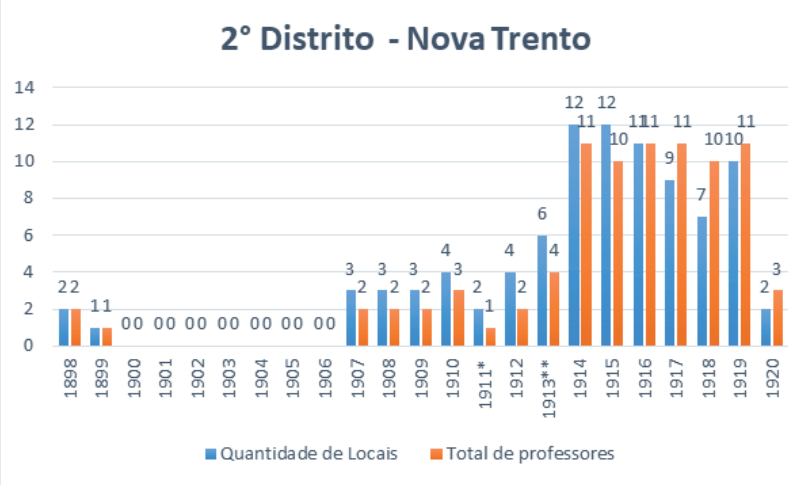
Em 1908, o número de locais que abrangeram a instrução escolar se multiplicou e atingiu 15 regiões do distrito Caxias – Sede, sendo as aulas ministradas por nove professores. Os educadores que lecionaram em mais de uma região foram Firmino Bonnett, Silvio Stalliviere, Affonsina Gonçalves da Rosa, Celina Gomes de Abreu e Amália Selistre.

7 O mapa escolar utilizado como fonte inclui nomes de professores municipais e locais em que ministravam aulas. Porém o relatório não especifica a relação de aulas subvencionadas. *Segundo os mapas das aulas municipais do Arquivo Histórico João Spadari Adami, está no 3º distrito, porém, conforme Dalla Vechia, Herédia e Ramos (1998), Loretto está no 1º distrito, pois Nova Milano surge como 3º distrito somente em 1902. Além disso, inclui a localidade Travessão Solferino 5ª légua. Observação: nos mapas escolares do Arquivo Histórico João Spadari Adami, está no 3º distrito - Nova Vicenza, porém nessa data Nova Vicenza ainda não era distrito de Caxias do Sul. **Segundo Dalla Vechia, Herédia e Ramos (1998), inclui a localidade Travessão Solferino 5ª légua. Observação: nos mapas escolares do Arquivo Histórico João Spadari Adami, está no 3º distrito - Nova Vicenza, porém nessa data Nova Vicenza ainda não era distrito de Caxias do Sul. *** Segundo Dalla Vechia, Herédia e Ramos, 1998, todas as aulas encontravam-se na zona rural de Caxias do Sul. **** No documento online do arquivo histórico está escrito Manoel II.

Em 1910 havia, no total, 12 professoras lecionando em 17 localidades, enquanto que, em 1911 e 1912, foram localizadas aulas em 13 locais, sendo estas regidas por sete professores municipais. É possível se concluir que o ano em que a instrução escolar abrangeu o maior número de regiões da Sede foi 1918, com 32 aulas localizadas e regidas por 26 professores municipais.

Em relação ao 2º distrito, além das alterações de territórios, Nova Trento passou a ser o 2º distrito de Caxias do Sul por meio do ato estadual nº. 529, de 6.11.1890, permanecendo até 1924, quando se elevou à condição de município de Flores da Cunha. Identifica-se um número inferior de aulas, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Professores municipais e localidades de aulas encontradas por distrito. 1898-1920



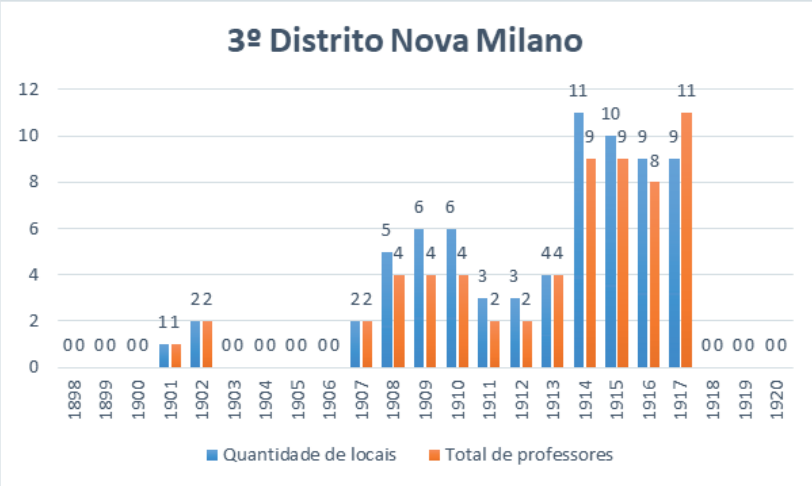
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de documentos do AHMJSA[8].

Em 1916, o número de professores se igualou ao número total de regiões abrangidas pela instrução escolar. É provável que houvesse um docente para cada escola nesse ano. Em 1917, havia mais professores do que localidades, o que leva a se refletir sobre a possibilidade de mais de um professor ministrarem aula em uma mesma localidade do distrito Nova Trento, podendo ser em forma de aulas reunidas ou em espaços que funcionassem com outra organização para distribuição das classes.

8 *Travessão Felisberto da Silva e Travessão Marques do Herval estão no 2º distrito pois, segundo Dalla Vecchia, Herédia e Ramos, 1998, Nova Trento somente fará parte de Nova Pádua (4º distrito) em 1924. ** Inclui a localidade de Travessão Gablontz, que posteriormente é encontrada no distrito de Ana Rech. Inclui a localidade de Monte Bérico, que também aparece no 4º distrito (Nova Pádua); também inclui as localidades de Travessão Felisberto da Silva e Travessão Marques do Herval.

Em relação ao 3º distrito Nova Milano, este passou a integrar o território em 1902 até 1917, quando a região foi transferida para Nova Vicenza, como se identifica no Gráfico 3. Porém, foi incorporado novamente em 1933 como 6º distrito de Caxias do Sul.

Gráfico 3- Professores municipais e localidades de aulas 3º. distrito

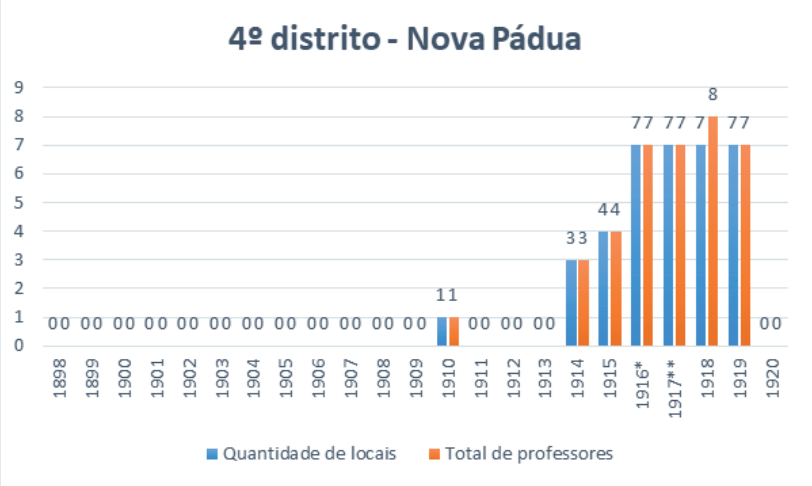


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de documentos do AHMJSA.

As aulas aparecem nos registros a partir de 1901, com registros de aula ministrada pelo professor Pedro Bouffanais, na localidade Travessão Milanes. Como nos demais distritos já analisados, também é possível se destacar que os anos em que a quantidade de professores e de locais mapeados se iguala são 1901, 1902, 1907 e 1913. Não há aulas localizadas nesse distrito após 1917 pois a região Nova Milano foi incorporada a Nova Vicenza.

Em relação ao 4º distrito, como se identifica no Gráfico 4, havia uma oferta equiparada de aulas e número de estabelecimentos.

Gráfico 4- Professores municipais e localidades de aulas 4º. distrito



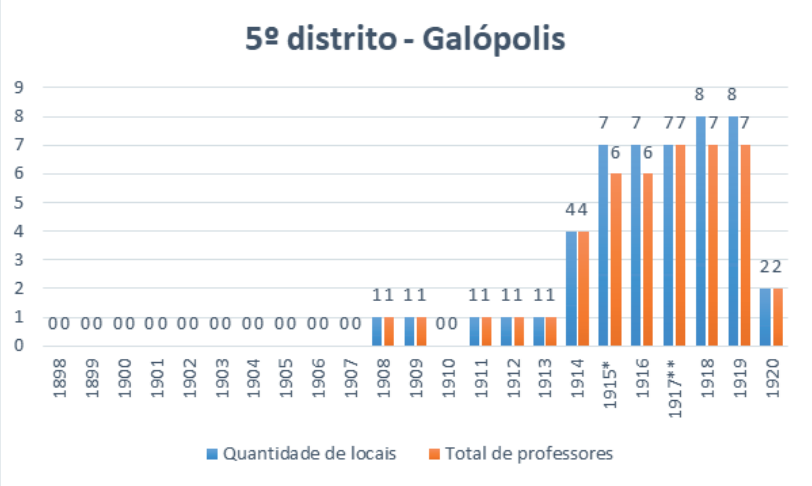
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de documentos do AHMJSA.

Nova Pádua foi incorporada como 4º distrito desde 1904 até 1924, quando passou a integrar o município de Nova Trento (atual Flores da Cunha). Tal localidade se encontrava distante da área urbana, da Sede - Caxias.

Segundo Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998), Galópolis foi o 5º distrito de Caxias entre 1914 a 1924[9] . As aulas localizadas foram ministradas pela professora Affonsina Gonçalves da Rosa, porém, nos documentos encontrados, não constam informações específicas do local da aula.

9 É importante se explicar que foi extinto e novamente criado como 4º distrito em 1925, permanecendo com essa classificação até dezembro de 1927. Em 1928 passou a ser o 3º distrito de Caxias do Sul, permanecendo assim até 1963 e tornando-se, em 1964, 2º distrito até 1979, ficou extinto o Distrito de Galópolis, que passou, com fins administrativos, de vila para região administrativa urbana.

Gráfico 5- Professores municipais e localidades de aulas 5º. distrito



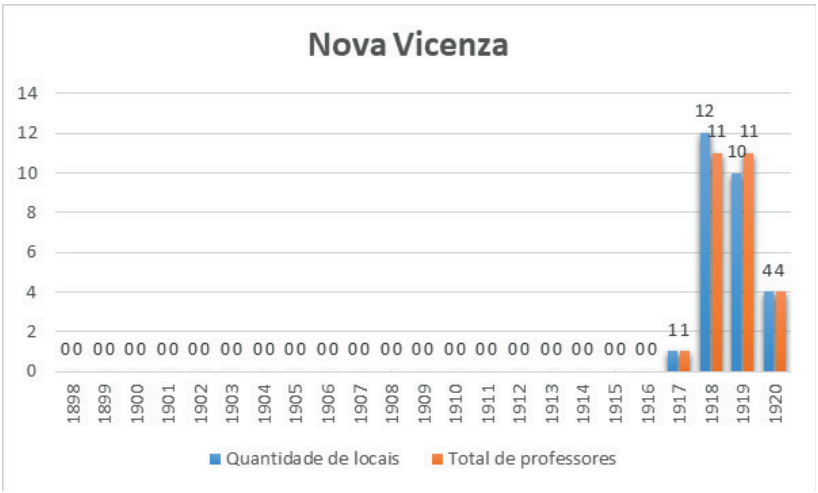
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de documentos do AHMJSA.

Em relação ao único espaço em que se identificou um grupo escolar no meio rural, cita-se a localidade de Nova Vicenza que foi classificada como 3º distrito de Caxias em dezembro de 1917. Antes desse período, a região pertencia à localidade de Nova Milano. Em 1927, passou a ser identificada como 2º distrito, até ser desanexada em 1934, quando se emancipou e passou a denominar-se município de Farroupilha.

Farroupilha é conhecida como berço da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Sua extensão territorial até a emancipação, em 1934, pertencia em parte a Caxias (2°distrito, Nova Vicenza e 6° distrito, Nova Milano); em parte ao município de Montenegro (9° distrito, Nova Sardenha); e em parte ao de Bento Gonçalves (3° distrito, Jansen). O município fica localizado na serra gaúcha, região nordeste do Rio Grande do Sul, em torno de 110km da capital, Porto Alegre (BELUSSO; LUCHESE, 2016). Esta pesquisa identificou que, em 1918, havia aulas[10] em 12 localidades, como se identifica no Gráfico 6.

10 O mapa escolar utilizado como fonte inclui nomes de professores municipais e locais em que ministravam aulas. Porém, o relatório não especifica a relação de aulas subvencionadas.

Gráfico 6 - Nova Vicenza



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de documentos do AHMJSA.

Sobre a institucionalização do Grupo Escolar Farroupilha, Fernandes (2015) argumenta que a trajetória da instituição se iniciou oficialmente no ano de 1927, dia 5 de julho, por meio do decreto nº 3.867, que estipulou a criação do Grupo Escolar Rural Nova Vicenza, primeiro grupo escolar da cidade, quando Farroupilha era ainda Colônia Nova Vincenza e 2º Distrito de Caxias. É importante se destacar que o grupo escolar foi estabelecido a partir da junção das escolas isoladas 5ª Aula Pública e Mista, de Nova Vicenza, e 22ª Aula Pública e Mista, de Nova Vicenza. Da união dessas duas instituições, foi criado o Grupo Escolar Rural Nova Vicenza, em 1927, o qual, 11 anos depois, em 1938, teve um novo prédio inaugurado, com estrutura mais qualificada e maior capacidade, sendo este o atual prédio do colégio, no centro do município.

A escola foi criada visando-se ao objetivo de se desenvolver ensinamentos práticos e atividades agrícolas às crianças, sendo esse o primeiro grupo escolar de Nova Vicenza. Todavia, é importante se destacar que o grupo escolar foi estabelecido, como já abordado, a partir da junção de duas escolas isoladas: a 5ª Aula Pública e Mista, de Nova Vicenza, e a 22ª Aula Pública e Mista, de Nova Vicenza, local denominado como Vicenza Velha e sob a responsabilidade da professora Maria Ignês Vizeu (FERNANDES, 2015).

Fernandes (2015) aborda a implantação de outros grupos escolares em Farroupilha na década de 1940, somando a implantação de três instituições por volta do ano de 1937: o Grupo Escolar de Cajuru (3º distrito - Caruara), o Grupo Escolar de Linha Jansen, também criado em 1937 (2º distrito - Jansen), e o Grupo Escolar de São Marcos (comunidade rural de São Marcos).

Em 1937, ocorreu a mudança na denominação da escola, intitulada, então, como Grupo Escolar de Farroupilha, e assim segue até 1943. O decreto nº 1.399, de 20 de dezembro de 1944, modificou novamente o nome da instituição para Farroupilha, o qual perdurou até 1978, quando se transformou na Escola Estadual de 1º Grau Farroupilha (FERNANDES, 2015).

Em síntese, a forma de escola possível até 1930, no meio rural, era aquela que atendia à instrução primária, em muitas localidades do nosso país, ou seja, um ensino desenvolvido nas escolas isoladas, multisseriadas, que geralmente, não passavam do "terceiro livro". Nesse sentido, entende-se que as práticas que envolvem a institucionalização do grupo escolar nessas localidades se encontram imbricadas ao formato de organização das escolas isoladas ou das diferentes aulas (paroquiais, étnicas e confessionais) até a conquista dos prédios escolares específicos, para as referidas aulas.

Entende-se que a maior parte das aulas acontecia em nenhum prédio em específico destinado para o funcionamento da escola. A aula acontecia em espaços improvisados, salas alugadas, com subvenções e recursos que compreendiam ações, por parte das mobilizações comunitária e individual, e também de parcos recursos do estado. Nova Vicenza é entendido, por esta pesquisa, como uma particularidade. Além disso, o fato de ter recebido um prédio próprio em 1938, uma construção imponente para uma região rural, se caracteriza com outras especificidades, talvez, pelo fato de que a instituição, que fora criada em um distrito, portanto, espaço periférico de Caxias do Sul, em 1927, tornou-se emancipado, passando a se situar a estar situado na dimensão representativa da urbanidade do novo e recém-criado município de Farroupilha, a partir de 1934.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ter sido encontrado um número reduzido de documentos para compor este estudo no recorte temporal proposto, podem-se tecer algumas inferências sobre a escolarização desenvolvida nessa região do estado. Identificou-se que um grande número de escolas paroquiais foi aberto e, mesmo que no final da década de 1930 essas instituições tivessem passado pelo crivo do "Estado Novo de Vargas", muitas delas foram subvencionadas.

Quanto às escolas confessionais, estas possuíam internatos e eram apoiadas pelo clero local, contudo não eram destinadas somente às pessoas com o desejo de seguir vocação religiosa. Essas escolas instituíram o ensino secundário na região em estudo.

Apesar de nem sempre a intendência municipal atender aos pedidos dos imigrantes

colonos que solicitavam escolas e ou subsídios para as mesmas, ela fornecia prédios para as aulas estaduais, para algumas escolas paroquiais (que também receberam subsídios públicos municipais) e, além disso, colaborava com verbas para instituições particulares que se responsabilizavam pela tarefa de ensinar o idioma nacional (português).

Quanto à região rural, o ensino era precário, os colonos com um pouco mais de instrução ministravam as aulas, mas pouco se aprendia pois não havia docentes com formação para lecionar. Tal preocupação surgiu somente com o ensino complementar voltado para o magistério em 1930.

As poucas escolas existentes (várias linhas e travessões não tinham escolas) a longa distância que deveria ser percorrida pelas crianças até a instituição escolar inviabilizavam a frequência escolar e colaboravam para o aumento do analfabetismo da população regional (LUCHESE, 2015). Contudo, as aulas, muitas vezes, não eram criadas pela escassez de verbas para a educação.

Tanto em 1898, quando existiam 15 aulas públicas de ambos os sexos no município, sustentadas pelo Estado, quanto em 1913, quando Caxias do Sul tinha 44 escolas municipais isoladas, essas não eram suficientes para a demanda da população local. Os quadros elaborados a partir de documentos acessados no Arquivo João Spadari Adami contribuem para se compreender que as comunidades rurais foram atendidas com algum tipo de escola, fosse esta do tipo isolada, escola reunida ou grupo escolar.

Em relação aos grupos escolares ou colégios elementares, os mesmos surgiram com uma organização diferenciada de uma escola graduada, seriada, com alunos separados por grau de conhecimentos e com um professor para cada turma. Eles pautaram uma mudança no sistema educacional em Caxias do Sul, sendo a primeira instituição instaurada na região urbana no município em 1912 e, na região rural, em 1927, denominado Grupo Escolar Rural Nova Vicenza, mais tarde nomeado Grupo Escolar Farroupilha.

Nessa mesma época, quanto às aulas estaduais, segundo quadro demonstrativo do município de Caxias do Sul, em 1927 o município dispunha das seguintes instituições: Colégio Elementar José Bonifácio, localizado no 1º distrito; Grupo Escolar Rural, localizado no 2º distrito em Nova Vicenza; 2ª aula, localizada em São Marcos, ministrada pela professora Marieta Cidade; 8ª aula, regida em São Marcos por Idalina Finger de Lavra Pinto; 12ª aula, regida por Elvira Cruz Netto em Matadouro; 13ª aula, ministrada por Rosa Carneiro Tartarotti no Cortume Social Caxiense; 17ª aula, regida no 1º distrito; 19ª aula, ministrada por Christino Ramos de Oliveira no Burgo; 20ª aula, em Santa Catharina, ministrada por Marcos Martini; 26ª aula, regida por Hercilia Petry, em Ana Rech no 4º distrito; 27ª aula federal, ministrada

por Romana Cardoso no 1º distrito; 28ª aula, em São Pelegrino, regida no 1º distrito, pela professora Luiza Cantergiani.

No ano subsequente, segundo relatório da instrução pública, no período de 12 de outubro a 31 de dezembro de 1928, foram ministradas, no município, 77 aulas municipais, regidas nos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º distritos de Caxias do Sul. Os exames das referidas aulas se iniciaram no dia 15 de novembro de 1928 e se encerraram no final de dezembro de 1928.

Sendo assim, a educação foi organizada de diferentes maneiras nesses 40 anos em estudo, por vezes organizada pela comunidade, pelo estado e pelo município, e, apesar das diferentes iniciativas, estas não foram suficientes para suprirem a demanda da população. Passaram-se décadas antes que a educação começasse a ser vista como um direito do povo e não apenas como favor da administração pública.

REFERÊNCIAS

ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul.* Caxias do Sul, RS: São Miguel, 1966. (4 v.)

BASTOS, Maria Helena Camara. A educação como espetáculo. In: STEPHANOU, Maria;

BASTOS, Maria Helena Camara (Org.) *História e memórias da educação no Brasil.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2005a.v. 2: século XIX, p. 116-131.

BASTOS, Maria Helena Camara. *A revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942).* O Novo e o Nacional em revista. Pelotas: Seiva, 2005b.

BASTOS, Maria Helena Camara; TAMBARA, Elomar. A escola nova no Rio Grande do Sul: eventos e atores em cena. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAUJO, José Carlos Souza. (Org.). *Reformas educacionais*. As manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946). Campinas, SP: Autores Associadas; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011. p. 363-384. (Coleção Memória da Educação).

BELUSSO, Gisele; LUCHESE, Terciane A. Memórias de uma religiosa-professora: representações do cotidiano escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS (1951-1962). *Revista Acadêmica Licencia&acturas.* Ivoti, v. 4, n. 2, p. 50-59, julho/dezembro, 2016.

BERGOZZA, Roseli Maria. *Escola Complementar de Caxias:* histórias da primeira instituição pública para formação de professores na cidade de Caxias do Sul (1930-1961). Caxias do Sul: UCS, 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990

DALLA VECCHIA, Marisa Virgínia Formolo; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RAMOS, Felisbela. *Retratos de um saber:* 100 anos de história da rede municipal de ensino em

Caxias do Sul. 2. ed. Porto Alegre: EST, 1998.

FERNANDES, Cassiane Curtarelli. *Uma história do Grupo Escolar Farroupilha:* sujeitos e práticas escolares (Farroupilha/RS, 1927-1949). 2015. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -- UCS. Caxias do Sul, RS, 2015.

LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul.*

Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2015.

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. Das Escolas de Improviso às Escolas Planejadas: Um Olhar Sobre os Espaços Escolares da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, SP, v. 12, n. 2, p. 45-75, maio/ago. 2012.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento:

conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação por escrito*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.- dez., 2014.

NUNES, Clarice. (Des) Encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil.* 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 371-398.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PERES, Eliane Teresinha. *Aprendendo formas de ensinar, de pensar e de agir* **–** A escola como oficina da vida. Discursos pedagógicos e práticas escolares na escola pública primária gaúcha (1909-1959). 2000. 493 f. Tese (Doutorado em Educação) -- Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, MG, 2000.

PERES, Eliane Teresinha. A produção e o uso de livros de leitura no Rio Grande do Sul: Queres Ler? E Quero Ler. *História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel,* Pelotas, v. 1, n. 6, p. 89-103, out. 1999.Disponível em: <http//fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em: 7 nov. 2014.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

SOUZA, José Edimar de. As escolas isoladas: práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940-1952). 2015. *Tese. (Doutorado em Educação)* – Unisinos, São Leopoldo, 2015.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização:* a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Unesp, 1998.

TRINDADE, Domingos Rodrigues; PEREIRA, Eugênica da Silva; SILVA, Priscila Teixeira da. Trajetória histórica da educação do campo no Brasil: lutas coletivas, conquistas e desafios. In: ALVES, Luis Alberto et al. Investigar, intervir e preservar: caminhos da história da educação Luso-Brasileira. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO -COLUBHE, 11., 2016, Porto, Portugal. *Anais...* Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2016. p. 4-16.

FONTES

Documentos pesquisados no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami – Caxias do Sul/RS:

- Livro de registo de correspondência expedido pela 5ª região escolar do município de Caxias. Data: 10 de maio de 1912 a 20 de maio de 1916.

- Inspetoria da 3ª região escolar. Relatório do exercício da aula mista de Vila de Caxias. Data: 30 de outubro de 1897.

- Mapas escolares: registro de frequência dos alunos das aulas municipais na sede e nos distritos. Período: 1898 a 1941.

- Educação – Rede Estadual – Inspetoria da região escolar no município. Aulas públicas.

- Relação de distritos do município de Caxias do Sul, 2012.

- Relação de aulas estaduais existentes no município de Caxias após a emancipação de Nova Trento de Caxias 1924.

- Nota fiscal de compra de materiais destinados às aulas públicas. Data: 9 de dezembro de 1918.

- Nota fiscal de compra de materiais destinados às aulas públicas. Data 13 de dezembro de 1927.

- Livro de registro de correspondência expedido pela 5ª região escolas do município de Caxias. Data: 10 de maio de 1912 a 20 de maio de 1916.

JORNAL CAXIAS. Porto Alegre, 4 de agosto de 1927. Disponível em: http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=63076&p=5&Miniatura=false&Texto=false. Acesso em: 30 jun. 2018.

Recebido em 27/05/2021

Aprovado em 13/11/2021

ENSAIO DE GRADUAÇÃO

O MALLEUS MALEFICARUM E A QUESTÃO DA BRUXARIA: A MULHER NOS TEMPOS DA INQUISIÇÃO

THE MALLEUS MALEFICARUM AND THE QUESTION OF WITCHCRAFT: THE WOMAN IN TIMES OF THE INQUISITION

PEREIRA, Juliana Avila[1]
https://orcid.org/0000-0003-0589-4878

RESUMO: O presente estudo busca tecer algumas reflexões acerca do tema: ser mulher nos tempos do auge da instituição cristã da Santa Inquisição e o recorte social e de gênero vinculado ao arquétipo da famigerada "bruxa" tão perseguida pelos inquisidores. Mergulhando nas águas do imaginário construído pela Igreja Católica para argumentar a inferioridade "natural" do gênero feminino e sua preponderância ao maléfico através do tratado demonológico mais difundido na sociedade civil europeia, o Malleus Maleficarum. O diferencial desta obra, do século XV, era o seu teor misógino que contribuiu na mudança de foco da inquisição de hereges para bruxas. Neste sentido, pretendemos explorar as justificativas utilizadas para promover uma perseguição que levou milhares de mulheres a fogueira por crimes de "bruxaria".

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Bruxaria; Malleus Maleficarum.

ABSTRACT: The present study seeks to make some reflections on the theme: being a woman at the height of the Christian institution of the Holy Inquisition and the social and gender aspect linked to the archetype of the infamous "witch" so persecuted by the inquisitors. Plunging into the waters of the imagery built by the Catholic Church to argue the "natural" inferiority of the female gender and its preponderance to the maleficent through the most widespread demonological treaty in European civil society, the Malleus Maleficarum.The difference of this work, from the 15th century, was it's misogynistic content which contributed to the shift of focus from the heretics to witches inquisition. In this sense, it is intended to explore how justifications used to promote a persecution that led women to a bonfire for crimes of "witchcraft".

KEYWORDS: Women; Witchcraft; Malleus Maleficarum.

1 Acadêmica no curso de História Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Coordenadora e educadora de História no Pré-Universitário Popular Quinta Superação, vinculado ao Programa de Auxilio ao Ingresso nos Ensinos Técnicos e Superior (PAIETS). Membro do grupo de pesquisa Cultura e Política no Mundo Antigo (FURG). E-mail: pereira-julianapereira49@outlook.com

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa tencionar as questões de gênero e analisar o período referente a caça às bruxas na Europa, utilizando como fonte da pesquisa o principal tratado demonológico *Malleus Maleficarum*, publicado em 1484 por Heinrich Kramer e James Sprenger. Enquanto concepção teórico-metodológica utilizasse a Análise de Discurso, tendo em vista a construção do discurso ideológico produzido pelos autores da referida obra e entendendo o mesmo como parte do contexto sócio histórico. Em conjunto a tal metodologia utilizamos o conceito de Gênero e os Estudos Femininos, servindo-nos como principais autoras Joan Scott e Judith Butler, que compreendem gênero enquanto uma categoria social e culturalmente construída.

Tendo em vista a natureza religiosa da sociedade civil europeia e o poder exercido pela Igreja Católica nas esferas políticas, sociais e econômicas no período que compreende a Idade Média, percebemos como nos momentos de instabilidade o poder religioso se utilizou de mecanismos coercitivos e alusivos ao supersticioso para se manter no poder, entre tais abalos sociais, destacou-se a fundação do Tribunal da Santa Inquisição, que promoveu uma perseguição de gênero em massa em busca das famigeradas “bruxas”.

O IMAGINÁRIO CRISTÃO

O Tribunal da Inquisição foi uma instituição criada no século XIII, sob autoridade do Papa Gregório IX que temia o avanço das seitas religiosas consideradas heréticas nos territórios cristãos. Sendo assim, o Santo Ofício foi engendrado e estabeleceu uma organização baseada em uma união de tribunais católicos que tinha como objetivo identificar, julgar e punir todos aqueles que, de alguma forma, desviassem-se da postura católica esperada, de forma a ameaçar as doutrinas da instituição cristã. Posteriormente, entre os séculos XV e XVIII, a inquisição ficou conhecida por suas inúmeras perseguições as então chamadas “bruxas”, com altos números de execuções na fogueira e enforcamentos de mulheres, assim, caracterizando a fase Moderna. Os inquisidores eram clérigos de ordens religiosas que atuavam junto ao poder civil para combater as forças heréticas nos territórios do ocidente cristão.

As primeiras punições contra aqueles considerados desviantes da fé católica estavam atreladas a excomunhão e sucessivamente a exclusão social/comunal. Isso muda quando o cristianismo se firmou na Europa enquanto uma unidade religiosa central e política. Isto é, é reconhecida no território como religião oficial do Império, tendo uma visão unilateral da fé que se coloca sobre as demais interpretações religiosas. Sendo assim, o cristianismo

fora considerado o meio primário para harmonia e união política. Neste sentido, surge o receio da Igreja Romana de ter seus pilares questionados, assim, qualquer visão religiosa era considerada um risco para a coesão política estabelecida.

A prática de demonização e/ou perseguição de povos considerados inimigos era frequentemente utilizada pelos europeus, tomemos como exemplo de tal prática as investidas contra os povos orientais e mais tarde o mesmo artificio foi utilizado na América. Essa repressão dos desviantes da fé ganhou força no século XII, com o surgimento de grupos hereges populares na Europa (Valdenses e Cátaros). Deste modo, a visão unilateral da Igreja Católica Romana corria risco, sendo necessário exterminar com seus opositores para manter sua unidade e poder. Segundo o professor e teólogo Leonardo Boff:

> A Inquisição propriamente surgiu quando em 1232 o imperador Frederico II lançou editos de perseguição aos hereges em todo o Império pelo receio de divisões internas. O Papa Gregório IX, temendo as ambições político-religiosas do imperador, reivindicou para si essa tarefa e instituiu inquisidores papais. Estes foram recrutados entre os membros da ordem dos dominicanos (a partir 1233), seja por sua rigorosa formação teológica (eram tomistas), seja também pelo fato de serem mendicantes por isso presumivelmente desapegados de interesses mundanos. (BOFF, 1993, p.13)

É notório na História da humanidade a importância da comunicação no desenvolvimento das relações sociais, assim, a mesma desempenha um papel basilar no cerne de todas as sociedades. Posto isso, em um panorama histórico geral percebemos o quão significativo é a presença do discurso como produtor de significados no interior das sociedades, tendo em vista que o mesmo é construído por elementos sociais, históricos e linguísticos que combinados formulam um sentido ideológico que expressa coerência (SILVA; SILVA. 2009). Nesse sentido, nos processos inquisitoriais milhares de mulheres foram levadas a julgamentos, torturas e mortes, pois, a representação do gênero feminino foi construída na mentalidade coletiva através de um discurso embasado na suposta "perversidade da mulher" — tema muito focalizado no *Malleus Maleficarum*.

Nesta perspectiva, analisando a construção do Tribunal do Santo Ofício na Europa medieval (século XV), percebemos como os clérigos católicos também utilizaram amplamente o discurso como mecanismo de controle e influência social. Determinando assim, comportamentos e sentidos atrelados ao imaginário coletivo envolvendo signos entorno disso. Deste modo, influindo diretamente na construção da figura "mulher bruxa" no imaginário coletivo da época, por meio de um discurso elaborado e propagado para toda a sociedade civil que veio a desembocar na Caça às Bruxas europeia.

O discurso promovido pelos clérigos filiados ao Tribunal do Santo Ofício resultou em

alguns manuais inquisitoriais. Estas obras serviram para fundamentar a referida instituição, tanto no quesito da legalidade e jurisdição, quanto na teoria ideológica da Inquisição (a partir do século XV). Como exemplo, podemos mencionar o caso do teólogo espanhol Nicolas Eymerich (1320 – 1399), autor da obra *Directorium Inquisitorum* (1376) — também conhecido como "Manual dos Inquisidores". Tal obra, foi ampliada séculos mais tarde por Francisco de La Peña em 1578. Este manual possui um caráter estritamente jurídico, ele definiu a bruxaria e a enquadrou como um crime na sociedade passível de julgamento legal. A obra é dividida em três partes: jurisdição do inquisidor, prática inquisitorial e questões referentes a prática do Santo Ofício da Inquisição.

Já o manual *Malleus Maleficarum* ilustra bem o caráter ideológico que embasa a Inquisição a partir do século XV. Esta obra foi pública no ano de 1484 sob autoria de Heinrich Kramer e James Sprenger[1], o grande diferencial deste manual está em sua propensão misógina, categorizando e atribuindo todas as crises e malefícios que ocorriam no mundo a mulher. Todos os manuais anteriores discorriam sobre os crimes de bruxaria, porém, tais crimes poderiam ser cometidos por ambos os gêneros, o *Malleus* desconstrói este discurso e o reconstrói colocando a mulher como bode expiatório da sociedade, culpada pelas mazelas sociais que ocorriam, mitigando os homens de tal culpa e impondo ao feminino esta chancela. Um ponto que deve ser frisado é que o *Malleus* utiliza toda a base jurídica expressa no *Directorium Inquisitorum* para fundamentar suas afirmações.

Estes manuais evidenciam em seu discurso o caráter real da bruxaria na mentalidade coletiva na sociedade da época, sendo algo concreto que deveria ser combatido com ímpeto pelos soldados de Deus (clero) para livrar o mundo desta ameaça profana. Ademais, estas obras — principalmente a última citada — denunciam o caráter da perseguição de gênero que foi a Caça às Bruxas, estando estes manuais imbuídos de um pensamento ligado a suposta "perversidade feminina" e a dicotomia entre o homem e a mulher presente nas narrativas apresentadas.

Ao pensar o período referente a grande Caça às Bruxas europeia, é evidente a natureza misógina deste processo. Em outras palavras, é perceptível que tal perseguição foi influída pela índole de gênero — principalmente depois de 1484. Deste modo, para estudar

1 Mainka apresenta em suas pesquisas, que estudos mais recentes trazem a informação de que o manual foi escrito apenas por Kramer, levando o nome também de Sprenger para que a obra pudesse ganhar maior notoriedade, já que esse era parte do corpo docente da Universidade de Colônia, tendo bastante prestígio entre os pensadores da época. (BITTENCOURT, 2019, p.127-128 apud MAINKA, 2002, p. 116)

este processo visamos tencionar aqui as teorias dos Estudos Femininos, História e Gênero. Conforme Joan Scott (1995, p.22 – 23): "o objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros". Ou seja, o termo gênero evidencia um processo cultural de atribuição de funções sociais a homens e mulheres, que os induz a construção social de suas subjetividades.

Posto isso, os estudos que se debruçam sob a ótica de gênero partem do princípio da relação entre homens e mulheres, tal conceito é: "utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação [...] das mulheres. " (SCOTT, 1989, p.7).

Partindo deste pressuposto, o reconhecimento da bruxaria enquanto algo real está expresso no manual inquisitorial *Malleus Maleficarum*, cujo título de sua primeira parte demonstra de maneira mais evidente tal questão: "Das três condições necessárias para a bruxaria: o Diabo, a bruxa e a permissão de Deus Todo-Poderoso". Nesta perspectiva, a bruxaria é um elemento fictício, pois, não existem comprovações para tais práticas, porém, era reconhecida como algo verdadeiro pela Igreja Católica e também estava presente na mentalidade popular que atribui diversos estigmas e arquétipos para configurar tal crença. Deste modo, ela é colocada como um artifício a ser rigorosamente combatido. Segundo Helen Pimentel:

> As heresias, incluindo entre elas as práticas mágicas ou feitiçarias, não existem por si sós, não são objetos naturais. Sua existência está ligada a um universo de crenças que perpassa toda a sociedade e não pertence a determinados meios sociais apenas. Povoando o imaginário, está carregado de significações específicas que são atribuídas a determinadas práticas. (PIMENTEL, 2012, p.37)

Sendo a bruxaria algo pertencente a mentalidade deste período, o livro *Malleus Maleficarum* contém em seus escritos, diversas situações e relatos de mulheres que se reuniam para frequentar sabás durante a noite, enfeitiçar jovens mulheres e homens de seu interesse, roubar crianças e profanar a fé católica. Estes hipotéticos sabás, relatados nas páginas do *Malleus* por Kramer e Sprenger, são descritos enquanto encontros noturnos de mulheres nos quais supostamente aconteceriam orgias sexuais banquetes, fabricação de unguentos feitos a partir de carnes e ossos de crianças recém-nascidas e não batizadas, rituais de iniciação de bruxas novatas neste "coven" e, uma característica de suma importância, é a presença da figura do Diabo em tais encontro. Tais falas nunca foram

comprovadas, são frutos de um imaginário, entendendo este como um "sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo" (PESAVENTO, 2005, p. 43).

São variadas as justificativas e explicações para a alteração da perspectiva do Tribunal do Santo Ofício medieval, que tinha como principal alvo as inúmeras heresias religiosas nos territórios cristãos, para a óptica Moderna que deu bases aos processos inquisitoriais de caça às bruxas, entre os séculos XV e XVIII. Segundo o historiador Carlo Ginzburg (2012, 263) reverberavam fortes suspeitas entre pessoas letradas que existira uma seita organizada para transformar os territórios cristãos em terras profanas, sob uma coerção demoníaca. Nesta perspectiva, através de um discurso basilar de um imaginário sistematicamente construído, a perseguição, julgamento e punição de homens e, principalmente mulheres, acusados de bruxaria e feitiçaria estava justificada. Com o advento da legalização da tortura nos interrogatórios pela Igreja Católica e o reconhecimento da bruxaria como algo real pela referida instituição, era legítimo caçar e penalizar todos aqueles que ousassem fugir do padrão estipulado pelos dogmas cristãos, sob pena de simples suspeita de heresia, o que poderia resultar em torturas e mortes.

A partir da perspectiva da doutrina católica, o pecado original é cometido pela primeira mulher que fora corrompida pela serpente e, assim, tal pecado acabou por expulsar a humanidade do paraíso. Nesse sentido, o discurso cristão é estabelecido sob uma perspectiva dicotômica, o bem e o mal, o pecado e o perdão, a perfeição e o imperfeito. Em conformidade a este olhar binário das coisas, o homem e a mulher também são descritos enquanto seres opostos. Em tal discurso o masculino é tido como detentor da razão, da superioridade intelectual e religiosa. Já, a mulher, é colocada como "naturalmente" inferior e tendenciosa ao pecado, por ser ela debilitada nas faculdades mentais e mais facilmente corrompível.

Esse olhar binário para a questão de gênero é baseado na premissa intrínseca de "ser" homem e mulher, em outras palavras, na ideia de essência biológica dos gêneros. Joan Scott (1992, p.82) define tal pensamento como: "uma categoria social fixa, uma entidade separada, um fenômeno conhecido — eram pessoas biologicamente femininas que se moviam dentro e fora de contextos e papéis diferentes, cuja experiência mudava, mas cuja essência — como mulher — não se alterava".

Ao refletirmos sobre as questões de gênero através do olhar histórico, é evidente a relação deste conceito com a organização das sociedades. O gênero é um fator englobado nas relações de poder, estando em constantes disputas entre o masculino e o feminino,

assim, ele determina e define as hierarquias políticas e sociais construídas no interior das sociedades. Deste modo, as relações de dominação e subordinação são construídas e reconstruídas de acordo com as necessidades sociais, impondo estigmas, arquétipos, espaços de ocupação e poder, práticas e anseios distintos entre os sexos. Tudo isso embasado em uma premissa discursiva do suposto "natural", porém, suas construções do feminino e masculino não estão voltadas para as diferenças naturais e biológicas entre homens e mulheres, e sim, a uma construção de mundo vinculada ao social e cultural.

A criação do Tribunal da Santa Inquisição tinha por objetivo investigar e julgar crimes de heresia, como foi explicado anteriormente. Conforme Leonardo Boff (1993, p.12): "o herege é aquele que se recusa a repetir o discurso da consciência coletiva. Ele cria novos discursos a partir de novas visões da realidade religiosa". Nesse sentido, existia um medo por parte da Igreja Romana — que acreditava ser detentora da verdade — de ter seus pilares questionados por estas novas interpretações religiosas, assim, impondo um controle severo a população e a doutrina.

Posto isto, as formas de heresias e o conjunto de práticas consideradas não apropriadas pela visão da Igreja eram passiveis de investigação e julgamentos pela inquisição, sendo inclusa e mais fortemente perseguida a partir do século XV as práticas femininas apontadas como bruxaria. Após o conturbado século XIV na Europa, o discurso religioso passou a ser mais repressivo contra aqueles considerados culpados pelas crises que ocorriam, sendo apontados como bodes-expiatórios causadores destes malefícios. O crime de bruxaria foi amplificado em números e perseguições, sendo apontado por muitos autores de manuais demonológicos — dentre eles o próprio *Malleus Maleficarum* — como pecado mais hediondo. Desta forma, tal crime deveria ser tratado de maneira mais severa, já que era considerado uma afronta direta a Deus na visão da Igreja.

O *Malleus Maleficarum* (1484), dentre os tradados demonológicos da Santa Inquisição, foi o manual mais difundido na esfera da sociedade civil, tendo inúmeras edições ao longo dos anos que abarcaram a caça às bruxas. Ele foi usado como guia de muitos inquisidores, porém, não foi o único, existiram outros como: *Directorium Inquisitorum* de Nicolas Eymerich (1376/1578 — mencionado acima); *Formicarius* de Johannes Nider (1475); *Demonolatry* de Nicholas Remy e Montague Summers (1595); *Daemonologie* de Rei Jaime VI da Escócia e I da Inglaterra (1599); entre outros.

Pelo maior alcance de difusão ideológico na massa popular e pela posição marcadamente misógina, o *Malleus* destacou-se dos demais tratados demonológicos do Santo Ofício. Nas palavras de Mainka:

> Esse Manual de caça às bruxas, válido até o fim do século XVII, tanto nos territórios católicos quanto nos territórios protestantes, definiu a bruxaria definitivamente como um pacto real entre o demônio e a bruxa, realizado verdadeiramente por meio do ato sexual e, com isso, como abjuração direta e herética a Deus. (MAINKA, 2002, p.117)

A INFERIORIDADE DA MULHER NO *MALLEUS MALEFICARUM*

Conforme descrito, o discurso é um mecanismo ideológico baseado em um conjunto de ideias linguisticamente organizadas, orientadas a persuadir o raciocínio de indivíduos por meio de uma oratória construída por um determinado grupo de pessoas. Isto é, pode-se sintetizar que a finalidade do discurso é tornar crível uma ideia por meio do uso de palavras para quem ouvir / ler a mesma. Neste sentido, o livro *Malleus Maleficarum* é resultado de um amplo discurso promovido pela Igreja Católica Apostólica Romana, sendo seu maior diferencial o teor misógino difundido nas mais de quinhentas páginas pelos autores Kramer e Sprenger.

O pensamento que guiou esta obra do século XV está pautado na crença que a mulher carregaria em sua "essência" o pecado original, tendo em vista que para a instituição cristã, a primeira mulher e progenitora de todas as outras é Eva. Na Bíblia consta que Eva seria a primeira mulher humana, criada por Deus para fazer companhia a Adão no paraíso. Porém, por ceder as tentações da serpente que lhe falou sobre o fruto proibido, ela decide comer o fruto e persuade Adão a fazer o mesmo, resultando a expulsão do homem do paraíso. Este ato de Eva na Bíblia é considerado o primeiro pecado da humanidade e foi interpretado pela Igreja Católica como a serpente enquanto demônio, Eva como progenitora dos pecados humanos e Adão como uma vítima da situação, pois, agiu por influência da sua companheira mulher.

Durante os anos de apogeu da Santa Inquisição, o discurso corrente era embasado na suposta culpa que todas as mulheres herdeiras de Eva carregariam o pecado original. Este pensamento desencadeou inúmeras justificativas que estão presentes na obra *Malleus Maleficarum* para embasar a perseguição de gênero, que foi a Caça às Bruxas no final do período medieval e moderno. A figura de Eva e sua constante culpabilização no discurso cristão como promotora da expulsão do homem do paraíso fora sumariamente explorada pelos teólogos dominicanos Kramer e Sprenger, enraizando na mentalidade coletiva que traços pecadores de Eva são inerentes ao feminino, dedicando inúmeras páginas para explicar o porquê são as mulheres as pessoas que mais se associam a bruxaria e, nessa perspectiva, como devem ser penalizadas por tais crimes. Desta forma, todo o sexo feminino carregaria em seu âmago tal culpa, assim, este pensamento serviu como justificativa para

os crimes de gênero promovidos pelo Santo Ofício.

Heinrich Kramer e James Sprenger se propuseram a versar sobre os aspectos da bruxaria e as artes maléficas do Diabo na terra na obra *Malleus Maleficarum*. O objetivo deste manual inquisitorial é ensinar religiosos vinculados ao Santo Ofício e a sociedade civil a identificar, julgar e condenar pessoas suspeitas do crime de bruxaria. São elencados inúmeros crimes diferentes relacionados ao pecado de bruxaria, descrevendo situações do cotidiano para exemplificar para quem lê como identificar de forma didática uma bruxa, isto é, os autores citam um determinado contexto que tal pessoa não comeu a hóstia na missa de domingo, logo, concluem que esta pessoa é uma bruxa. Assim como este exemplo, diversos outros foram citados ao longo do *Malleus*.

Os crimes apontados pelos inquisidores nesta obra não estão estritamente relacionados a um gênero específico, assim, ambos os sexos são passiveis de cometer os pecados descritos e, desta forma, deveriam ser penalizados pelo Tribunal do Santo Ofício. Entretanto, a culpa por tais crimes recaíram, em sua grande maioria, sobre o gênero feminino. Conforme Russel e Alexander a justificativa para este fenômeno está enraizada na organização androcêntrica da sociedade europeia que amparou e deu bases a Caça às Bruxas, assim, a mulher é uma figura mais vulnerável no espectro social, sendo mais fácil penaliza-la neste microuniverso. Nas palavras dos autores:

> A antiga misoginia foi reforçada pela crença dualista em uma luta que colocava o corpo e o mal contra o espírito e o bem. Teoricamente, esse dualismo condena tanto a carnalidade masculina quanto feminina, mas em uma sociedade dominada por homens, a luxúria viril era projetada nas mulheres, responsabilizando-as pela concupiscência. Assim, Eva converteu-se no protótipo da sedutora sensual. (RUSSEL; ALEXANDER, 2018, p.145)

Em sociedades falocêntricas encontramos divisões das atribuições sociais entre homens e mulheres, sendo tal função dentro desta dualidade complementar a função do gênero oposto para que sempre exista uma correlação dependência entre os sexos (RUBIN, 1975, p.26). Neste sentido, os anseios sexuais masculinos foram interiorizados no feminino, tornando e apontando na ideia comum a mulher como responsável por promover tais vontades carnais no homem, como é atestado em diversas passagens no *Malleus Maleficarum* — importante frisar que a vontade sexual era considerada parte do pecado mundano da carne. Assim, através de uma reinterpretação do mito de Adão e Eva, o pecado desta última passa a ser sexualizado.

Em certo momento do *Malleus Maleficarum*, Kramer e Sprenger nos apresentam a ideia que o homem possui três competências intrínsecas em seu ser, sendo cada uma destas

governadas por diferentes aspectos. Conforme os referidos autores, a primeira competência seria o espirito, governada unicamente por Deus; a segunda face é à vontade, sendo tal aspecto tutelado por um Anjo; no que lhe concerne, a terceira e última competência, seria o corpo humano, estando sob o amparo dos astros. A figura bíblica do Diabo é considerada superior ao homem, por este ser em seu mito um anjo caído do Senhor, porém, nesta lógica das competências apresentadas no *Malleus*, seu poder pode apenas influir e corromper o corpo, sendo o meio mais simples para tal feito por meio dos órgãos sexuais.

Nesta perspectiva, Kramer e Sprenger defendem a concepção que o hediondo crime de Eva, que ousou colher o fruto da árvore proibida e influenciou Adão a seguir o mesmo caminho, foi transformado em um pecado sexual. Pois, Eva, em tal pensamento, corroborou com o demônio, subvertendo-se as leis de Deus no paraíso e, assim, tornando-se em um ser profano. Rose Maria Muraro explica (2000 p.39): “Quer dizer, aquele pecado que seria o primordial, o ser humano se apossar da árvore do conhecimento, passa a ser sexualizado pelo inconsciente coletivo, e passa então a ser a primeira relação sexual”.

Como tática de escrita para sustentar a ideia desenvolvida no texto, Kramer e Sprenger utilizam uma base argumentativa de autoridade, isto é, ao longo do livro citam constantemente os grandes teólogos da Igreja Católica Agostinho e Tomás de Aquino, como também usam os filósofos clássicos Aristóteles e Platão. Para além destes referidos nomes, eles utilizam como documentação fundamental a Bíblia, sendo este livro considerado incontestável neste contexto. Por meio da citação destes autores em conjunto com passagens bíblicas, Kramer e Sprenger construíram uma narrativa sobre a bruxaria, colocando paulatinamente a culpa por todas as mazelas sociais no sexo feminino e sua suposta tendência a corrupção pelo demoníaco.

Esta visão pautada na dualidade entre o masculino e feminino, difundida pelos inquisidores na obra *Malleus Maleficarum*, pode ser entendida como uma das maneiras utilizadas pelo Tribunal do Santo Ofício no século XV para justificar a perseguição de gênero que estava sendo empreendida na Europa. Em outras palavras, para abonar a ideia do porquê ser a mulher a figura central ligada a bruxaria e, por decorrência, ser o principal alvo da Inquisição.

Percebemos esta ligação expressa logo no início do manual inquisitorial, quando Kramer e Sprenger dedicam um subcapítulo para explicar o fenômeno de caráter feminino da bruxaria, intitulando o mesmo, de forma didática, como: “Por que principalmente as mulheres se entregam as superstições diabólicas” (KRAMER; SPRENGER. 2017, p.94). Como o próprio título evidencia, os autores se debruçam neste tópico sobre a natureza e

"essência" do sexo feminino, evocando novamente a figura bíblica de Eva para embasar suas afirmações. Desta forma, ao utilizar o nome de Eva reforçam o peso de seu crime na visão cristã, referindo-se ao pecado original, a tendência da mulher ser corrupta em face ao demoníaco e o entrelaço sexual que tal pecado foi interpretado. Conforme Kramer e Sprenger:

> Mas a razão natural está em que a mulher é mais carnal do que o homem, o que se evidencia pelas suas muitas abominações carnais. **E convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher**, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem. **E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepciona e mente**. (KRAEMER; SPRENGER. 2017, p.94. Grifo nosso)

Utilizando como base argumentativa o mito cristão da criação divina do homem e da mulher, mascarando esse discurso com a crença da "razão natural", os autores argumentam sobre a "raiz" da inferioridade natural da mulher. Conforme os teólogos, a definição da mulher é pautada em um animal imperfeito, criada através de uma costela recurva do peito de um homem, que jamais será tão ponderada quanto alguém do sexo masculino e nem conseguirá desenvolver suas faculdades mentais para equivaler-se ao gênero oposto. Podemos concluir que este é o arquétipo de mulher descrito por Kramer e Sprenger nesta obra.

Neste sentido, o sexo feminino não nos é apresentado somente como inferior intelectualmente aos homens, como citado acima, ele também está abaixo nas questões referentes a fé e religião cristã. Como justificava basilar para tal afirmação, os autores recorrem a uma análise etimológica da palavra "feminina", apontando que a origem desta palavra evidencia o caráter tendencioso da mulher em ser corrompível frente ao demoníaco, tornando-se facilmente traidora de Deus e cumplice do Diabo. Nas palavras dos inquisidores: "E tal é o que indica a etimologia da palavra que lhe designa o sexo, pois Femina vem de Fe e Minus, por ser a mulher sempre mais fraca em manter e em preservar a sua fé. E isso decorre de sua própria natureza" (KRAEMER; SPRENGER. 2017, p.94-95).

Para concluir este subcapítulo pautado na defesa que a mulher é o ser mais ligado a bruxaria por questões naturais e inerentes a ela, os autores afirmam: "Portanto, a mulher perversa é, por natureza, mais propensa a hesitar na sua fé e, consequentemente, mais propensa a abjurá-la — fenômeno que conforma a raiz da bruxaria" (KRAMER; SPRENGER. 2017, p.95). Ademais, Kramer e Sprenger utilizam comparações da mulher a animais conhecidos da natureza, para dar maior veracidade em suas alegações, afirmando que a

mesma é um leão por sua ilustre beleza, porém, uma serpente por sua propensão "natural" ao pecado. Ao ilustrar tal comparação na mentalidade de quem lê o manual, é notória a mensagem pretendida pelos autores, ou seja, embora o sexo feminino seja esteticamente atraente, o mesmo não é digno de confiança, pois, existiria uma predisposição natural a traição, vaidade e luxúria.

Sendo assim, por uma justificativa embasada na crença da suposta "natureza da mulher", o discurso promovido pelos autores reforça a ideia da inferioridade feminina, por ser ela, na visão deles, intelectualmente mais fraca e corruptível nos assuntos tocantes a fé. Deste modo, ela é apontada enquanto tendenciosa a ser seduzida por demônios e assim cair em profanação. Em suma, ela é construída na ideia como perversa por natureza, um bode expiatório (aquele que leva a culpa no lugar de outro) na comunidade, sendo culpabilizada pelas crises que assolam a sociedade.

Analisando a obra *Malleus Maleficarum* a partir da teoria de gênero, percebemos que a mulher é colocada paulatinamente como inferior ao homem no discurso promovido pelos autores. A ideia que Kramer e Sprenger discorrem no manual sobre a inferioridade feminina está presente no caminho dual que a mesma pode seguir, isto é, se tratando de uma mulher de fé, ela é submissa e leal a seu marido, porém, quando é considerada uma bruxa perversa, é submissa a figura do Diabo.

Portanto, o protagonismo feminino está sempre vinculado ao masculino em diferentes contextos, conforme o *Malleus Maleficarum*. O suposto pacto entre mulheres bruxas e demônios, que seria um acordo que cederia poder a mulher, é descrito enquanto uma troca desigual, no qual a mulher abjuraria de si e iria se entregar ao Diabo de corpo e alma, sendo sua eterna serva submissa, obedecendo fielmente suas ordens. Nesse sentido, mesmo o sexo feminino conquistando um certo poder, ela ainda seria submissa a uma figura masculina. Pois, na perspectiva dos inquisidores do *Malleus*, a ideia que a mulher obtivesse protagonismo próprio era incabível, tendo em vista o contexto falocêntrico de sociedade — interessante frisar que os autores mencionam mulheres que foram referentes dentro da instituição cristã, afirmando que somente tiveram destaque, pois, Deus permitiu que um anjo agisse por elas (KRAMER, SPRENGER. 2017, p.95). Ou seja, retirando todo o mérito do feminino. Neste ângulo, Zordan versa sobre a incompatibilidade que há no pensar daquela sociedade entre a mulher e o poder, nas palavras dele:

> Na lógica patriarcal, o poder da bruxa advinha de sua convivência com os demônios e do seu pacto com o diabo. Era inconcebível imaginar que a mulher, por si própria, tivesse a capacidade de curar e lançar malefícios sobre o corpo ou realizar certos fenômenos ditos "sobrenaturais". No Malleus Maleficarum fica claro que, se alguma bruxa operou algum

> prodígio sem a ajuda do diabo, certamente foi porque serviu como instrumento para que Deus realizasse alguma das obras necessárias para o aperfeiçoamento do 'plano divino'. Como subordinado de Deus, o diabo servia se da bruxa para testar a fé dos homens e também de mulheres virtuosas. Mesmo as damas de 'boa conduta' eram suscetíveis aos cortejos infernais porque as mulheres eram mais 'facilmente seduzidas pelo pecado (ZORDAN. 2005, p.333)

Existe um antagonismo muito grande presente na narrativa construída nas páginas do *Malleus Maleficarum*: ao mesmo tempo que Kramer e Sprenger defendem a ideia da superioridade intelectual e religiosa do masculino, sendo menos propenso a abjurar da sua fé, o homem também é tornado vítima das situações, isso está presente tanto no mito de Adão e Eva, quanto as questões referentes a bruxaria. Esta última situação está presente em diversas passagens da obra, afirmando que determinado homem — sempre de boa reputação — fora vítima de uma bruxa maléfica, que agindo junto ao demônio (pois, sozinha a mulher seria incapaz) o enfeitiçou e o fez agir de maneira errada, sendo corrompido por demônios. Portanto, pensando no gênero feminino pautado nesta visão, ela é, ao mesmo tempo, inferior, porém, culpada por conseguir tornar o homem vitima em situações.

QUEM ERAM AS BRUXAS?

A Europa enfrentou diversas crises em seu território ao longo século XIV, desde instabilidades políticas, conflitos internos até uma pandemia de peste-negra. Neste sentido, após a crise sanitária da peste, ocorreu uma redução no número de habitantes do velho continente, estima-se que cerca de 1/3 da população europeia foi dizimada durante a epidemia. Esta crise foi influente na construção ideológica da Inquisição, pois, os médicos não sabiam explicar tal fenômeno e também não encontravam a cura, culpabilizando assim, as bruxas de serem as causadoras desta doença misteriosa. Deste modo, a Igreja Católica interpretou a crise sanitária da peste bubônica enquanto uma punição de Deus pelos pecados humanos face ao demoníaco, imbuindo o Tribunal do Santo Ofício de livrar os territórios cristãos da profanação das bruxas.

Isto posto, determinadas práticas e costumes foram relacionados a magia e bruxaria no período de regência do Tribunal do Santo Ofício. Tais práticas, foram reconhecidas e legitimadas pela Igreja Católica enquanto elementos maléficos que deveriam ser combatidos. Tendo isto em mente, percebemos que esta crença na veracidade no sobrenatural fazia parte do imaginário coletivo que cercava a sociedade civil europeia e potencializava o sentimento de medo frente as inúmeras instabilidades e crises que ocorriam. Juntamente a este reconhecimento da feitiçaria e o medo crescente que assolava a população comum

temos os manuais inquisitoriais, isto é, discursos da Igreja em formato de livro, que demarcavam veementemente o sexo feminino enquanto ser inferior ao homem (intelectual e espiritualmente), sendo o ela mais tendenciosa a hesitar de sua fé frente as tentações demoníacas.

Este conjunto de ideias e as referentes instabilidades do século XIV formaram os elementos basilares para a perseguição de gênero que foi a Caça às bruxas europeia. Entretanto, outro ponto deve ser mencionado, o Tribunal da Inquisição também foi um mecanismo utilizado pela Igreja Católica para se mantar estável no poder em meio as rupturas que ocorriam, sendo parte da Contra-Reforma. Podemos citar como exemplos destes abalos a instituição cristã: a transição do medievo para a modernidade, o avanço da ciência e desmitificação das crenças, a Reforma Protestante e o avanço da medicina.

A inquisição se organizou em formato de tribunais e processos, instigando a população civil a vigiar e denunciar anonimamente seus vizinhos da comunidade suspeitos de práticas heréticas – inicialmente a denúncia não era anônima, porém, pela exposição a população não denunciava. Existiam alguns critérios para que tais denunciais fossem efetivadas, entre elas, a Inquisição não poderia aceitar uma denúncia de um inimigo mortal do suspeito, para que isto não ocorresse, perguntava-se para o acusado sobre seus inimigos, se este citasse o nome de um inimigo mortal e ele fora o denunciante, sua acusação era retirada, pois, não era considerada justa e tendia a ser uma denúncia falsa.

Após a denúncia efetivada a Inquisição, o suspeito era colocado sob investigação, sendo intimado a um interrogatório para responder pelos respectivos crimes que fora acusado, podendo haver ou não tortura. Neste sentido, as acusações feitas contra aqueles que não possuíam condições para sustentar uma ampla defesa era uma maneira viável para inflar o imaginário da sociedade civil almejado pela Inquisição, assim, realçando a amplitude e contraste do mito sobre bruxaria no meio social.

Indiscutivelmente após o século XV o principal alvo da Inquisição foi o gênero feminino, pois, de acordo com o discurso cristão qualquer mulher poderia ser tentada e corrompida pelos íncubos e súcubos, assim, passar a praticar atos de sortilégio. Entretanto, para além do recorte gênero, outra delimitação social também foi pautada: a classe social. Nas palavras de Gonçalves (2011, p.7): “as pretensas bruxas eram em sua maioria mulheres velhas e miseráveis, cuja condição miserável do gênero e também do lugar social facilitaria a profusão da bile negra que desequilibraria as faculdades do espírito e do corpo”.

Brian Levack (1988) defende a concepção de que um dos motivos pela qual a mulher foi o principal alvo da caça às bruxas, ocorreu pelo aumento de mulheres que estavam fora

da tutela de um homem. Em uma sociedade marcadamente falocêntrica era inconcebível romper com os dogmas estipulados pelo sistema cristão vigente, tornando-as alvos fáceis de culpabilização pelas crises que ocorriam, colocando o clero como o grande salvador.

Partindo desta perspectiva, acusar alvos fáceis como mulheres idosas, subalternas em situações de vulnerabilidades sociais, era um meio simples de alimentar um imaginário popular que ardia por respostas as constantes crises que ocorriam, em outras palavras, era um caminho de fácil aceitação para a propagação dessas supostas acusações diabólicas e as "soluções" trazidas pelos membros de Igreja para estes períodos conturbados.

Na longa Idade Média, as mulheres geralmente exerciam as funções de parteiras de suas comunidades, sendo passada tal função de mãe para filha, assim, o gênero feminino acabava tendo estreita relação com as práticas medicinais, idosos e crianças. O motivo pelo qual, normalmente, era a mulher quem realizava o parto está vinculado ao conhecimento do próprio corpo e, por decorrência, o conhecimento dos corpos femininos e seus funcionamentos. Este vínculo entre a mulher e a medicina muda com a inserção de homens neste ramo profissional, no qual a mulher passa ser considerada suspeita de bruxaria e o homem vira o então médico cientifico — inicialmente o número de mortes de mulheres no parto aumentou consideravelmente com a inclusão do masculino nesta esfera. Essa relação entre a vida e a morte foi utilizada como força motriz para a perseguição de mulheres pela Inquisição. Segundo Mainka:

> As mulheres foram especialmente escolhidas de cair em suspeita devido às suas estreitas relações com crianças, doentes e velhos, à sua proximidade com o parto e a morte e à sua tarefa de providenciar a alimentação. Tudo isso eram áreas nas quais havia muitas acusações de bruxaria (MAINKA, 2002, p.128)

Através do discurso promovido pelas autoridades religiosas dos povoados o arquétipo da feiticeira essencialmente maldosa foi traçado na mentalidade civil europeia, sendo considerada mais uma das heresias que deveriam ser perseguidas pelos inquisidores, tendo em vista que "a diferença mais importante entre a heresia e a bruxaria é que esta última era considerada um crime feminino" (FEDERICCI, 2017, p.323). Nesse sentido, o medo da bruxa, difundido no meio social resultou em uma sede de revoltas e indignações no povo que estava exposto às crises de transição que oscilavam no ocidente.

Portanto, neste campo do pensamento social onde a ideia pautada na inferioridade da mulher perante o masculino e a tendência pecaminosa já estava semeada, culpara figura mítica do Diabo e atribui a sua imagem a culpa pelas mazelas sociais que abalavam o período era prático. Entretanto, demônios eram parte do universo supersticioso, não sendo

seres materializados, sendo assim, não poderiam receber punições corpóreas. Já, a mulher bruxa, sua fiel discípula, estava presente fisicamente. A representação da bruxa nas lendas e estórias era de uma mulher que se entregava de corpo e alma ao Diabo, merecendo pena capital por tamanha ofensa a Deus.

Neste contexto de tamanho medo e fragilidade, uma mulher que se assemelhasse ao arquétipo de bruxa construído na mentalidade – velha, solitária e pobre ou jovem, sexualizada – era passível de ser acusada de feitiçaria. Ademais, a histeria coletiva promovida pela Igreja fundamentou a ideia que a mera subversão do feminino a conduta imposta e esperada seria um motivo para acusação de ser bruxa, pois, seria ela facilmente corrompível pelo Diabo. Desse modo, tais mulheres após serem consideradas bodes-expiatórios, eram linchadas socialmente por suas comunidades, sendo humilhadas, acabavam trilhando um caminho de solidão, não raras vezes acompanhados de tortura e, por fim, a morte pela fogueira.

A casta de mulheres postuladas como bruxas supostamente cometia inúmeros crimes noturnos, entre eles: comer crianças não batizadas e participar de orgias sebásticas com os demônios. Tal ideia, era comprovada pelo pensamento mórbido entorno das mulheres em situação subalternidade — idosas, ignorantes e pobres – que homens letrados não compreendiam, assim, utilizavam de tal situação para sustentar o caráter ilusório da bruxaria (GONÇALVES, 2011).

Em tal perspectiva, ao analisar as mulheres que foram tarjadas como “bruxas” percebemos que esse estigma estava vinculado a um conjunto de ideias que estas mulheres representavam em seu período. Descritas no *Malleus Maleficarum* como sedentas por poder e auxiliadas pelos demônios para conseguir se destacar, pois, a mulher somente como mulher não poderia ter destaque por sua inferioridade “natural”. Portanto, por desmedida ambição – característica não atribuída ao gênero feminino – ela torna-se maléfica e tendenciosa ao pecado, afrontando Deus e merecendo a morte pela fogueira, único modo de salvar sua alma.

> Pagando por crimes tais como dançar nua sob o luar, a bruxa é marcada pelo despudor e pela degeneração do corpo. Mulheres incômodas para a comunidade, viúvas solitárias ou vizinhas indiscretas, as bruxas eram aquelas cujas práticas eram consideradas crimes mais graves do que as heresias. Sedenta por poder, a bruxa é maléfica e corruptora, de modo que, tanto na realidade como na ficção, todas as histórias de bruxas terminam com o castigo por sua insubmissão: forca, fogueira, solidão. (ZORDAN, 2005, p.332-333)

Posto isso, era necessário um inimigo a ser combatido e culpabilizado pelos tempos conturbados e imersos em crises, deste modo, mantendo enraizado na mentalidade de

população civil a função essencial do clero católico enquanto defensor bondoso que combatia o mau diabólico corporificado nas mulheres (BITTENCOURT, 2019, p.135).

Mulher, o animal imperfeito, facilmente corrompível e maléfica. Mulheres idosas, mulheres curandeiras, mulheres parteiras, mulheres pobres, viúvas, órfãs, prostitutas, mulheres em condições degradantes. Mulheres, apenas simples pessoas do gênero feminino. Mulheres que deveriam ser controladas por uma figura masculina, no qual um discurso de autoridade legitimava e cobrava isso, aquelas que não condiziam com tal ideal, eram as chamadas "bruxas", acusadas, julgadas e mortas no período da Inquisição.

Este pensamento que parece tão distante, transcendeu os séculos e ainda está presente no imaginário popular da contemporaneidade, sendo utilizado de forma sublime por figuras políticas e religiosas como arma, com a mesma finalidade de controlar o corpo feminino subversivo no mundo atual. É necessário pensar a demonização histórica do corpo feminino e refletir o quanto isso colocou os corpos num papel passivo em relação a ataques de todos os tipos, sendo as mulheres ainda hoje culpadas por serem agredidas e violadas no discurso popular. Portanto, percebemos como medo do feminino subversivo ainda persiste na contemporaneidade, mesmo que de forma sublime e estrutural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luz do exposto, podemos concluir, que a articulação e veiculação das ideias aqui expostas culminaram em uma grande perseguição de gênero no período compreendido entre os séculos XV e XVIII. Estes três pilares – imaginário cristão crível a respeito bruxaria, a concepção de inferioridade natural da mulher, traçado no *Malleus Maleficarum* e o recorte social vinculado a mulher bruxa – desencadearam uma imagem do inimigo ideal para culpabilizar nos períodos de crises que assolaram a Europa, criando assim, um arquétipo de vilão no imaginário popular que deveria ser punido.

A representação da mulher-Eva, primeira pecadora, foi ressignificada e transformou-se na diabólica mulher-bruxa, serva de Lúcifer. Porém, ainda que a bruxa possua grande poder, a mesma está sob jugo de uma figura masculinizada, sendo a imagem bíblica do Diabo o verdadeiro responsável pelo poder, assim, a mulher-feiticeira seria apenas sua serva. Nesse sentido, a suposta "inferioridade natural" da mulher, tão versada por Heinrich Kramer e James Sprenger na obra *Malleus Maleficarum*, está representada no discurso binário entre Bem e Mal dos autores, isto é, a representação da mulher é inferiorizada tanto como bruxa quando mulher católica devota.

Nesta perspectiva, percebemos como o gênero biológico feminino fora paulatinamente

traçado no imaginário corrente como perverso e inferior ao masculino. Sendo que o recorte de gênero foi utilizado como força motriz para motivar um enorme contingente de pessoas a apoiarem com vigor inúmeros assassinatos de mulheres na fogueira e na forca, estes imaginando estarem livrando-se de um mal, um bode-expiatório no ocidente cristão visando pôr fim aos tempos instáveis. Por fim, para atestar o caráter sexista da Inquisição, nas palavras de um dos autores da obra aqui analisada: "Como diz, James Sprenger, inquisidor e teórico da demonologia, também autor do *Malleus Maleficarum*: 'se hoje queimamos as bruxas é por causa de seu sexo feminino'" (FREIRE et al., 2006, p.56).

A Inquisição se mostra como uma ferramenta para fins de controle, deste modo, o ato de impor no discurso cristão a ideia da bruxa como mulher contrária ao ideal é uma maneira de cunho formativo de doutrinar o que pode ou não cometer uma mulher. Em outras palavras, a imagem da bruxa ensina às mulheres o que não fazer – não se opor aos homens, não chegar tarde em casa, não ser arrogante. Essas representações, no entanto, nos mostram o medo das mulheres no fim da Idade Média e na Idade Moderna – o medo de que as mulheres quebrem a ordem.

Uma crise de transição, um inimigo criado no imaginário social e um alvo fácil de culpabilização, representado como inferior e maléfico na sociedade, todos estes são elementos que embasaram a grande Caça às Bruxas.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Sara Schneider de. O medo do feminino em construção no século XV. *Revista Ágora*. Vitória, n. 30, 2019, p. 119-137.

BOFF, Leonardo. Prefácio. In: EYMERICH, Nicolau. *Directorium Inouisitorum*: Manual dos inquisidores. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa*: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. – 1 Ed. – São Paulo: Elefante, 2017.

FREIRE et al. A figura feminina no contexto da Inquisição. *Educare et Educare*. Paraná, v.1, n.1, jan/jun 2006, p. 53-58.

GINZBURG, Carlo. *História Noturna*: decifrando o sabá. Tradução Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

GONÇALVES, B. G. D. O. O MAL DA BRUXARIA. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299637317_ARQUIVO_2011-XXVIANPUH-Artigo-Omaldabruxaria.pdf Acessado em: 19 jun. 2020.

LEVACK, Brian P. *A caça às bruxas*: na Europa no limiar da Idade Moderna. Tradução Ivo Korytowski – Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MAINKA, Peter Johann. A Bruxaria nos tempos modernos: Sintoma de crise na transição para a Modernidade. *Revista História*: Questões & Debates. Curitiba, n. 37, p. 111-142, 2002.

MURARO, Rose M**.** *Textos da Fogueira*. Brasília: Ed. Letra viva, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIMENTEL, Helen Ulhôa. Demonologia, bruxas e estereótipos. *Revista Trilhas da História*. Três Lagoas, v.1, n.2 jan-jun, p.33-54,2012.

RUBIN, Gayle. *O Tráfico de Mulheres*: Notas sobre a Economia Política do Sexo. SOS Corpo, Recife, 1993.

RUSSEL, Jeffrey B.; ALEXANDER, Brooks. *História da Bruxaria*. Traduzido por Álvaro Cabral, William Lagos. – 2 Ed. – São Paulo: Aleph, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. *Revista Educação e Realidade*. v. 20, n. 2, p .71-99, 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667 Acessado em: 18 de jun. 2020

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita a história*: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1989.

SILVA, Kalina V.; SILVA, *Maciel H. Dicionário de conceitos históricos*. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

ZORDAN, Paola B. M. B. G. Bruxas: figuras de poder. *Estudos Femininos*. Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 331-341, 2005.

FONTES

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **Martelo das Feiticeiras.** Tradução de Paulo Fróes. – 28ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2017.

Recebido em 13/05/2021

Aprovado em 30/11//2021

RESENHA

SQUINELO, ANA PAULA (ORG.). LIVRO DIDÁTICO E PARADIDÁTICO DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE CRISE E ENFRENTAMENTO: SUJEITOS, IMAGENS E LEITURAS.

1. ED. CAMPO GRANDE: EDITORA LIFE, 2020, 500P.

HECKO, Leandro[1]
https://orcid.org/0000-0002-1059-854X

Reflexões sobre o Ensino de História e temas a ele correlatos são imprescindíveis em qualquer momento histórico. O que dizer, então, de reflexões em contextos de crises e enfrentamentos, quando os conhecimentos históricos são questionados em sua essência e postos em xeque diante de negacionismos? Tornam-se vitais ao pensamento humano, à liberdade intelectual e à prática de professores de História, agora reconhecidos em sua profissão[2].

Neste contexto, apresento a resenha do livro organizado por Ana Paula Squinelo, intitulado "Livro Didático e Paradidático de História em tempos de crise e enfrentamento: sujeitos, imagens e leituras". Para tanto, a resenha se desenvolve da seguinte forma: apresentação da autora, características gerais da edição da obra, inserção no contexto de produção no campo do Ensino de História e, por fim, alguns olhares sobre as características temáticas da obra, mostrando seus horizontes de possibilidades reflexivas.

Ana Paula Squinelo é professora do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Aquidauana, bem como do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, da mesma universidade e campus. Na UFMS a professora atua em disciplinas como Pesquisa Histórica, Prática Pedagógica, Prática de Ensino, além de orientar estágios obrigatórios do curso de licenciatura de História da instituição onde atua. Coordena projetos de pesquisa voltados ao Ensino de História. Em sua produção, constam inúmeros artigos com temas diversos, entre os quais os principais são Ensino

1 Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Londrina (2003), mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006), doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (2013) e Pós-Doutorado em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (2021). Atualmente é professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e docente colaborador do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA/UEMS. E-mail: hecko-leandro.hecko@gmail.com

2 Para informações sobre a regulamentação, acessar: https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/6284-sugestoes-para-o-processo-de-registro-de-historiador Para orientações acerca de como requerer o registro profissional, acessar: https://www.cafehistoria.com.br/historiadores-ja-podem-requisitar-o-registro-profissional-da-categoria/.

de História e Guerra do Paraguai. Entre os livros, os temas mais recorrentes também são Ensino de História e Guerra do Paraguai.

Em continuidade, a obra que aqui se resenha, faz parte de uma série chamada "Ensino de História – Olhares para além do eixo", sendo seu 4º volume. Pela ficha catalográfica, a obra conta com 500 páginas, sendo uma "Apresentação" escrita pela própria autora, um "Prefácio" escrito pela professora Márcia Elisa Teté Ramos da Universidade Estadual de Maringá, referência na área de Ensino de História, e uma divisão ampla em duas partes. Na primeira parte, são 17 capítulos com diversos autores. Na segunda parte, tem-se um conjunto de materiais referentes a Circe Maria Fernandes Bittencourt, uma das maiores referências nacionais na área de Ensino de História, composto de uma conferência e uma entrevista.

Da obra, cabe destacar, ainda como informações gerais, de sua constituição plural da escrita, congregando profissionais das seguintes instituições: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso (SEEMT), Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e Instituto Federal de Goiás (IFG), somando também com experiências de autores de Portugal. Há uma diversidade de regiões envolvidas, de experiências de Ensino de História em contextos os mais distintos e profícuos, de onde a riqueza da obra é oriunda.

O que dizer em relação à inserção da obra no contexto das publicações gerais sobre o Ensino de História? Sabemos que nesta área as publicações são necessárias e recorrentes, e se constituem em publicações de um autor apenas ou de organizações de obras com diversos outros. O ensino de história tornou-se área de pesquisa a partir de estudos e publicações que datam dos anos 1980 (Ernesta Zamboni, Circe Bittencourt...) e desde então houve inegável aumento de historiadores/as interessada/as em discutir e tratar cientificamente este debate, bem como combater a separação entre ensino e pesquisa na formação em História. Também há o fluxo de publicações de pesquisadores nos mestrados (acadêmicos e profissionais) e doutorados que tratam de temas do Ensino de História, que aumentam o contexto das obras ano a ano. Das mais recentes, trago à memória por exemplo, o relançamento da obra de Circe Maria Fernandes Bittencourt (2018), em formato de e-book, intitulada "Ensino de História: fundamentos e métodos", já clássica no âmbito das licenciaturas em História que a utilizam com frequência, obra fundamental no tocante à

epistemologia da área de Ensino de História; outra obra que me ocorre neste panorama é a "A História 'Encastelada' e o Ensino 'Encurralado'" de Eri Cavalcanti (2021), que aborda a questão dos currículos nas licenciaturas brasileiras, a problematização da inserção da disciplina na Educação Básica, a formação de professores, entre outras possibilidades, que afetam diretamente a forma como o Ensino de História se desenvolve. Assim, considero a inserção da obra organizada por Squinelo como uma importante soma ao panorama de publicações da área que, por sua diversidade de autores qualifica ainda mais uma publicação comprometida com temas importantes para os profissionais da área de História.

Entrando especificamente na obra, devo dizer que não irei fazer uma resenha própria dos capítulos, pois a apresentação da obra feita pela autora e constante no livro já o faz de forma satisfatória. Observarei, por sua vez, o seguinte: alguns conhecimentos específicos observados e problematizados, alguns temas atuais e importantes presentes e algumas linguagens constantes entre as reflexões propostas pelos diversos autores do livro.

Primeiramente, cabe dizer sobre o fato de que na obra o livro didático ou paradidático é observado em sua constituição ou em algum recorte específico, de forma que há que subentender que ambos estão sempre no fundo das análises. Outro ponto a se firmar diz respeito ao contexto da obra diante da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada em 2018. A BNCC em termos de influência, atua sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) imprimindo um certo padrão ao que organizará a confecção dos livros pelas editoras que possuem interesse na venda de seus produtos. Dos capítulos constantes no livro, existe apenas um que aborda mais diretamente a BNCC e o horizonte de expectativas que ela pode causar nos livros e materiais didáticos, porém os autores a consideram em suas análises em outros casos.

Em segundo lugar, é importante dizer que no livro há capítulos específicos que refletem sobre a constituição do livro didático, sobre a pedagogia do ensino, formação de professores e recortes sobre a historiografia do Ensino de História, principalmente no Brasil. Desta forma, no âmbito teórico-metodológico apresenta elementos importantes para professores e pesquisadores.

Em relação aos conteúdos específicos presentes em alguns capítulos, temos os seguintes recortes: História dos Estados Unidos, Guerra do Paraguai, História Antiga (Egito e Grécia) e História da América. Entende-se em cada capítulo que aborda cada conteúdo uma problematização da forma como ele está inserido no livro didático, apresentando possibilidades analíticas para seu ensino, exemplificando, em alguns casos, as ocorrências e abordagens.

Entre os temas atuais importantes, a presença da História das Mulheres, feminismos, a questão do social e do trabalho, a História da África, a História Indígena e a questão do patrimônio e museus mostram também um engajamento das abordagens em uma história problema. Esta história problema posta em tela, reflete temas atuais que geram polêmicas e, diante de novas epistemologias, possibilitam atualização e criticidade em relação ao conhecimento histórico produzido.

Além disso, os capítulos dos livros apresentam uma abordagem plural no tocante às linguagens em que o conhecimento histórico no livro didático pode ser observado, ensinado e analisado. As mais presentes no livro são o cinema, as histórias em quadrinhos e as chamadas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que possuem em si diversos formatos de linguagens também. Outras linguagens, como escrita e iconografia também são identificáveis em abordagens dentro da obra. Cabe um destaque para um capítulo específico sobre os livros didáticos e paradidáticos para surdos, que num contexto de inclusão, problematizam a acessibilidade linguística do conhecimento histórico para surdos.

Por fim, à guisa de conclusão, deve-se afirmar que toda obra individual ou coletiva pode implicar ausências de abordagens importantes, lapsos temáticos ou, quando se trata de documentos de políticas educacionais, alguma tendência ao elogio ou crítica. Não obstante, isto reflete a diversidade própria da obra, que a nosso ver é seu ganho, e pluralidade de autores e experiências compartilhadas a partir de suas realidades profissionais ou áreas de interesse. O livro organizado por Ana Paula Squinelo, portanto, deve ser pensado em seu momento de criação e contribuição para a historiografia do Ensino de História, podendo atender a diversos interesses de pesquisadores e professores da área.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História:* fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez Editora, 2018. (e-book)

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular - BNCC*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

CAVALCANTI, Eri. *A História 'Encastelada' e o Ensino 'Encurralado'.* Curitiba: CRV, 2021.

Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) disponível em https://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro com último acesso em 30/04/2021.

Recebido em 30/04/2021

Aprovado em 20/10/2021